



PERSPECTIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

VOLUME II

ORGANIZAÇÃO
CAROLINE BARBOSA CONTENTE NOGUEIRA
FÁBIA RIBEIRO CARVALHO DE CARVALHO
FLÁVIA DONINI ROSSITO

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA
CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA-FILHO
CLARISSA BUENO WANDSCHEER



Diagramação
Letra da Lei

Foto de capa

Coleta da pupunha para festa tradicional Reahu.
Comunidade Ariabú, Terra Indígena Yanomami - AM,
Brasil. 2015.
Por: Liana Amin Lima da Silva

P466

Perspectivas para a implementação do socioambientalismo: volume II [livro eletrônico] / coordenação científica Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Clarissa Bueno Wandscheer / organização Caroline Barbosa Contente Nogueira, Fábila Ribeiro Carvalho de Carvalho e Flávia Donini Rossito – Curitiba : Letra da Lei, 2017.

284p.

ISBN 978-85-61651-26-8

1. Direito ambiental. 2. Socioambientalismo. I. Carvalho, Fábila Ribeiro. II. Nogueira, Caroline Barbosa Contente. III. Rossito, Flávia Donini. IV. Souza Filho, Carlos Frederico Marés. V. Wandscheer, Clarissa Bueno. VI. Título.

CDU 349:502

CEPEDIS
Centro de Pesquisa e Extensão
em Direito Socioambiental



Al. Dom Pedro II, 44. Batel. Curitiba-PR.
CEP 80.250-210 - Fone: (41) 3223-5302.
contato@arteeletra.com.br

APOIO



FORD FOUNDATION



Ministério da
Educação



CONSELHO EDITORIAL

Antônio Carlos Wolkmer
Bruce Gilbert
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Caroline Barbosa Contente Nogueira
Clarissa Bueno Wandscheer
Danielle de Ouro Mamed
David Sanchez Rubio
Edson Damas da Silveira
Eduardo Viveiros de Castro
Fernando Antônio de Carvalho Dantas
Helene Sivini Ferreira
Jesús Antonio de la Torre Rangel
Joaquim Shiraishi Neto
José Luis Quadros de Magalhães
José Maurício Arruti
Manuel Munhoz Caleiro
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega
Milka Castro
Raquel Yrigoyen Fajardo
Rosembert Ariza Santamaria
Walter Antillon Montealegre

SUMÁRIO

V CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL	7
PREFÁCIO	11
SOCIOAMBIENTALISMO EM TEMPOS DE COMPLEXIDADE	
Danielle Anne Pamplona e Andrew Toshio Hayama	16
OBJETIVOS DO MILÊNIO E A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO: UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS ALCANÇADOS	
Heloise Siqueira Garcia e Denise Schimitt Siqueira Garcia	36
A CIDADANIA AMBIENTAL EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL PÓS-1988: ANÁLISE E PERSPECTIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO	
Robinson Nicácio de Miranda	61
REESTRUTURAÇÃO DE PODER E DESCENTRALIZAÇÃO COMO FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO	
Flávia Pitaki Dufour e Gabriele Polewca	77
UNA APROXIMACION AL CONCEPTO DE SOCIOAMBIENTALISMO EN EL ORDENAMIENTO JURIDICO DEL PARAGUAY, UNA MIRADA HISTORICA ACERCA DE LOS NUEVOS DERECHOS	
Ever Ariel Morán Maciel, Matías Figueredo Sánchez e Fabiola Jazmín Duarte Gonzáles	96
INFORMAÇÃO PARA O PÓS-CONSUMO: EFICÁCIA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS VALORES SOCIOAMBIENTAIS	
Antônio Carlos Efig, Talita Tosin Soares e Fernanda Mara Gibran Bauer	111
JUSTIÇA CLIMÁTICA NA PERSPECTIVA DO SOCIOAMBIENTALISMO	
Gabriel Antonio Silveira Mantelli, André Ferreira de Castilho e Júlia Malheiros Garcia.....	132
JUSTIÇA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?	
Thiago da Silva Ferreira	153

PRODUÇÃO DE ENERGIA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL: MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARRAGENS Gabriel Carvalho Marambaia, Nathalia Montemagni Pires e Gabriel Egídio Iriar.....	173
GESTÃO DEMOCRÁTICA E ENERGIA EÓLICA COMO PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO José Osório do Nascimento Neto	195
OS LIMITES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM FACE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL À LUZ DO PENSAMENTO DE ULRICH BECK Dayla Barbosa Pinto	213
POR UM SOCIOAMBIENTALISMO FEMINISTA Bruna Balbi Gonçalves	237
OS SABERES E FAZERES AGROECOLÓGICOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO SOCIOAMBIENTAL Katya Isaguirre Torres, Alessandra Jacobovski e Paola Duarte Prestes	257
AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE IRATI/PR: DESCRIÇÃO DAS INICIATIVAS DO PODER PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL Anne Geraldi Pimentel	277
O AGROTÓXICO E O TRANSGÊNICO DE CADA DIA O AGRONEGÓCIO (JÁ) NOS DEU HOJE: SOCIOAMBIENTALISMO E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR Jaciele Piskorski Pinto de Lima, Sheila Magali Moser Isensee e Roberta Oliveira Lima	296
O PARADIGMA DA MODERNIDADE, A RAZÃO INDOLENTE E O SABER ECOLÓGICO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA NA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE Carla Daniela Leite Negócio	315
A QUESTÃO DA OCUPAÇÃO HABITACIONAL EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS Gisela Provasi, Lucas Sanchez e Ana Tereza Viana	334
A NECESSÁRIA SUSTENTABILIDADE E SUA INADEQUAÇÃO DIANTE DOS MECANISMOS DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS Daniele de Oliveira Lazzeres e Danielle de Ouro Mamed	356

ECONOMIA VERDE: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Renata Medeiros da Cruz e Tamiris Melo Pereira376

O PAPEL DO ESTADO NA DEFESA ECONÔMICA DO MEIO AMBIENTE

Ana Maria Jara Botton Faria e Alexia Brotto Cessetti394

POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS: A INTERFACE ENTRE A POLÍTICA
NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, O MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO – PR E OS AGENTES CATADORES

Roger Alexandre Rossoni e Adriana do Val Alves Taveira415

V CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL

A questão socioambiental sempre esteve no centro das discussões jurídicas do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Com uma Área de Concentração denominada ‘Direito Socioambiental e Sustentabilidade’, e Linhas de Pesquisa que se dividem em ‘Estado, Sociedades e Meio Ambiente’ e ‘Justiça, Democracia e Direitos Humanos’, o PPGD oferta várias disciplinas que, direta ou indiretamente, encontram-se voltadas ao estudo do tema e seus possíveis desdobramentos.

Muito cedo foi criado um Grupo de Pesquisa, denominado ‘Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica’, para dar cabo ao conjunto de projetos de pesquisa de iniciação científica, mestrado, doutorado e estudos avançados, que foram sendo propostos e aceitos no âmbito do Programa. A coordenação do Grupo é exercida pelos professores Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Helene Sivini Ferreira e Vladimir Passos de Freitas.

No ano de 2006, entendeu-se que era necessário congregar os resultados dessas pesquisas e apresentá-los em um evento científico próprio, distinto dos outros eventos acadêmicos que seus membros regularmente já participavam. Com isso, inaugurou-se o Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, cujo objetivo consiste no estudo aprofundado de como o sistema econômico hegemônico da modernidade excluiu e continua a excluir os povos e a natureza, promovendo sua destruição ou tornando-os invisíveis e, ainda, de como essa exclusão e inviabilidade, mediadas pelo próprio Direito, tem-se mostrado desastrosa.

No final do século XX, esse mesmo sistema que exclui e aniquila, descobriu, entre atônico e incrédulo, que a humanidade sucumbiria junto com a natureza e começou a impor, por meio de sistemas regulatórios, limites para essa destruição. Na América Latina, essa busca pelo retorno da natureza promoveu o ressurgimento de antigas lutas travadas pelos povos invisíveis. Índios, quilombolas, camponeses, comunidades que foram chamadas de povos, populações, sociedades, gentes, e adjetivadas de tradicionais, locais, originários, contra-hegemônicos, reclamaram, desde sempre, que a relação do ser humano com a natureza não podia ser marcada pelo egoísmo e pela cegueira da lógica do lucro e da acumulação ilimitada de riquezas.

No mesmo sentido, pode-se afirmar que com a tomada de consciência dessa realidade destrutiva, passou-se a entender que, independentemente dos povos tradicionais, há um direito de todos sobre a natureza saudável e viva, sobre a plenitude da biodiversidade, assim como sobre a profunda e bela diversidade cultural, expressa em uma vigorosa sociodiversidade. E o direito de todos, certamente, não se confunde com o direito de um.

Como instrumento, o Direito foi utilizado pela modernidade para fixar a ideia do individualismo e garantir que o sujeito de direitos, individual e humano, tivesse supremacia sobre o objeto de direito, a terra e a natureza. Foi também o instrumento utilizado para excluir todo humano que não fosse individualizável, a exemplo dos povos tradicionais, e todo natural que não pudesse ser transformado em bem. Curiosamente, a esse mesmo instrumento caberia a tarefa de promover a reintegração dos excluídos. Mas, se o Direito não regulamenta os direitos de todos, é fato que eles não existem. Portanto, é de pouca valia reconhecer a necessidade de reintrodução desses direitos sem a modificação do próprio sistema jurídico. Nesse cenário, despontam as atuais constituições e legislação latino-americanas com importância inquestionável.

Entretanto, a questão, como se vê, não é apenas jurídica - talvez não exista nada que seja apenas jurídico. É necessário que se promova uma interação com outras ciências, como a antropologia, a sociologia, a economia, a biologia, a agronomia, a história, a geografia, etc. O Direito sozinho pode pouco, ainda que custe a entender isso. Também é importante ir além do puramente acadêmico, ultrapassar os limites do conhecimento que a teoria oferece. É necessário ouvir, conhecer e aprender com os povos e populações tradicionais, e isso faz o Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, fortalecendo, em especial, as atividades desenvolvidas no âmbito da Linha de Pesquisa 'Estado, Sociedades e Meio Ambiente'.

E é justamente para que todos esses mundos se encontrem, que a organização de eventos com a participação de pesquisadores de outras instituições e com pensadores de outras culturas, como os indígenas e quilombolas, pescadores, faxinalenses e ciganos, se faz tão essencial. Dentro dessa visão, nasceu a quinta edição do Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, realizado entre os dias 10 e 12 de novembro de 2015 na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba. Paralelamente ao referido evento, realizou-se: o Seminário 'Natureza e Povos nas Consti-

tuições Latino-Americanas'; o Seminário 'A Questão Avá- Guarani'; e a II Mostra Fotográfica 'Socioambientalismo em Imagem'.

Propondo-se a discutir a questão socioambiental a partir das recentes Constituições promulgadas na Bolívia e no Equador, o Seminário 'Natureza e Povos nas Constituições Latino-Americanas' integra o projeto de pesquisa intitulado 'Caracteres do Constitucionalismo Andino no Estado Socioambiental de Direito e, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é coordenado pela Professora Helene Sivini Ferreira.

O Seminário 'A Questão Avá- Guarani', por sua vez, propôs-se a atualizar o debate sobre a profunda contradição que se dá entre a produção de *commodities*, a natureza e a vida indígena no Estado do Paraná. Integra o projeto de pesquisa intitulado 'A Questão Indígena no Oeste do Paraná' e a Reconstrução do Território Avá-Guarani' e, também com o apoio do CNPq, é coordenado pelo Professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho.

A II Mostra Fotográfica "Socioambientalismo em Imagem", um momento lúdico do Congresso em que se buscou demonstrar, por meio da arte, que não só a ciência moderna e suas categorias fechadas são capazes de difundir o conhecimento e a consciência.

Durante o V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental e Seminários paralelos, o desenvolvimento da pesquisa também foi fomentado com a apresentação de trabalhos científicos que, previamente selecionados, foram organizados em torno de seis eixos temáticos, quais sejam: I. Biodiversidade, Espaços Protegidos e Populações Tradicionais; II. Natureza, Populações Tradicionais e Sociedade de Risco; III. Perspectivas para a Implementação do Socioambientalismo; IV. Povos Indígenas, Quilombolas e Ciganos no Brasil; V. Natureza e Povos nas Constituições Latino-Americanas; VI. A Questão Avá-Guarani.

Inúmeras propostas foram recebidas e cuidadosamente analisadas. Da riqueza e da qualidade das teses aprovadas, originaram-se cinco livros que, concebidos a partir dos eixos temáticos acima referidos, reúnem os artigos que foram apresentados durante o evento. Os resumos, por sua vez, foram publicados na forma de Anais. Todas essas publicações, convém observar, encontram-se disponíveis no site 'DireitoSocioambiental.org', administrado pelo Grupo de Pesquisa 'Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica'.

Também os palestrantes convidados trouxeram uma imensurável contribuição para os debates propostos, evidenciando a correção de linha do V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. O antropólogo espanhol Bartomeu Meliá, um dos maiores expoentes no estudo da língua e da cultura do povo Guarani desde a década de 1950, fez uma memorável conferência de abertura. E, não menos brilhante, foi a conferência de encerramento, quando Maria Rosalina dos Santos, representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), narrou a trajetória de resistência e de lutas do movimento negro no Brasil.

Por fim, resta-nos agradecer a todos aqueles que estiveram conosco. Fica o nosso desejo de revê-los em 2017, por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental.

Curitiba, 10 de novembro de 2016.

Carlos Frederico Marés
Helene Sivini Ferreira
Clarissa Bueno Wandscheer
Manuel Caleiro

PREFÁCIO

A crise socioambiental que se apresenta demanda um esforço coletivo na busca por alternativas para os conflitos que gera. O socioambientalismo vem da mobilização social, do diálogo entre as forças políticas populares que buscam voz no espaço público e logram o reconhecimento de direitos, que chamamos aqui Direitos Socioambientais.

Estas questões trazem à tona a necessidade de olhar o socioambientalismo para além dos Direitos Humanos, abrangendo os direitos das florestas, dos animais e das gentes. É a contemplação dos direitos coletivos que se sobrepõem e muitas vezes se opõem aos meros direitos individuais. Entretanto, a implementação dos Direitos Socioambientais ainda encontra dificuldades e por isso legitima todo o debate de trabalhos no V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental.

Nesse evento, o Grupo de Trabalho “Perspectivas para a Implementação do Socioambientalismo” abre espaço para o debate de alternativas e perspectivas para implementação dos direitos reconhecidos com a finalidade de enfrentar a crise socioambiental.

A partir desse grupo de trabalho, como o próprio nome sugere, foram feitas discussões sobre a questão Socioambiental no Brasil e na América Latina, resultado das apresentações de estudantes de graduação, pós-graduação e de pesquisadores selecionados para o V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, ocorrido entre os dias 11 e 13 de novembro de 2015.

O evento é realizado pelo Grupo de Pesquisa Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica, do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Linha de Pesquisa Sociedades e Direito, sob a coordenação da Professora Doutora Helene Sivini Ferreira e dos Professores Doutores Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Vladimir Passos de Freitas.

Os trabalhos apresentados e debatidos em grupo foram organizados em forma de artigos, ordenados no presente livro pela proximidade da temática entre eles. Os trabalhos contaram com a moderação da Professora Doutora Katya Isaguirre Torres, da Universidade Federal do Paraná, e do Professor Doutor Edson Damas da Silveira, do Ministério Público do Estado de Roraima.

Iniciamos pelo artigo intitulado “Socioambientalismo em Tempos de Complexidade” apresentado por Danielle Anne Pamplona e Andrew Toshio Hayama, que versa sobre socioambientalismo, ecologia e complexidade, abordando o surgimento do movimento socioambiental e sua influência no campo normativo, demonstrando que o reconhecimento contempla a libertação e emancipação de povos e comunidades tradicionais por não romperem com as barreiras reducionistas da lógica capitalista.

No trabalho “Objetivos do Milênio e a Implementação do Socioambientalismo: uma Análise dos Avanços Alcançados”, Heloíse Siqueira Garcia e Denise Schimitt Siqueira Garcia aproximam a Declaração do Milênio à temática socioambiental, analisando os avanços já alcançados na efetivação dos objetivos do milênio e sua relação com a dimensão social e a sustentabilidade, para a implementação do socioambientalismo.

O próximo debate traz o título “A Cidadania Ambiental em Construção no Brasil Pós-1988: Análises e Perspectivas para a Implementação do Socioambientalismo”, de Robinson Nicácio de Miranda e tem como objetivo analisar a eficácia das políticas socioambientais, ratificando a necessidade de um permanente diálogo entre Estado e a sociedade civil, enfatizando que a solução para conflitos jurídicos ambientais depende da adequação dos instrumentos técnicos, políticos, econômicos e jurídicos ao desenho social de cada nação, e, neste caso, a partir da cidadania, a justiça ambiental torna-se instrumento para distribuição equitativa dos riscos, custos e benefícios ambientais.

O trabalho intitulado “Reestruturação de Poder e Descentralização como Formas de Implementação do Socioambientalismo”, de Flávia Pitaki Dufour e Gabriele Polewka, a partir da identificação do movimento socioambiental e da emergência ambiental, propõe a valorização da atuação local e a descentralização das instâncias de decisão pública como meio de reestruturar o poder, visando a garantia de uma democracia plural e alinhada ao novo constitucionalismo latino-americano.

“Una Aproximacion al Concepto de Socioambientalismo en el Ordenamiento Juridico del Paraguay, una Mirada Historica Acerca de los Nuevos Derechos”, apresentado por Ever Ariel Morán Maciel, Matías Figueredo Sánchez e Fabiola Jazmín Duarte Gonzáles, traz ao debate a implementação do socioambientalismo no ordenamento jurídico do Paraguai.

O trabalho “Informação para o Pós-Consumo: Eficácia Social e Sustentabilidade para a Implementação dos Valores Socioambientais”, de

Antônio Carlos Efig, Talita Tosin Soares e Fernanda Mara Gibran Baue-ro, analisa o impacto socioambiental do consumo, tendo como premissa o consumo consciente e o fornecimento sustentável de produtos e serviços, pressupondo que a eficácia social se relacione com o suprimento das necessidades das gerações atuais, bem como com o resguardo da satisfação das necessidades das gerações futuras.

O trabalho “Justiça Climática na Perspectiva do Socioambientalismo”, apresentado por Gabriel Antonio Silveira Mantelli, André Ferreira de Castilho e Júlia Malheiros Garcia, parte da análise dos estudos sobre a justiça ambiental e do socioambientalismo para avaliar as implicações jurídicas que a justiça climática é capaz de acarretar à luz Política Nacional da Mudança do Clima.

No trabalho intitulado “Justiça Ambiental e Desenvolvimento: um Diálogo Possível”, Thiago da Silva Ferreira parte de um levantamento teórico sobre os temas da Justiça Ambiental e da Licença Social para Operar - LSO, ressaltando que a LSO é muito utilizada pelas empresas de mineração e de energia para apurarem o impacto social dos grandes empreendimentos, aponta, ainda, a dificuldade de levantamento teórico que discuta a Licença Social para Operar e sua relação com a Justiça Ambiental.

Também abordando o tema dos custos socioambientais gerados pelo impacto de grandes empreendimentos, o trabalho “Produção de Energia e Direito Socioambiental: Mecanismos de Internalização de Custos Socioambientais em Barragens”, apresentado por Gabriel Carvalho Marambaia, Nathalia Montemagni Pires e Gabriel Egidio Iriarte, traz à tona os custos sociais gerados pela construção de barragens para a produção de energia, propondo que a regulação jurídica das externalidades deve se apresentar de forma multidisciplinar e criativa, com vistas à concretização da justiça socioambiental.

No trabalho “Gestão Democrática e Energia Eólica como Perspectiva para Implementação do Socioambientalismo”, José Osório do Nascimento Neto analisa a gestão da energia eólica no Brasil entre os anos de 2004 a 2014.

Em “Os Limites da Produção Industrial em Face da Crise Socioambiental à Luz do Pensamento de Ulrich Beck”, Dayla Barbosa Pinto traz para o debate os limites da produção industrial diante da crise socioambiental já instalada, tendo por referencial a teoria da sociedade do risco de Ulrich Beck, para a qual o ser humano mesmo tendo assumido os riscos oriundos do processo de industrialização, não se demonstra capaz de suportá-los.

No trabalho “Por um Socioambientalismo Feminista”, Bruna Balbi Gonçalves analisa a contribuição que os debates feministas podem oferecer para a formação do socioambientalismo, tomando como base as teorias ecofeministas.

“Os Saberes e Fazeres Agroecológicos e sua Importância para o Direito Socioambiental”, trabalho apresentado por Katya Isaguirre Torres, Alessandra Jacobovski e Paola Duarte Prestes, traz as pesquisas realizadas a partir de um projeto de extensão sobre política pública para a agricultura familiar agroecológica, destacando que a prática extensionista aproxima os alunos do curso de Direito da diversidade das agriculturas do país, estimulando-os a entender que a proteção ambiental se constrói de forma articulada com os saberes e fazeres socioculturais.

O trabalho “Agroecologia no Município de Irati PR: Descrição das Iniciativas do Poder Público para o Desenvolvimento Socioambiental”, de Anne Geraldi Pimentel, descreve as iniciativas do poder público para o desenvolvimento socioambiental, destacando a importância da agroecologia para redefinição das relações do homem com o meio ambiente e na produção de alimentos saudáveis de maneira sustentável, contudo, ressalta que as ações oriundas do poder público local, embora consistam em política pública estruturada nos princípios agroecológicos, não logram êxito na efetivação da justiça social.

O artigo com o título “O Agrotóxico e o Transgênico de Cada Dia o Agronegócio (Já) nos Deu Hoje: Socioambientalismo e (In) Segurança Alimentar”, de Jaciele Piskorski Pinto de Lima, Sheila Magali Moser Isensee e Roberta Oliveira Lima, destaca a preeminência do direito humano à alimentação saudável e adequada em detrimento dos organismos geneticamente modificados produzidos pela expansão do agronegócio, do uso de defensivos agrícolas e de suas práticas excludentes.

O artigo “O Paradigma da Modernidade, a Razão Indolente e o Saber Ecológico: Reflexões Sobre a Formação de um Novo Paradigma na Relação com o Meio Ambiente”, de Carla Daniela Leite Negócio, apresenta um debate teórico estruturado em conceitos formulados a partir de Boaventura de Souza Santos, argumentando de forma dialética as estruturas da modernidade no âmbito do Sistema de produção capitalista.

“A Questão da Ocupação Habitacional em Áreas Ambientalmente Protegidas”, artigo apresentado por Gisela Provasi, Lucas Sanchez e Ana Tereza Viana, analisa de forma crítica a atuação judicial que aplica a estrita ponderação de interesses de forma a priorizar a proteção do meio ambiente em detrimento do direito à moradia, não levando em consideração a possibilidade de convivência entre os direitos constitucionalmente garantidos.

O artigo intitulado “A Necessária Sustentabilidade e sua Inadequação Diante dos Mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais”, de Daniele de Oliveira Lazzeres e Danielle De Ouro Mamed, aborda os parâmetros da sustentabilidade e sua tipologia com o fito de dimensionar sua incoerência com os mecanismos de pagamentos por serviços ambientais, haja vista que estes são estruturados a partir de instrumentos econômicos em contexto privatista.

O trabalho sobre a “Economia Verde: Uma nova Perspectiva para o desenvolvimento Sustentável”, de Renata de Medeiros da Cruz e Tamiris Melo Pereira, apresenta a Economia Verde como um modelo estruturante para o desenvolvimento sustentável, por se tratar de uma prática apta a promover, concomitantemente, a produtividade econômica, a redução da pobreza e proteção ambiental.

O artigo “O Papel do Estado na Defesa Econômica do Meio Ambiente”, de Ana Maria Jara Botton Faria e Alexia Brotto Cessetti, ressalta a importância do Estado normatizador, regulador e fiscalizador do desenvolvimento econômico de forma sustentável, priorizando a proteção ambiental.

Por fim, o trabalho com o título “Políticas Socioambientais: A Interface Entre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, O Município de Pato Branco - PR e os Agentes Catadores”, de Roger Alexandre Rossoni e Adriana Do Val Taveira, aborda a convergência entre políticas locais e políticas globais reguladoras do tratamento dos resíduos sólidos no Município de Pato Branco, Paraná. Conclui que os princípios, instrumentos e diretrizes abordados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos são em grande parte incorporados à Política Municipal de Resíduos Sólidos, resultando em políticas alinhadas e de significativa importância na integração de pressupostos socioambientais.

Assim, formou-se o presente livro, com a reunião dos trabalhos sobre a perspectiva para a implementação do socioambientalismo. Os debates foram abertos para que diferentes temas e até mesmo opiniões pudessem ser discutidas e publicadas, não existindo uma única posição a ser seguida. Com isso, o conteúdo de cada trabalho e as informações neles contidas, é de responsabilidade dos autores e autoras.

Caroline Barbosa Contente Nogueira

Flavia Donini Rossito

Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho

Coordenadoras do Grupo de Trabalho “Perspectivas Para a Implementação do Socioambientalismo”, V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental

SOCIOAMBIENTALISMO EM TEMPOS DE COMPLEXIDADE

Socioambientalismo en tiempos complejos

Parece que estamos em guerra, Claro que estamos em guerra, e é guerra de sítio, cada um de nós cerca o outro e é cercado por ele, queremos deitar abaixo os muros do outro e continuar com os nossos, o amor será não haver mais barreiras, o amor é o fim do cerco.

*José Saramago,
História do Cerco de Lisboa*

Danielle Anne Pamplona¹

Andrew Toshio Hayama²

RESUMO: O artigo versa sobre socioambientalismo, ecologia e complexidade. Nas pegadas de pensadores fundamentais do socioambientalismo, traça o surgimento do movimento socioambiental, aponta as condições de sua emergência e avalia sua repercussão com base no cenário normativo. Adverte, contudo, que o reconhecimento de direitos não significou libertação e emancipação das comunidades tradicionais, impondo a realidade, dominada pela lógica capitalista e pelo pensamento reducionista e simplificador, desafios à manutenção e à prosperidade da sociobiodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Tradicionais; Ecologia; Socioambientalismo; Complexidade.

RESÚMEN: El artículo versa acerca de *socioambientalismo*, la ecología y la complejidad. Siguiendo los pasos de los pensadores clave del *socioambientalismo*, traza el surgimiento del movimiento *socioambiental*,

¹ Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1995), Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Atualmente é Professora Assistente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e do Instituto Superior Tupy em Joinville. Email: dapamplona@pamplonaebraz.com.br

² Mestrando em Direito Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Defensor Público do Estado de São Paulo, com atuação coletiva em prol de comunidades tradicionais na região do Vale do Ribeira. Email: andrewtoshio@hotmail.com

señala las condiciones de su surgimiento y evalúa su impacto con base en el marco normativo. Advierte, sin embargo, que el reconocimiento de los derechos no significó la liberación y la emancipación de las comunidades tradicionales, imponiendo la realidad, dominada por la lógica capitalista, por la simplificación y por el pensamiento reduccionista, desafíos a la mantención y la prosperidad de la *sociobiodiversidad*.

PALABRAS-CLAVE: Comunidades Tradicionales; Ecología; *Socioambientalismo*; Complejidad.

INTRODUÇÃO

Socioambientalismo combina com complexidade? Parece que sim. É o que pretende demonstrar o artigo, que traça, nas pegadas de pensadores fundamentais do socioambientalismo, a trajetória palmilhada pelos guardiães da floresta em busca de visibilidade e reconhecimento, não para acumulação de bens e conquista de poder, mas para que continuem a existir e a resistir à lógica capitalista e à degradação da sociobiodiversidade.

Nesta viagem, com *mais naufragos que navegantes*, o socioambientalismo se consolidou e fincou princípios, colocando-se com firmeza e sensibilidade ao lado das comunidades tradicionais e contrapondo-se ao pensamento científico reducionista e simplificador ainda hegemônico neste lado ocidental.

1. EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

Há consenso entre autores centrais do socioambientalismo, como Carlos Marés, Juliana Santilli e Antonio Carlos Diegues, no sentido de que certas condições foram determinantes para o surgimento e desenvolvimento do movimento socioambiental em terras brasileiras.

No campo político, a partir dos anos 1980, a organização de comunidades tradicionais conferiu visibilidade à histórica situação de vulnerabilidade social e racismo ambiental³ que vivenciavam e ainda vivenciam

³ Segundo PACHECO, acesso em 20 de junho de 2015: “*Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. (...) O Racismo*

estas populações.

Inicialmente, despertaram para a luta política os povos indígenas e os seringueiros da região Amazônica; em seguida, e animados pela redemocratização e pela Constituição brasileira de 1988, quilombolas, caiçaras e demais grupos etnicamente diferenciados mobilizaram-se na reivindicação por direitos e na busca por *etnodesenvolvimento*.⁴

Juliana Santilli resgata a trilha desbravada pelos povos da floresta:

O socioambientalismo brasileiro – tal como o reconhecemos e identificamos – nasceu na segunda metade dos anos 80, a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista. O surgimento do socioambientalismo pode ser identificado com o processo histórico de redemocratização do país, iniciado com o fim do regime militar, em 1984, e consolidado com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização de eleições presidenciais diretas, em 1989. Fortaleceu-se – como o ambientalismo em geral – nos anos 90, principalmente depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 (Eco-92), quando os conceitos socioambientais passaram claramente a influenciar a edição de normas legais. A consolidação democrática no país passou a dar à sociedade civil um amplo espaço de mobilização e articulação, que resultou em alianças políticas estratégicas entre o movimento social e ambientalista. Na Amazônia brasileira, a articulação entre povos indígenas e populações tradicionais, com o apoio de aliados nacionais e internacionais, levou ao surgimento da Aliança dos Povos da Floresta, um dos marcos do socioambientalis-

Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Não usamos o termo “etnias vulnerabilizadas” por acaso, na nossa definição. Estamos, de um lado, combatendo o racismo, mas, de outro, recusando a noção de “raça”, no que diz respeito a seres humanos. Fazemos questão de estabelecer de forma inquestionável que essas “etnias” compreendem mais que as populações negras, a começar pelos povos indígenas, “donos” originais deste território e submetidos a um verdadeiro genocídio.”

⁴ TRECCANI, 2006, p. 234-235: “A Portaria INCRA/PI n.º 307/95 determinava, em seu inciso II, que fossem criados **Projetos Especiais QUILOMBOLAS**. O art. 19 do Decreto n.º 4.887/2003 fala de **Plano de Etnodesenvolvimento** a ser elaborado em 90 dias. Em 26 de janeiro de 2004 foi constituído o Comitê Gestor para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades remanescentes de quilombo, que deu origem ao **BRASIL QUILOMBOLA**, que apresenta as seguintes diretrizes operacionais: geração de renda, organização comunitária, ampliação e exercício da cidadania, criação da rede de proteção social e segurança alimentar. Para impulsionar a colaboração entre os entes federativos (governo federal, estaduais e municipais) estão sendo criados comitês estaduais, com a tarefa precípua de favorecer a implementação das políticas do Programa Brasil Quilombola. Podemos afirmar que as práticas culturais utilizadas por algumas comunidades, fazem com que os atuais territórios quilombolas ganhem uma dimensão de resistência, não mais ao latifúndio escravocrata da época colonial ou imperial, mas ao atual modelo de desenvolvimento que não leva em consideração a dimensão social e ecológica.”

mo. A Aliança dos Povos da Floresta defendia o modo de vida das populações tradicionais amazônicas, cuja continuidade dependia da conservação da floresta e estava ameaçada pelo desmatamento e pela exploração predatória de seus recursos naturais, impulsionada especialmente pela abertura de grandes rodovias (Belém–Brasília, Transamazônica, Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco, Cuiabá–Santarém) e pela abertura de pastagens destinadas às grandes fazendas de agropecuária e a conseqüente migração de milhares de colonos e agricultores para a região amazônica. (SANTILLI, 2005, p. 31-32).

Não diverge o antropólogo Antonio Carlos Diegues, que situa temporalmente a efervescência da luta étnica no Brasil também na década de 1980, contrapondo-se o “*ecologismo social*” ou “*ambientalismo camponês*” ao ambientalismo tradicional ou “*preservacionista*”:

A partir de meados dos anos 80, começou a surgir no Brasil um tipo de ambientalismo distinto do preservacionista, mais ligado às questões sociais. Esse novo movimento surgiu no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar, e, conseqüentemente, caracteriza-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza, que teve seu apogeu durante esse período. A grande destruição da floresta amazônica deu origem ao que pode ser chamado de *ecologismo social* – “ambientalismo camponês”, segundo Viola (1991) –, que luta por manter o acesso aos recursos naturais de seus territórios, valoriza o extrativismo e os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas. O ecologismo social é incorporado por organizações sociais como o Conselho Nacional de Seringueiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Pescadores Artesanais, os Movimentos Indígenas, etc. Um ponto alto desse novo movimento foi a realização do *I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em Altamira, em fevereiro de 1989 (Waldman, 1992). Para esses movimentos, de conotação social e ambientalista, há necessidade de se repensar a função dos parques nacionais e reservas, incluindo aí os interesses e os modos de vida de seus moradores tradicionais. (DIEGUES, 2000, p. 21).

Como construção teórica e conceitual, Carlos Marés atribui ao trabalho de ativistas, acadêmicos, juristas e ambientalistas irmanados em torno do Instituto Socioambiental, organização criada no ano de 1994 e da qual é um dos fundadores, a origem da palavra “socioambiental”.

Foi nesse momento que o NDI junto com os integrantes do Programa Indígena do CEDI convidaram ambientalistas radicados principalmente no SOS Mata Atlântica e resolveram fundar uma nova organização que cruzasse as questões sociais com as ambientais, ampliando o horizonte dos direitos coletivos indígenas para sua verdadeira dimensão: direito dos povos, direitos das diferenças, ao mesmo tempo que ampliasse também a ideia de proteção ambiental, retirando dela o aspecto negativista, anti-humano, para dar-lhe um sentido de direito coletivo de povos. Para dar um nome a essa organização fundada em abril de 1994, aprovou-se, provisoriamente, o de Instituto Socioambiental. O nome provisório ganhou perenidade e a palavra socioambiental escrita na Fazenda da Serra, em Resende, para servir de nome provisório ganhou asas próprias, vencendo a imensidão dos mares e a altitude das serras ingressando no dicionário das lutas sociais. (SOUZA FILHO, 2011, p. 168).

Marco jurídico fundamental, a Constituição brasileira de 1988 incorporou conquistas civilizatórias que redesenharem e refundaram o pacto social, doravante, ao menos no plano normativo, pluriétnico e garantidor de direitos fundamentais de comunidades etnicamente diferenciadas.

A orientação socioambiental influencia todo o tecido constitucional, que cuida da tutela ambiental sem descuidar a proteção de direitos territoriais e culturais de comunidades tradicionais. A propriedade privada é repensada à luz de sua função socioambiental.

O texto constitucional revela a compreensão de que não basta proteger a biodiversidade: a diversidade de espécies, genética e de ecossistemas, sem assegurar a diversidade cultural que está intimamente relacionada a esta. A síntese socioambiental está presente na interface entre biodiversidade e sociodiversidade, permeada pelo multiculturalismo, pela pluriétnica e pelo enfoque humanista. Só se dará plena eficácia e efetividade às normas constitucionais se forem compreendidas em toda a sua essência, se pudermos retirar o máximo delas. Interpretar as normas constitucionais de conteúdo socioambiental apenas pelo viés da tutela ao patrimônio natural deixa a sua efetividade muito aquém do desejado e da solução hermenêutica que melhor atende ao princípio da máxima efetividade. O socioambientalismo que permeia a Constituição brasileira privilegia e valoriza as dimensões materiais e imateriais (tangíveis ou intangíveis) dos bens e direitos socioambientais, a transversalidade das políticas públicas socioambientais, a função socioambiental da propriedade e a consolidação de processos democráticos de participação social na gestão ambiental. O casamento socioambiental

orienta e fundamenta toda a legislação infraconstitucional brasileira aprovada após a Constituição de 1988, dando-lhe coerência e unidade axiológico-normativa. (SANTILLI, 2005, p. 92-93).

Em que pese abrir a Constituição de 1988 *“as portas para um novo direito fundado no pluralismo, na tolerância, nos valores culturais locais, na multiétnicidade, que rompe com a lógica excludente do Estado Constitucional e seu Direito único”*, admoesta Carlos Marés que *“apenas abriu portas”*, pois *“o sistema, com sua força e prepotência, não tem permitido que por ela entrem os povos.”* (SOUZA FILHO, 2011, p. 166-167).

Compondo o núcleo duro de um desejável *Estatuto Jurídico das Comunidades Tradicionais*, a Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos (humanos) dos povos indígenas e tribais.

No âmbito do sistema regional, à Corte Interamericana de Direitos Humanos têm sido submetidos uma série de conflitos relacionados à posse e à propriedade coletiva da terra de povos indígenas e tribais. A jurisprudência da Corte, nessa senda, mostra-se extremamente relevante para o reconhecimento e a interpretação dos direitos assegurados na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH).

Cesar Baldi, em estudo sobre territorialidade quilombola, ressalta a relevância do direito comparado, como fonte e ferramenta de construção de mecanismos de tutela jurídica às comunidades tradicionais:

Significativo, em relação às legislações em outros países do continente, é verificar: a) as terras são comunitárias e, pois, a propriedade é coletiva, o que implica reconhecer uma pluralidade de propriedades (e não somente a clássica propriedade privada); b) existe, de forma expressa ou implícita ao menos, a noção de que as terras reconhecidas são inalienáveis e imprescritíveis; c) as práticas de produção são tradicionais; d) a identidade cultural das comunidades é parte da memória nacional; e) há uma associação, na medida do possível, com a situação dos indígenas. Por sua vez, a Constituição da Nicarágua e o julgamento da CIDH reforçam a íntima relação entre “território” e “sobrevivência física e cultural” das comunidades. Estes elementos, pois, são fundamentais para uma análise comparativa com a situação brasileira.” (BALDI, 2009, p. 15).

Portanto, conclui o jurista, tendo como horizonte a questão quilombola:

A disposição contida no art. 68 do ADCT não se encontra isolada no contexto constitucional do continente americano, inserindo-se dentro de um contexto de significativa alteração que vem dando forma a um novo tipo de constitucionalismo, que assume a plurinacionalidade, a pluriculturalidade, a pluriethnicidade e a interculturalidade dos países e que põe em discussão, pois, a simultaneidade de tradições culturais no mesmo espaço geográfico, o pluralismo jurídico, a ressignificação de direitos coletivos, a democracia intercultural, a territorialidade, a inclusividade cultural e um grau razoável de incertezas e instabilidades.” (BALDI, 2009, p. 06-07).

A nova conjuntura jurídica repercutiu na produção normativa infraconstitucional e a legislação paulatinamente tem reconhecido direitos de comunidades tradicionais⁵ e enfatizado a importância histórica e cotidiana que ostentam na tutela da biodiversidade.

A despeito das críticas que poderiam ser lançadas, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000), acaba, de fato, por contemplar direitos e garantias da população residente, mormente das comunidades tradicionais presentes nas áreas.⁶

A Lei nº 11.428/2006 (conhecida como Lei da Mata Atlântica) define pela primeira vez juridicamente o conceito de comunidade tradi-

⁵ A título de esclarecimento, será apresentada, somente para fins de exemplificação, a legislação principal que trata de direitos de comunidades tradicionais. Não serão mencionadas as leis específicas de grupos etnicamente diferenciados, como indígenas, quilombolas, caiçaras, caboclos, pescadores artesanais etc., que compõem o rico e plural universo das comunidades tradicionais. A finalidade deste artigo não é proceder a levantamento completo e exaustivo de toda a legislação sobre o tema.

⁶ A confirmar tal assertiva, cita-se o artigo 5º, estabelecendo que o SNUC será regido por diretrizes que: “III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação; VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais; IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais; X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.” O art. 4º do SNUC elenca, no inciso XIII, como um de seus objetivos, “*proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.*”

cional, em seu artigo 3º, II: *“população tradicional: população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental”*.

Mais generoso, o Decreto nº 6.047/2007, que instituiu a *política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais*, estabelece rol significativo e avançado de direitos específicos, adotando em sua linguagem em vários momentos o termo “socioambiental”.⁷

A Lei nº 12.651/12 (conhecida como Novo Código Florestal) também busca a conciliação entre biodiversidade e sociodiversidade, autorizando inúmeras atividades de baixo impacto ambiental praticadas por comunidades tradicionais.⁸

⁷ O Decreto se fundamenta nos seguintes princípios, valendo sublinhar o uso recorrente do termo “socioambiental”: “I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes étnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desprezar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade; II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania; III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis; IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições; VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas; VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais; VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais; IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo; X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses; XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais; XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.”

⁸ Nos termos do artigo 3º, entende-se por: “X - atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental: a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d’água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável; b) implantação de instalações necessárias à

A questão da vinculação com a terra e a necessidade de preservação do patrimônio cultural e do modo de subsistência destas comunidades exigem estatuto protetivo que tenha capacidade, simultaneamente, de promover a autonomia e a liberdade destes grupos (de até mesmo abandonarem suas tradições) e de ofertar condições plenas (territoriais, materiais, de segurança) para que possam sustentar o modo de vida neles inscrito, se assim desejarem e de acordo com seu próprio ritmo e tempo.

A luta das comunidades tradicionais, ao contrário de romantismo ou saudosismo, se projeta para o futuro, na medida em que ostenta potencial, além de emancipatório, autenticamente revolucionário, ao mesmo tempo empoderando sujeitos coletivos de direitos e universalizando questionamentos críticos ao sistema capitalista global.

2. FUNDAMENTOS E DESAFIOS DO SOCIOAMBIENTALISMO

A emergência do fenômeno socioambiental, situada temporalmente na década de 1980 e espacialmente na região amazônica, tomou corpo e rapidamente ganhou força em virtude da aliança tática com o ambientalismo e da pauta comum que estabeleceram em defesa da floresta e da vida contra os megaempreendimentos e a política desenvolvimentista, consoante sublinha Alaim Giovani Fortes Stefanello:

Tanto a Convenção de Estocolmo quanto a Política Nacional de Meio Ambiente refletem um amadurecimento do movimento am-

captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber; c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo; d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; e) construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores; f) construção e manutenção de cercas na propriedade; g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável; h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos; i) plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área; j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área; k) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente.”

bientalista em nível mundial e no Brasil, cuja trajetória de luta inicialmente seguiu em paralelo e separada dos movimentos de defesa dos índios, quilombolas e populações tradicionais. O caminho que percorriam, no entanto, embora muitas vezes apresentassem estradas diferentes, conduziam ao mesmo destino: a defesa da vida. Os obstáculos também eram comuns: o poder econômico e ideológico do capitalismo, a racionalidade cartesiana ocidental, e, dentre outros, a invisibilidade que possuíam diante dos olhos do Estado. Aos poucos, índios, quilombolas, comunidades tradicionais e ativistas de movimentos ambientalistas perceberam que sua caminhada deveria ser conjunta, pois não havia fronteira definida entre suas reivindicações, as quais possuíam na vida, por suas mais variadas formas, o fundamento de lutar. (STEFANELLO, 2014, p. 86-87).

A convergência de interesses ainda existe e em alguma medida sempre será possível construir agendas de luta comuns, especialmente diante do atual panorama de políticas *neodesenvolvimentistas* que ameaçam a integridade tanto da biodiversidade quanto da sociodiversidade, a exemplo da construção de barragens, da exploração da mineração e do avanço da monocultura e do agronegócio.

Não obstante, e desde sua gênese, o socioambientalismo aposta em proposta significativamente diferente, mais rica e plural, que a da ecologia clássica, calcada em visão unilateral das ciências naturais e num biologismo reducionista, o qual, segundo Alfredo Pena-Vega, estudioso de Edgar Morin e da teoria da complexidade no campo da ecologia, não mais se sustenta:

O “biologismo” tradicional considerou o ser vivo como uma espécie de sistema fechado, isto é, um sistema que evolui no interior da natureza e se limita a extrair dela a energia e a matéria, dependendo dela somente para sua alimentação e necessidades físicas. Na realidade, os sistemas vivos são sistemas abertos, o que significa que mantêm uma troca contínua de energia, de matéria e de informação com o seu meio para permanecer vivos. Em outras palavras, como acertadamente demonstrou Schrödinger (1945), um dos pioneiros da revolução biológica, o ser vivo não se alimenta somente de energia, mas também de entropia negativa, isso é, de organização complexa e de informação. De acordo com essa teoria, hoje podemos afirmar que o ecossistema é co-organizador e co-programador do sistema vivo que nele se encontra integrado. Esta última idéia constitui uma evolução significativa, do ponto de

vista paradigmático, da “nova” ciência ecológica, que não considera mais a relação ecossistêmica como uma relação externa entre duas entidades fechadas, mas, acima de tudo, como uma relação integrativa entre dois sistemas abertos, na qual cada um é parte do outro, constituindo uma totalidade. (PENA-VEGA, 2010, p. 32-33).

Ainda que a ecologia tenha se sofisticado e, inclusive, em seu seio tenha desenvolvido estudos alinhados ao paradigma da complexidade, a cisão entre ser humano e natureza, o natural e o cultural, a biodiversidade e a sociodiversidade marca as ciências naturais.⁹

No Brasil e de modo geral em países do Sul do mundo, a política ambiental clássica se confronta com direitos sociais e étnico-culturais, protagonizando episódios de injustiça e de racismo ambientais.

Predominam, no campo da ecologia, posições preservacionistas e conservacionistas, as quais, preocupadas somente com a tutela da biodiversidade, consideram a ação humana sempre negativa e perturbadora:

Pode-se afirmar que as políticas para a questão ambiental em geral, e florestal em particular, no Brasil receberam influências de ambas as linhas. Por um lado o preservacionismo influenciou parte significativa do movimento ambientalista, incluindo desde entidades mais antigas como a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) até outras mais modernas, como a FUNATURA (Fundação Pró Natureza) e PRONATURA (Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais), representativas de uma atuação mais interligada com as grandes organizações ambientalistas internacionais. Estas posições influenciaram a concepção e instalação de vários parques e outras Unidades de Conservação, principalmente a partir dos anos 1970. As limitações deste modelo e da sua aplicação são bem conhecidas, quanto ao desconhecimento do papel e dos direitos das populações tradicionais e quanto à sua própria eficácia

⁹ PENA-VEGA, 2010, p. 62-63: “No fundo, os debates teóricos dos quais emergem o conceito de ecossistema não cessaram de interpelar a “fragilidade” epistemológica da ciência da ecologia. Podemos explicar que tal “fragilidade” é, paradoxalmente, fruto de uma diversidade nas orientações do raciocínio teórico devida à aceitação dos postulados que emanam da termodinâmica e da noção sistêmica. Entretanto, como demonstrou nossa reflexão, a “análise ecossistêmica marca a verdadeira ruptura entre a ecologia e as outras disciplinas biológicas. Ela permite a integração mais ou menos fácil e justificada dos princípios oriundos de outras teorias, tais como a termodinâmica do ser vivo (quantificações de fluxos energéticos), a cibernética (análise das regulações das trocas entre componentes, fatores de controle), de informação (teoria introduzida em ecologia por Margalef, funcionamento da rede). Seu maior trunfo é a quantificação dos fenômenos pela medida dos fluxos sistêmicos” (G. Arnaud e J.C. Lefeuve, 1992). No entanto, como enfatizam com justiça estes últimos, trata-se até aqui de “ecologia sem o homem”, ou seja, incapaz de estabelecer a passagem entre um paradigma social complexo e o paradigma ecológico.”

ecológica. A criação de áreas protegidas de forma isolada é vista como uma “política autoderrotada”. Ao mesmo tempo, o conservacionismo norteou trabalhos na área de fomento ao reflorestamento e também as iniciativas de gestão de recursos naturais. As primeiras manifestações institucionais mais expressivas neste sentido no século XX foram os códigos de Águas (1935) e Florestal (1937). A partir da análise da produção técnica científica das pioneiras escolas superiores de ciências agrárias observa-se que o tema já estava sendo inserido nas diretrizes do ensino, da extensão e pesquisa agrícolas. Especialmente a partir dos anos 1930 são abordadas questões como a conservação do solo e da água, o controle do uso do fogo e o reflorestamento. Apesar de seus poucos resultados práticos, o conceito de recursos naturais foi desde então assimilado ao discurso técnico. (...) Pode-se afirmar que, à primeira vista, as propostas preservacionistas tiveram maior êxito no país, ou pelo menos, maior visibilidade tanto nas políticas públicas quanto na discussão acadêmica. O resultado efetivo, porém, desta situação merece ser melhor avaliado. A contradição entre o sucesso das propostas preservacionistas e o modelo de desenvolvimento predominante no Brasil é apenas aparente. A definição de áreas protegidas e excluídas da atividade econômica na verdade sinaliza para a completa e desregrada utilização dos recursos naturais fora delas. (RESENDE, 2002, p. 54-55).

De qualquer sorte, Diegues acredita que não haja diferença entre as duas linhas, *“apesar do discurso moderno de muitas organizações conservacionistas”*, tendo em vista que *“a conservação, na prática, se limita às atividades acima enumeradas, sobretudo à implantação de áreas protegidas, corredores ecológicos, etc., desconectadas das aspirações e necessidades das populações locais.”* (DIEGUES, 2000, p. 02).

Ilustra bem esta celeuma a política de implementação de Unidades de Conservação, condicionada pelo que Diegues denomina, em obra clássica das ciências sociais, de *“o mito moderno da natureza intocada”*, instrumento ideológico que domina o imaginário dos sujeitos que lidam nesta seara, repercutindo em saberes e práticas. (DIEGUES, 2008).

Todavia, como esclarece o antropólogo, *“o mito moderno da natureza intocada”* não resiste à análise rigorosa, na medida em que, primeiramente, discutível a existência de espaços selvagens que não tenham sido tocados pela mão humana, ganhando cada vez mais força a tese de que a intervenção humana estimulou o desenvolvimento da biodiversidade que

hoje se conhece.¹⁰

Por outro lado, a ideologia preservacionista/conservacionista marginaliza as comunidades tradicionais que ocupam o que ainda resta de espaço preservado e rico em biodiversidade, silenciando manifestações e desejos e tornando invisíveis suas lutas e reivindicações. No entanto, tal postura vem sendo contestada por pesquisas no campo da *etnociência* que indicam que as comunidades tradicionais são potenciais aliadas na manutenção da riqueza ambiental pela qual em grande parte são responsáveis. Tais trabalhos, sob o signo da pluriethnicidade e da ética da alteridade, cultivadas mormente pela hodierna antropologia, também inventariam inúmeras outras contribuições, valorizando e respeitando técnicas e racionalidades outras, bem como modos de sentir, pensar e agir diferentes.

Para além da fragilidade do mito e do autoritarismo das práticas preservacionistas/conservacionistas, a implementação de políticas ambientais no Brasil importou o modelo estadunidense, incompatível com os trópicos e com a nossa realidade, em que grande parte da biodiversidade convive harmonicamente com a sociodiversidade de comunidades tradicionais que ocupam e protegem territórios ancestralmente, tais como os indígenas e os quilombolas.

O socioambientalismo, neste contexto, é concepção inovadora e necessária, apresentando caráter multidisciplinar e abrangendo como campo de estudo a relação entre homem e meio ambiente e, sobretudo, o modo de vida de povos e comunidades etnicamente diferenciadas.

Nas palavras de Carlos Marés, pensador central do socioambientalismo:

(...) socioambiental significa a relação estreita e indissolúvel entre a natureza e a cultura ou entre a biodiversidade e sociodiversidade, tendo como base a certeza de que a sociodiversidade não sobrevive sem a biodiversidade. Está claro que a biodiversidade, ou a natureza como fica mais fácil chamá-la, não necessita da cultura humana para sobreviver, mas é altamente influenciada por ela. Já as culturas humanas precisam da natureza e são incapazes de sobreviver sem ela. Aliás, o ser humano é apenas mais uma espécie na biodiversidade, embora hoje seja a que mais impacta a natureza no planeta terra. Assim, no

¹⁰ No mesmo sentido, BARRETTO FILHO, 2008, p. 118: “Isso significa reconhecer que a biodiversidade que encontramos hoje nesses ambientes seria o resultado de complexas interações históricas entre forças físicas, biológicas e sociais. A composição atual da vegetação madura/adulta pode muito bem ser o legado de civilizações passadas, a herança de campos cultivados e florestas manejadas abandonados há centenas de anos atrás – especialmente na Bacia Amazônica, na qual, conforme apontam evidências arqueológicas, etnohistóricas e etnobotânicas, uma alta densidade populacional e uma ocupação humana contínua teriam tido lugar.”

conceito de socioambiental e socioambientalismo, necessariamente está a associação profunda da proteção das coisas da natureza e a proteção das culturas humanas. Por isso se fala de índios, quilombolas, populações tradicionais e também de parques, áreas de proteção ecológicas, espécies em extinção, sementes, transgênicos, movimentos sociais, consumidores, Estado, liberdade e tantas outras coisas. (...) O socioambientalismo, portanto, é um movimento muito amplo que tem como convicção a necessidade de encontrar um caminho de superação do desenvolvimento econômico sem limites para que seja possível a manutenção mais próxima da integridade da sociodiversidade e da biodiversidade do planeta e de cada uma de suas partes. (SOUZA FILHO, 2011, p. 09).

Juliana Santilli, por sua vez, enfatiza o aspecto político e democratizante do movimento socioambiental, que defende a inclusão, a participação e o protagonismo das comunidades tradicionais na gestão ambiental:

O socioambientalismo foi construído com base na idéia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental. (SANTILLI, 2005, p. 34).

3. SOCIOAMBIENTALISMO E COMPLEXIDADE

O socioambientalismo, como movimento e pensamento novos, construindo seu objeto alimentando-se em fontes como o direito (em sua vertente crítica e contra-hegemônica), a ecologia (complexa) e a antropologia, contrapõe-se ao ambientalismo clássico, fundado no abismo entre homem e natureza e operando nos estreitos limites do biologismo simplificador.

Diegues situa com precisão o problema, criticando o pensamento simplificador perante os novos paradigmas decorrentes do pensamento complexo:

Os modelos de ciência para a conservação têm sido marcados pelo reducionismo metodológico, tanto entre as ciências naturais quanto entre as sociais. Desde o século XVII, a investigação científica foi marcada pelo paradigma cartesiano ou pelo positivismo/racionalismo. Essa ciência tenta descobrir a verdadeira natureza da realidade a fim de prever e controlar os fenômenos naturais. Os cientistas acreditam que estão separados dessa realidade e por isso são objetivos. O reducionismo positivista tenta desagregar a realidade em componentes para reordená-los posteriormente como generalizações ou leis. Essa visão parcial, positivista ignora outras alternativas, e, no entanto, novos paradigmas estão aparecendo como a ciência não linear, a teoria do caos, a física quântica, a teoria crítica, a pesquisa construtivista, etc. (Pimbert & Pretty, 1997). Um dos pontos críticos desse reducionismo é o conceito de “meio ambiente”, considerado por muitos como uma dimensão exclusivamente biológica ou natural. Como consequência dessa premissa, tudo o que se refere a meio ambiente é identificado como “natural” e biológico, particularmente pelos cientistas naturais e profissionais da conservação. (DIEGUES, 2000, p. 14-15).

A bem da verdade, o purismo científico e a separação arbitrária entre ciências naturais e sociais não é procedimento exclusivo da ecologia clássica, mas questão que historicamente domina o pensamento científico ocidental, como denuncia Edgar Morin:

Os princípios de explicação “clássicos” que dominavam antes de ser perturbados pelas transformações que evoquei postulavam que a aparente complexidade dos fenômenos podia explicar-se a partir de alguns princípios simples, que a espantosa diversidade dos seres e das coisas podia explicar-se a partir de alguns elementos simples. A simplificação aplicava-se a esses fenômenos por separação e redução. A primeira isola os objetos não só uns dos outros, mas também do seu ambiente e do seu observador. É no mesmo movimento que o pensamento separatista isola as disciplinas umas das outras e insulariza a ciência na sociedade. A redução unifica aquilo que é diverso ou múltiplo, quer àquilo que é elementar, quer àquilo que é quantificável. Assim, o pensamento redutor atribui a “verdadeira” realidade não às totalidades, mas aos elementos; não às qualidades, mas às medidas; não aos seres e aos entes, mas aos enunciados formalizáveis e matematizáveis. (MORIN, 2005, p. 27).

O sociólogo francês Alfredo Pena-Vega, pesquisador do Centro de Estudos Edgar Morin, apresenta obra na qual defende a ideia da ecologia complexa, muito próxima da proposta socioambientalista, no interior de uma “*reforma do pensamento teórica e conceitual*”:

Além de uma tomada de consciência ecológica, é interessante notar que esta crise do meio ambiente vai permitir o surgimento de grandes programas de reflexão interdisciplinar, pondo em relevo importantes questões de ordem epistemológica em domínios diferentes: na interação da ciência da terra, da ciência da vida e da natureza e das ciências sociais. Apesar de uma abundante literatura no campo interdisciplinar, as respostas continuam, ainda, paradoxalmente lapidares, tamanha é a inadaptação dos fundamentos paradigmáticos na concepção tradicional das ciências do homem, da vida e da natureza. Em outras palavras, as ciências do homem e da natureza teriam uma dificuldade maior de se integrarem em seus postulados conceituais, principalmente em termos de unidades de interação Vida/Natureza/Homem/Sociedade, indispensável para explicar os procedimentos complexos de adaptação, sobrevivência e desaparecimento que governam e evolução dos ecossistemas. Parece desde logo necessário proceder a uma tentativa de “reforma do pensamento” teórica e conceitual, a fim de incorporar nas ciências do homem o conceito de vida e/ou, inversamente, uma ciência da ecologia capaz de integrar, em seu desenvolvimento reflexivo, uma nova abordagem à dimensão antro-po-social. (PENA-VEGA, 2010, p. 21-22).

Alfredo Pena-Vega rejeita a ecologia clássica, cientificista e refém do conceito de ecossistema, centrando-se “*no procedimento conceitual multidimensional próprio da abordagem ecológica em torno do paradigma da complexidade*.” (PENA-VEGA, 2010, p. 36).

Contudo, ainda com Pena-Vega, algumas ressalvas são necessárias, para evitar que o pensamento complexo tome o lugar e se transforme em uma nova forma de pensamento simplificador:

Lembremos que a epistemologia da complexidade não deve ser vista como uma espécie de catálogo no qual se acumulariam, por justaposição, todos os conhecimentos: físico, biológico, lógico, psicológico, psicanalítico etc. Ao contrário, ela deve ser considerada como um princípio de complexificação do nosso próprio conhecimento, que introduz, em todas essas consciências, a consciência das condições bio-antropológicas, socioculturais ou nosológicas do conhecimento. Em outras palavras: o conhecimento que traduz a complexidade dos fenômenos

deve reconhecer a existência dos seres e interrogar-se sobre o mistério do real. (PENA-VEGA, 2010, p. 39-40).

Nem justaposição, nem “*sincretismo metodológico*”, advertirá André Folloni, pensador da complexidade especialmente no campo do direito tributário:

Mas de que se trata um pensamento científico complexo? Releva, aqui, o cuidado para evitar mal-entendidos. É necessário afastar o equívoco de se compreender complexidade como mistura de saberes, como coquetel de ciências, como sincretismo metodológico. A demanda por um conhecimento capaz de se dirigir ao todo, e de compreender o que há nas fronteiras entre as disciplinas científicas, suas inter-relações e suas trocas retroativas, não significa o abandono dessas disciplinas. O interdisciplinar pressupõe as disciplinas. Mas significa saber sempre que as disciplinas promovem um corte abstrato e, muitas vezes, arbitrário no real, e que esse corte não impede, aliás demanda, um conhecimento voltado para o que ficou dele excluído, na tentativa de uma compreensão mais ampla. Assim, por exemplo, um pensamento complexo do Direito Tributário, que pretenda entender suas relações com a Economia, não deverá misturar Direito Tributário com economia, mixando o diferente no uno. Fazer da multiplicidade dos diferentes uma realidade una é, também, uma atitude simplificadora, que deve ser evitada. Holismo também é simplificação. Ao contrário, é preciso compreender as complexidades de um e outro, suas diferenças e seus inter-relacionamentos. Uma ciência complexa não deve totalizar, isto é, construir uma visão unitária e antidiferenciadora. É necessário diferenciar para compreender as relações entre os diferentes. (FOLLONI, 2014, p. 28).

Afinal de contas, o pensamento complexo não está livre de incorrer em confusões, generalizações ou desejos de poder; e o pensamento reducionista e simplificador também pode germinar no grande e combativo coração do socioambientalismo.

Nesta empreitada, o socioambientalismo deve vacinar-se contra tendências à idealização ingênua das comunidades tradicionais, numa espécie de resgate do “mito do bom selvagem”.¹¹

¹¹ DIEGUES, 2000, p. 41: “Trata-se, evidentemente, de seres humanos com suas qualidades e defeitos, com interesses, frequentemente, heterogêneos dentro da própria comunidade. Além disso, muitas dessas comunidades têm sofrido, nas últimas décadas, processos de desorganização social e cultural decorrentes de sua inserção crescente nas sociedades urbano-industriais, com a perda também crescente de suas tecnologias patrimoniais assim como do acesso aos recursos naturais.”

A naturalização e a “essencialização” do comportamento destes sujeitos apenas escamoteia expectativa e, portanto, desejo, que a sociedade dominante deposita sobre estes grupos, violando, de forma autoritária, a autonomia e a autodeterminação à que têm direito.

Por outro lado, o grande e combativo coração socioambientalista deve se prevenir de relações paternalistas e do olhar, dirigido às comunidades, vitimizante, posturas, no fundo, preñes de arrogância e de sentimento de superioridade. Quase um mantra, nunca é demais repetir famosa e popular frase do *jusfilósofo* Agostinho Ramalho Marques Neto: “*E quem nos salva da bondade dos bons?*”

Ninguém melhor do que Morin para interromper (não encerrar!) esta breve incursão no pensamento complexo:

O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. É a concentração na direção do saber total, e, ao mesmo tempo, é a consciência antagonista e, como disse Adorno, “a totalidade é não-verdade”. A totalidade é, ao mesmo tempo, verdade e não-verdade, e a complexidade é isso: a junção de conceitos que lutam entre si.” (MORIN, 2005, p. 192).

“*Junção de conceitos que lutam entre si*”: além de uma poética definição de complexidade, também diz muito sobre o socioambientalismo.

REFERÊNCIAS

BALDI, Cesar Augusto. **A proteção jurídica da territorialidade étnica: as comunidades quilombolas**. Trata-se de versão atualizada e parcialmente reformulada do artigo “Territorialidade étnica e proteção jurídica: as comunidades quilombolas e a desapropriação”, incluído no livro: FERNANDES, Edesio; ALFONSIN, Betânia (orgs). **Revisitando o instituto da desapropriação**. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 273-315.

BARRETTO FILHO, Henyo T. Populações Tracionais: introdução à crítica

ca da ecologia política de uma noção. *In*: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2008, p. 109-143.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. *In*: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 01-46.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

FOLLONI, André. Reflexões sobre *complexity science* no direito tributário. *In*: MACEI, Demetrius Nichele et. al. (coord.). **Direito tributário e filosofia**. Curitiba: Instituto Memória, 2014, p. 24-37.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. *In*: <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em 20 de junho de 2015.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Tradução: Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

RESENDE, Roberto Ulisses. **As regras do jogo**: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. São Paulo: Annablume: 2002.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SOUZA FILHO, Carlos Marés de. **A liberdade e outros direitos**: ensaios socioambientais. Curitiba: Letra da Lei, 2011, p. 168.

STEFANELLO, Alaim Giovani Fortes. Do direito ambiental aos direitos da sociobiodiversidade: fundamentos e perspectivas. *In*: MARÉS, Carlos; FERREIRA, Helene Sivini; NOGUEIRA, Carolines Barbosa (organizadores). **Direito socioambiental**: uma questão para América Latina. Curitiba: Letra da Lei, 2014, p. 85-98.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entaves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

OBJETIVOS DO MILÊNIO E A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO: UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS ALCANÇADOS

*Objetivos del Milenio y la Implementación del Socio Ambientalismo:
un Análisis de los Avanzos Alcanzados*

Heloise Siqueira Garcia¹²

Denise Schmitt Siqueira Garcia¹³

RESUMO: O presente trabalho terá como escopo trabalhar com a temática dos objetivos do milênio vinculando-os à implementação do socioambientalismo a nível Brasil, de modo a realizar uma análise dos avanços já alcançados considerando as metas estabelecidas na Declaração do Milênio das Nações Unidas no ano 2000. A problemática surgiu ante a verificação da necessidade de se analisar a evolução da efetivação de tais objetivos considerando a mudança de paradigma vivida atualmente que urge pela real implementação do socioambientalismo. Nesse diapasão elencou-se como objetivo geral ANALISAR os avanços alcançados na efetivação dos objetivos do milênio e a sua relação com a implementação do socioambientalismo. E objetivos específicos COMPREENDER o socioambientalismo, de modo a traçar seu conceito a partir das ideias de mínimo existencial ecológico e dimensão social; ELUCIDAR os objetivos do milênio, apresentando seu surgimento, conceituação e objetivo e a sua relação com

¹² Doutoranda do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ – UNIVALI. Mestre em Ciência Jurídica pelo PPCJ – UNIVALI. Mestre em *Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad* pela Universidad de Alicante – Espanha. Pós graduanda em Direito Previdenciário e do Trabalho pela UNIVALI. Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Advogada. Email: helo_sg@hotmail.com.

¹³ Doutora pela Universidade de Alicante na Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI – PPCJ. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Alicante – Espanha. Mestre em Ciência Jurídica. Especialista em Direito Processual Civil. Membro do grupo de pesquisa “Estado, Direito Ambiental, Transnacionalidade”. Coordenadora da Pós-graduação lato sensu em Direito Processual Civil. Pesquisadora do projeto de pesquisa aprovado no CNPq intitulado: “Análise comparada dos limites e das possibilidades da Avaliação Ambiental Estratégica e sua efetivação com vistas a contribuir para uma melhor gestão ambiental da atividade portuária no Brasil e na Espanha” e do projeto de pesquisa aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça intitulado: “Juizados Especiais, Turmas Recursais e Turmas de Uniformização da Justiça Federal: Os 10 anos dos Juizados Especiais Federais e os principais problemas no processo de revisão das decisões judiciais”. Advogada. denisegarcia@univali.br

a dimensão social da sustentabilidade; e VERIFICAR os avanços já alcançados na efetivação dos objetivos do milênio no Brasil e a sua relação com a implementação do socioambientalismo. Para tanto o trabalho foi dividido em três partes baseadas nos objetivos específicos do mesmo, a primeira tratando sobre o socioambientalismo, a segunda sobre os objetivos do milênio e a terceira trazendo a análise principal proposta no trabalho, com a análise do alcance da efetivação dos objetivos do milênio e a sua relação com a implementação do socioambientalismo. Extraíndo-se, ao final, a consideração de que os objetivos do milênio são metas traçadas pelas Nações Unidas para serem efetivadas pelos países signatários da Declaração do Milênio do ano 2000, os quais se vinculam intimamente à dimensão social do princípio da sustentabilidade e cuja garantia proporcionará a real implementação de algumas vertentes do socioambientalismo. Quanto à metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; o cartesiano na fase de tratamento dos dados; e também o indutivo no Relatório da Pesquisa. Foram ainda acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

PALAVRAS-CHAVE: Objetivos do Milênio; Socioambientalismo; Dimensão Social; Sustentabilidade.

RESUMEN: *El presente trabajo tendrá como finalidad trabajar con la temática de los objetivos del milenio, los vinculando a la implementación del socio ambientalismo a nivel Brasil, de modo a realizar un análisis de los avances ya alcanzados considerando las metas establecidas en la Declaración del Milenio de las Naciones Unidas en el año 2000. La problemática surgió ante la verificación de la necesidad de analizar la evolución de la efectucción de tales objetivos considerando el cambio de paradigma vivido actualmente que urge por la real implementación del socio ambientalismo. En ese sentido se destacó como objetivo general ANALIZAR los avances alcanzados en la efectucción de los objetivos del milenio y su relación con la implementación del socio ambientalismo. Y objetivos específicos COMPRENDER el socio ambientalismo, de modo a trazar su concepto a partir de ideas de mínimo existencial ecológico y dimensión social; ELUCIDAS los objetivos del milenio, presentando su surgimiento, conceputación y objetivo y su relación con la dimensión social de la sostenibilidad; y VERIFICAR los avances ya alcanzados en la efectucción de los objetivos del milenio en Brasil y su relación con la implementación del*

socio ambientalismo. Para tanto el trabajo fue dividido en tres partes emba-sadas en los objetivos específicos del mismo, la primera tratando sobre el socio ambientalismo, la segunda sobre los objetivos del milenio y la tercera trayendo el análisis principal propuesto en el trabajo, con el análisis del alcance de la efectucción de los objetivos del milenio y su relación con la implementación del socio ambientalismo. Se sacando, al final, la consideración de que los objetos del milenio son metas trazadas por las Naciones Unidas para se efectuaren por los países signatarios de la Declaración del Milenio del año 2000, los cales se vinculan íntimamente a la dimensión social del principio de la sostenibilidad y cuya garantía proporcionará la real implementación de algunas vertientes del socio ambientalismo. Cuanto a la metodología fue utilizado el método inductivo en la fase de investigación; el cartesiano, en la fase de tratamiento de datos; y también el inductivo en el Informe de la Investigación. Fueron también accionadas las técnicas del referente, de la categoría, de los conceptos operacionales, de la investigación bibliográfica y del fichaje.

PALABRAS CLAVE: *Objetivos del Milenio; Socio ambientalismo; Dimensión Social; Sostenibilidad.*

INTRODUÇÃO

O socioambientalismo surge na metade dos anos 80, a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e ambientais e principalmente, no Brasil, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que iniciou um grande processo de democratização no país.

Todas as discussões vinculativas aos ideais do socioambientalismo tomaram corpo no decorrer dos tempos substancialmente com engajamentos de programas, políticas e propostas mundiais, muitas delas encabeçadas pela ONU, como foi o caso dos Objetivos do Milênio, estipulados no ano de 2000, os quais traziam metas a serem cumpridas no decorrer de 15 anos, todas elas ligadas aos ideais socioambientais.

A partir deste viés ideológico é que se estabeleceu o tema central do presente artigo, que se apresenta com o escopo de trabalhar com a temática dos objetivos do milênio vinculando-os à implementação do socioambientalismo a nível Brasil, de modo a realizar uma análise dos avanços já

alcançados considerando as metas estabelecidas na Declaração do Milênio das Nações Unidas no ano 2000.

O desenvolvimento do artigo se dará primordialmente no âmbito do Direito Ambiental, onde se buscará analisar doutrinas que cunharam discussões ambientais no âmbito da sustentabilidade e do socioambientalismo, assim como relatórios e dados da ONU e do PNUD sobre os resultados alcançados pelo Brasil em relação aos Objetivos do Milênio.

Por tudo isto, este artigo terá como objetivo geral ANALISAR os avanços alcançados na efetivação dos objetivos do milênio e a sua relação com a implementação do socioambientalismo. E objetivos específicos COMPREENDER o socioambientalismo, de modo a traçar seu conceito a partir das ideias de mínimo existencial ecológico e dimensão social; ELUCIDAR os objetivos do milênio, apresentando seu surgimento, conceituação e objetivo e a sua relação com a dimensão social da sustentabilidade; e VERIFICAR os avanços já alcançados na efetivação dos objetivos do milênio no Brasil e a sua relação com a implementação do socioambientalismo..

Portanto como problemas centrais serão enfocados os seguintes questionamentos: O que é sociambientalismo e qual sua relação com as ideias de mínimo existencial ecológico e a dimensão social da sustentabilidade? Quais são os Objetivos do Milênio, porque, quando, onde e como surgiram? No Brasil, quais foram os avanços alcançados em relação a cada uma das metas dos Objetivos do Milênio?

Para tanto o artigo foi dividido em três partes: a primeira denominada “Considerações introdutórias sobre o socioambientalismo”, onde tratou-se sobre o socioambientalismo e sua relação com o mínimo existencial ecológico e a dimensão social da sustentabilidade; a segunda denominada “Objetivos do Milênio”, onde tratou-se sobre estes objetivamente; e a terceira denominada “Os avanços dos Objetivos do Milênio e o Socioambientalismo”, trazendo a análise principal proposta no trabalho, com a análise do alcance da efetivação dos objetivos do milênio em cada uma de suas metas e a sua relação com a implementação do socioambientalismo.

Na metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; na fase de tratamento de dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base indutiva. Foram também acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE SOCIOAMBIENTALISMO

Nos anos 70¹⁴ percebeu-se que o modelo de vida da sociedade era insustentável, era o fim do sonho do crescimento ilimitado. Essa realidade foi constatada com o visível esgotamento dos recursos naturais, com a perda da biodiversidade, com a superpopulação que assolavam e ainda assolam vários países, com a redução da capa de ozônio, com o câmbio climático, com a escassez da água potável, com o aumento da manipulação genética, dentre vários outros problemas ambientais que começaram a ser discutidos.

Ao lado desses problemas ambientais também se iniciaram discussões acerca de problemas econômicos e sociais que estariam ligados a degradação do meio ambiente como, por exemplo, a pobreza, a falta de educação, a mortalidade infantil, a injustiça social, a dependência tecnológica, os refugiados ambientais, dentre vários outros.

Essa análise levantou uma discussão importantíssima que é a necessidade da união entre o crescimento econômico, a redução da pobreza com o aumento da qualidade de vida das pessoas e a preservação do meio ambiente, ou seja, ficou clara a necessidade de nos preocuparmos também com a questão social para a consequente proteção do meio ambiente.¹⁵

Nesse contexto o socioambientalismo surge na metade dos anos 80, a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e ambientais e principalmente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que iniciou um grande processo de democratização no país. Essa democratização deu à sociedade civil amplo espaço de mobilização e ar-

¹⁴ Essa realidade foi apresentada ao mundo pelo Informe do clube de Roma sobre “Os limites do crescimento”. Em 1968, constituiu-se o Clube de Roma compostos por cientistas, industriais e políticos, que tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais. Detectaram que os maiores problemas eram: industrialização acelerada, rápido crescimento demográfico, escassez de alimentos, esgotamento dos recursos não renováveis, deteriorização do meio ambiente. Tinham uma visão ecocêntrica e definiam que o grande problema estava na pressão da população sobre o meio ambiente. (GODOY, 2015.)

¹⁵ O Relatório Nosso Futuro Comum (Ou Relatório de Brundtland), datado de 1987, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, na antessala da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento (1992) reconheceu a nossa dependência existencial face da biosfera e destacou o quadro de desigualdade social na base do projeto de desenvolvimento econômico e social levado a cabo até então no cenário mundial, revelando que uns poucos países e comunidades no mundo consomem e esgotam boa parte dos recursos naturais, ao passo que outros, em um número muito maior, consomem muito pouco e vivem na perspectiva da fome, da miséria, da doença e da morte prematura. (SARLET; FENSTERSEIFER, 2011, p. 93).

ticulação que resultou alianças políticas estratégicas e importantes entre o movimento social e ambientalista, que promoveram uma fusão de suas agendas, entendendo que suas demandas e lutas possuíam pontos comuns e poderiam se fortalecer por meio desta articulação. (CAVEDON; VIEIRA, 2011, p. 68).

A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, fortaleceu ainda mais o ambientalismo no mundo e trouxe o tema para discussão mundial. Nessa conferência começaram articulações de movimentos sociais como o surgimento de organizações não governamentais, conhecidas pela sigla ONG's, e o aumento do número de novos agentes sociais implicados com a proteção ambiental.

Tratando-se do Brasil, a democratização do país, como dito acima, passou a dar força para a articulação da sociedade civil e um exemplo que se pode levantar é na Amazônia brasileira, onde surgiu a “Aliança dos povos da Amazônia brasileira” que é por muitos considerado como um marco do surgimento do socioambientalismo no país.

A “Aliança dos Povos da Floresta” defendia o modo de vida das populações tradicionais amazônicas, cuja continuidade dependia da conservação da floresta, e estava ameaçada pelo desmatamento e a exploração predatória de seus recursos naturais, impulsionada principalmente pela abertura de grandes rodovias (Belém–Brasília, Transamazônica, Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco, Cuiabá–Santarém) e pela abertura de pastagens destinadas às grandes fazendas de agropecuária, e a conseqüente migração de milhares de colonos e agricultores para a região amazônica. (SANTINI, 2005, p. 12)

Portanto, quando se fala em socioambientalismo há que se observar que este está relacionado à ideia de que as políticas públicas devem ter como objetivo o de assegurar a implementação de direitos que garantam um meio ambiente ecologicamente equilibrado e condições dignas de vida.

Em termos conceituais o sociambientalismo vem sendo construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo dos recursos naturais. Além disso, vem-se desenvolvendo a partir da concepção de que, em um país com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental, ou seja, sustentabilidade das espécies, ecossistemas e processos ecológicos, como também a sustentabilidade social, visando uma

gestão democrática do território nacional, portanto, sintonizando com as diversas culturas do país. (SILVA, 2008, p. 03)

Verifica-se a importância de nos preocuparmos com os problemas ambientais, mas também com os problemas sociais como a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Deve ainda ser observado que ao lado do consumo, a pobreza é considerada como um dos grandes problemas que impactam o meio ambiente.

A adoção do marco-jurídico constitucional socioambiental resulta da convergência necessária da tutela dos direitos sociais e dos direitos ambientais num mesmo projeto jurídico-político para o desenvolvimento humano em padrões sustentáveis, inclusive pela perspectiva da noção ampliada e integrada dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. (SARLET; FENSTERSEIFER, 2011, p. 91)

O sociambientalismo desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade ambiental, ou seja, a sustentabilidade das espécies, ecossistemas e processos ecológicos, como também a sustentabilidade social, ou seja, deve contribuir também para redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores de justiça social e equidade. (GUIMARÃES, 2001, p. 55)

O socioambientalismo, portanto, está diretamente ligado a dimensão social da sustentabilidade que

[...] consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos, sendo também conhecida como capital humano e está baseada num processo de melhoria na qualidade de vida das pessoas através da redução das discrepâncias entre a opulência e a miséria com o nivelamento do padrão de renda, o acesso à educação, à moradia, à alimentação. (GARCIA; GARCIA, 2014, p. 44-45)

Para tanto, há a necessidade da garantia da Dignidade Humana que corresponde ao núcleo do mínimo existencial. Notar a plena dignidade humana requer a compreensão de seu viés ecológico, tendo em vista que uma qualidade mínima ambiental é necessária para alcançar tal desidrato, sendo que o meio ambiente equilibrado constitui parte, ou elemento dessa dignidade.

Segundo Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer (2011, p. 91) a noção de mínimo existencial compreende, “[...] o conjunto de prestações materiais que asseguram a cada indivíduo uma vida com dignidade, que necessariamente só poderá ser uma vida saudável, que corresponda a padrões qualitativos mínimos” e prossegue afirmando, “[...] a dignidade da pessoa humana atua como diretriz jurídico-material tanto para a definição do que constitui a garantia do mínimo existencial que [...] abrange bem mais do que a garantia da mera sobrevivência física, não podendo ser restringido, portanto, à noção estritamente liberal de um mínimo suficiente para assegurar o exercício das liberdades fundamentais”.

Verifica-se aqui a necessidade de manutenção de direitos fundamentais mínimos para que exista um desenvolvimento sustentável. Justificando-se, portanto, a existência de um socioambientalismo que está diretamente ligado à dimensão social da sustentabilidade.

Nesse sentido, a proteção ambiental está diretamente relacionada à garantia dos direitos sociais, já que o gozo desses últimos (como, por exemplo, saúde, moradia, alimentação, educação, etc) em patamares desejáveis constitucionalmente está necessariamente vinculado às condições ambientais favoráveis, como, por exemplo, o acesso à água potável (através de saneamento básico, que também é direito fundamental social integrante do conteúdo mínimo existencial), à alimentação sem contaminação química (por exemplo, de agrotóxicos e poluentes orgânicos persistentes), à moradia em área que não apresente poluição atmosférica, hídrica ou contaminação do solo (como, por exemplo, na cercania de áreas industriais) ou mesmo riscos de desabamento (como ocorre no topo de morros desmatados e margens de rios assoreados).

A efetividade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário integra, direta ou indiretamente, o âmbito normativo de diversos direitos fundamentais (mas especialmente dos direitos sociais), como o direito à saúde, o direito à habitação decente, o direito ao ambiente, o “emergente” direito à água (essencial à dignidade humana), bem como, em casos mais extremos, também o direito à vida. (FENSTERSEIFER, 2008, p. 75).

Desta forma, considerando a vinculação existente entre os direitos sociais e a proteção ambiental, é importante o diálogo entre os movimentos ambientalistas e os movimentos por direitos sociais, já que, a união entre o bem-estar social e a qualidade ambiental é a principal relação que deve ser traçada para que se conquiste a tão almejada sustentabilidade.

2. OBJETIVOS DO MILÊNIO

Também conhecidos como “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um conjunto de metas pactuadas pelos governos dos 191 países-membros da ONU com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver.

Eles são um conjunto de metas organizadas em setembro de 2000 pelos governos dos 191 países-membros das Organizações das Nações Unidas, reunidos em Nova Iorque durante Cimeira do Milênio, Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU, metas estas que geraram a Declaração do Milênio das Nações Unidas.

Os países envolvidos acordaram em alcançar os oito objetivos do Milênio até 2015, visando solucionar alguns dos grandes problemas da humanidade. Tais objetivos eram o resultado das discussões que acabaram por gerar a Declaração do Milênio, os quais foram fomentados por perspectivas de valores fundamentais, como os da liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum, assim como princípios a serem alcançados a níveis mundiais, como o da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da equidade. (ONU, 2000, p. 1-4)

Outrossim, focaram esforços e discussões acerca de temas que convergiam as preocupações mundiais, como paz, segurança, desarmamento, desenvolvimento, erradicação da pobreza, proteção do ambiente comum, direitos humanos, democracia, boa governança, proteção dos grupos vulneráveis, responder às necessidades especiais da África e reforçar as Nações Unidas. (ONU, 2000, p. 4-16)

Assim, todas essas discussões, ponderações e premissas acabaram por resultar os oito Objetivos do Milênio: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Atingir o ensino básico fundamental; 3. Promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Verifica-se que esses objetivos estão ligados à preocupação mundial com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, com a finalidade de dar uma vida digna aos que não possuem, dentro de pelo menos, um mínimo existencial. Trata-se, portanto, da necessidade de um socioambientalismo que, como dito alhures, liga a proteção do meio ambiente com a garantia de direitos sociais.

Assim, para o alcance de cada um desses objetivos foram estabelecidas metas (8 JEITOS (e), s/a). Todas elas serão trabalhadas na última parte desse artigo.

Tais objetivos e suas premissas formadoras, conforme analisado, acabam por reforçar o ditado pelas considerações do socioambientalismo em conformidade com a dimensão social do princípio da sustentabilidade, apresentado no primeiro item deste trabalho.

Conforme dito acima, mas que não se custa reforçar, a dimensão social da sustentabilidade, compreendida como

[...] o abrigo dos direitos fundamentais sociais, trazendo a ideia de que não se admite um modelo de desenvolvimento excludente e iníquo, lidando, deste modo, com a garantia da equidade intra e intergeracional, com a criação de condições para a potencialização das qualidades humanas através, principalmente, da garantia de educação de qualidade; e com o desenvolvimento do garantismo à dignidade de todos os seres presentes no planeta. (GARCIA; BONISSONI, 2015, p. 504)

Correlaciona-se por este viés com o alcance real da sustentabilidade, a qual se destaca seu apanhado principal através dos ditames de Ramón Martín Mateo (1998, p. 41), que considera que não se trata de instaurar uma espécie de utopia, senão bases pragmáticas, que fará compatível o desenvolvimento econômico necessário para que nossos congêneres e seus descendentes possam viver dignamente com o respeito de um entorno biofísico adequado. Ou seja, o cerne principal dos Objetivos do Milênio.

Deve-se ainda ter em mente que, na realidade, a sustentabilidade é uma dimensão ética, trata de uma questão existencial, pois é algo que busca garantir a vida, não estando simplesmente relacionada à natureza, mas a toda uma relação entre indivíduo e todo o ambiente a sua volta. “Há uma relação complementar entre ambos. Aperfeiçoando o ambiente o homem aperfeiçoa a si mesmo.” (SOARES; CRUZ, 2012, p. 412)

Poder-se-ia inclusive aludir que os traçados dos Objetivos do Milênio são a caracterização objetiva e principiológica dos basilares da construção da Civilização Empática defendida por Jeremy Rifkin (2010).

3. OS AVANÇOS DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO E O SOCIOAMBIENTALISMO

Como relatado no item acima, os Objetivos do Milênio, como ficaram conhecidos, foram implantados em 2000, possuindo cada um dos 8 objetivos metas específicas para serem alcançadas até o fim do presente ano, 2015, quando haveria uma nova Cimeira das Nações Unidas e seriam discutidos os objetivos e as metas para os próximos 15 anos.

Assim, considerando o momento de transição atualmente vivido e as constantes discussões sobre o tema, importante é a realização de uma verificação final dos avanços obtidos e a distinção das metas alcançadas.

Conforme já explanado na introdução do presente trabalho, procurar-se-á realizar uma análise dos avanços no alcance das metas dos Objetivos do Milênio no Brasil.

Essa análise do alcance das metas dos Objetivos do Milênio é feita a partir de indicadores que tem como escopo a representação em números das múltiplas dimensões do contexto socioeconômico de cada país.

Para que a produção de tais informações seja feita em consonância entre os países do mundo a ONU disponibiliza um guia oficial com toda a listagem de indicadores, por Objetivo do Milênio e por metas, além de explicações de como os dados foram produzidos. Entretanto, importante salientar que cada país, ao aplicar tais indicadores poderá realizar algumas adaptações e substituições de indicadores, de modo que os mesmos se adaptem à realidade de cada país. (BRASIL, 2014, p. 12)

Conforme relatado na Apresentação do V relatório anual de acompanhamento, assinada pela Presidente Dilma Rousseff, todo o processo de acompanhamento dos Objetivos do Milênio foi feito com a participação de lideranças políticas, sociais, empresariais e comunitárias, por meio dos núcleos estaduais, regionais e municipais de Objetivos do Milênio. (BRASIL, 2014, p. 6)

Tanto é verdade esse acompanhamento mais detalhado em regiões que o Brasil possui um sítio virtual que possibilita a verificação dos alcances das metas dos Objetivos do Milênio com especificações e gráficos informativos para cada estado, município e região da Federação. Trata-se de sítio alimentado e mantido pelo FIEP, SESI, SENAI e IEL. (BRASIL (b), s/a)

Conforme explana Jorge Chediek (BRASIL, 2014, p. 10-11), Representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvi-

mento no Brasil, após um esforço conjunto entre governo, sociedade civil organizada, especialistas em desenvolvimento e setor privado, o Brasil alcançou e superou a maioria dos Objetivos do Milênio bem antes do prazo final de dezembro de 2015.

Outrossim, o país foi além, estabelecendo metas ainda mais ambiciosas, abraçando a missão de extinguir do Brasil a extrema pobreza. “O País tomou para si a liderança deste processo ao mostrar para o mundo que este desafio pode ser vencido. Hoje, os olhos do mundo se voltam para esta nação, cientes de que o mesmo deve ser feito em todo o planeta.” (BRASIL, 2014, p. 10-11)

Assim, com vistas a um estudo um pouco mais minucioso, passa-se à análise dos avanços obtidos no Brasil com relação a cada um dos Objetivos do Milênio.

OBJETIVO 01: Erradicar a pobreza extrema e a fome.

Conforme explanado acima, tal objetivo compreende basicamente o alcance de duas metas: a) Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia, e b) Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome.

Entretanto, com o desenvolver dos anos e a adaptação de tais metas chegou-se ao resumo de três metas: a) Até 2015, reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990; b) Assegurar trabalho decente e produtivo para todos, promovendo a inclusão de mulheres e jovens; c) Até 2015, reduzir a fome à metade do nível de 1990.

Isso em escala mundial, pois como dito, o Brasil realmente abraçou a causa e se comprometeu ao alcance de metas mais audaciosas. A primeira meta, no Brasil, passou ser considerada como “Até 2015, reduzir a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990”; a segunda meta permaneceu a mesma; e terceira foi transformada para “Até 2015, erradicar a fome”.

No Brasil, porém, a tendência tem sido de progresso constante em relação ao cumprimento do ODM 1. Originalmente, a intenção era reduzir, até 2015, a pobreza extrema e a fome à metade do nível de 1990. Posteriormente, o País adotou metas mais rigorosas que as internacionais: a redução da pobreza extrema a um quarto do nível de 1990 e a erradicação da fome. Em 2012, considerando os indicadores escolhidos pela ONU para monitoramento do ODM 1, o Brasil já havia alcançado tanto as metas internacionais quanto as nacionais. (BRASIL, 2014, p. 16)

Importante ressaltar que para os critérios da ONU são extremamente pobres as pessoas que vivem com menos de U\$ 1,25 por dia, ou U\$ 38,00 por mês. Tais critérios são adotados a partir dos fatores de Paridade de Poder de Compra (PPC), que são uma taxa de conversão calculados pelo Banco Mundial. (BRASIL, 2014, p. 16)

O objetivo mundial já foi alcançado pelo Brasil em 2002, tendo sido, então, elaborado no ano de 2007 a nova meta nacional, para reduzir em um quarto, o que foi finalmente cumprido em 2008. Em 1990 25,6% da população brasileira vivia em extrema pobreza e em 2008 esse número foi reduzido para 4,8%. (8 JEITOS... (a), s/a)

Para a segunda meta deste objetivo o principal indicador considerado é a taxa de crescimento da produtividade dos trabalhadores de um ano a outro, definida como a quantidade do Produto Interno Bruto (PIB) por trabalhador ocupado. Nesse ponto, apesar de em vários anos do período coberto pelas Contas Nacionais Trimestrais (1995 a 2012) terem variações negativas, a trajetória é de crescimento da produtividade dos trabalhadores brasileiros. (BRASIL, 2014, p. 24)

Por fim, ao considerar a terceira meta específica a este Objetivo, tem-se como principal indicador a prevalência da desnutrição infantil em crianças menores de 5 anos, definida como o percentual de crianças dessa faixa etária com peso abaixo do esperado para a idade. O Brasil já ultrapassou a meta internacional, considerando que entre 1989 e 2006 a prevalência da desnutrição infantil foi reduzida a um quarto do seu valor inicial (de 7,1% para 1,8%), e por tal motivo ponderou por avançar nesta meta, para que até o ano de 2015 a fome fosse erradicada, e quanto a este ponto específico o Brasil de igual maneira já alcançou tal meta. (BRASIL, 2014, p. 31)

Pode-se dizer que o alcance de tais metas no Brasil, de modo a garantir a confirmação do primeiro Objetivo do Milênio só foi possível diante da participação social e a elaboração de diversos programas nacionais vinculados a políticas públicas.

OBJETIVO 02: Atingir o ensino básico fundamental.

Pelos ditames mundiais, conforme o já explanado, tal objetivo compreende uma meta abrangente vinculada à garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, tenham recebido educação de qualidade e concluído o ensino básico.

O ensino básico fundamental, ou a educação primário de que trata tal Objetivo, corresponde ao primeiro nível da Classificação Padrão Inter-

nacional de Educação (*International Standard Classification of Education* – ISCED), nível também denominado *primary school*, e corresponde, no Brasil, aos seis primeiros anos de ensino fundamental, que tem a duração total de nove anos. (BRASIL, 2014, p. 38)

A taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos no ensino fundamental cresceu, de 1990 a 2012, de 81,2% para 97,7%, nível tão elevado que gera a conclusão de universalização do acesso ao ensino fundamental no país. (BRASIL, 2014, p. 39)

Ademais, tem-se que essa busca pela universalização da educação primária acabou por aumentar, também, a percentagem de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos seis anos completos de estudos, sendo que em 1990 era de 59,9% e em 2012 passou para 84%. Ou seja, a quantidade de jovens que não tiveram a oportunidade de completar um curso primário caiu para dois quintos do considerado em 1990. (PNUD (a), s/a)

OBJETIVO 03: Promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres.

O terceiro objetivo veio também com uma meta abrangente, consistente em eliminar a disparidade entre os sexos no ensino em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015. (BRASIL, 2014, p. 50)

Tal objetivo no Brasil teve significativos avanços, sendo que entre o período de 1990 a 2012 a escolarização dos homens no ensino médio aumentou mais que a das mulheres, diminuindo a disparidade anteriormente existente, sendo que a desvantagem nesse campo pertencia a eles. “Enquanto em 1990 havia 136 mulheres para cada 100 homens no ensino médio, em 2012 a proporção era de 125 para 100.” Contudo, se considerado o ensino superior a desvantagem masculina apresentou aumento, sendo que em 1990 para cada 100 homens frequentando escolas superiores haviam 126 mulheres, em 2012 essa razão passou de 100 para 136. (PNUD (f), s/a)

Considerando outro indicador de análise e relacionando a participação feminina no trabalho, o Brasil apresentou avanços, sendo que em 1992 o percentual de mulheres em atividades fora da agricultura era de 42,7% e passou, em 2012, para 47,3%. Ademais, as mulheres representam atualmente 59,5% dos empregados em setor não agrícola com educação superior. (PNUD (f), s/a)

Contudo ainda persevera-se a cultura de que mesmo estudando mais que os homens as mulheres ainda têm menos chances de emprego, recebem menos trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. (8 JEITOS... (c), s/a)

Considerando as esferas de decisão a participação feminina ainda se encontra pequena, em 2010 as mulheres ficaram com 13,6% dos assentos do Senado, 8,7% dos assentos da Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembleias Legislativas. (8 JEITOS... (c), s/a)

O Brasil procurou implantar alguns programas nacionais para combater essas disparidades sexuais e avançar no alcance desse Objetivo, exemplo é o Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundo de Trabalho, que busca promover ações de inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusão produtiva e geração de renda, tanto nos meios urbanos como rurais, além da responsabilização do Estado pelos cuidados e pela educação infantil. Ademais, o Brasil ainda celebrou um acordo federativo em torno do “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”, que abrange as dimensões da prevenção, assistência, combate e garantia de direitos às mulheres. (BRASIL (a), s/a)

OBJETIVO 04: Reduzir a mortalidade infantil.

Tal Objetivo possui como meta básica reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos. Tal meta leva em conta, então, três indicadores: a taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos), a taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano) e a proporção de crianças de até 1 ano de idade vacinadas contra o sarampo. (BRASIL, 2014, p. 66)

Segundo os dados do V Relatório de Acompanhamento anual o Brasil já alcançou esse objetivo, sendo que a taxa da mortalidade na infância passou de 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990 para 17,7 em 2011. Sendo que todos os indicativos é que tais números continuem caindo, apontando para um resultado, ao final deste ano, superior ao estabelecido pelo Objetivo. (BRASIL, 2014, p. 66)

Ainda, conforme os dados do PNUD, o Brasil também já encontrou avanços significativos quanto ao indicador que analisa a taxa de mortes de crianças com menos de 1 ano de idade, passando de 47,1 para 15,3 óbitos por mil nascidos vivos, superando a meta de 15,7 óbitos estimada para 2015. (PNUD (g), s/a)

OBJETIVO 05: Melhorar a saúde materna.

Esse Objetivo, a nível mundial, possui duas grandes metas: a) Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna; e b) Universalizar o acesso à saúde sexual e reprodutiva. Já o Brasil, considerando as questões de saúde da mulher optou por criar uma terceira meta “Deter e inverter a tendência de crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero”.

A primeira meta, no Brasil, apresenta grandes desafios de alcance, apesar de ter que se considerar que o desempenho do país foi melhor que as médias registradas nas nações em desenvolvimento e na América Latina. “De 1990 a 2011, a taxa de mortalidade materna brasileira caiu em 55%, passando de 141 para 64 óbitos por 100 mil nascidos vivos.” (BRASIL, 2014, p. 78)

Já a segunda meta global apresenta avanços mais significativos, sendo que em 2011 99% dos partos foram realizados em hospitais ou outros estabelecimentos de saúde, e cerca de 90% das gestantes fizeram quatro ou mais consultas pré-natais. (BRASIL, 2014, p. 78)

A terceira meta, estipulada a nível nacional, apresenta importantes avanços num sentido, sendo que em relação ao câncer de colo de útero a meta já foi atingida, porém a mortalidade por câncer de mama avançou. A explicação apresentada no V Relatório de Acompanhamento Anual foi no sentido de que houve uma melhora na investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil, considerada entre 10 e 49 anos de idade, o que acabou permitindo um maior registro de óbitos em razão do câncer de mama. (BRASIL, 2014, p. 78)

Os avanços obtidos pode-se dizer, também, que se deram em parte graças à criação de programas nacionais, em especial o “Saúde Mais Perto de Você” e o “Rede Cegonha”, que são compostos por quatro componentes básicos: pré-natal; parto e nascimento; puerpério e atenção integral à saúde da criança; e sistema logístico com transporte sanitário e regulação. (BRASIL (a), s/a)

OBJETIVO 06: Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.

O sexto objetivo possui a nível mundial três metas básicas: a) Até 2015, interromper a propagação e diminuir a incidência de HIV/Aids; b) Universalizar o acesso ao tratamento do HIV/Aids até 2010; e b) Deter a incidência da malária, da tuberculose e eliminar a hanseníase até 2015.

Segundo os dados do Relatório dos Objetivos do Milênio de 2013 elaborado pela ONU, a primeira meta já foi alcançada mundialmente, sendo que nos países em desenvolvimento, entre os anos de 2001 e 2011, o número de novas infecções anuais por HIV para cada 100 pessoas de 15 a 49 anos caiu de 0,09 para 0,06. Entretanto, mesmo assim ainda há cerca de 2,5 milhões de pessoas infectadas todos os anos. (BRASIL, 2014, p. 88)

Tendo em vista a realidade brasileira a taxa de HIV/Aids se estabilizou nos últimos 10 anos em torno de 20 por 100 mil habitantes diagnosticados por ano, e o coeficiente de mortalidade pela doença diminuiu. (BRASIL, 2014, p. 88)

As duas primeiras metas desse objetivo foram atingidas pelo Brasil. Quanto à meta, que diz respeito às doenças malária, tuberculose e hanseníase, os dados indicadores demonstram que nas últimas duas décadas foram notificados cerca de 458,9 mil casos de malária por ano no Brasil, porém, no ano de 2012 esse registro se reduziu para 242 mil casos, contudo há que se considerar que quando se analisam os óbitos pela doença verifica-se uma queda de 93,5% entre 1990 e 2012, passando de 927 para 60 casos, o que demonstra o avanço no alcance desta meta. (BRASIL, 2014, p. 91-93)

Com relação à tuberculose no ano de 2011 foram notificados cerca de 71 mil novos casos, equivalente à taxa de incidência de 37 casos por 100 mil habitantes, o que se apresenta como um real avanço em relação à realidade vivida em 1990, sendo que neste ano a incidência era de 51,8 casos por 100 mil habitantes. Outro fator a ser analisado é a mortalidade pela doença, que também se reduziu de 3,6 para 2,4 por 100 mil habitantes. (BRASIL, 2014, p. 93)

Ainda, o Brasil possui programas nacionais tanto do controle de Malária e Tuberculose como dengue, de modo a se reduzir a incidência das doenças e o número de vítimas. (BRASIL (a), s/a)

OBJETIVO 07: Garantir a sustentabilidade ambiental.

Tal objetivo compreende quatro metas dispostas em duas temáticas diferentes, que compreendem duas metas relativas à proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade: a) Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos ambientais; e b) Reduzir a perda da biodiversidade, atingindo, até 2010, uma redução significativa; e dois relativos ao acesso à água potável e ao saneamento básico, assim como à melhoria das condições de vida da população urbana em assentamentos precários: c) Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao esgotamento sanitário; e d) Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários, esta última acrescida posteriormente.

Segundo o V Relatório de Acompanhamento Anual, as duas primeiras metas acabam por muitas vezes se confundirem e compartilharem indicadores, contudo, o foco da primeira vincula-se aos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas, assim como reverter a perda de recursos ambientais e a segunda reduzir a perda da biodiversidade. (BRASIL, 2014, p. 100)

O PNUD ainda ressalva o fato de que mais da metade do território brasileiro é coberto por florestas, o que faz o país se tornar um dos celeiros da biodiversidade mundial, e tem contribuído para a sua preservação com a diminuição das taxas de desmatamento em todos os biomas nacionais, da Amazônia aos Pampas. (PNUD (e), s/a)

Quanto à terceira meta, esta seria a única que possui algum critério objetivo e mensurável que determine o seu alcance. O Brasil, segundo os dados do V Relatório de Acompanhamento Anual, cumpriu integralmente esta meta já em 2012, sendo que as porcentagens de pessoas sem acesso à água e sem acesso ao esgotamento sanitário neste ano já estavam abaixo da metade do nível de 1990. (BRASIL, 2014, p. 100)

A quarta meta foi significativamente atingida pelo Brasil, sendo que aqui a população urbana em condições de moradia inadequada caiu de 53,3% em 1992 para 36,6% em 2012, o que contribuiu para o alcance da meta a nível mundial, considerando que o Relatório dos Objetivos do Milênio da ONU de 2013 considera tal meta atingida bem antes do prazo, sendo que mais de 200 milhões de moradores de assentamentos precários já ganharam acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, ou então passaram a viver em casas construídas com materiais duráveis ou com menor adensamento. (BRASIL, 2014, p. 100)

OBJETIVO 08: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O último objetivo é o que compreende mais metas, cinco ao total: a) Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório; b) Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos; c) Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar em desenvolvimento e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento; d) Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo; e e) Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento.

Considerando a primeira meta observa-se que o Brasil vem participando ativamente para garantir o êxito da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), denominada oficialmente de Rodada do Desenvolvimento, que tem por objetivo principal tornar o sistema multilateral do comércio mais justo e equilibrado, de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. (BRASIL, 2014, p. 124)

Na segunda meta o Brasil tem ampliado suas ações de cooperação técnica com países em desenvolvimento. “A estratégia para a condução da política de cooperação Sul-Sul está centrada no fortalecimento, ou na criação, de capacidades humanas e institucionais.” (BRASIL, 2014, p. 126)

No tocante à terceira meta vê-se que o governo presta diversos auxílio à países sem acesso ao mar em desenvolvimento, assim como aqueles estados insulares em desenvolvimento, destacando-se a cooperação técnica aos países de menor desenvolvimento relativo (PMDR) em diversas áreas: agricultura, segurança alimentar, saúde pública, educação, governança e justiça e ainda a cooperação financeira com o Haiti, na sequência do terremoto que vitimou o país em janeiro de 2010. O Brasil foi o primeiro a efetuar aporte financeiro ao Fundo de Reconstrução do Haiti (US\$ 55 milhões) e apoiou a adoção de diversas medidas excepcionais pelo Banco Mundial. Quanto aos países menos desenvolvidos (LDC), aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e às nações sem acesso ao mar, a atuação da cooperação técnica brasileira apenas atende demandas desses grupos quando manifestadas oficialmente pelos canais diplomáticos oficiais, não contemplando programas geográficos específicos. (BRASIL, 2014, p. 137)

Para o alcance da quarta meta destaca-se que o Brasil tem participado dos esforços da comunidade internacional para renegociar a dívida dos países pobres altamente endividados (*HIPC – Heavily Indebted Poor Countries*), tendo sido renegociadas, entre 2010 e 2013, dívidas com sete países, a saber: Cabo Verde, Congo (Brazzaville), Gabão, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sudão e Suriname. O valor original das dívidas totalizou US\$ 556,7 milhões, com abatimento de US\$ 370 milhões (redução de 67% no estoque). (BRASIL, 2014, p. 138)

Foram alcançados praticamente a totalidade dos objetivos propostos e ainda outros mais, traçados particularmente para o país. Além disso, o país se tornou referência em alguns casos de tecnologias sociais, como é o caso, por exemplo, da possibilidade de acesso universal e gratuito ao tratamento do HIV/Aids.

Nas metas traçadas para cada um dos oito objetivos, todos eles estão diretamente ligados aos ideais do socioambientalismo, demonstrados no primeiro item deste trabalho, o que reforça a ideia principal deste estudo em demonstrar que todos os avanços obtidos em relação aos Objetivos do Milênio garantem a real implementação do socioambientalismo.

Interessante ainda destacar que, conforme já comentado, tendo por findo o prazo para implementação dos objetivos do milênio neste ano de 2015, os países integrantes da ONU novamente se reuniram para traçar novas metas a serem cumpridas nos próximos 15 anos, trata-se dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O alcance de uma sociedade global justa, solidária e sustentável provavelmente nunca terá termo final, mas a luta é constante e são compromettimentos globais que garantirão passos mais realistas e mais próximos desta realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lado dos problemas ambientais que começaram ser discutidos na década de 70 se iniciaram discussões acerca de problemas econômicos e sociais que estariam ligados a degradação do meio ambiente como, por exemplo, a pobreza, a falta de educação, a mortalidade infantil, a injustiça social, a dependência tecnológica, os refugiados ambientais, dentre vários outros.

Nesse contexto o socioambientalismo surge na metade dos anos 80, a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e ambientais e principalmente, no Brasil, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que iniciou um grande processo de democratização no país.

Quando se fala em socioambientalismo há que se observar que este está relacionado à ideia de que as políticas públicas devem ter como objetivo o de assegurar a implementação de direitos que garantam um meio ambiente ecologicamente equilibrado e condições dignas de vida, estando diretamente ligado a dimensão social da sustentabilidade.

Ele desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade ambiental, mas a sustentabilidade social, ou seja, deve contribuir também para redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores de justiça social e equidade.

Nesse contexto os Objetivos do Milênio se apresentam como importante instrumento na efetivação de todos esses ideais socioambientais.

Também conhecidos como “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um conjunto de metas

pactuadas pelos governos dos 191 países-membros da ONU com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver. O acordo deu-se no sentido de se alcançar os oito Objetivos do Milênio até 2015, visando solucionar alguns dos grandes problemas da humanidade.

Os oito Objetivos do Milênio são: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Atingir o ensino básico fundamental; 3. Promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Considerando o momento de transição atualmente vivido e as constantes discussões sobre o tema, foi importante a realização do presente trabalho, que visou realizar uma verificação final dos avanços obtidos e a distinção das metas alcançadas.

Por toda essa análise o que se observa é que ante um modelo de desenvolvimento inclusivo, focado principalmente em políticas públicas de cunho social, com práticas democráticas de governança, o Brasil chegou ao final do termo aprazado para o alcance dos objetivos do milênio com resultados bastante satisfatórios que permitem um orgulho ante aos olhos do mundo, pronto pra encara a próxima agenda mundial que fixou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

8 JEITOS de mudar o mundo. 1. Acabar com a fome e a miséria. **Objetivos do Milênio.org**. Centro de Voluntariado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/fome/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

8 JEITOS de mudar o mundo. 2. Educação básica de qualidade para todos. **Objetivos do Milênio.org**. Centro de Voluntariado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/educacao/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

8 JEITOS de mudar o mundo. 3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher. **Objetivos do Milênio.org**. Centro de Voluntariado de São Paulo.

Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/mulher/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

8 JEITOS de mudar o mundo. 6. Combater a Aids, a Malária e outras doenças. **Objetivos do Milênio.org**. Centro de Voluntariado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/doencas/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

8 JEITOS de mudar o mundo. **Objetivos do Milênio.org**. Centro de Voluntariado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/objetivos/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) (coord.). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: Ipea; MP, SPI, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

BRASIL. ODM Brasil. **O Brasil e os ODM**. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015. (a)

BRASIL. **Portal ODM**. Acompanhamento brasileiro dos objetivos de desenvolvimento do milênio. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015. (b)

BREVE Avaliação dos OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM) Os ODM. **Objetivos do Milênio.org**. Centro de Voluntariado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/escolas/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

CAVEDON, Fernanda Salles; VIEIRA, Ricardo Stanziola. A política jurídica e o direito socioambiental: uma contribuição para a decidibilidade dos conflitos jurídicos-ambientais. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, Edição Especial - Homenagem póstuma ao Prof. Dr. Osvaldo Ferreira de Melo, jan. 2011. p. 60-78. Disponível em: <<http://siaiweb06>

univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3120>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção ambiental** – A dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade: uma análise do mínimo existencial ecológico. *In*: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes; GARCIA, Heloise Siqueira (org.) **Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer**. Itajaí: UNIVALI, 2014.

GARCIA, Heloise Siqueira; BONISSONI, Natammy Luana de Aguiar. A democracia participativa como instrumento de alcance do princípio da sustentabilidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.1, edição especial de 2015. p. 487-519. Disponível em: < <http://www6.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/7179/4078>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

GODOY, Amália Maria Goldberg. **O clube de Roma – evolução histórica**. Disponível em: <<http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/desenvolvimento-sustentavel-evolucao.html>>. Acesso em: 19 de abril de 2015.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. *In*: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Manual de derecho ambiental**. 2. ed. Madrid: Editorial Trivium, 1998.

ONU. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 6 a 8 de setembro de 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

PNUD. **Atingir o ensino básico universal.** Nosso trabalho pelo Objetivo. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM2.aspx>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015. (a)

PNUD. **Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.** Nosso trabalho pelo Objetivo. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM3.aspx>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

PNUD. **Erradicar a extrema pobreza e a fome.** Nosso trabalho pelo Objetivo. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015. (c)

PNUD. **Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.** Nosso trabalho pelo Objetivo. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM8.aspx>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

PNUD. **Garantir a sustentabilidade ambiental.** Nosso trabalho pelo Objetivo. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM7.aspx>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015. (e)

PNUD. **Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.** Nosso trabalho pelo Objetivo. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM3.aspx>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

PNUD. Por que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável interessam? No dia em que representantes de Estado de todo o mundo se reúnem para discutir o futuro do planeta, Helen Clark cita desafios como erradicação da pobreza e fome em artigo. **PNUD**, 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4154>>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

PNUD. **Reduzir a mortalidade na infância.** Nosso trabalho pelo Objetivo. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM3.aspx>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015. (g)

RIFKIN, Jeremy. **La civilización empática.** La carrera hacia una conciencia global en un mundo en crisis. Barcelona: Paidós, 2010.

SANTINI, Juliana. **Sociambientalismo e novos direitos: proteção jurídica á diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/5ae>>

0c782ad69c77da266160cb4cfb676.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito constitucional ambiental**: Estudos sobre a constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente. São Paulo: Revista dos tribunais, 2011.

SILVA, Jorge Kleber Teixeira. **Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP, realizado em Caxambu MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro_2008/docsPDF/ABEP2008_939.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

SOARES, Josemar; CRUZ, Paulo Márcio. Critério ético e sustentabilidade na sociedade pós-moderna: impactos nas dimensões econômicas, transnacionais e jurídicas. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN Eletrônico 2175-0491, Itajaí, v. 17, n. 3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4208>> Acesso em 03 de novembro de 2015.

A CIDADANIA AMBIENTAL EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL PÓS-1988: ANÁLISE E PERSPECTIVAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

*Environmental Citizenship Under Construction in Brazil After-1988:
Analysis and Perspectives About Social Environmentalism Deployment*

ROBINSON NICÁCIO DE MIRANDA¹⁶

RESUMO: As políticas ambientais pretendem-se eficazes, o que somente se torna possível na medida em que venham acompanhadas de um permanente diálogo entre o Estado e a sociedade civil, protagonistas da proteção e promoção dos direitos fundamentais. A solução dos conflitos jurídico-ambientais depende da adequação dos instrumentos técnicos, políticos, econômicos e jurídicos ao desenho social de cada nação. Constatou-se que grupos vulnerabilizados em razão de fatores socioeconômicos, informacionais, étnicos ou mesmo culturais, acabam por se submeter a um efeito desproporcional em relação aos custos ambientais o que implica na redução do exercício da cidadania com consequente não potencialização do empoderamento ambiental ocasionando a diminuição da capacidade de tomada de decisão em relação um bem ambiental. Neste sentido, a Justiça Ambiental como uma ferramenta de distribuição equitativa dos riscos, custos e benefícios ambientais pode ser analisada a partir do viés cidadania em construção tomando-se como ponto de referência o impacto da Constituição de 1988 neste processo que se estende por vinte e seis anos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas ambientais; Justiça ambiental; Grupos vulneráveis; Empoderamento; Cidadania.

ABSTRACT: Environmental policies are intending to be effectiveness, which is possible only in so far as they come with by a permanent dialogue between the State and civil society, protagonists of the protection

¹⁶ Advogado e Consultor Jurídico, Professor de Direito Ambiental e Direito Constitucional na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS. Pós-graduado em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional-ESDC. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos-UNISANTOS. Aluno do Programa de Doutorado em Direito Constitucional na Universidade de Buenos Aires-UBA. Endereço eletrônico: nicacio-prof@uscs.edu.br

and promotion of fundamental rights. The solution of environmental and legal conflicts depends on the right application of technical, political, economic and legal instruments about social design of each nation. It's noted that vulnerable groups due to socioeconomic, ethnic, cultural or even informational factors, they submit a out of proportion effect in relation to environmental costs which implies the reduction of the exercise of citizenship with consequent environmental empowerment not enhancement, causing decreased ability of decision making about a environment resources. In this sense, the environmental justice as a tool for equility distribution of risks, costs and environmental benefits can be analysis from the bias citizenship under construction by taking as a reference the point of view of the Constitution of 1988 in this process that extends for twenty-six years.

KEYWORDS: Environmental Policy; Environmental justice; Vulnerable groups; Empowerment; Citizenship.

INTRODUÇÃO

O Brasil integra um grupo de países assim chamados de megadiversos por possuir considerável percentual de biodiversidade no planeta. Dispõe também de grande parte de água doce para consumo e um rico patrimônio cultural. Em contrapartida, desmatamentos, o esgotamento do solo, o risco à saúde de trabalhadores e consumidores expostos a alimentos com grande quantidade de agrotóxicos, a concentração populacional nas áreas urbanas e as falhas de gestão e planejamento territorial, colocam em risco os recursos ambientais disponíveis, ocasionando poluição, crises hídricas, secas prolongadas além de outros problemas que podem estar relacionados à gestão de resíduos, ou mesmo ameaças à segurança alimentar, causando impactos aos grupos vulneráveis¹⁷.

No entanto, diante desse cenário é preciso fazer uma reflexão sobre a

¹⁷ Relevante se faz a distinção conceitual entre grupos vulneráveis e minorias. A Constituição de 1988, com matiz pluralista dispõe dentre seus objetivos que a busca pela promoção do bem de todos deve ser compreendida como uma determinação inclusiva daqueles que, marginalizados, contribuíram e contribuem para o crescimento do país e aos olhos do legislador passavam como invisíveis. O fator discriminatório distingue a minoria do grupo vulnerável, embora as minorias não deixem de se constituir em grupos vulneráveis. Ou seja, uma minoria é sempre um grupo vulnerável, uma espécie, tomando-se como fator de caracterização a discriminação. Já os grupos vulneráveis propriamente ditos, se constituirão em grandes contingentes (refugiados, por exemplo). Assim, nem todo grupo vulnerável pode ser caracterizado como minoria, mas toda minoria é um grupo vulnerável.

necessidade de se estabelecer um vetor de desenvolvimento ambiental que seja também socialmente sustentável.

Vislumbra-se, com isso, a construção de um caminho que leva ao empoderamento¹⁸ do indivíduo tornando-o legitimado a participar, com maior grau de autonomia, na tomada de decisões. Assim, as ações ambientais¹⁹ passam a ser percebidas como ferramentas em prol do bem de uso coletivo a ser necessariamente protegido para às presentes e futuras gerações.

Nota-se, portanto, que o divisor de águas, Declaração de Estocolmo, já produziu efeito significativo na promulgação da Constituição de 1988 que reconhece, em capítulo próprio dentro do título ‘Da Ordem Social’ o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Ao tratar dos delineamentos constitucionais acerca dos fundamentos da República Federativa do Brasil, Fávila Ribeiro (1990, p. 49) afirma que é forçoso reconhecer a importância do papel da autoridade pública no cumprimento dos encargos sociais acrescentados à responsabilidade estatal, mas que tais atribuições não devem ser assentadas unilateralmente, tendo de haver uma simultânea construção da participação popular.

E desse modo afirma que a Constituição brasileira tendo como referencial o amadurecimento do povo e confiança nele depositada transpôs “as linhas representativas, adotando tonalidades de participação direta, dando novos equipamentos ao regime democrático para compatibilizá-lo à sociedade de massas da era pós-industrial” (RIBEIRO, 1990, p. 49).

As constantes notícias sobre as crises, sobretudo nos dias de hoje, não mais se encontram limitadas às questões ambientais. Já englobamo meio social e nele produzem reflexos. Daí porque redimensionar o papel do Estado e abrir o espaço para a discussão acerca do socioambientalismo-que alcança preocupação emergencial na medida em que se pretende uma mudança de paradigmas para a concretização de valores ambientais.

Refletir sobre a tutela do meio ambiente é levar em consideração que “a manutenção do equilíbrio do ambiente é uma opção pela continuidade da vida, pois o patrimônio ambiental há de ser necessariamente

¹⁸O termo “empoderamento” se refere ao aumento do poder e da autonomia de indivíduos e grupos sociais diante das relações institucionais. O conceito começou a ser difundido partir da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo no ano de 1972, tendo se consolidado com a publicação do relatório “*Our Common Future*” elaborado pela Comissão Brundtland.

¹⁹A expressão “ações ambientais” aqui não é tomada como sinônimo de medida judicial, mas sim de comportamento pró-ativo.

protegido tendo em vista seu uso coletivo” (Miranda, 2012, p. 311). Logo, a qualidade do ambiente influencia a qualidade de vida e o meio ambiente passa a ser considerado um patrimônio cuja defesa é um imperativo aos Poderes Públicos e à coletividade (Silva, 2004, p.24).

Sob o ponto de vista internacional, novos caminhos para as atuações estatais, mais integradas ao cotidiano de outras nações, inclusive, reclamam uma percepção diferenciada no trato dos conflitos ambientais. Afirma Octávio Ianni (2008, p. 125) que “as mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração também são responsáveis por alimentar as desigualdades e contradições, nos âmbitos regional, nacional, continental e global”.

Em razão disso, Alexandre Rochman (2003, p. 62) aponta que o debate cultural da globalização está pautado por relações dialéticas nas quais o indivíduo e a sociedade, passam a ser inseridos num plano de relacionamento, razão pela qual o espaço geográfico e a percepção da política ganham novos contornos. Com efeito, a mudança do papel do Estado é inevitável; “não sua extinção, mas certamente sua reconfiguração” (Gonçalves, 2005).

Assim, o ideal da boa governança como a “totalidade das formas pelas quais os indivíduos e instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns”, conduz a um novo cenário cujas preocupações se voltam ao compartilhamento de interesses comuns a fim de que sejam criados instrumentos jurídicos ou extrajurídicos capazes de responder eficazmente no apontamento de soluções aos conflitos.

José Joaquim Gomes Canotilho (2004, p.5) afirma que a proteção do ambiente não se limita, e não deve estar limitada, a um conjunto de sistemas jurídicos isolados. Pelo contrário, nota-se a importância da conexão entre os sistemas jurídico-políticos “internacionais e supranacionais de modo que se alcance um standard ambiental razoável e que, ao mesmo tempo, seja possível estruturar uma responsabilidade global quanto às exigências da sustentabilidade ambiental” (Canotilho, 2004, p.5). E segue ao afirmar que “em outras palavras, o que se visa é formar uma *Welt-Umweltrecht*” (Canotilho, 2004, p.5), ou seja, um direito ambiental global, ou mundial.

Com propriedade Eduardo Pigretti (2000, p.4) pondera que se deve buscar uma análise interdisciplinar em relação às novas realidades apresentadas, a fim de se construir, portanto, um novo âmbito de responsabilidade. E isso porque a demanda de ambiente cresce progressivamente como consequência do aumento da população. Assinala Mario Valls (2012, p.7)

que da mesma forma que o ser humano ocupa, usa, deteriora e diminui a disponibilidade sobre o recurso ambiental, pode repensá-lo de modo que seja possível também satisfazer adequadamente seus desejos.

Embora não seja o objeto do presente ensaio e, não obstante se reconheça a importância da teoria da implementação no direito ambiental (Lorenzetti, 2009), *compliance*, *enforcement* e *deterrence*, é forçoso observar que a chave para o debate está no cumprimento voluntário da lei ambiental, levando-se em consideração que a existência e a manutenção social dependem de um mínimo normativo para o qual seja possível aferir os interesses comuns em questão.

O cumprimento voluntário depende do engajamento e do conhecimento. Este, por sua vez, pressupõe publicização, pois como já ressaltava Immanuel Kant “são injustas todas as ações que se referem ao direito de outros homens cujas máximas não se harmonizam com a publicidade”.

Ressalta Paulo Affonso Leme Machado (2006, p.61) que “a publicidade não só é um dos pilares da democracia, como representa a possibilidade de um sistema de governo onde haja moralidade e prestação de contas dos atos da Administração Pública”.

A publicidade então deverá contemplar pertinente informação ambiental porquanto não basta a existência formal do direito (à informação), mas também a existência material do mesmo (acesso à informação) para que seja possível, pouco a pouco uma mudança comportamental do ser humano no trato das questões relacionadas ao meio ambiente e suas implicações nos núcleos sociais.

1 UMA MENSAGEM NA CARTA ENCÍCLICA *LAUDATO SI*.

Ao invocar o Cântico das Criaturas, o Papa Francisco em sua Encíclica *LAUDATO SI* convoca-nos a uma reflexão sobre o papel do ser humano em detrimento dos recursos ambientais em razão de sua utilização irresponsável.

Reporta-se aos seus predecessores que também chamaram a atenção para uma mudança de comportamento do homem em relação ao seu semelhante e ao espaço deixado por Deus para a consolidação de uma existência harmônica e permanente entre todos os seres vivos que nela – Terra – habitam.

A transmissão da proposta de paz a todos estendida, exarada por João XXIII – *Pacem in terris* –, serviu também de fundamento para que o atual Sumo Pontífice em sua exortação *Evangelii Gaudium* clamasse por uma mobilização reformadora de modo a inserir o diálogo acerca de uma casa comum a todos.

A atividade descontrolada do ser humano sobre a natureza, considerada como um fator de crise já houvera sido objeto de reflexão do Papa Paulo VI na Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*, de 14 de maio de 1971, na qual descreve que “o ser humano ao não considerar a exploração da natureza, começa a correr o risco não somente de destruí-la, mas também ser a vítima desta destruição”.

Em *Redemptor Hominis* (1979), João Paulo II, chamou à atenção para outros significados do ambiente para além daqueles que servem somente para os fins de uso ou consumo imediatos. O debate enfim reflete, em verdade, o fato de que o ambiente encontra-se degradado e é preciso orientar a ação humana para uma preocupação comum, pois “a degradação da natureza está estreitamente ligada à cultura que molda a convivência humana”, lembrou Bento XVI.

Descreve ainda Francisco (2015, p.5) que “A destruição do ambiente humano é um fato muito grave, porque, de um lado, Deus confiou o mundo ao ser humano e, por outro, a própria vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação”. E, reitera colocação de João Paulo II na Carta Encíclica *Centesimus Annus*: “Toda pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas ‘nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades’”. (Francisco, 2015, p.5-6).

O ser humano é ao mesmo tempo obra e criador do meio ambiente que o cerca. Como já afirmado na Declaração de Estocolmo, desde 1972, o espaço ambiental lhe oferece oportunidade de desenvolvimento intelectual, moral, social e espiritual (Princípio 1). Logo, como bem de uso comum, destaca o Princípio 2 da supra referida declaração que a “proteção e o melhoramento é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos, assim como o desenvolvimento econômico mundial”. Trata-se de um desejo de todos os povos e um dever de todos os governos.

No entanto, é preciso uma constante avaliação, um constante monitoramento das atividades humanas com vistas a impedir, ou ao menos melhorar o controle sobre as ações desprovidas de discernimento que empobrecem a conduta humana frente ao ambiente recebido ou criado, ocasionando a crise ambiental.

É preciso compreender a interação e integração entre os espaços e o ser humano, pois se requer uma aproximação da natureza, pois sem a abertura para a admiração e o encanto afastando-se, o ser humano, da linguagem fraterna as “atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos interesses imediatos” (Francisco, 2015, p.11).

O reflexo sobre a degradação do ambiente atinge e atingirá o próprio ser humano. Daí a necessidade de mudança de comportamento. Daí a necessidade de abertura de um diálogo para que de alguma maneira seja possível construir um futuro comum.

Desde a criação do Clube de Roma, em 1968, e, oportunamente com a divulgação do relatório “*The Limits to Growth*” chefiado por Donella Meadows e sua equipe do Massachusetts Institute of Technology, a preocupação com o futuro comum foi inserida na agenda internacional. O relatório *Our Common Future*, ou Relatório Brundtland, publicado em 1987, já resumia um ideal de “desenvolvimento que satisfizesse as necessidades presentes, sem o comprometimento da capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Ou seja, é preciso identificar as diferentes responsabilidades de cada um. É preciso identificar as distintas políticas públicas nacionais, regionais e locais para a construção de agendas comuns de modo a “redefinir o progresso” (Francisco, 2015, p.148) de modo a se alcançar o bem comum e a justiça intergeracional.

2 O MEIO AMBIENTE ANALISADO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA METAINDIVIDUAL.

A preocupação em relação à manutenção dos recursos ambientais é uma clara opção de continuidade de vida. As discussões em torno do meio ambiente como bem juridicamente a ser protegido implicam em seu enquadramento na categoria de interesses que ultrapassam a esfera puramente individual na medida em que os efeitos danosos ao meio ambiente possuem reflexo coletivo.

Com isso, o patrimônio ambiental deverá ser necessariamente protegido tendo em vista seu uso coletivo. Ou seja, se a qualidade do ambiente influi na qualidade de vida, o meio ambiente torna-se um patrimônio a ser

protegido pelo Poder Público para que seja possível desenvolver-se a vida e personalidade humanas como vetores da dignidade da pessoa humana bem como configuradores do Estado Democrático de Direito.

A dignidade da pessoa humana, como um dos fundamentos da República brasileira (CF, artigo 1º, inciso III) deixa, como já apontou Paulo Bonavides, de ser uma referência meramente conceitual para despontar ao lado de princípios como os da soberania e cidadania.

Em razão disso, a proteção e promoção do meio ambiente saudável – ecologicamente equilibrado – direciona a atenção ao processo de tomada de decisão, e este deverá ser observado com precisão na medida em que a efetividade de políticas públicas (construção e execução) voltadas ao desenvolvimento dependerá da identificação dos conflitos ambientais, de sua avaliação e adequado enquadramento jurídico de modo que os direitos fundamentais sejam efetivamente promovidos, dentre eles a informação e o acesso à informação ambiental como mecanismo de construção do empoderamento do indivíduo e afirmação de sua personalidade no meio social e concretização dos direitos humanos.

A título exemplificativo, a Declaração do Rio, de 1992, destaca em seu Princípio 10 que “em nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades”. No mesmo sentido, a Convenção de Aarhus, assinada na Dinamarca, em 25 de junho de 1998, ao dispor sobre o acesso à informação reforça a necessidade de participação popular no processo decisório relativo a questões ambientais²⁰.

Sob a perspectiva da experiência constitucional doméstica, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, estabelece em seu artigo 225, §1º, inc. VI a incumbência do Poder Público no fomento à educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Propõe-se, nesta esteira, analisar o processo de construção da cidadania ambiental, após a promulgação da Constituição de 1988, como um fator de efetivação dos direitos fundamentais a partir dos instrumentos de democracia participativa, notadamente, em relação as iniciativas populares de projetos de lei, audiências públicas e mecanismos judiciais de tutela do

²⁰ Mesmo foi o propósito foi o da Conferência Européia Sobre Meio Ambiente e Saúde (Frankfurt, 1989) e Declaração de Limonges.

meio ambiente, tendo assim como fio condutor o fundamento jurídico da igualdade e o acesso às informações como parte do processo de tomada de decisões em relação as questões ambientais.

Para tanto, uma breve análise acerca da alocação conceitual da democracia no contexto do presente ensaio para o ingresso, a posteriori, no debate acerca da efetividade ou inefetividade dos instrumentos constitucionais democráticos em relação a construção de uma real cidadania ambiental, se faz imprescindível.

Refletir acerca dos instrumentos de democracia participativa existentes no direito brasileiro a partir de sua descrição constitucional de modo a apresentar suas virtudes sem detrimento da uma realidade brasileira pós-1988 é um caminho para, em momento oportuno, tecer considerações de ordem crítica acerca do funcionamento pouco eficaz, ainda, das ferramentas participativas em território brasileiro, pois de acordo com a perspectiva do estudo, esta encontra sua razão de ser na ideia de uma democracia em construção.

Assim, ao se fazer duas reflexões a respeito da temática, primeiro o estudo propõe uma singela apreciação acerca do conceito de democracia para, em seguida, identificar quais são suas formas reconhecidas pelos ordenamentos jurídicos, tornando possível, desta forma, fazer um recorte metodológico com o intuito de esboçar uma discussão acerca do conteúdo jurídico dos instrumentos de democracia participativa existentes no direito brasileiro, quais sejam: o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, a ação popular e as audiências públicas.

3 DEMOCRACIA, IGUALDADE E INFORMAÇÃO.

As Constituições como expressão concreta da organização do Estado institucionalizam o poder emanado do povo²¹ de modo a garantir sua autodeterminação cujo propósito se funda na organização política e jurídica em determinado espaço territorial.

Dentro da organização juspolítica, o Estado detém um poder de coerção sobre pessoas e bens em seu território dando operatividade a ordem jurídica destinada à realização dos fins que lhe são outorgados pela sociedade que o gera (Moreira Neto, 2009, p.19).

²¹ Tomo como base a teoria do terceiro estado de Sieyès. Que é terceiro Estado?

Frise-se que o Estado uma vez estruturado (organicamente) deverá realizar funções - noção órgão indissociável à noção de função -, logo, haverá a necessidade de um aparelhamento administrativo com o intuito de concretização e desempenho das funções típicas do Estado.

Em razão disso se justifica a *formação* do direito, de um lado, e a *realização* do direito, de outro, e exatamente para que haja uma maior efetivação dos direitos como vontade da Constituição exigível passa a ser o cumprimento de deveres fazendo com que o Estado logre cumprir suas atribuições com maior êxito quanto mais aberto (participativo) e transparente for.

Quando neste estudo se faz referência à transparência e abertura, esta é feita tomando o sentido de democracia como o governo no povo, pelo povo e para o povo. Assim, seja ela pela via de participação direta ou indireta, não se pode olvidar que a Constituição de 1988 trouxe importantes ferramentas para tal concretização de direitos, dentre eles o relacionado à proteção ambiental.

Democracia, então, encontra-se em construção permanente (Insulza, 2010)²². O ideal já vem dos antigos (Grécia e Roma) com o objetivo de que se pudesse estabelecer um mecanismo no qual o governo fosse destinado a todos e não a poucos, esclarece Norberto Bobbio (2005, p.38).

Emprestando seu sentido jurídico-institucional (Bobbio, 2005, p.38) a democracia formal (governo do povo) deve se coadunar com a democracia substancial (governo para o povo) o que na linguagem de Tocqueville significa a forma de governo na qual, todos participam da condução da coisa pública e, exemplificando a democracia na América justifica que quando se buscar referencial nas leis políticas é a partir do dogma da soberania popular que se deve começar (Tocqueville, 2001, p.65).

Concebida como o processo de livre escolha dos governantes pelos governados (Touraine, 1996, p.42), a democracia produzirá um efeito participativo direito não somente em relação ao processo eleitoral, como também na viabilização jurídica para a tomada de decisões.

Metodologicamente, ressaltam os usos descritivo, prescritivo e histórico do conceito de democracia. Optou-se pela apresentação de um referencial de estudo prescritivo estabelecendo, assim, juízo de valor acerca da

²² José Miguel Insulza, In: Revista de Ciência Política – Santiago, v. 30, n.1 – Santiago 2010 : “La democracia es una construcción permanente. El debate sobre si ella se acerca o se aleja de lo realizable por las sociedades, es lo que debería nutrir el debate político. Hemos logrado en buena medida la democracia electoral, pero no hemos alcanzado todavía la democracia posible y por lo tanto exigible por los ciudadanos”.

efetividade dos instrumentos de democracia participativa como mecanismos de construção de uma cidadania ambiental. Ou seja, em seu sentido prescritivo alerta Norberto Bobbio que a democracia pode ser considerada, como de resto todas as demais formas de governo, como sinal positivo ou negativo, isto é, como uma forma boa, e, portanto, a ser louvada e recomendada, ou como uma forma má a ser reprovada e desaconselhada.

Trazendo também a reflexão o pensamento de Konrad Hesse (1998, p.118) “o princípio democrático é o princípio diretivo da ordem do processo político, no qual o poder estatal é criado e no qual o poder estatal torna-se eficaz”.E como torná-la eficaz?

A noção de democracia não deve estar dissociada da igualdade e da liberdade. Referidas, liberdade e igualdade, se encontram em processo de construção, pois delas, e para sua efetivação, o acesso à informação torna-se fundamental para que exista participação efetiva do povo no processo decisório.

4 OS INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Inaugurando um novo marco de abertura do Estado brasileiro, a Constituição republicana, promulgada em 5 de outubro de 1988, favoreceu a ampliação de institutos de retratassem uma maior participação popular no processo de tomada de decisões do Estado.

Com efeito, a lógica do poder emanado do povo ganha contornos mais adequados na medida em que mais ferramentas são colocadas à disposição para uma maior efetivação de direitos políticos e sociais.

A partir da análise do parágrafo único do artigo 1º do texto constitucional vigente, o exercício do poder então se dar pela via representativa e participativa.

O condicionamento para a utilização de alguns instrumentos participativos, dispostos no ordenamento brasileiro (CF, artigo 14) se faz em razão da condição de cidadão, ou seja, da qualificação eleitoral. No entanto, há outros instrumentos legais de participação que independem de qualificativo jurídico para exercício dos direitos.

Sob o prisma da inefetividade de alguns instrumentos (plebiscito, referendo), observa-se a dependência do próprio Estado na propulsão des-

tas ferramentas, pois dependem da convocação e autorização parlamentar, respectivamente.

No tocante à iniciativa popular, a efetividade esbarra no parágrafo segundo do artigo 61 do texto da *Lex Mater*, pois embora seja o popular – povo, cidadão – o detentor da ferramenta democrática participativa, sua ativação depende de uma articulação nacional para a formulação de projeto de lei, o que implica em uma adesão, ainda que percentualmente factível, difícil de ocorrer em muitos casos haja vista a falta de informação. Assim, a adesão de um por cento do eleitorado nacional, dividido em pelo menos cinco estados-membros da federação, com não menos de três décimos por cento em cada um deles, não é plenamente concretizado, desde 1988, uma porque o eleitorado aumenta a cada ano, outra porque foram mínimas as experiências práticas que ocorreram no Brasil. Ou seja, na medida em que a população aumenta, o eleitorado tende a aumentar e a ferramenta de democracia participativa torna-se cada vez mais antidemocrática.

5 REFLEXÕES SOBRE A CIDADANIA AMBIENTAL EM CONSTRUÇÃO

No Brasil, a Lei n. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), disciplina, em seu artigo 9º, inciso VII, que o Estado será obrigado a elaborar um cadastro de informações ambientais de modo a assegurar ao público a prestação das mesmas.

Em 2003, foi promulgada a Lei n. 10.650 que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações constantes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, ou seja, ficam obrigados a permitir o acesso aos documentos que sob sua guarda versem sobre matéria ambiental.

Nas palavras de Guido Fernando Soares (2003, p.583), “o direito à informação tem uma interface necessária com o direito do indivíduo de ser conscientizado da relevância dos temas relacionados à proteção do meio ambiente” (2003, p.582). E continua ao mencionar que trata-se “do direito subjetivo de participação nas decisões político-administrativas do Estado sob o qual se encontra jurisdicionado” (Soares, 2003, p.583).

Logo, a melhor maneira de tratar as questões ambientais “é assegurar a participação, em nível apropriado, de todos os cidadãos interessados” (Princípio 10 – Declaração do Rio, 1992).

Como decorrência do Estado Social, destaca Cristiane Derani (2008, p.141), a participação é uma expressão do genérico princípio do acordo presente na doutrina alemã (Kompromissprinzip) orientando a formulação de políticas relativas ao objetivo de bem comum inerente à razão instituidora do perfil do Estado Social.

Blanca Lozano Cutanda (2007, p.126) assinala que é do fato de assegurar a participação de todos os cidadãos que resulta a tomada de decisões, ou seja, é da participação, própria das democracias pluralistas, que se permite a intervenção direta nas funções do Estado na defesa do interesse coletivo.

Assim, reporta-se à democracia cuja participação é primordial na escolha de prioridades e nos processos decisórios dos governos. Disso decorre que a omissão participativa é prejudicial à própria sociedade.

A Constituição de 1988 pretendeu que a democracia predominantemente se realizasse por meio da representação. Por outro lado, a necessidade de emprestar ao constitucionalismo contemporânea noção de empoderamento e *accountability* se faz necessária para que seja possível conceder ao direito fundamental ao meio ambiente equilibrado sua efetividade esperada.

A propósito da democracia participativa é importante ressaltar, como destacou Norberto Bobbio (1999, p.155) que o alargamento da democracia na sociedade contemporânea não se circunscreve unicamente à forma representativa, mas “sobretudo, através da extensão da democratização entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitam a participação dos interessados nas deliberações do corpo coletivo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas ambientais somente alcançarão seus regulares efeitos quando houver maior participação, maior engajamento no trato da matéria ambiental em relação a todos os seus atores. Compreende-se como um processo em que haja maior integração das políticas ambientais com os setores da sociedade.

Objetiva-se, com isso, não apenas a manutenção do equilíbrio do ambiente, mas também uma justa e equilibrada distribuição dos benefícios advindos da exploração dos recursos ambientais entre todos os componen-

tes da sociedade. Desta feita, o socioambientalismo pressupõe a plenitude da democracia, ou pelo menos a busca por ela, a partir de um processo contínuo de concretização de direitos e deveres ampliando o papel individual na busca pela sustentabilidade.

A democracia pressupõe a igualdade que é sua essência. Igualar, em termos de direitos fundamentais, é reconhecer a mesma capacidade e as mesmas condições a todos de participar da tomada de decisões do Estado.

Embora inexista previsão constitucional expressa acerca do socioambientalismo seu conteúdo jurídico deriva do estabelecimento normativo de interesses de natureza metaindividual. É uma forma de se buscar integrar o conceito de ambiente ao aspecto social com o propósito de incorporação de propostas concretas condizentes com a realidade.

Assim, suas bases são construídas a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir a participação, como por exemplo, comunidades tradicionais que detém conhecimento e prática de manejo dos recursos naturais.

Inegável que a Constituição de 1998 representou um marco para a abertura e afirmação do processo democrático participativo. No entanto, a implementação do socioambientalismo ainda depende de uma maior difusão de informações para se seja possível a operacionalização participativa ambiental, em construção, de modo a se consolidar o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, dado seu aspecto metaindividual e transtemporal.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade*. 7 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado constitucional ecológico e democracia sustentada*. In: FERREIRA, HeliniSivini; LEITE, José Rubens Morato. O Estado de Direito Ambiental: tendências, aspectos consti-

- tucionais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- CUTANDA, Blanca Lozano. **Derecho ambiental administrativo**. Madrid: Dykinson, 2007.
- DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3 ed., São Paulo: Saraiva, 2008.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica LAUDATO SI*. São Paulo: Paulus, 2015.
- GONÇALVES, Alcindo. *O conceito de governança*. XIV Encontro do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2005.
- HESSE, Konrad. *Elementos de direito constitucional da República Federativa da Alemanha*. 20 ed., Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1998.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. 13 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- INSULZA, José Miguel, In: *Revista de Ciência Política* – Santiago, v. 30, n.1 – Santiago 2010.
- KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*.
- LORENZETTI, Ricardo Luis. *Teoría del derecho ambiental*. Buenos Aires: La Ley, 2009.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito à informação e meio ambiente*. São Paulo: Malheiros, 2006.
- MIRANDA, Robinson Nicácio de. *A proteção ao meio ambiente e o processo de afirmação dos direitos humanos no Estado de Direito Ambiental*, p. 311, In.: BUCCI, Daniela; SALA, José Blanes; CAMPOS, José Ribeiro de. *Direitos humanos: proteção e promoção*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 15 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PIGRETTI, Eduardo A. **Derecho ambiental**. Buenos Aires: Depalma, 2000.

RIBEIRO, Fávila. ***Pressupostos constitucionais do direito eleitoral: no caminho da sociedade participativa***. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1990.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. ***Globalização: uma introdução***. São Paulo: Desatino, 2003.

SILVA, José Afonso da. ***Direito ambiental constitucional***. 5 ed., São Paulo: Malheiros, 2004, p.24.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidade**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2003.

TOURAINÉ, Alain. ***O que é democracia?*** 2 ed., Petropolis: Vozes, 1996.

VALLS, Mario F. ***Derecho ambiental***. 2 ed., Buenos Aires: AbeledoPerrot, 2012.

REESTRUTURAÇÃO DE PODER E DESCENTRALIZAÇÃO COMO FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIEN- TALISMO

*Power restructuring and decentralization as ways of implementing
socioenvironmentalism*

Flávia Pitaki Dufour²³

Gabriele Polewka²⁴

RESUMO: Para a efetiva implementação do socioambientalismo, necessária uma reestruturação do poder que permita a realização das inovações trazidas pelo novo movimento constitucional latinoamericano. Uma visão holística acerca do tema abrange, invariavelmente, não somente a positivação constitucional, mas também as diferentes formas possíveis de efetivação, dentre as quais está a forma como se exerce o poder. Considerando a complexidade que envolve a crise ambiental, pressupõe-se que a necessidade do reconhecimento e inclusão dos diversos setores da sociedade precisa incorporar-se ao agir dos agentes políticos e não só aos seus discursos, reforçando a ideia de que uma mudança paradigmática deve ocorrer a fim de reverter o fatídico prejuízo ambiental que se observa a nível mundial. Mesmo entendendo que os problemas de cunho ambiental e social têm natureza eminentemente global - eis que os danos não têm fronteiras e afetam toda a comunidade planetária -, propõe-se a atuação local como forma de implementar políticas para solucioná-los. Considerando este fator, em conjunto com as questões fáticas que envolvem as dimensões populacional e territorial do Brasil, é possível apontar grandes vantagens na descentralização do poder decisório, em especial quanto à promoção da participação dos cidadãos e de coletivos no âmbito político local. Neste sentido, o presente artigo pretende, a partir da identificação do movimento socioambiental e da emergência ambiental, propor a valoriza-

²³ Mestranda em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela PUCPR. Pós-Graduada em Direito Público pela Unibrasil e em Direito Aplicado pela EMAP-PR. Bacharel em Direito pela UNICURITIBA. Assessora Jurídica no TJ-PR. E-mail: fpdufour@gmail.com.

²⁴ Mestranda em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela PUCPR. Pós-graduada em Direito Previdenciário pela UNICURITIBA. Bacharel em Direito pela PUCPR (1997). Advogada. E-mail: gpolewka@uol.com.br

ção da atuação local e a descentralização das instâncias de decisão pública como meio de reestruturar o poder, visando a garantia de uma democracia plural e alinhada ao novo constitucionalismo latino-americano. Para tanto, contextualiza-se, primeiramente, o movimento socioambiental dentro do novo constitucionalismo latino-americano, para então, dando especial ênfase ao pluralismo enquanto característica primordial da democracia, frisar a necessidade de reestruturação do poder como forma de estabelecimento destes novos movimentos. Enfim, investigar-se-á a descentralização das instâncias de decisão pública como meio de possibilitar a mudança paradigmática necessária à efetiva implementação do socioambientalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Socioambientalismo; Constitucionalismo latinoamericano; democracia plural; poder local; descentralização.

ABSTRACT: Intending an effective implementation of socio-environmentalism, there is a need for a political restructuring that will ensure the innovations brought by the new latin-american constitutionalism. A holistic view on the subject covers, invariably, not only the constitutional assertiveness, but also the different possible forms of effectuation, among which it is the mechanism of how power is exercised. Considering the complexity that involves the environmental crisis, it is assumed that the need for recognition and inclusion of various sectors of society need to take part of the actions of political agents and not only to their discourse, reinforcing the idea that a paradigm shift must take place to reverse the fateful environmental damage that is observed worldwide. Even understanding that the problems of environmental and social nature are eminently global - as the damage have no borders and affect the entire global community – acting locally is proposed as a way to implement policies in order to solve them. Considering this factor, together with the factual issues involving the population and territorial size of Brazil, it is possible visualize major advantages in the decentralization of decision-making, especially regarding the promotion of citizen and collective participation in the local political context. In this sense, this article aims, through the identification of the socio-environmental movement and environmental emergency, propose the value of local expertise and the decentralization of public decision makers as a way to restructure the power, so as to create a pluralistic democracy aligned with the new Latin American constitu-

tionalism. To this end, it intends to study, first, the social-environmental movement within the new Latin American constitutionalism, and then, with special emphasis on pluralism as an essential feature of democracy, highlights the need for power restructuring as a way of establishing these new movements. Finally, it will investigate the decentralization of public decision-making as a means of enabling the necessary paradigm shift for the effective implementation of socio-environmentalism.

KEY-WORDS: Socio-environmentalism; Latin-american constitutionalism; plural democracy; local power; decentralization.

INTRODUÇÃO

A diversidade biológica e sociocultural da América Latina é realmente exuberante. Contudo, esta diversidade foi historicamente negligenciada por uma intrínseca tradição colonial homogeneizadora. O colonialismo, que antes era essencialmente político, se manteve mesmo com a emancipação dos Estados, passando a permear o âmbito cultural, jurídico e do conhecimento. Inclusive, abrangeu os modelos constitucionais até o fim do século XX.

Com os recentes processos de redemocratização dos Estados latinoamericanos, surge o movimento socioambiental e, concomitantemente, uma nova emancipação: agora simbólica através do desenvolvimento de um constitucionalismo próprio.

Este novo modelo constitucional foi marcado não só pela adoção de novas Constituições, caso do Brasil, em 1988 e da Colômbia, em 1991, as quais reconhecerem novas categorias de direitos, entre eles os direitos dos povos indígenas, mas pela promulgação de Constituições que reconheceram inclusive o caráter plurinacional de suas sociedades, como no Equador, em 1998 e na Colômbia, em 1991.

Esse novo momento constitucional latinoamericano vem reconhecer direitos coletivos e novos sujeitos de direito de forma inovadora, dando especial ênfase para a ampliação de mecanismos de participação política e superando o constitucionalismo antes existente.

Neste contexto, verifica-se condições férteis para a implementação de direitos socioambientais de forma nunca antes vista.

A partir de tal constatação, o presente artigo pretende, inicialmente, expor quais as características do novo constitucionalismo latinoamericano que melhor facilitam a implementação de direitos socioambientais.

Em seguida, visa-se aliar essas características com o pressuposto plural da própria democracia, para então identificar as falhas do modelo, as quais dificultam a efetivação dos direitos reconhecidos.

Enfim, será investigada a possibilidade de descentralização como forma de resolução destas falhas e de reformular os mecanismos de poder a fim de implementar as conquistas destes movimentos.

1 O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINOAMERICANO E A ABERTURA PARA CONQUISTAS SOCIOAMBIENTAIS

O constitucionalismo surge na modernidade como limitador do poder estatal, a fim de garantir o espaço político adquirido pela classe burguesa a partir das revoluções oitocentistas e permitir que exerçam suas atividades de forma livre. Neste sentido, o constitucionalismo tem uma origem liberal, e não democrática. Inclusive, “demorou muito para se democratizar” (MAGALHÃES, 2010, p. 87-89).

Foi somente no século XIX, a partir dos movimentos sociais da classe operária, que o constitucionalismo iniciou seu lento processo de democratização (MAGALHÃES, 2010, p. 90-91). A correlação entre ambos – democracia e constitucionalismo – será analisada no item a seguir, de forma a complementar a presente discussão.

Neste momento, interessa demonstrar como o constitucionalismo é uma construção, em processo de evolução, no intuito de acompanhar a intensa complexidade do atual contexto histórico. Ele não nasceu pronto, e nem tampouco agora está. O constitucionalismo abarca os entornos políticos de determinado Estado, servindo como a chave mestra que possibilita conduzir aquela sociedade, garantindo-lhe direitos e inferindo-lhe deveres. Sendo assim, é uma carta política, mas sem dúvida expressa os valores eleitos como primordiais, tendo assim conotação social e cultural, o que no plano real se dá conforme os interesses dos constituintes.

A partir de meados do século XX, em especial após a 2ª Grande Guerra, as Constituições passaram mais explicitamente a introduzir nor-

mas diretamente vinculadas a valores, principalmente como reação aos regimes fascistas e nazistas existentes na Europa (BARCELLOS, 2007, p. 4). Este movimento denominou-se, pela doutrina, de neoconstitucionalismo.

Sarmiento (2009, p. 100-104) ensina, primeiramente, que muitos dos autores considerados neoconstitucionalistas não se autodenominam assim²⁵. O autor explica que, mesmo sendo desafiador definir neoconstitucionalismo, este trouxe significativas contribuições, tais como o reconhecimento da “força normativa de princípios revestidos de elevada carga axiológica”; a “centralidade da Constituição no ordenamento, a ubiquidade de sua influência na ordem jurídica e o papel criativo da jurisprudência”; e uma reaproximação da Moral com o Direito.

Contudo, na América Latina, o contexto sociopolítico implicou em um novo modelo constitucional. Os países latinoamericanos, mesmo iniciando seus processos de constitucionalização desde o início da descolonização política, levaram a um afastamento do modelo neoconstitucional, implicando em outra visão paradigmática. Isso se deu principalmente por dois fatores: a recente redemocratização após o período de repressão de direitos decorrente dos regimes autoritários do século XX e a particularmente rica multiplicidade cultural, ambiental e social existente em seus territórios.

Assim, um diferente modelo tem aqui se instalado, de forma a desenvolver um constitucionalismo que se molde à ampla heterogeneidade sociocultural ao mesmo tempo em que garanta a proteção da diversidade ambiental. Não significa que as conquistas do neoconstitucionalismo tenham sido deixadas de lado, mas sim que tem ocorrido uma desvinculação de um constitucionalismo ‘colonial’, emprestado de outros contextos, para finalmente desenvolver um modelo próprio, assumindo as características peculiares e especiais de sua própria realidade.

Como ensinam Viciano e Dalmau (2010, p. 18-19), o novo constitucionalismo latinoamericano absorveu algumas características do neoconstitucionalismo, em especial no que tange a alta normatividade da Constituição – o que os autores chamam de sua “interioridade” –, mas dele se diferencia dada a manifestada “exterioridade da constituição”, qual seja: sua pretensão de legitimidade democrática, assegurada a partir da exaltação da participação política e da cidadania ativa.

Esse modelo constitucional advém, em meio a um cenário de grande

²⁵ Tal como Ronald Dorkin, Robert Alexy, Peter Häberle, Gustavo Zagrebelsky, Luigi Ferrajoli e Carlos Santiago Nino (SARMENTO, 2009, p. 3).

conflito sociopolítico, de movimentos sociais associados com as propostas políticas dos próprios povos —em oposição à anterior preponderância das propostas das elites políticas—, ou seja, tem um caráter revolucionário em sua própria origem e está amplamente associado aos pressupostos democráticos (DALMAU, 2008, p. 5/6). Como ensina Dalmau (2008, p. 19), trata-se de “*un constitucionalismo sin padres. Nadie, salvo el pueblo, puede sentirse progenitor de la constitución, por lagenuinadinámica participativa y legitimadora que acompaña los procesos constituyentes*”.

Neste sentido, nas últimas três décadas, percebe-se essa reação latinoamericana —acompanhada pela maioria dos países da região— ao seu passado autoritário de constantes violações de direitos, com uma expressiva expansão do reconhecimento de direitos e garantias, a qual foi acompanhada com uma majoração de instrumentos e remédios constitucionais pretendendo evitar àquelas violações. Mais do que isso, o que se destaca nestas novas Constituições é o reconhecimento de direitos comunitários, como os direitos políticos, territoriais e culturais das comunidades tradicionais locais, conforme se constata em países como Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Paraguai e Venezuela (NEGRETTO, 2009, p. 42).

Portanto, tendo as novas Constituições latinoamericanas o enfoque de ampliar o paradigma de direitos no sentido de abarcar os novos direitos ditos coletivos e de relegitimar a democracia através da inclusão de parcelas da população antes excluída do contexto político, este é um modelo que *a priori* tem o perfil necessário para a promoção e garantia de direitos socioambientais, os quais passam a ser abrangidos como fundamento da própria constituição dos Estados.

Muitas das Constituições promulgadas neste novo momento constitucional da América Latina reconhecem, pela primeira vez, o multiculturalismo ou plurinacionalidade de suas sociedades e Estados, incluindo em seus textos o direito à autonomia e autodeterminação dos povos indígenas.

Rompe-se, assim, com o anterior individualismo preponderante no constitucionalismo de racionalidade liberal, possibilitando a inclusão de novos atores políticos na condução das escolhas públicas e, mais do que isso, permite que comunidades tradicionais tenham legitimidade para conduzir de forma autônoma seus próprios sistemas jurídicos, políticos e econômicos, destacando-se neste cenário os exemplos da Bolívia e do Equador (VIEIRA *et. al*, 2013, p. 129).

Por outro lado, essas Constituições também inovaram em positivar a visão holística das filosofias dos povos tradicionais acerca da vida, em especial

da relação do homem com a natureza enquanto unidade, sendo a Pachamama (a Mãe Terra) um sistema que integra tudo o que há. Por exemplo, a filosofia do bem viver, no Equador, encontra eficácia normativo-constitucional, quebrando o paradigma antropocêntrico de meio ambiente para uma nova concepção de integralidade entre o social e o ambiental, reconhecendo-se elementos da natureza como novos sujeitos de direito.

Como ensina Souza Filho (2003, p. 93-94):

as novas constituições foram surgindo com um forte caráter pluricultural, multiétnico e preservador da biodiversidade. Ao lado do individualismo homogeneizador, reconheceu-se um pluralismo repleto de diversidade social, cultural e natural, numa perspectiva que se pode chamar de socioambiental. Os sistemas jurídicos constitucionais, antes fechados ao reconhecimento da pluriculturalidade e da multietnicidade, foram reconhecendo, um a um, que os países do continente têm uma variada formação étnica e cultural, e que cada grupo humano que esteja organizado segundo sua cultura e viva segundo a sua tradição, em conformidade com a natureza da qual participa, tem direito à opção de seu próprio desenvolvimento.

Neste sentido, verifica-se uma clara afinidade entre o socioambientalismo e o novo constitucionalismo latinoamericano.

O movimento socioambiental, o qual pode ser definido como um resultado de “articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista” (SANTILLI, 2005, p. 22), tem como principal pretensão o reconhecimento e a defesa dos direitos socioambientais.

Estes darão normatividade à proteção dos bens socioambientais, essenciais para:

a manutenção da vida de todas as espécies (biodiversidade) e de todas as culturas humanas (sociodiversidade). Assim, os bens ambientais podem ser naturais ou culturais, ou, se melhor podemos dizer, a razão da preservação há de ser predominantemente natural ou cultural se tem como finalidade a bio ou a sociodiversidade, ou a ambos, numa interação necessária entre ser humano e o ambiente em que vive (SOUZA FILHO, 2002, p. 38).

Frutos desses novos modelos constitucionais – principalmente no caso colombiano (1991), equatoriano (2008) e boliviano (2009) –, a constitucionalização do bem viver ou da Pachamama e o reconhecimento de

novos sujeitos de direito e de atores políticos resumem essa nova racionalidade – se é que assim poderia se chamar, talvez por inspiração das pretensões de Leff (2006, p. 124-130) –, qual seja: uma racionalidade socioambiental, “biocêntrica”, que integra o ser humano como fruto da natureza, e não a natureza como bem pertencente ao ser humano.

Destaca-se que essa positivação constitucional acerca do bem viver (aliando a defesa da multiplicidade sociocultural com a proteção da natureza) e do plurinacionalismo não se deu da mesma forma em todas as novas Constituições latinoamericanas. As da Bolívia e do Equador de fato foram mais longe. Contudo, todos os textos constitucionais considerados como parte deste novo constitucionalismo latinoamericano possuem, em maior ou menor grau, uma ampliação dos atores constitucionais, fortalecendo a inclusão de partes da população antes excluídas dos processos de interpretação e alteração da Constituição (VIEIRA *et. al.*, 2013, p. 128). Isso resulta de uma ressignificação do pluralismo étnico e cultural enquanto valor constitucional.

Neste sentido, pode-se verificar a correlação com as aberturas trazidas pela própria democracia, como se verá a seguir.

2 O PLURALISMO DEMOCRÁTICO, O NOVO MODELO CONSTITUCIONALE A DEMANDA DE REESTRUTURAÇÃO DE PODER PARA A DEFESA DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

Veja-se que, no atual contexto latinoamericano, o novo modelo de constitucionalismo alia-se aos preceitos democráticos, possibilitando pela forma de governo eleita o reconhecimento e garantia de direitos socioambientais.

Neste ponto, importante destacar que esta pesquisa alia-se à teoria da democracia plural, diversa da liberal. Entende-se, com base em Lefort (1991, p. 10-31) e Mouffe (1996, p. 22-27) que a democracia moderna vem com uma marcante abertura paradigmática, a qual permite uma sociedade plenamente multicultural e essencialmente indeterminada.

A democracia moderna coaduna com as teorias epistemológicas pós-modernas, no sentido de que restam dissolvidos os marcos de certeza, abarcando assim a complexidade inerente à existência humana, às suas

relações sociais e à relação com o meio. Considerando que na democracia o lugar de poder é simbolicamente vazio, não cabe a nenhum grupo ou indivíduo apropriar-se dele: isso permite uma flexibilidade na estrutura de exercício de poder, a qual pode ser alterada conforme a pressão popular desde que se respeitem as conquistas democráticas de liberdade e igualdade dos cidadãos (LEFORT, 1991, p. 32-35).

Nesse sentido, quando as novas Constituições latinoamericanas vêm a criar Estados plurinacionais, nos quais são evidenciados o reconhecimento da multiplicidade étnico-cultural e de empoderamento político de parcelas da população antes sem representatividade, nada mais estão do que a legitimar a democracia.

O pluralismo, enquanto essência da democracia e pressuposto destes novos modelos constitucionais, demanda a existência e ocupação de espaços de defesa de direitos, os quais mantêm viva a revolução democrática e trazem para o plano do real a liberdade e igualdade inerentes a esta forma de governo. Disso se extrai que as novas subjetivações, criando novos sujeitos de direito e posicionando os cidadãos enquanto iguais perante o Estado, estando em dissonância com as relações reais de sujeição e dominação, devem ser conquistadas no plano do real através de um constante e árduo processo de luta pelo reconhecimento de direitos (MOUFFE, 2013, p. 51).

A mera positivação – constitucional ou não – não garante, por óbvio, esta igualdade e liberdade no contexto fático, e muito menos o efetivo exercício do poder político outorgado às comunidades tradicionais e a necessária proteção aos novos sujeitos de direito, tais como a Pachamama.

O *status quo* institucional tem uma resistência histórica. As estruturas de poder se desenvolveram revelando, desde a formação dos Estados, uma dominação “autoritária” por parte do Poder Executivo, com alianças oligárquicas locais e diálogos com o Legislativo em prol de uma atuação visando os interesses das camadas dirigentes (FAORO, 2012, 323-386).

A democracia, nos raros momentos em que aparentava conduzir a forma de governo, não passava de uma ilusão para a manutenção de autoritários presidencialismos federalistas oligárquicos, ante sua relação com detentores locais elitistas de poder (FAORO, 2012, p. 323-386).

O que faz com que neste momento venha a ser diferente?

Até muito pouco tempo atrás (um pouco mais de duas décadas), o constitucionalismo latinoamericano não poderia ser entendido por sua função social integradora, sua força normativa, ou sua legitimidade demo-

crática. Embasava-se em Constituições puramente nominais. Todavia, esse contexto foi revolucionado, agora trazendo as mencionadas Constituições fortes, originais e vinculantes, que comportam mais participação, transparência, se assentando em uma ampla base de legitimidade democrática. As assembleias constituintes que firmaram estas Constituições foram, de fato, processos político-sociais de transformação e participação popular, principalmente no caso colombiano (1991), equatoriano (2008) e boliviano (2009) (PASTOR, DALMAU, 2010, p. 8-10).

Porém, muitos autores²⁶ têm criticado, por exemplo, a permanência de um hiperpresidencialismo mesmo nessas novas Constituições.

Tomando como referência o contexto equatoriano, o qual teve a promulgação de uma Constituição muito avançada pela perspectiva socioambiental, mantem-se ainda um exacerbado poder do Chefe do Poder Executivo Federal. Como ensina Freidenberg (2012, p. 145-148):

“en este periodo ha continuado la construcción de un proyecto de corte hegemónico, personalista y centralizador que, a diferencia de lo que reclamaba la Revolución Ciudadana, no ha conseguido cambiar muchos de los vicios y las prácticas de la política ecuatoriana. Ha habido cambios institucionales, con pretensiones de radicalización de las reformas al sistema político, pero sus alcances aún son borrosos y sus consecuencias no son fácilmente identificables. (...) En este escenario, la ausencia de una oposición constructiva y las actuaciones erráticas de dichos sectores dificultan la construcción de una alternativa política viable al proyecto de la Revolución Ciudadana”.

Neste exemplo se verifica como o *status quo* institucional resiste a mudanças, dificultando a própria implementação dos direitos já reconhecidos. Debatendo esta dificuldade de compatibilizar a democratização política e da garantia dos referidos direitos, Gargarella (2014, p. 269) explica que as novas Constituições fortaleceram os compromissos sociais das Constituições anteriores, mas, ao mesmo tempo, mantiveram praticamente intacta a estrutura tradicional verticalizada de poder.

Ao oposto do que se poderia logicamente pretender, as Constituições mantiveram a organização do sistema presidencial, inclusive fortalecendo a autoridade dos presidentes. Isto por si só põe travas à democracia, mantendo uma organização de poder concentrada, o que se contrapõe ver-

²⁶Dalmau (2012, p. 718) cita Verdesoto e Basabe-Serrano, por exemplo.

tiginosamente às aspirações democráticas de implementação dos direitos socioambientais reconhecidos (GARGARELLA, 2014, p. 274- 278).

Para Gargarella (2014, p. 285-289), os constituintes talvez não tenham se dado conta dessa possibilidade de tensão, dada a separação existente entre a esfera de organização do poder e a relativa aos direitos. Nem mesmo a inclusão de novos mecanismos participativos foi capaz de limitar o presidencialismo e, na maioria dos países latino-americanos os Poderes Executivos permaneceram numa posição privilegiada dentro da estrutura dos poderes, predominando sobre as demais esferas.

Quanto aos direitos dos povos indígenas, incluídos e expandidos nas novas Constituições, Gargarella (2014, p. 323-330) demonstra como entram em conflito direto com os mecanismos de decisão política já existentes, que dão ao Executivo a autoridade para, por exemplo, autorizar a exploração agressiva de recursos naturais.

Então, o que se percebe é uma imensa limitação institucional, a qual não permite uma verdadeira manifestação democrática plural, dificultando em muito a efetivação dos novos direitos, o que gera, inclusive, mais tensões entre a cidadania e a Constituição (GARGARELLA, 2014, p. 340-353).

Nesse sentido, dada a amplitude dos novos preceitos constitucionais e do reconhecimento dos direitos socioambientais, os quais encontram inúmeras resistências para a implementação, deve-se buscar uma reformulação das instâncias de poder, de forma a relacionar a grande complexidade deste novo desenho constitucional e a gestão pública nestas sociedades, dada à diversidade que representam.

Somente estabelecendo uma estrutura de exercício de poder que leve em consideração o particular e o todo, concomitantemente, bem como suas inter-relações, se poderão atingir os objetivos e demandas de relevância socioambiental.

3 A DESCENTRALIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS DE PODER COMO MEIO DE POSSIBILITAR A MUDANÇA PARADIGMÁTICA NECESSÁRIA À EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

Para possibilitar a concretização das pretensões socioambientais, no contexto do novo constitucionalismo latinoamericano, investiga-se a necessidade de uma maior descentralização do exercício de poder para as instâncias locais.

Tal proposta inspira-se nos ensinamentos de Leff (2006, p. 158-160) que, ao identificar os pressupostos que devem permear a racionalidade ambiental (a qual para nós se adequa perfeitamente ao que se pretende como racionalidade socioambiental), demonstra como o território, enquanto lugar no qual “se assenta uma identidade na qual se enlaçam o real, o imaginário e o simbólico” e no qual se articulam essas identidades e as potencialidades ecológicas, é fundamental para a manifestação do “ser cultural”, do ser posicionado conforme suas origens socioculturais.

O autor demonstra como há uma “tensão de territorialidades”, da qual resulta que os atores sociais travem lutas de resistência contra a dominação externa, a fim de garantir sua própria identidade e posição como “ser na natureza” em que foi criado.

Nesta perspectiva, essa nova racionalidade deve deslocar o pensamento do todo, globalizado ou como unidade estatal, por exemplo, para as “singularidades locais”, construindo uma dinâmica que acolha tanto a pluralidade cultural quanto a ecologia (LEFF, 2006, p. 159).

Ele defende que, para tanto, “uma nova política do lugar, da identidade e da diferença está sendo construída a partir do ser e do tempo nas lutas atuais pela identidade, pela autonomia e pelo território” (LEFF, 2006, p. 160).

Uma gestão que possibilite a garantia dos direitos socioambientais deve ser feita localmente. Como ensina Leff (2001, p. 153), essa gestão utilizaria “o saber ambiental das comunidades, onde se funde a consciência de seu meio, o saber sobre as propriedades e as formas de manejo sustentável de seus recursos, com suas formações simbólicas e o sentido de suas práticas sociais”. Há assim uma integração de todos esses processos quando das trocas de conhecimentos sobre aquele ambiente.

Ou seja, uma racionalidade socioambiental, a qual permita a efetivação dos novos direitos e novos paradigmas trazidos pelas recentes cons-

tituições latinoamericanas, deve exaltar uma gestão local, a qual partirá do “saber ambiental de cada comunidade inserido em suas formações ideológicas, suas práticas culturais, suas técnicas tradicionais”, ao mesmo tempo em que deve favorecer a sistematização e a troca das diferentes experiências de manejo dos recursos naturais (LEFF, 2001, p. 153-154).

Isto cria um espaço para o favorecimento de gestões locais, de forma a incrementar “as capacidades de auto-gestão das comunidades” (LEFF, 2001, p. 154). O reconhecimento da pluralidade e o fortalecimento da recuperação das identidades dos indivíduos enquanto parte de coletividades pertencentes a determinados territórios possibilita uma administração dos bens públicos daquela comunidade em consonância com as suas reais demandas.

Neste sentido, Santilli (2005, p. 34) ensina que:

o socioambientalismo foi construído com base na ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental.

Veja-se que as Constituições preveem a descentralização, seja como a do Equador, em seu artigo 1º, §1º, ou como de outras, que primam pela forma Federativa de Estado.

Contudo, entre estar constitucionalmente positivada e a efetiva descentralização do exercício de poder, exsurge uma grande diferença. Como se verificou, a América Latina possui uma forte tradição de centralização de poder, marcada por um presidencialismo exacerbado, a qual se mantém inclusive no atual contexto histórico – como já visto no item anterior.

Assim, para uma descentralização no plano fático, demandam-se reformas nos mais distintos níveis de estrutura do Estado, das quais Rosenfeld (1994, p. 2) identifica como principais:

- “1. La reforma política, que ha consistido, por una parte, en nuevos gobiernos y autoridades regionales o comunales, y por otra, en nuevos sistemas de representación política y de participación de la sociedad civil.
2. Reformas en la esfera político-administrativa, que ha consistido en dotar a los Municipios, y en algunos países, a las Regiones, de mayores atribuciones, funciones y competencias, especialmente en lo que se refiere a la planificación de la inversión pública y el desarrollo social, así como en la provisión y administración de servicios.
3. Una reforma presupuestaria que, a través del incremento de recursos propios o de nuevas transferencias desde el Gobierno central, han estructurado un nuevo esquema de financiamiento para las regiones y municipios, que significa un sustancial aumento de recursos para desempeñar sus funciones”.

Veja-se que a descentralização pode ter várias formas de implementação, em regra acompanhando as transformações políticas, econômicas e sociais daquele contexto específico. Além do mais, muitas são suas possíveis conceituações. A que se utiliza nesta pesquisa abrange a transferência do exercício de poder, da autoridade e da responsabilidade entre os diferentes níveis e esferas de governo, ao mesmo tempo em que abre espaço para a participação da comunidade local e favorece a transparência na gestão pública e nas decisões políticas (CAVALCANTE, 2011, p. 1784).

A descentralização emerge, neste momento histórico, “como um instrumento de participação, como um meio de levar para junto do cidadão as instâncias de poder, criando uma rede de relações”, as quais possibilitam que as diferentes regiões de um município ou determinado território tenham acesso aos responsáveis pelas decisões públicas ou promoções de políticas (JUNQUEIRA, INOJOSA, 2012, p. 484).

A proposta é, além de favorecer uma verdadeira federação, na qual os entes têm poder na medida de sua atuação, descentralizar o mais local deles, quais sejam: em regra, os municípios ou determinado território, de forma a dar maior poder às diferentes comunidades que o integram.

Veja-se que, em sendo a população intrinsecamente plural, não serão homogêneas nas suas:

necessidades nem nas aspirações. Para interferir, respeitando e atendendo às suas peculiaridades, é preciso estabelecer critérios para comparar grupos populacionais entre si e em relação a padrões de

qualidade, e permitir o estabelecimento de objetivos e metas que promovam a qualidade de vida, por meio do acesso a bens materiais e imateriais disponíveis na sociedade contemporânea (JUNQUEIRA, INOJOSA, 2012, p. 487).

Este processo descentralizador possibilita colocar os “interlocutores ao alcance da população, possibilitando-lhe participar do processo de decisão e introduzir suas prioridades na agenda governamental”. Contudo, para que o processo de transferência de poder para as periferias seja utilizado de forma a criar mecanismos de decisão mais próximos dos cidadãos, faz-se necessário “vincular esse movimento de descentralização a uma estratégia que dê conta da dimensão de articulação”, tal como a intersetorialidade, que pode ser compreendida como “a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico” (JUNQUEIRA, INOJOSA, 2012, p. 486).

Cumprir destacar que não se defende uma descentralização com decisões isoladas, já que uma atuação desarticulada não levaria em consideração os problemas e necessidades como um todo, ficando reduzida cada qual a sua esfera de competência, olvidando as consequências naturais que uma ação em determinado ente pode gerar em outro.

Certo é que, ao mesmo tempo em que existem necessidades básicas a todo ser humano, há demandas peculiares à determinada parcela da população, razão pela qual se exige daqueles que exercem o poder público permissão para uma efetiva participação da comunidade nas decisões políticas, contextualizando as situações conforme determinado espaço territorial e levando-se em conta os indivíduos e/ou grupos sociais (JUNQUEIRA, INOJOSA, 2012, p. 489).

Contrapondo-se a esta concepção, surge a ideia de ação conjunta e articulada entre os diferentes agentes governamentais, de forma descentralizada, a fim de garantir uma maior aproximação entre as partes envolvidas. De um lado está o Estado como garantidor de acesso aos bens e serviços e de outro a comunidade e o indivíduo, usuário e destinatário final das ações de políticas públicas e sociais (JUNQUEIRA, INOJOSA, 2012, p. 490).

A combinação entre a descentralização e a intersetorialidade deve observar critérios basilares para viabilizar sua atuação: em um primeiro momento tem-se o critério geográfico. O município passa a ser visto como

um macro espaço, formado por diversos microespaços, estes compostos basicamente pelos bairros; enquanto outro vértice é identificar um conjunto de pessoas com interesses em comuns, mesmo que estes indivíduos integrem grupos distintos em determinados momentos, haja vista que não são excludentes entre si, seja através de uma classificação por faixa etária, familiar ou ocupacional (JUNQUEIRA, INOJOSA, 2012, p. 486).

Enaltece-se, portanto, instâncias de decisão e de gestão mais locais enquanto formas muito eficazes de aproximar o cidadão das decisões públicas, favorecendo a democracia e a inclusão social.

Em especial, dada à magnitude de nosso Estado, dos estados e dos municípios, a descentralização aparenta facilitar o acesso dos indivíduos aos gestores, bem como possibilita uma participação política e informação acerca do que é público. Inclusive, pode vir a favorecer a cooperação entre os indivíduos, eis que permite uma maior visualização de identidades comuns entre os cidadãos, qual seja residir em um mesmo e palpável espaço físico, ao mesmo tempo em que dá possibilidade para a manifestação das mais variadas identidades.

Enfim, não se pode esquecer que “a descentralização não vem a ser um fim em si, mas sim uma condição para atingir objetivos” do todo, tais como a implementação dos direitos reconhecidos pelas Constituições. Neste sentido, o desafio que surge “é como constituir instâncias, canais e ferramentas de envolvimento da comunidade” e de “transferência de poderes e autonomia para territórios subnacionais” (ROSENFELD, 1994, p. 36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação realizada nesta pesquisa, concluiu-se pela intrínseca relação entre as pretensões do novo constitucionalismo latinoamericano e aquelas do movimento socioambiental.

O novo momento constitucional da América Latina possibilita o reconhecimento e a implementação de direitos socioambientais.

Contudo, mesmo que as condições constitucionais estejam em consonância com os pressupostos da própria democracia plural agora preponderante na região, muitos são os entraves encontrados pelo status quo institucional que se mantém, em especial dado ao forte presidencialismo que mantém um poder centralizado e vertical.

Neste sentido, sugere-se a descentralização das instâncias de poder como forma de possibilitar a efetivação das conquistas dos movimentos constitucionais e socioambientais, de forma a permitir uma ampla participação e o reconhecimento das diferentes expressões da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. **Revista Diálogo Jurídico**. Salvador, n. 15, jan-mar, 2007. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43620/44697>>. Acesso em 20 out. 2015.

CAVALCATE, Pedro. Descentralização de políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: uma revisão de literatura. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1781-1804, nov-dez. 2011.

DALMAU, Rubén Martínez. Asembleas constituintes y nuevoconstitucionalismo em America Latina. **Tempo Exterior**, n. 17, p. 5-15, jul-dec, 2008.

DALMAU, Rubén Martínez. Vivir bien e innovaci'onen el nuevo constitucionalismo: la Constituci'onecuatoriana de 2008. **XV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles**, Madrid, Trama editorial; CEEIB, pp.708-722, nov. 2012.

Freidenberg, Flavia. Ecuador 2011: Revolución ciudadana, estabilidad presidencial y personalismo político. **Revista de Ciencia Política**, v. 32, n.1, 129-150, Santiago, 2012.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; INOJOSA, Rose Marie. Descentralização e intersectorialidade: um novo formato de gestão pública municipal. In: FERNANDES, Valdir; PHILIPPI JR, Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. (Org.). **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2012.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natu-

reza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

LEFORT, Claude. **Pensando o político:** ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O novo Constitucionalismo indo-afro-latino-americano. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 13, n. 26, p. 83-98, Belo Horizonte, jul.-dez., 2010. Disponível em <[http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/ P.2318-7999.2010v13n26p83/3981](http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/P.2318-7999.2010v13n26p83/3981)>. Acesso em 20 out. 2015.

MOUFFE, Chantal. **Hegemony, radical democracy and the political.** London: Routledge, 2013.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político.** Lisboa: Gradiva, 1996.

NEGRETTO, Gabriel. Paradojas de la reforma constitucional en América Latina. **Journal of Democracy** (Spanish Version), v. 1, n. 1, 38-54, 2009.

PASTOR, Roberto; DALMAU, Rubén. Los procesos constituyentes latino-americanos y el nuevo paradigma constitucional. **Revista de Ciências Jurídicas de Puebla**, México, n. 25, 2010. p. 7-29.

ROSENFELD, Alex. **Descentralización y gobiernos locales en América Latina**, Santiago de Chile, Programa de Gestión Urbana PNUD/HABITAT/GTZ/Banco Mundial, 1994.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

SARMENTO, Daniel. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC**, ano 3, n. 9, p. 95-133, Belo Horizonte, Fórum, janeiro, 2009.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Introdução ao direito socioambiental. In: LIMA, André (org.). **O direito para o brasil socioambiental**. São Paulo: Instituto Sociambiental, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIEIRA, J.; SANTOS, F.; MARQUES, G.; SOUZA, R.; DIAS, S. Impasses e alternativas em 200 anos de constitucionalismo latino-americano, **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 5, n.2, p. 122-132, jul-dez. 2013.

UNA APROXIMACION AL CONCEPTO DE SOCIOAMBIENTALISMO EN EL ORDENAMIENTO JURIDICO DEL PARAGUAY, UNA MIRADA HISTORICA ACERCA DE LOS NUEVOS DERECHOS

*Uma Aproximação Ao Conceito De Socioambientalismo No Ordenamento
Jurídico Do Paraguai, Um Olhar Histórico Acerca Dos Novos Direitos.*

Ever Ariel Moran Maciel²⁷

Matías Figueredo Sánchez²⁸

Fabiola Jazmín Duarte González²⁹

RESUMEN: El objeto de este trabajo es reflexionar sobre el concepto del socio-ambientalismo, su aproximación e ideas subyacentes en el Ordenamiento Jurídico Paraguayo (OJP) de tal manera a caracterizar sus posibilidades y límites para su pleno desarrollo (en un futuro, cuando se presente la ocasión propicia) es importante destacar que las ideas y nuevos conceptos traídos por el socio-ambientalismo aún resultan incipientes, tanto en el ámbito académico como en el de la realidad social del Paraguay, la idea del artículo, además de promover la reflexión sobre la temática, es trabajar con los aportes de esta nueva línea de pensamiento para el debate y observar las perspectivas para la implementación del socio-ambientalismo en el Paraguay. La ponderación será realizada partiendo de dos ejes fundamentales, que nos permitan teorizar al respecto del tema destacado, el primer eje versa sobre una mirada histórica en el itinerario de las Constituciones del Paraguay, así como de otras fuentes del derecho que guardan relación con el área desarrollada, de modo a encontrar las claves del pensamiento jurídico, y en ese tenor delinear la construcción teórica dentro del contexto del derecho positivo y

²⁷Professor da disciplina Técnica de Investigação em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais da Universidade Privada do Este (Paraguai). Bacharel em Filosofia, membro do Centro de Investigações em Direito e Ciências Sociais da UPE. (CIDUPE) E-mail de contato: evermoranm@gmail.com.

²⁸Acadêmico de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais da Universidade Privada do Este. (Paraguai)membro do Centro de Investigações em Direito e Ciências Sociais da UPE. (CIDUPE)E-mail de contato: mati_figueredo.95@hotmail.com

²⁹ Acadêmica de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais da Universidade Privada do Este, membro do Centro de Investigações em Direito e Ciências Sociais da UPE. (CIDUPE). E-mail de contato:jaz_fjdg@hotmail.com

la posibilidad de la inserción de las premisas del socio-ambientalismo en el Paraguay. El segundo eje consiste en una articulación de la cuestión indígena y ambiental presente en el ordenamiento jurídico paraguayo con la finalidad de encontrar conexiones de ideas que se relacionen con el socio-ambientalismo, de modo a presentar una configuración del estado de formación actual del mismo. Estos dos ejes, sumados a la línea de pensamiento de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, referente importante del socioambientalismo, constituyen una triada para la base de nuestro marco teórico, las ideas, los fundamentos y las perspectivas colocadas por este pensador serán utilizadas como telón de fondo de este trabajo, una referencia epistémica obligatoria, quien señala que los derechos sociocambientales no constituyen una simple suma de derechos individuales, y que el ser humano y el medio ambiente no deben ser vistos de manera aislada. Se pretende integrar todo lo arriba expuesto y lograr con ello comprender la actual posición del concepto del socioambientalismo en el ámbito jurídico paraguayo, primer paso para su pleno reconocimiento y determinación de las bases de un futuro sociambientalismo paraguayo.

PALABRAS CLAVE: socioambientalismo; Paraguay; pueblos originários.

RESUMO: O objeto deste trabalho é refletir sobre o conceito do Socioambientalismo e sua aproximação e ideias subjacentes no Ordenamento Jurídico Paraguaio (OJP) de tal maneira a caracterizar suas possibilidades e limites para seu pleno desenvolvimento (num futuro, quando se apresente a ocasião propícia) é importante destacar que as ideias e novos conceitos trazidos pelo sociambientalismo ainda resultam incipientes no âmbito tanto acadêmico como da realidade social do Paraguai, a ideia do artigo, além de promover a reflexão sobre a temática, é trabalhar com os aportes dessa nova linha de pensamento para o debate e observar as perspectivas para a implementação do socioambientalismo no Paraguai. A ponderação será realizada partindo de dois eixos fundamentais, que nos permitam teorizar a respeito do tema destacado, o primeiro eixo versa sobre um olhar histórico no itinerário das Constituições do Paraguai, bem como de outras fontes do direito que guardam relação com a área desenvolvida, de modo a encontrar as chaves do pensamento jurídico, e nesse ensejo delinear a construção teórica dentro do contexto do direito positivo e a possibilidade da inserção das

premissas do socioambientalismo no Paraguai. O segundo eixo consiste em uma articulação da questão indígena e ambiental presente no ordenamento jurídico paraguaio com a finalidade de encontrar conexões de ideias que se relacionem com o socioambientalismo, de modo a apresentar uma configuração do estado de formação atual do mesmo. Estes dois eixos, somados a linha de pensamento de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, referente importante do socioambientalismo, constituem uma tríade para a base do nosso marco teórico, as ideias, os fundamentos e as perspectivas colocadas por este pensador serão utilizadas como pano de fundo deste trabalho, uma referencia epistêmica obrigatória, quem assinala que os direitos sociocambientais não constituem uma simples soma de direitos individuais, e que ser humano e meio ambiente não devem ser vistos de maneira dissociada. Pretende-se integrar tudo o acima exposto e lograr com isso compreender a atual posição do conceito de socioambientalismo no âmbito jurídico paraguaio, primeiro passo para o seu pleno reconhecimento e determinação das bases de um futuro sociambientalismo paraguaio.

PALAVRAS-CHAVE: socioambientalismo; Paraguai; povos originários.

INTRODUÇÃO

El presente trabajo pretende rastrear referencias conceptuales y doctrinarias en el ambito del Derecho Constitucional Paraguayo, teniendo como eje de partida las Constituciones y otros instrumentos que fungieron de tal .El analisis comienza desde el Reglamento de 1813, surgido en la Dictadura del Dr. Gaspar Rodriguez de Francia y abarca la actual Constitucion de 1992 que inauguro el proceso de redemocratizacion.

Se procede a la revision de caracter historico documental a los efectos de vislumbrar la evolucion del Derecho Constitucional Paraguayo que a principio se restringia meramente al estudio de la organizacion del Estado, hasta llegar a contemplar el reconocimiento de los Derechos Libertades y Garantias de los ciudadanos, proceso este que va ganando diferente matices conforme va evolucionando el pensamiento juridico y se abre paso a las nuevas perspectivas forjadas en base a la humanizacion del Derecho, con influencias de la Revolucion Francesa, la Independencia Americana por citar algunos iconos historicos.

Una vez culminado este recuento historico pretendemos ahondar en el analisis de la Constitucion de 1992, pionera en la insercion de las

primeros postulados que se aproximan a las ideas propugnadas por el Socioambientalismo

En otro momento se pretende establecer una especie de genesis que constituya un marco referencial que nos permita justificar el desarrollo de líneas conceptuales que sostengan la presencia incipiente de los axiomas fundantes de este Nuevo Derecho y con ello proyectar su evolucion en el Derecho Paraguay y finalmente bosquejar algunos elementos esenciales que aporten al dialogo y la reflexion a la cimentación de un sistema jurídico pertinente a la protección de los conocimientos tradicionales asociados a la naturaleza

EL PROCESO HISTORICO CONTITUCIONAL DEL PARAGUAY

Nos hemos propuesto dar una mirada histórica retrospectiva al itinerario Constitucional del Paraguay con relación al propósito de este trabajo, la de rastrear ideas subyacentes para un futuro Socioambientalismo en el Paraguay, es necesario destacar el inicio de la historia Constitucional del Paraguay, el Dr. Conrado Pappalardo³⁰ señala que “ como precursor del Derecho Constitucional Paraguayo, los historiadores reconocen al Reglamento de Gobierno de 1813 (PAPPALARDO, p.5) haciendo la salvedad de que dicho reglamento esta ... “lejos aún de consagrar los principios republicanos hoy reconocidos.”

El 13 de marzo de 1844, bajo el Gobierno de Carlos Antonio López, en el Congreso General, fue propuesta y aceptada la nueva Constitución Nacional del Paraguay, que finalmente fue promulgada el 16 de marzo de 1844.

Por su parte la Constitución de 1870 fue analizada y discutida por 50 miembros de la Asamblea Nacional instalada el 15 de agosto de 1870 hasta el 18 de noviembre del mismo año fue llevado a cabo en el local del Cabildo, finalmente dicha Constitución entro en vigencia el 25 de noviembre de 1870.

El 15 de agosto de 1939, el Gral. José Félix Estigarribia, quien había sido el jefe máximo del ejército paraguayo en la guerra del Chaco, asumió funciones como Presidente de la República. El 16 de febrero de

³⁰ Cf. PAPPALARDO, C. Paraguay: Itinerario Constitucional, Asunción: Ñanduti vive e Intercontinental

1940, el Congreso, de conformidad con el artículo 123 de la Constitución de 1870, declaró la necesidad de la reforma constitucional, se convocó a una Convención Nacional Constituyente para el proceso de elaboración de la nueva Constitución. Se promulgo el 10 de julio de 1940

Con relación a la Constitución de 1967, el Dr. Conrado Pappalardo nos relata que por el año 1966 se “decidió convocar a Convención Nacional Constituyente para la reforma de la Constitución, representantes de cuatro partidos políticos reconocidos el Partido Colorado, el Partido Liberal, el Partido, el Partido Liberal Radical, el Partido Revolucionario Febrerista tomaron parte de las deliberaciones, que se llevaron a cabo desde el 23 de mayo hasta el 25 de agosto de 1967, fecha esta que se juro la Constitución. (PAPPALARDO, p.134)

El golpe de Estado del 2 y 3 de febrero de 1989 produjo la caída de la dictadura del general Alfredo Stroessner, comenzando así un nuevo horizonte democrático para el Paraguay, cargado de desafíos e innovaciones, que demandaban cambios en ese contexto la Convención Nacional Constituyente se reunió desde el 30 de diciembre de 1991, hasta el 20 de junio de 1992.

Según Lezcano Claude (2012)³¹

“La Constitución entonces en vigor era susceptible de ser mejorada tomándola como base, sin tener que modificarla radicalmente. En cuanto a la parte dogmática había que ampliar el catálogo de derechos de acuerdo con las normas consagradas en el Derecho Internacional de los Derechos Humanos, y asimismo debían ser ampliadas las garantías consagradas en la Ley Suprema. En cuanto a la parte orgánica, había que eliminar los artículos que contenían las disposiciones de carácter autoritario, retocar las atribuciones de los órganos de gobierno ya previstos, y agregar otros órganos de gobierno. Para la actualización de la Constitución de 1967 y su conversión en una constitución completamente democrática, además de las modificaciones secundarias y la incorporación de nuevas disposiciones, hubiera bastado con la modificación radical o la supresión de no más de diez artículos.

Además señala que:

“Inicialmente, el nuevo gobierno se mostró partidario de una reforma parcial, pero finalmente la carga simbólica y emocional de

³¹ LEZCANO CLAUDE, L, Historia Constitucional del Paraguay (Periodo 1870-2012), recuperado el 20 de noviembre de 2015 de: <https://luislezcanoclaude.wordpress.com/2012/08/15/169/>

romper con el inmediato pasado dictatorial mediante la eliminación del instrumento supremo de su ordenamiento jurídico, enarbolada principalmente por los sectores de oposición, determinó que se optara por la reforma total. En consecuencia, el 12 de junio de 1991, la Asamblea Nacional, conformada por las Cámaras del Congreso y el Consejo de Estado (Art. 220 de la Constitución de 1967), procedió a declarar la necesidad de la reforma total de la Ley Fundamental precedente”.

La Carta Magna de 1992 fue la primera que acogió en su seno a toda la diversidad y al pluralismo social, que dio participación real a todos sus habitantes, ya que están registradas cientos de propuestas que estudiadas y discutidas por nuestros representantes, ejerciendo como nunca antes los derechos y las libertades públicas. (PAPPALARDO, p.1)

El Dr. Conrado Pappalardo³² menciona que entre las innovaciones conceptuales que acoge nuestra Carta Magna merecen destacarse el reconocimiento de nuestra diversidad cultural.

Es importante señalar también que la Constitución Nacional de 1992, por la primera vez en la historia constitucional del Paraguay dedico un capítulo al medio ambiente (El capítulo De la Vida y del Ambiente, Sección II Art.7, Art. 8) es oportuno destacar que la Constitución del 92 representa un avance en la protección jurídica del medio ambiente.

Además de presentar una orientación multicultural reconociendo los derechos colectivos de los indígenas como también su organización social, su identidad costumbre tradiciones creencias y su lengua, esto se observa en el Capítulo V de los Pueblos Indígenas. (Art. 62, 63, 64, 65,66)

El Art. 62 de la Constitución Nacional de 1992 señala: “Esta Constitución reconoce la existencia de los Pueblos Indígenas definidos como grupos de culturas anteriores a la formación y organización del Estado Paraguayo.

El Art. 63 de la Constitución Nacional de 1992 contempla:

“Queda reconocido y garantizado el derecho de los pueblos indígenas a preservar y a desarrollar su identidad étnica en el respectivo hábitat. Tienen derecho, asimismo, a aplicar libremente sus sistemas de organización política, social, económica, cultural y religiosa, al igual que la voluntaria sujeción a sus normas consuetudina-

³² Cf. PAPPALARDO, C. Paraguay: Itinerario Constitucional, Asunción: Ñanduti vive e Intercontinental

rias para la regulación de la convivencia interior siempre que ellas no atenten contra los derechos fundamentales establecidos en esta Constitución. En los conflictos jurisdiccionales se tendrá en cuenta el derecho consuetudinario indígena”.

A continuación los demás artículos del Capítulo V de los Pueblos Indígenas.

Artículo 64 - De La Propiedad Comunitaria

“Los pueblos indígenas tienen derecho a la propiedad comunitaria de la tierra, en extensión y calidad suficientes para la conservación y el desarrollo de sus formas peculiares de vida. El Estado les proveerá gratuitamente de estas tierras, las cuales serán inembargables, indivisibles, intransferibles, imprescriptibles, no susceptibles, no susceptibles de garantizar obligaciones contractuales ni de ser arrendadas; asimismo, estarán exentas de tributo. Se prohíbe la remoción o traslado de su hábitat sin el expreso consentimiento de los mismos”.

Artículo 65 - Del Derecho a La Participación

“Se garantiza a los pueblos indígenas el derecho a participar en la vida económica, social, política y cultural del país, de acuerdo con sus usos consuetudinarios, ésta Constitución y las leyes nacionales”.

Artículo 66 - De La Educación y La Asistencia

“El Estado respetará las peculiaridades culturales de los pueblos indígenas especialmente en lo relativo a la educación formal. Se atenderá, además, a su defensa contra la regresión demográfica, la depredación de su hábitat, la contaminación ambiental, la explotación económica y la alienación cultural”.

Artículo 67 - De La Exoneración

“Los miembros de los pueblos indígenas están exonerados de prestar servicios sociales, civiles o militares, así como de las cargas públicas que establezca la ley”.

EL SOCIOAMBIENTALISMO Y LOS NUEVOS DERECHOS

Según Teixeira Silva el (2008, p.4)³³

“socioambientalismo, como noção jurídica, constitui uma construção derivada de interesses difusos cujas demandas não foram originária e necessariamente convergentes em sua plenitude pois as disputas, lides ou conflitos, que têm foco nos bens socioambientais, são destacadamente marcadas pela pluralidade de interesses e concepções no que se refere ao uso e apropriação destes bens, que podem produzir como resultado a divergência e a necessidade de gestão territorial, levando à solução jurídica do conflito.”

El Socioambientalismo tiene sus inicios a través de una nueva mirada epistémica con relación a los derechos es decir a partir del surgimiento y reconocimiento de los llamados “Nuevos Derechos.

Para Bobbio (1992), esses “novos direitos” relacionam-se não apenas com questões de desenvolvimento, mas também com mudança social³⁴

Este cambio social requiere de instrumentos jurídicos que se constituyan en referencia o brújula que guíen el proceso o la dinámica del cambio social y en esto es indiscutible la vital importancia que tiene para un país su Carta Magna.

Coincidimos con el Dr. Pappalardo que una Carta Magna debe recoger las conquistas del pensamiento jurídico y filosófico del siglo XX para proyectar a nuestro país hacia el siglo venidero.

En ese sentido está claro que la Constitución del 92 mas allá de sus luces y sombras ha demostrado una apertura hacia la innovación conceptual en materia jurídica y ha tomado los avances de experiencias de otros países en materia del pensamiento jurídico,

Según Teixeira Silva (2008, p.31)³⁵

“Assim, o processo constituinte brasileiro deu lugar a grandes inovações em relação à tradição constitucional anterior, possibilitando a inserção na Carta Magna de capítulos e de artigos que plantaram

³³ Jorge Kleber Teixeira Silva, Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial, Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

³⁴ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campu, 1992

³⁵ Jorge Kleber Teixeira Silva, Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial, Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

as sementes dos chamados “novos direitos”, constituindo, também, as bases para a evolução do que aqui denominamos “direitos socioambientais”. Nos anos seguintes à promulgação da nova Constituição, a novidade e generosidade conceituais dos “novos direitos” passou a permear a legislação infraconstitucional, além de influenciar fortemente a elaboração de novas constituições e de emendas constitucionais em vários países do subcontinente, como Colômbia, Paraguai, Equador, Bolívia, Nicarágua e Guatemala, consolidando internacionalmente esses novos paradigmas.”

En el caso del Socioambientalismo existen conceptos subyacentes (El capítulo De la Vida y del Ambiente, Sección II Art.7, Art. 8 y el Capítulo V de los Pueblos Indígenas) que pueden permitir su desarrollo pleno más adelante en el Paraguay.

El diferencial del Socioambientalismo es conseguir comprender la interdependencia de cuestiones sociales y ambientales que demandan un abordaje armónico sin pretender necesariamente para un lado o para otro, a fin de que se pueda alcanzar soluciones factibles que beneficien a todos ³⁶.

Por lo tanto integrar los conceptos de fondo de los derechos fundamentales garantizados en la Constitución del 92, señalados en el capítulo De la Vida y del Ambiente, y el Capítulo V de los Pueblos Indígenas, y entender a partir de ahí la profunda interrelación de ambiente entendida desde su aspecto de territorio o tierra, más la presencia de los indígenas que habitan ese territorio (La Constitución Nacional vigente reconoce la existencia de los Pueblos Indígenas definidos como grupos de culturas anteriores a la formación y organización del Estado Paraguayo) deben llevar a construir políticas públicas más efectivas para el desarrollo sostenible, esto nos lleva a pensar y consolidar un Socioambientalismo Paraguayo que tutelen todos los aspectos de la vida humana.

Almeida (2003, p. 28)³⁷ afirma que:

“a noção de socioambientalismo apresenta-se a partir de cinco especificidades: a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade geográfica e a sustentabilidade cultural, ou seja, que o socioambientalismo abarca todos os aspectos da vida humana desde o seu entorno até suas relações mais individuais como a cultura”.

³⁶ Ana Valeria Araujo, Sergio Leita. Socioambientalismo, Direito Internacional e Soberania en Socioambientalismo: Uma Realidade - Homenagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Jurua Editora, 2007 - 271

³⁷ ALMEIDA, Dean Fabio Bueno de. **Direito socioambiental o significado da eficácia e da legitimidade**. Curitiba: Jurua, 2003.

Según Teixeira Silva (2008)

El Socioambientalismo viene siendo construido a partir de las ideas de que las políticas públicas ambientales deben incluir y envolver las comunidades locales, detentoras de conocimientos y de prácticas de manejo de recursos naturales.

Además de eso, viene desenvolviéndose a partir de la concepción de que, en un país con tantas desigualdades sociales, un nuevo paradigma de desenvolvimiento debe promover no solo la sustentabilidad estrictamente ambiental, o sea la sustentabilidad de las especies, ecosistemas y procesos ecológicos, como también la sustentabilidad social, visionando una gestión democrática del territorio nacional, por lo tanto sintonizando con las diversas culturas del país.

APROXIMACION AL SOCIOAMBIENTALISMO

Carlos Marés comenta “o direito passa a regular coisas intangíveis, ou seja, as coisas destinatárias da tutela do direito, o bem jurídico a ser tutelado, passa cada vez mais a se tornar intangível, imaterial, afastando-se paulatinamente do patrimônio individual e da coisificação material como sustentáculo”³⁸

Artículo 64 - De La Propiedad Comunitaria

Los pueblos indígenas tienen derecho a la propiedad comunitaria de la tierra, en extensión y calidad suficientes para la conservación y el desarrollo de sus formas peculiares de vida. El Estado les proveerá gratuitamente de estas tierras, las cuales serán inembargables, indivisibles, intransferibles, imprescriptibles, no susceptibles, no susceptibles de garantizar obligaciones contractuales ni de ser arrendadas; asimismo, estarán exentas de tributo. Se prohíbe la remoción o traslado de su hábitat sin el expreso consentimiento de los mismos.

El Artículo 64 tiene un carácter colectivo porque la tenencia de la tierra es comunitaria y abarca a toda la etnia, el derecho colectivo tiene conexiones con el derecho Socioambiental, Carlos Mares señala que “Direito Socioambiental é o caráter coletivo destes direitos e não sua realização individual. É claro que se realiza o direito coletivo à moradia garantindo direito a todos e a cada um, mas com políticas públicas e não com soluções individuais. Isto quer dizer que o Direito Socioambiental transforma políticas públicas em direitos coletivos”

³⁸ Souza Filho, Carlos Frederico Marés. Liberdades e outros direitos: ensaios socioambientais. Curitiba, Letra da Lei, 2011

Los Derechos Colectivos para los Pueblos Indígenas fueron discutidos y analizados en la Convención Constituyente de 1992, como por ejemplo lo señalado por los asambleístas Tadeo Zarratea y Rafael Eladio Velazquez.

Según Tadeo Zarratea³⁹:

Para los Pueblos Indígenas los derechos colectivos son sumamente importantes y los derechos individuales pierden relevancia frente a los derechos colectivos. Por eso los Pueblos Indígenas piden que los derechos fundamentalmente colectivos de las comunidades sean reconocidas por leyes paraguayas, y que dentro de esos derechos se reconozca el derecho consuetudinario para aplicar sus normas internas, internamente entre ellos. Para nosotros, la sociedad blanca, exponente de una cultura diferente, esto es llamativo. Pareciera ser que en las comunidades indígenas no existen derechos individuales, sin embargo sí existen y son muy bien regulados.

Una de las características del Socioambientalismo es reconocer la interdependencia de cuestiones sociales y ambientales que demandan un abordaje armónico sin pretender necesariamente para un lado o para otro, a fin de que se pueda alcanzar soluciones factibles que benefician a todos ⁴⁰

En ese sentido destacamos la Propuesta De Gustavo Laterza⁴¹.

El Art.7º. Del derecho a un medio ambiente saludable. Toda persona tiene derecho a habitar en un ambiente saludable y ecológicamente equilibrado. Constituyen objetivos prioritarios de interés social la preservación, la conservación, la recomposición y el mejoramiento del ambiente para las generaciones presentes y futuras así como su conciliación con el desarrollo humano integral y sostenible.

Estos propósitos informarán a la legislación, a la política gubernamental y al criterio judicial. Los derechos, deberes, cargas y responsabilidades referentes a estos objetivos son solidarios, inalienables e imprescriptibles.

En cierto sentido esta propuesta tiene un matiz de las ideas del Socioambientalismo ya que se hace referencia a conceptos tales como la relación de la persona con el ambiente pero con la característica de una visión tutelar integral que busca el desarrollo humano sostenible.

³⁹ Cf. Plenaria, Diario de Sesiones N 15 de fecha 03/IV/1992

⁴⁰ Ana Valeria Araujo, Sergio Leita. Socioambientalismo, Direito Internacional e Soberania en Socioambientalismo: Uma Realidade - Homenagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Jurua Editora, 2007 - 271 páginas (p.41).

⁴¹ Plenaria, Diario de Sesiones N° 12 de la fecha 27/IV/1992.

Hay que entender que esta vision integral es esencial al Socioambientalismo ya que em esta corriente jurídica el hombre es parte de la naturaleza como um todo o dicho de otro modo el ser humano no es un intruso em la naturaleza.

Según Teixeira Silva (2008, p.8)⁴²

“Cabe observar que para a corrente do socioambientalismo a natureza não é intocada e o ser humano não é um estranho ou um intruso nos ambientes naturais. Ao contrário, o homem constitui parte da natureza e sua presença ou interferência no ambiente natural não é, por definição, predatória.”

En el caso de las comunidades indígenas sus conocimientos estan intimamente relacionados al território en que habitan, sus practicas, y modos de vida se hallan condicionados por el mismo se identifican plenamente com su tierra de tal manera que proteger su ambiente equivale a protegerse a ellos mismos, en ese sentido es interesante destacar el Art. 64 de la Constitucion del 92 en donde se garantiza la propiedad colectiva de los indígenas y la conservación y el desarrollo de sus formas peculiares de vida, de cierta forma em la Constitucion del 92 se realiza uma reparacion histórica a los indígenas que fueron invisibilizados en su derechos.⁴³

⁴² Jorge Kleber Teixeira Silva, Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial, Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

⁴³ El indígena dejó de existir legalmente en el Paraguay desde 1848 hasta 1981. Ciertamente el Decreto del presidente Carlos Antonio López de fecha 7 de octubre de 1848 en que, entre otras cosas, los indígenas fueron declarados ciudadanos paraguayos, fue la culminación de un proceso iniciado en 1767 con la expulsión de los jesuitas, el desmantelamiento de las reducciones jesuíticas y la reintegración de las tierras de las reducciones y de los colegios de los jesuitas al patrimonio de la Corona.

En setiembre de 1825 Rodríguez de Francia, el dictador supremo del país desde su independencia en 1811 y que gobernó hasta muerte en 1840, exigió que todos los ocupantes del país presentaran sus escrituras de propiedad para validar su ocupación de la tierra. Toda tierra que no fuera reclamada o cuyo título de propiedad no fuera reconocido automáticamente pasó a ser propiedad del Estado.

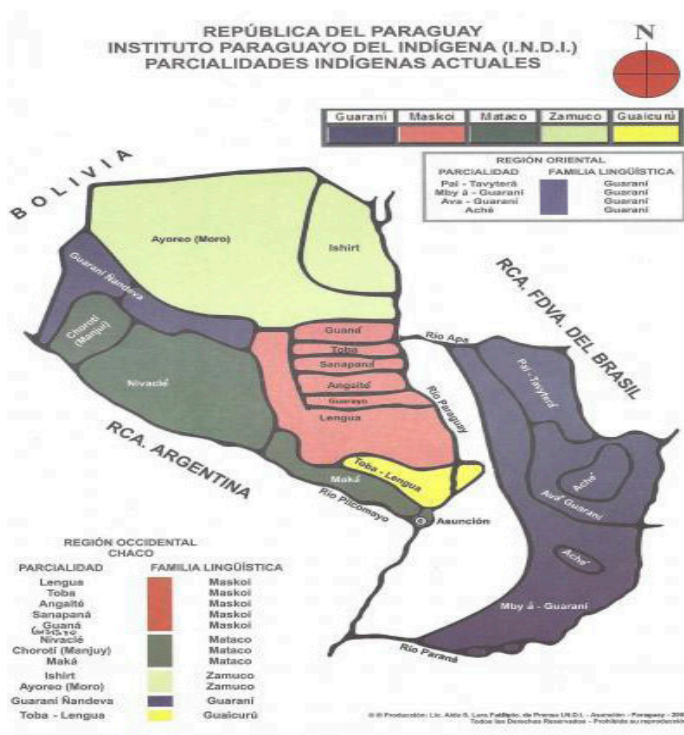
Con todo este decreto los territorios de los indígenas no incorporados a los 21 pueblos indígenas (asentamientos permanentes) reconocidos desde tiempos coloniales pasó a ser propiedad fiscal.

En 1848 el presidente Carlos Antonio López, sucesor de Rodríguez de Francia, decretó la abolición de estos 21 pueblos indígenas declarando a los indígenas que los habitaban como ciudadanos paraguayos, exigiéndoles el servicio militar, desconociendo los cabildos indígenas, apropiándose de las tierras comunales y otros bienes de los cabildos, y exigiendo que los indígenas pagaran con yerba mate los impuestos agrícolas y de pastoreo (Whigham, 1991:124-125). Además de la igualdad “de jure” de los indígenas con la población no-indígena, el Derecho también reconoció el derecho de libre movimiento de los indígenas (anteriormente restringido a los “pueblos de indios”). Los indígenas podían asentarse donde querían. Cf. ROBINS, GOLDEN, Wayne Joshef, Etnicidad Tierra y Poder, Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, CEADUC, 1999, Biblioteca Paraguaya de Antropología, Vol.32.

Segun Carlos Frederico Marés (2011, p.161)⁴⁴

Es claro que los derechos colectivos , especialmente de los pueblos indígenas, no se limitan a la cuestión del territorio , ultrapasan no se atingem o amago do direito al desenvolvimiento o a los derechos humanos económicos, sociales , culturales y ambientales .A diferencia de estos derechos de aquellos establecidos en los pactos internacionales de derechos Humanos esta en el carácter colectivo que estos adquieren y es por eso que representan una novedad para el sistema jurídico y potencializa su función emancipadora

De lo expuesto por Mares se desprende el reconocimiento de los derechos difusos que abarcan a los pueblos originários, este derecho colectivo en el Paraguay es de vital importância por que um gran porcentaje del Pais esta habitado por diferentes etnias, estas comunidades son poseedoras de conocimientos tradicionales que tienen um fuerte conexion con su habitat.



⁴⁴ Souza Filho, Carlos Frederico Marés. Liberdades e outros direitos: ensaios socioambientais. Curitiba, Letra da Lei, 2011

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Si bien no existe una corriente socioambientalista en el Paraguay la Constitución de 1992 ha propiciado referencias teóricas para la cimentación de un Derecho que contemple los postulados propuestos por el Socioambientalismo, se puede decir que estamos hablando de un proceso de construcción que encuentran en la Carta Magna fundamental su sustentáculo firme y legitimador, con el tiempo la tarea es precisar conceptos paradigmas categorías y valores que transmiten sus efectos sobre el ordenamiento jurídico, y con un fuerte apoyo de la sociedad civil y liderazgos estratégicos como ser campesinos, indígenas, ambientalistas, antropólogos, sociólogos, filósofos que reivindiquen y defienden esta corriente de los llamados “Nuevos Derechos” todo esto con perspectivas a preparar las bases firmes para la consagración de los derechos socioambientales y para la comprensión sistémica de los derechos ambientales, sociales y culturales en el Paraguay

REFERÊNCIAS

PAPPALARDO, C. Paraguay: Itinerario Constitucional, Asunción: Ñanduti vive e Intercontinental

LEZCANO CLAUDE, L, Historia Constitucional del Paraguay (Periodo 1870-2012), recuperado el 20 de noviembre de 2015 de: <https://luislezcanoclaude.wordpress.com/2012/08/15/169/>

SILVA, Jorge Kleber Teixeira, Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial, Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992

ARAUJO, Ana Valeria; LEITAO Sergio. Socioambientalismo, Direito Internacional e Soberania en Socioambientalismo: Uma Realidade - Home-

nagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Jurua Editora, 2007 - 271

ALMEIDA, Dean Fabio Bueno de. **Direito socioambiental o significado da eficácia e da legitimidade**. Curitiba: Juruá, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico de Souza Filho. *Liberdades e outros direitos: ensaios socioambientais*. Curitiba, Letra da Lei, 2011

PARAGUAY, Convencion Nacional Constituyente, Plenaria, Diario de Sesiones N 15 de fecha 03/IV/1992

PARAGUAY, Convencion Nacional Constituyente, Plenaria, Diario de Sesiones N° 12 de la fecha 27/IV/1992

INFORMAÇÃO PARA O PÓS-CONSUMO: EFICÁCIA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS VALORES SOCIOAMBIENTAIS

Information for the Post-Consumption:
Social Effectiveness and Sustainability for the Implementation
of Social and Environmental Values

Antônio Carlos Efig⁴⁵

Talita Tosin Soares⁴⁶

Fernanda Mara Gibran Bauer⁴⁷

RESUMO: O atual cenário ambiental demanda a efetividade de políticas públicas para as relações jurídicas de consumo no tocante aos modos de consumir e de fornecer, sobretudo pensando na questão do pós-consumo e o impacto no meio ambiente. O consumismo, financiado pelo capitalismo e pelos meios de produção insustentáveis, exige do ecossistema mais do que ele pode conceder trazendo riscos à sociedade e comprometendo a biodiversidade. O objetivo do presente estudo é analisar o impacto socioambiental do consumo, tendo como premissa o consumo consciente e o fornecimento sustentável de produtos e serviços, pressupondo que a eficácia social relaciona-se ao suprimento das necessidades das gerações atuais com o pensamento voltado ao resguardo da satisfação das necessidades das gerações futuras. Enquanto que a sustentabilidade das políticas e sua efetivação exige a prestação de informação correta e adequada ao consumidor, além da educação ambiental voltada à sociedade de consumo com o escopo de esta ter consciência quanto ao impacto de seus atos no meio ambiente. Por meio de método dedutivo, partindo-se da análise da Lei 8.078/90

⁴⁵ Doutor pela Pontifícia Universidade de São Paulo. Professor Titular na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), onde leciona na graduação, especialização, mestrado e doutorado. Líder do Grupo de Pesquisa Direito e Questões Tecnológicas na PUC. Advogado. E-mail: ace@eradv.com.br.

⁴⁶ Talita Tosin Soares. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Estagiária no Ministério Público do Estado do Paraná. Email: talita.tosin@pucpr.br.

⁴⁷ Fernanda Mara Gibran Bauer. Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora na Faculdade da Indústria. Participante do Grupo de Pesquisa Direito e Questões Tecnológicas (PUCPR); Advogada. E-mail: fmg@eradv.com.br.

(Código de Defesa do Consumidor) e da Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), verifica-se que o fornecimento sustentável possui diversas maneiras de concretização, sendo uma delas o empreendimento da prática da logística reversa dos resíduos do pós-consumo, tornando-se realmente efetiva quando houver a devida informação na embalagem dos produtos, haja vista que é obrigação legal do consumidor, presumidamente vulnerável, entregar os resíduos de pós-consumo ao fornecedor a fim de este realizar a logística reversa. Portanto, o socioambientalismo seria possível por meio não apenas da sustentabilidade das práticas de consumo, mas também na correta distribuição dos benefícios que os fornecedores auferem da exploração dos recursos naturais entre toda a sociedade.

Palavras-chave: Informação para o pós-consumo; eficácia social; política pública de consumo; sustentabilidade; socioambientalismo.

ABSTRACT: The current environmental scenario demands the effectiveness of public policies for the legal relations of consumption in relation to the ways to consume and to provide, especially thinking about the issue of post-consumption and environmental impact. Consumerism, funded by capitalism and the unsustainable means of production requires from the ecosystem more than he can grant bringing risks to society and undermining biodiversity. The aim of this study is to analyze the environmental impact of consumption, with the premise of the conscious consumption and sustainable supply of goods and services, assuming that social effectiveness is related to the supply of the current generation needs with the thought returned to guard the meeting the needs of future generations. While the sustainability of policy and its implementation requires the provision of correct and adequate information to consumers, as well as environmental education aimed at the consumer society with the scope of this have awareness about the impact of their actions on the environment. Through deductive method, starting from the analysis of Law 8,078 / 90 (Consumer Protection Code) and Law 12,305 / 2010 (National Policy on Solid Waste), it turns out that the sustainable supply has several ways of achieving, one being the development of the practice of reverse logistics of post-consumer waste, making it really effective when there is adequate information on the packaging of products, given that it is legal user must, presumably vulnerable, drop off your waste post consumer to the supplier

in order to carry out this reverse logistics. So socioenvironmentalism would be possible through not only the sustainability of consumption practices, but also in the correct distribution of the benefits that earn suppliers of exploitation of natural resources among all of society.

KEYWORDS: Information for the post-consumption; social effectiveness; public policy on consumption; sustainability; social and environmentalism.

INTRODUÇÃO:

Na atualidade, o planeta passa por uma crise ocasionada pela extração exacerbada de recursos naturais com o escopo de suprir as necessidades humanas. Contudo, desde a Constituição da República Federativa de 1988 é necessário repensar a forma de consumo tendo como pressuposto o desenvolvimento socioambiental, tornando o consumo também uma prática de inclusão social, por meio de uma coerente distribuição dos benefícios que os fornecedores auferem da exploração dos recursos naturais entre toda a sociedade

Atualmente, outros problemas podem ser observados junto à sociedade de consumo, tal como o consumismo, caracterizado pelo excesso e pelo desperdício. O consumo exacerbado e impensado gera toneladas de lixo, impactando o meio ambiente tanto quanto a extração de insumos naturais, que tem a finalidade de fabricação dos produtos, normalmente descartados após breve tempo de uso. Este cenário exige uma reanálise dos valores e das responsabilidades dos agentes das relações de consumo (poder público, consumidor e fornecedor).

A sustentabilidade é tópico de ampla discussão hodiernamente, e ela é atingida com a implementação do desenvolvimento sustentável, que se preocupa com as necessidades das gerações futuras ao explorar a natureza para suprir as necessidades atuais. Atinge-se o desenvolvimento sustentável por meio da realização simultânea do consumo consciente e do fornecimento sustentável.

O consumidor deve ser educado ambientalmente e informado de maneira clara e adequada a fim de poder praticar efetivamente o consumo consciente. No momento em que possuir consciência do impacto de seus

atos, o consumidor será capaz de agir adequadamente no mercado de consumo e praticar seus atos de forma a suprir suas necessidades pessoais sem impactar negativamente o meio ambiente.

Por outro lado, o fornecimento sustentável diz respeito às responsabilidades socioambientais do fornecedor ao executar seus meios de produção e também ao criar políticas de pós-consumo, fundadas na obrigação legal disposta na Lei nº 12.305/2010, instituidora da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em decorrência da cultura consumista implantada, cabe ao fornecedor se responsabilizar pelo descarte excessivo de resíduos por parte dos consumidores, que consomem de maneira exacerbada e ainda são vítimas da obsolescência programada ou perceptiva, haja vista que isso permitiria uma melhor distribuição inclusive do que é por ele auferido.

Um dos meios de o fornecedor executar o fornecimento sustentável é a prática da logística reversa, que tem como escopo o recolhimento dos resíduos do pós-consumo e a reutilização dos mesmos nos seus meios de produção. Todavia, o consumidor possui uma parcela de responsabilidade na efetivação deste processo. A Política Nacional de Resíduos Sólidos imputa a ele o dever de encaminhar ao fornecedor os resíduos do seu pós-consumo. Por não se tratar de uma prática institucionalizada, poucos fornecedores a exercem, e quando o fazem, não a divulgam de maneira apropriada ao consumidor, impedindo que este colabore com a execução da logística reversa.

Ante o exposto, o presente trabalho buscará imputar ao fornecedor o dever de informação sobre a logística reversa nas embalagens dos produtos, a fim de proporcionar ao consumidor a oportunidade de participar ativamente deste processo, uma vez que é seu dever legal entregar os resíduos ao fornecedor para a efetiva execução da logística reversa, conforme dispõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

1. OS DEVERES DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PELO FORNECEDOR

O art. 4º do Código de Defesa do Consumidor (CDC) traz a educação e a informação como sendo alguns dos princípios a serem seguidos pela Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC) para a consecução dos objetivos previstos no *caput* do referido dispositivo.

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

(...)

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

[...]

A informação pode ser considerada o princípio norteador da PNRC, uma vez que imprescindível para a concretização da defesa do consumidor (EFING, 2011, p.111). Ademais, ela é direito básico do consumidor, conforme preceitua o art. 6º⁴⁸ do CDC.

José Geraldo Brito Filomeno (2007, p. 79) dispõe que a informação é dever de todos, especificamente do Estado, das empresas, dos órgãos públicos e das entidades privadas de defesa ou proteção do consumidor.

O dever de prestar informação adequada, clara e verdadeira compete ao fornecedor, pois traduz o seu dever de transparência em relação ao produto e serviço prestado, sendo necessário que a informação não represente mera formalidade legal, mas que esclareça as dúvidas dos consumidores, tendo função preventiva à frustração contratual do consumidor, como ensina Antônio Carlos Efig (2011, p. 113).

Nesta seara, estudo realizado pelo Centro de Tecnologia de Embalagem do Instituto de Tecnologia de Alimentos (CETEA/ITAL) e publicado pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE, 2015), destaca a importância da informação sobre os impactos ambientais para a efetiva realização da coleta seletiva pelos consumidores:

Além de demonstrar a importância da educação, do consumo consciente, da diminuição do desperdício e da construção de aterros sanitários bem planejados, as informações sobre o impacto dos resíduos no clima contribuem para sensibilizar e orientar os diferentes atores – dos gestores municipais às cooperativas de catadores e consumidores que separam em casa os materiais recicláveis para a coleta seletiva.

⁴⁸ Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...]

Uma pesquisa realizada em São Carlos constatou que a falta de informação sobre a localização dos pontos de coleta e sobre como proceder para colaborar com a ação são fatores convergentes à inexpressiva adesão dos consumidores na implementação da logística reversa de embalagens (CHAVES, 2015).

Assim, destaca-se que a informação é vital para que o consumidor colabore com a execução da logística reversa proposta pelo fornecedor. Somada à divulgação clara e direta, deve o fornecedor oferecer meios educativos e conscientizadores com o objetivo de o consumidor compreender a importância de sua colaboração. Neste ponto, com intenção de tornar possível tal compreensão, exige-se o cumprimento de mais um dos princípios elencados no art. 4º, diretamente ligado ao da informação: o dever legal de promoção da educação pelo poder público e pelo fornecedor.

A educação é direito social previsto nos arts. 6º ⁴⁹ e 205 ⁵⁰ da CF, princípio da PNRC previsto no art. 4º do CDC, e, por fim, direito do consumidor previsto no art. 6º⁵¹ do CDC. Além destes dispositivos, especificamente, o art. 225 da CF, em seu §1º, inciso VI⁵², dispõe sobre o dever de promoção da educação ambiental pelo Poder Público.

A educação caminha com a informação e estas almejam a proteção do consumidor, nesse sentido Antônio Carlos Efig (2011, p. 111) pontua que quanto mais desenvolvido o sistema educacional, maior a possibilidade de concretizar a proteção do consumidor, pois aumenta sua chance de defesa e obtenção de tutela.

No tocante à educação no âmbito consumerista, Minelle Enéas da Silva e Carla Regina Pasa Gómez (2015) destacam a importância da mesma para a conscientização e criação de um novo pensamento que propiciem uma mudança de paradigma para as responsabilidades social e ambiental,

⁴⁹ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

⁵⁰ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

⁵¹ Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; [...]

⁵² Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; [...]

devendo a educação ser promovida pelos fornecedores e pelo governo por meio de práticas e projetos educacionais.

Ainda, Daniela Vasconcellos Gomes (2015, p. 19) explica que a educação contribui para a formulação de uma nova mentalidade, sendo que a educação para o consumo é elemento-chave na conscientização popular sobre a necessidade de mudar de pensar sobre as características da sociedade contemporânea, privilegiando uma visão total, com um postura ética, responsável e solidária.

Efetivamente, a educação a que se refere o presente estudo é a educação ambiental, objeto específico da Lei nº 9.795/99, instituidora da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil.

A educação ambiental compreende um conjunto de processos por meio dos quais os cidadãos constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para a conservação do meio ambiente que é bem de uso comum do povo e voltado à qualidade de vida e sustentabilidade. Gomes (2015, p. 24) ressalta que a própria Constituição da República estabelece que compete ao Poder Público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, além da conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Para que o desenvolvimento sustentável seja plenamente possível, faz-se necessária a conjugação do fornecimento sustentável e do consumo consciente, e este último somente se faz viável com a informação e a educação promovidas pelo fornecedor e pelo Poder Público, concomitantemente.

A educação não é ônus somente do fornecedor. Todavia, boa parte da educação absorvida pelo consumidor deve ser repassada pelo fornecedor no ato da compra, na embalagem do produto e ou na publicidade. Por força da lei, a educação ambiental é um exercício governamental que, dentre várias ações passíveis de realização, deve ser praticado, preferencialmente, na educação básica (mas não como disciplina específica, por expressa vedação legal prevista no art. 10, §1º da Lei nº 9.795/99⁵³), especialmente na infantil, vez que é na infância que se absorve valores que refletirão ao

⁵³ Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. § 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

longo da vida da criança^{54 55}, e também por meio de programas e campanhas publicitárias que incentivem o consumo consciente e o fornecimento sustentável, dentre outras obrigações inerentes ao papel fiscalizador e regulador estatal.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONSUMO CONSCIENTE E FORNECIMENTO SUSTENTÁVEL

Hodiernamente, a sociedade se vê atrelada ao consumo para sua própria subsistência. Zygmunt Bauman (2008, p. 37) afirma que “o consumo é algo banal, até mesmo trivial. (...) é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica” da humanidade.

Devido à cultura de consumo implantada pelo sistema capitalista vigente, ao excesso de informações e ofertas produzidas pelo *marketing* agressivo, aos meios de comunicação em massa e à busca da felicidade pela aquisição de bens, temos hoje a chamada Sociedade de Consumo (TORRES, 2010, p. 17).

Com a cultura de consumo dos dias atuais, na qual consumir se tornou, em muitos casos, *status* social, e o ser humano entendendo que é, por direito, dono das riquezas naturais do planeta, o sistema de produção tem exigido do meio ambiente mais do que ele pode oferecer sem prejudicar a regeneração do ecossistema, gerando desequilíbrio ambiental.

A cultura capitalista visa apenas à produção de riquezas e o lucro, sem observar devidamente os panoramas social e ambiental do sistema de produção. Haja vista o capitalismo ser um mal necessário com o qual as pessoas devem conviver, torna-se indispensável a ideia de distribuir e melhor utilizar as riquezas produzidas pelo sistema capitalista (GOMES, 2015, p. 21), respeitando o meio ambiente de maneira a manter o equilíbrio ecológico com a retirada de insumos naturais e sua posterior regeneração. Neste cenário, iniciou-se o pensamento da necessidade do desenvol-

⁵⁴ Conforme estudos sobre socialização primária e secundária realizados por Peter L. Berger e Thomas Luckman. Ver mais em BERGER; LUCKMAN (2003, p. 173-195).

⁵⁵ Exemplo disso é a declaração concedida pela Prefeitura de Curitiba, por meio do Prefeito Gustavo Fruet (2015) no lançamento da campanha ‘Reduza, reutilize, recicle, faça a sua parte’: “A parceria com as escolas será fundamental. Com o apelo dos personagens, as crianças podem provocar em casa o exercício de conscientização da separação do lixo e sua devida destinação”.

vimento sustentável, “que busca o equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente” (GOMES, 2015, p. 20).

Fabio de Souza Trajano (2011, p. 237) afirma que “a proteção do meio ambiente e um desenvolvimento sustentável guardam estreita e direta relação com a produção e o consumo de bens e serviços de forma adequada e consciente”. O autor exemplifica como prática de consumo consciente a política dos 3 R’s (“três erres”): reduzir, reaproveitar e reciclar.

Hoje, já que se fala na Política dos 5 R’s: *reduzir* o consumo, *re pensar* hábitos e atitudes cotidianas, *reaproveitar* ao máximo o produto (ao aumentar a vida útil do mesmo, reutilizando-o de alguma maneira), *reciclar* (transformar o que restou em um novo produto) e *recusar* o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos. A aplicação efetiva dos 5 R’s apresenta como vantagens a redução “de extração de recursos naturais; dos resíduos nos aterros e o aumento da sua vida útil; dos gastos do poder público com o tratamento do lixo; e do uso de energia nas indústrias e intensificação da economia local (sucateiros, catadores, etc.)” (MMA, 2015).

Para Daniela Vasconcellos Gomes (2015, p. 20) o termo desenvolvimento sustentável engloba aspectos econômicos sociais e ambientais, expresso no Relatório Brundtland como “desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades”.

Ademais, o art. 170 da CF traz como um dos princípios gerais da atividade econômica a defesa do meio ambiente:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; [...]

Para que ocorra o supracitado desenvolvimento sustentável, é primordial a existência do fornecimento sustentável e do consumo consciente na relação de consumo, já que a mesma é indispensável para a subsistência nos dias atuais. Ambos somente são possíveis a partir do momento em que

a população compreender a urgente necessidade da preservação ambiental. Para tanto, faz-se necessária a conscientização com a introdução da educação ambiental no cotidiano social para que ocorra uma brusca mudança de hábitos dos consumidores.

A proposta de um novo estilo de vida, segundo Rachel Zacarias (2000, p. 26) exige que o consumidor se liberte da necessidade imposta pela sociedade de consumo, pressupondo um processo de aprendizagem, conscientização e a contribuição da educação. Assim, a educação ambiental se insere como estrutura fundamental devido a seus princípios de questionamento dos paradigmas.

A educação ambiental pode contribuir para a formação de cidadãos que decidam atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global (ZACARIAS, 2000, p. 34).

Ao analisar a tríade subjetiva necessária para a promoção do desenvolvimento sustentável (fornecedor, consumidor e governo), destaca-se o papel do consumidor, visto ser ele o maior representante da coletividade, sendo, desta forma, o maior causador do impacto ambiental ao praticar o consumo desenfreado e impensado. Surge, assim, a necessidade do consumo consciente, grande colaborador para a sustentabilidade tão almejada nos dias atuais.

Por conta do capitalismo implantado com a globalização, incentivador do consumismo, sabe-se que o caminho é longo para que o consumo consciente seja algo institucionalizado e comum no cotidiano social. A fim de se tornar possível a libertação da leviana necessidade de consumir desenfreadamente, faz-se necessária uma reavaliação dos valores e objetivos de vida da sociedade. Existe, sim, uma crise ambiental, mas, pior do que isso, existe uma severa crise de valores (GOMES, 2015, p. 20), pois as pessoas acreditam que o consumismo é necessário para se viver em sociedade.

Nesta esteira, para abrandar e extinguir estas crises já instaladas, surgiu a ideia do consumo consciente, que “é a forma de consumo que utiliza os recursos naturais para satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer as necessidades e aspirações das gerações futuras” (GOMES, 2015, p. 26). O consumo sustentável, que engloba o consumo consciente⁵⁶, é

⁵⁶ O consumo sustentável compreende o consumo consciente de produtos e serviços e também o não uso de produtos prejudiciais ao meio ambiente, como, por exemplo, agrotóxicos e gás “clorofluorcarbono” (CFC) (Cf. FRANCO, 2015, p. 01).

considerado um direito-dever pela ONU, conforme consta na Resolução nº 53/1995, de julho de 1995, uma vez que é direito do consumidor ser conscientizado e educado ambientalmente, cabendo a ele colaborar para com o desenvolvimento sustentável (FILOMENO, 2007, p. 62).

O Instituto Akatu (2015, p. 09) afirma que consumir conscientemente é um ato de cidadania que possibilita ao consumidor “escolher produtos, serviços e empresas fornecedoras que contribuam para uma condição de vida ambientalmente sustentável e socialmente justa”.

Antônio Carlos Efig (2011, p. 125) aduz que o consumo consciente permite aos consumidores se tornarem agentes críticos do desenvolvimento sustentável, a partir do momento em que se desapegam dos conceitos individualistas que permeiam a atual sociedade de consumo. Efig ainda afirma que estes agentes apenas terão capacidade de interagir com o mercado de consumo quando forem devidamente informados e educados.

Conforme assevera Fernanda Mara Gibran (2012, p. 126), apenas com a implementação do direito à informação com vistas à cidadania e à democracia será possível um consumo consciente, livre e sustentável.

Desta forma, o consumo consciente é aquele exercido por meio de uma conscientização impulsionada pela informação e educação promovidas pelo poder público e pelo fornecedor, o que permite ao consumidor obter uma visão mais crítica aos apelos do mercado, além de extrair ao máximo a utilidade do produto, alterar o senso individualista do consumo, e se preocupar com os resíduos gerados pelo pós-consumo, tudo a fim de preservar os insumos naturais para que as gerações futuras também tenham a oportunidade de satisfazer suas necessidades sem prejudicar ainda mais o meio ambiente.

O fornecimento sustentável, a seu turno, visa à produção praticada pelas empresas voltada à proteção ambiental, para que seja possível a regeneração do ecossistema de maneira apropriada e salutar. Cumulado com o consumo consciente, estas duas ações têm o condão de promover a sustentabilidade nas relações de consumo.

Em contrapartida, o fornecimento sustentável não se restringe somente aos meios de produção. Ele também deve observar as necessidades sociais (como direitos trabalhistas, por exemplo) e criar políticas de pós-consumo, posto que ele disponibilizou produtos no mercado e deve se responsabilizar pela correta destinação dos mesmos após seu uso final pelo consumidor, haja vista a grande produção de lixo gerada pelo consumo exagerado da sociedade atual.

Indubitável é que o consumismo caracteriza-se pela aquisição do supérfluo e pelo desperdício ocasionado pelo consumo inconsciente. Jean Baudrillard (2010, p. 39) faz dura crítica ao afirmar que o desperdício é uma irracionalidade e um “sinal redundante do volume de bens oferecidos e da respectiva profusão”. Hoje, o desperdício ocasionado pelo consumismo gera toneladas de lixo, além daquele produzido normalmente pelo consumo habitual do dia a dia. Este lixo gerado pelo desperdício, de maneira geral, não é biodegradável, o que causa impacto ambiental ao poluir lençóis freáticos e produzir gases nocivos à saúde.

Em decorrência deste descarte exacerbado de produtos e da consequente geração de lixo, foi criada a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, que visa regular a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos (incluídos os perigosos), as responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis a tal gestão. Esta lei “traz, em seu conteúdo, diretrizes para um desenvolvimento socioambiental por meio de implantação de políticas públicas ambientais e práticas sociais para uma adequada destinação aos resíduos sólidos” (LOPES, 2011, p. 60).

No diálogo “As novas relações de consumo no século XXI” promovido pelo Instituto Akatu, Hélio Mattar (2015, p. 53) afirma ser a responsabilidade social empresarial constantemente avaliada pelos consumidores por intermédio dos meios de comunicação, muitas vezes utilizados pelos fornecedores apenas para fins de *marketing* e publicidade, o que faz com que estes repensem suas formas de agir e se engajem na promoção do desenvolvimento sustentável, implementando e divulgando ações que preservem o meio ambiente.

O consumidor, quando educado e informado na medida exigida pelo CDC, possui maior senso crítico e opta por aqueles fornecedores que, além de satisfazer sua necessidade individual, oferecem, mesmo que a longo prazo, um benefício coletivo. Este benefício que atinge a coletividade como um todo pode ser exemplificado com a preservação ambiental, de responsabilidade de ambas as partes integrantes da relação de consumo: do consumidor, por ser seu dever consumir de maneira consciente, não exacerbada e impensada; e do fornecedor, ao colocar em prática os seus meios de produção e estabelecer técnicas de pós-consumo de modo a promover o fornecimento sustentável.

A supracitada PNRS traz um conjunto de normas que imputa responsabilidades para todos os sujeitos envolvidos na relação de consumo, quais sejam, o fornecedor e o consumidor. Cabe a este último a obrigação

legal de separar o lixo orgânico do reciclável e destinar adequadamente o pós-consumo dos produtos aos fornecedores para que estes realizem a logística reversa (EFING, 2011, p. 127-128).

A logística reversa (LR) é um dos maiores exemplos de prática voltada ao fornecimento sustentável. Ela possui conceito legal previsto no art. 3º, inciso XII⁵⁷ da Lei nº 12.305/2010 (PNRS). O art. 31⁵⁸ da PNRS, por sua vez, disciplina a responsabilidade dos fornecedores no tocante ao recolhimento dos resíduos do pós-consumo. E, em última análise à PNRS, o seu art. 33⁵⁹ traz a obrigatoriedade da prática de LR para um rol taxativo de resíduos considerados nocivos à saúde humana e ao meio ambiente.

Para Paulo Roberto Leite (2003, p.16), autor do primeiro livro nacional sobre logística reversa, LR compreende a área da logística empresarial que planeja, opera o controla os fluxos e as informações sobre o retorno dos bens de pós-venda e de pós-consumo ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, legal, ecológico, de imagem, entre outros.

Segundo Sueli Ferreira de Souza e Sérgio Ulisses Lage da Fonseca (2015, p. 30) a melhor solução na destinação dos resíduos é aquela em que o binômio meio ambiente e lucro combinem e tragam aos dois resultados satisfatórios.

Denota-se, portanto, que a logística reversa possui duas facetas. A primeira, voltada à diminuição de exploração do meio ambiente devido à preocupação para com os impactos gerados ao mesmo pela exploração de insumos da natureza e da poluição ocasionada pelo lixo. E a segun-

⁵⁷ Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: (...) XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada; [...]

⁵⁸ Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange: (...) III - recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33; [...]

⁵⁹ Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas; II - pilhas e baterias; III - pneus; IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

da, voltada ao lucro, com diminuição de custos pelo reaproveitamento de matéria-prima por meio da reciclagem, tornando a LR um negócio sistematizado, que visa fechar, com lucratividade, a Cadeia de Suprimentos (GONÇALVES, MARINS, 2015, p. 398).

A legislação ambiental encoraja os fornecedores a se valerem da LR, posto que isto os diferencia no mercado de consumo e ainda reduz os custos de produção (GONÇALVES, MARINS, 2015, p. 398). Uma das práticas do consumidor consciente é avaliar a responsabilidade ambiental de quem fornece o produto que irá adquirir. Desta forma, a prática de LR é realmente um diferencial para o fornecedor, vez que promove o desenvolvimento sustentável.

Todavia, com a finalidade de o consumidor ter conhecimento da prática do fornecimento sustentável, mais especificamente da logística reversa, e poder com ela colaborar, uma vez que é sua obrigação encaminhar aos fornecedores os produtos e embalagens do pós-consumo⁶⁰, é imprescindível que ele seja educado e informado para tal. Sobre a necessidade de prévia educação e informação, Antônio Carlos Efig (2011, p. 130) afirma que tais conceitos devem ser absorvidos pela sociedade pela educação social para o consumo visando à preservação do meio ambiente, já que se espera que as embalagens, rótulos, manuais, mensagens publicitárias e propaganda possuam informações de práticas voltadas à preservação e sustentabilidade.

Uma pesquisa realizada em São Paulo (DIAS, 2015, p. 471) constatou que a reciclagem de garrafas PET poderia ser muito maior caso os consumidores praticassem a logística reversa, visto que, ao jogarem as garrafas no lixo, mesmo que praticando coleta seletiva, elas são contaminadas e dependem da efetiva separação, realizada por cooperativas nos centros de coleta. A conclusão da pesquisa foi a seguinte:

Desta forma, é necessário maior investimento em informação e tecnologia. Levar ao grande público o conhecimento sobre a reciclagem dos materiais, instruindo sobre como proceder para o correto descarte das embalagens. Desenvolver tecnologias que permitam materiais de embalagem mais fáceis de reciclar, inofensivos e inertes, para proteção do meio ambiente, é outra importante frente de ação.

⁶⁰ Art. 33. (...) § 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do *caput*, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) promoveu uma pesquisa em abril de 2014 para averiguar a prática de logística reversa nas dez maiores redes de supermercados do Brasil, pois a PNRS dispõe que há responsabilidade compartilhada entre os fabricantes e os comerciantes (haja vista que ambos são fornecedores para o CDC) na gestão dos resíduos sólidos^{61 62}. O Idec (2015) obteve a seguinte conclusão:

[...] o Idec decidiu perguntar aos dez maiores supermercados do Brasil como anda o recebimento das embalagens recicláveis em suas lojas, contribuindo para a chamada “logística reversa”. Por meio desse instrumento, a indústria recebe e destina corretamente os resíduos pós-consumo de seus produtos. “A pesquisa concluiu que, na maioria das redes, não há nenhuma coleta ou que ela está limitada a alguns tipos de produtos”, afirma João Paulo Amaral, coordenador do levantamento. “Além disso, as redes de varejo oferecem poucas informações a respeito de sua estrutura de coleta seletiva”.

Destarte, resta clara a falta de informação direcionada aos consumidores sobre a sua necessária participação no ciclo da logística reversa. Destaca-se, ainda, que até mesmo os produtos elencados no art. 33 da PNRS, que têm o condão de imputar aos fornecedores o dever legal de realização da logística reversa, muitas vezes não possuem a informação adequada sobre a LR na embalagem, o que impossibilita a colaboração do consumidor, e até mesmo a realização da mesma, o que acaba gerando uma infração à lei.

Um exemplo prático disto é a embalagem da lâmpada branca 15 W/865 da marca Osram⁶³. Ela apenas traz em seu verso a seguinte infor-

⁶¹ Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: (...) XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei; [...]

⁶² Esta responsabilidade compartilhada deveria ser respeitada pelos supermercados do Brasil, uma vez que a Associação Brasileira dos Supermercados possui, em seu sítio eletrônico, uma página dedicada somente à prática de logística reversa. Ver mais em ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS SUPERMERCADOS - ABRAS Brasil. **Supermercado Sustentável: Logística Reversa**. Disponível em: <<http://www.abras.com.br/supermercadosustentavel/categoria/logistica-reversa/>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

⁶³ Este tipo de lâmpada tem previsão no inciso V do artigo 33 da PNRS: “Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: (...) V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; [...]”.

mação: “Contém mercúrio metálico (Hg), descartar em local adequado”. O consumidor, presumidamente vulnerável pelo CDC, não possui condições de saber o que seria um “local adequado” para o correto descarte da lâmpada queimada.

Por outro lado, existem marcas que praticam a logística reversa de maneira efetiva e informam corretamente o consumidor quanto à sua parcela de responsabilidade na execução da mesma. Como exemplo, têm-se as marcas Coppertone, Avon, Garnier, Scotch-Brite, Faber-Castell e Colgate, que fizeram parceria com a empresa Terracycle (2015), especializada na execução da logística reversa. No verso das embalagens dos produtos das marcas supracitadas, existe a informação suficiente e adequada para a colaboração do consumidor: “Sua atitude também é importante: Colete sua embalagem e nos envie! Saiba mais no site: www.terracycle.com.br/PT-BR”.

Neste passo, chega-se ao ponto crucial da presente discussão: é dever do fornecedor trazer todas as informações necessárias na embalagem dos produtos com o propósito de efetivar a prática da logística reversa, devido ao fato de o consumidor ter o direito à informação assegurado pelo CDC, além de a logística reversa ser obrigação legal do fornecedor, conforme dispõe a PNRS, e a falta de interesse em promover tal ação caracterizar uma ação ilegal.

Para Efing (2011, p. 248) o cumprimento da função socioambiental na relação de consumo se alcança a partir das melhores condutas de obtenção das matérias-primas e insumo para elaboração dos produtos e serviços, da adequada relação ente trabalho e produção, passando por toda cadeia econômica e chegando a disponibilização ao consumidor até o pós-consumo, preservando-se valores culturais e os bens ambientais, adotando-se condutas ecologicamente adequadas e sustentáveis.

A questão socioambiental envolve a assimilação pelos consumidores e fornecedores de novos paradigmas desde a promulgação da Constituição da República que visam não apenas a satisfação individual das partes contratantes, mas ao atendimento dos interesses coletivos de valores ambientais, sociais e econômicos, com isso o socioambientalismo é possível quando há distribuição coerente também dos benefícios que os fornecedores auferem da exploração dos recursos naturais entre a sociedade. A logística reversa mostra-se como instrumento da referida distribuição.

Portanto, sendo a logística reversa um dos meios de se praticar o fornecimento sustentável e um dos quesitos avaliados pelo consumidor ao praticar o consumo consciente, deve o fornecedor informar nas embala-

gens dos seus produtos o modo e o local corretos de descarte dos mesmos para que a LR seja efetivamente realizada e possa dar efetividade à PNRS, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÃO

O Código de Defesa do Consumidor é constituído de princípios que devem ser respeitados na relação jurídica de consumo, de modo a efetivar os direitos do consumidor, tais como os direitos à informação e à educação ambiental, em específico, que são primordiais para que haja o desenvolvimento sustentável, efetivado por meio do consumo consciente e do fornecimento sustentável, que promovem a sustentabilidade das relações de consumo e diminuem os impactos ambientais gerados pelo modo de consumo da sociedade atual.

É sabido que uma das consequências do consumismo é o descarte excessivo de resíduos na natureza devido à aquisição impensada de produtos que não são necessários e à reprovável obsolescência programada e perceptiva. Por conta do descontrole na geração de lixo, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, possuindo como um de seus modos de execução a logística reversa, prática imputada ao fornecedor, que nada mais é do que o recolhimento dos resíduos restantes após a utilização final do produto pelo consumidor, com o objetivo de reaproveitá-los e reciclá-los.

Neste cenário, a logística reversa é imprescindível no mundo consumista por força da urgente necessidade da preservação ambiental. Contudo, o maior problema para sua implementação é a falta de divulgação e de conscientização do consumidor a fim de que este contribua para com a realização da logística reversa, posto que a Política Nacional de Resíduos Sólidos imputa a ele a responsabilidade de entregar os resíduos ao fornecedor com o fito de a logística reversa ser executada adequadamente.

Por ser o consumidor considerado vulnerável no direito brasileiro, é indispensável que a informação seja bem prestada pelo fornecedor com o propósito de a relação de consumo se dar de maneira exitosa para ambos os lados. Desta forma, a informação da logística reversa nas embalagens não basta para que ela seja efetiva, devendo o fornecedor, precipuamente, educar o consumidor a fim de este compreender a importância da prática da logística reversa e as consequências benéficas suscitadas por ela.

Com a somatória destes argumentos, chegou-se à conclusão justificadora do presente trabalho: é dever do fornecedor educar, em conjunto com o poder estatal por meio de políticas públicas, projetos, campanhas publicitárias e informações no momento da compra do produto e nas embalagens, e informar o consumidor quanto ao correto descarte dos resíduos após a utilização final dos produtos, a fim de preservar os insumos naturais para as próximas gerações e tornar o consumo consciente e o fornecimento sustentável práticas comuns e corriqueiras, sempre visando, cumulativamente, a prática econômica do fornecedor, o bem-estar do consumidor e a proteção do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS SUPERMERCADOS - ABRAS Brasil. **Supermercado Sustentável: Logística Reversa**. Disponível em: <<http://www.abras.com.br/supermercadosustentavel/categoria/logistica-reversa/>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 39.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 26 mar. 2015.

_____. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 03 abr. 2015.

CHAVES, Gisele de Lorena Diniz; BATALHA, Mário Otávio. Os consumidores valorizam a coleta de embalagens recicláveis? Um estudo de caso da logística reversa em uma rede de hipermercados. **Revista Gestão & Produção**,

São Carlos, v.13, n.3, p.423-434, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/05.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM - CEMPRE. **Artigos e Publicações CEMPRE:** Política Nacional de Resíduos Sólidos - O impacto da nova lei contra o aquecimento global. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

DA SILVA, Minelle Enéas; GÓMEZ, Carla Regina Pasa. Consumo consciente: o papel contributivo da educação. **REUNA**, Belo Horizonte, v.15, n.3, p. 43-54, set.-dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/162/417>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves. Há vida após a morte: um (re)pensar estratégico para o fim da vida das embalagens. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v.13, n.3, p.463-474, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/08.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

EFING, Antônio Carlos. **Fundamentos do Direito das Relações de Consumo:** Consumo e Sustentabilidade. 3ª ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2011.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor.** 9ª ed. rev., ampl., sist. e atual. de acordo com o Código Civil de 2002 e Leis Subsequentes. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Código brasileiro de defesa do consumidor:** comentado pelos autores do anteprojeto. 9ª ed. rev. atual. e ampl.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 79.

FRANCO, Cassiani Roberta Guilherme. **Reciclagem do lixo eletrônico:** análise com vistas ao consumismo desenfreado de celulares e computadores. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1514>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

GIBRAN, Fernanda Mara; EFING, Antônio Carlos. **Direito fundamental à informação adequada na sociedade de consumo como instrumento para o desenvolvimento socioambiental**. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.

GOMES, Daniela Vasconcellos. Educação para o consumo ético e sustentável. **Revista Eletrônica do Mestrado em Gestão Ambiental**, Rio Grande, v. 16, p.18-31, jan.-jun. 2006. Disponível em: <<http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/reoferta/bsc1/revista-eletronica-do-mestrado.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

GONÇALVES, Marcus Eduardo; MARINS, Fernando Augusto Silva. Logística reversa numa empresa de laminação de vidros: um estudo de caso. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.13, n.3, p. 397-410, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/03.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. 9ª ed. rev. atual. e ampl.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

INSTITUTO AKATU. **Diálogos Akatu nº 2**: Consumidor - O poder da consciência. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/ConsumidorO PoderdaConsciencia.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - Idec. **Pesquisa Consumo Sustentável**: Lugar de embalagem não é no lixo. Disponível em: <http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/186-consumo-sustentavel1.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2015.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística Reversa**: Meio Ambiente e Competitividade. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LOPES, Anelisa Fayad; EFING, Antônio Carlos. **Consumo consciente e desenvolvimento socioambiental**. 2011. 69 f. TCC (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

MATTAR, Hélio. **Uma nova consciência nas atitudes de consumo**. In: INSTITUTO AKATU. Diálogos Akatu nº 3: As novas relações de consumo no Século XXI. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/AsNovasRelacoesdeConsumonoSeculoXXI.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **A política dos 5 R's**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/gest%C3%A3o-adequada-dos-res%C3%AD-duos/item/9410>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Prefeitura lança campanha para incentivar redução de lixo**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-campanha-para-incentivar-reducao-de-lixo/32522>>. Acesso em 03 abr. 2015.

SOUZA, Sueli Ferreira de; FONSECA, Sérgio Ulisses Lage da. Logística Reversa: oportunidades para redução de custos em decorrência da evolução do fator ecológico. **Revista Terceiro Setor**, Guarulhos, v.03, n.1, p.29-39, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/512/606>>. Acesso em 01 mai. 2015.

TERRACYCLE. **Elimine a ideia do lixo**. Disponível em: <<http://www.terracycle.com.br/pt-BR/>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

TORRES, Andreza Cristina Baggio; EFING, Antônio Carlos. **Sociedade de consumo e o direito do consumidor construído a partir da teoria da confiança**. 2010. 215 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

TRAJANO, Fábio de Souza. **O princípio da sustentabilidade como princípio fundamental constitucional e das relações de consumo**. Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo. Curitiba, v.I, n.3, p.237, set.2011.

ZACARIAS, Rachel. **Consumo, lixo e educação ambiental: uma abordagem crítica**. Juiz de Fora: FEME, 2000.

JUSTIÇA CLIMÁTICA NA PERSPECTIVA DO SOCIOAMBIENTALISMO

Climate justice in the perspective of socioenvironmentalism

Gabriel Antonio Silveira Mantelli⁶⁴

André Ferreira de Castilho⁶⁵

Júlia Malheiros Garcia⁶⁶

RESUMO: Atualmente, as mudanças climáticas constituem importante eixo de preocupação do direito ambiental. Os impactos globais desse cenário teoricamente afetariam todo o globo de forma equânime. Por outro lado, em consonância com os preceitos de (in)justiça ambiental, tem-se que as comunidades vulneráveis em termos socioambientais são as que mais sofrem os efeitos adversos desse quadro de crise climática. Nesse cenário, emerge o movimento por justiça climática. Com isso em vista, o presente artigo procurará demonstrar quais implicações jurídicas a justiça climática é capaz de abarcar à luz da perspectiva do socioambientalismo, tendo por base a legislação nacional, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Federal nº 12.187/2009).

PALAVRAS-CHAVE: justiça climática; vulnerabilidade; socioambientalismo.

ABSTRACT: Presently, climate changes constitute an important source of preoccupation in environmental law. It is commonly presumed that the impacts of this scenario are equally distributed throughout the whole globe. Nevertheless, in consonance with the precepts of environmental (in)justice, it is seen that the most vulnerable communities in

⁶⁴ Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) emembro da Clínica de Direito Ambiental Paulo Nogueira Neto (CPaNN), atividade de Cultura e Extensão vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: gabrielmantelli@gmail.com.

⁶⁵ Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Membro da Clínica de Direito Ambiental Paulo Nogueira Neto (CPaNN), atividade de Cultura e Extensão vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: andre.fcastilho17@gmail.com.

⁶⁶ Graduanda em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Membro da Clínica de Direito Ambiental Paulo Nogueira Neto (CPaNN), atividade de Cultura e Extensão vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: jlmgrc@hotmail.com.

socioenvironmental terms are the ones which most suffer from the adverse effects of climate crisis. In this context, the movement advocating for climate justice emerges. Acknowledging these premises, this paper will demonstrate what juridical implications climate justice is able to perform in accordance with socioenvironmentalism ideas, using Brazilian law as guideline, for example, the Brazilian Climate Change Act (Federal Law No. 12,187/2009).

KEYWORDS: climate justice; vulnerability; socioenvironmentalism.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que “as mudanças climáticas (...) têm a função não apenas de legitimar medidas políticas globais para conter o aquecimento do planeta, mas, sobretudo, de desencadear alterações nos processos de tomada de decisão jurídica” (CARVALHO, 2010, p. 39), compreender juridicamente as implicações socioambientais decorrentes do cenário de crise climática global se justifica por duas razões primordiais. Uma delas dialoga com a busca de estabilidade e a outra com a correção de desproporcionalidades.

A primeira delas diz respeito ao fato de que as alterações climáticas, desencadeadas por forças naturais autônomas combinadas com o abuso produtivo-industrial do fazer humano, trazem (e trarão, pensando em termos de solidariedade intergeracional) instabilidade para os sistemas sociais.⁶⁷ Nesse contexto, emoldurar um quadro jurídico se faz necessário porque o direito tem o papel de fornecer estabilidade pela normatividade, tanto para evitar cenários desfavoráveis quanto para prover ações coordenadas de resposta e de mitigação. Em outras palavras, a justificativa se dá porque onde existe a instabilidade, cabe ao direito trazer, por meio de regulamentação, a segurança e o equilíbrio.

As ferramentas jurídicas não podem se desvencilhar do contexto socioeconômico em que estão inseridas. Por esse motivo, a secundarização que justifica o estudo jurídico da mudança do clima está ligada ao ideário

⁶⁷Nesse sentido, Carvalho e Damacena (2013, p. 30-31) explicam: “O comprometimento da estabilidade sistêmica repercute, assim, na quebra das rotinas coletivas inerentes às comunidades e sociedade e na necessidade de medidas urgentes (e geralmente não planejadas) para gerir (restabelecer) a situação”.

de correção de desproporções, uma das acepções relacionadas ao conceito de justiça.⁶⁸ Como se demonstrará, questões ambientais (e climáticas) discriminam e afetam determinados grupos sociais e determinadas regiões de formas bastante desproporcionais. Para corrigir tais distorções, trazer justiça, então, seria garantir que o ordenamento dê prioridade às comunidades e sistemas considerados vulneráveis em termos socioambientais.

Além disso, estudar a questão da mudança do clima e formatar normas de prevenção e de resistência (*coping*) é essencial em decorrência das consequências desse cenário extremo, porque o aquecimento global e as mudanças climáticas podem conduzir à escassez de recursos naturais em certas regiões, prejudicando o sustento das pessoas (FERNANDES, 2014, p. 41).

Tendo em vista a necessidade de se compreender a temática do câmbio climático, o presente artigo buscará compreender o ideário da justiça climática à luz do socioambientalismo. Primeiramente, apresentar-se-á um cenário de diagnóstico científico das mudanças climáticas, com atenção à temática do aquecimento global. A par disso, serão arroladas conceituações para a questão da vulnerabilidade, conceito transversal para a análise jurídica que se seguirá. Nela, será formulada a ideia de justiça climática e, tomando como nortes as significações do socioambientalismo, será analisada a legislação brasileira atinente à matéria, de modo a compreender eventuais diálogos entre um plano e outro.

1 MUDANÇA DO CLIMA E VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A mudança climática é um problema inerentemente intergeracional com implicações extremamente sérias para a equidade entre gerações e comunidades presentes e futuras (CARVALHO; DAMACENA, 2012, p. 87). O conceito de vulnerabilidade, por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao problema climático, “pois ele é justamente a face explicativa da multicausalidade”, quer dizer, “é a vulnerabilidade que faz com que a

⁶⁸“Em recente obra, publicada no Brasil com o título *Justiça: o que é fazer a coisa certa*, Sandel afirma que para saber se uma sociedade é justa, basta indagar sobre o modo como essa sociedade distribui os bens, ou seja, as coisas que valoriza, como renda e riqueza, deveres e direitos, poderes e oportunidades, cargos e honrarias. Uma sociedade justa distribui adequadamente esses bens, dando a cada um o que lhe é devido.” (RAMMÊ, 2012, p. 77)

combinação das multicausas seja capaz de gerar contextos de crise ambiental e humanitária” (FERNANDES, 2014, p. 25). Assim posto, o presente tópico fará uma breve contextualização das mudanças do clima, com base nas constatações emanadas pelo International Panel on Climate Change (IPCC)⁶⁹, e dos conceitos de vulnerabilidades, a fim de se estabelecer quem são as populações e regiões vulneráveis às adversidades socioambientais decorrentes desse cenário.

1.1 EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O IPCC é um órgão integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 1988 com o fito de coletar dados científicos, econômicos e sociais relevantes para o entendimento das mudanças climáticas⁷⁰. Os dados do IPCC são obtidos entre cientistas de todo o mundo, revisados e então apresentados sob a forma de relatórios, os quais são publicados, em média, a cada cinco anos.

O primeiro relatório, publicado em 1990, constata a existência de significativas alterações climáticas e incita a assinatura de um tratado para lidar com o assunto. Em decorrência disso, em 1992, foi assinada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, durante a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). A Convenção-Quadro destinou-se a promover a estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impedisse uma interferência antrópica perigosa ao sistema climático do planeta.

Em 2007, os especialistas do IPCC divulgaram paradigmático relatório que associou as mudanças climáticas às atividades antrópicas, responsabilizando-as pelo aquecimento global, e trouxe previsões alarmantes,

⁶⁹Este trabalho adota a linha defendida pelo IPCC. Nesse sentido, vide Fernandes (2014, p. 39-40): “Parte dos cientistas que estudam o tema afirmam que alterações no clima comumente possuem causas naturais, tais como o ciclo solar, a variação orbital, os impactos dos meteoritos e a deriva dos continentes, aproximando-se ou afastando-se dos polos, e que mesmo grandes alterações climáticas fazem partes dos ciclos geológicos terrestres. Contudo, parece unânime a posição, bem exposta nos relatórios do IPCC, de que a essas causas naturais tem-se agregado o crescente aumento de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre, acelerando alterações climáticas”.

⁷⁰Tem-se que mudanças climáticas se definem como mudanças no clima que, direta ou indiretamente, são atribuídas à atividade humana, alteram a composição da atmosfera global e se somam à variação natural do clima observada em intervalo de tempo comparável.

como, por exemplo, aumento da temperatura média global entre 1,8° C e 4° C até 2100, derretimento das geleiras e calotas polares, elevação do nível dos oceanos acompanhada de tempestades tropicais e de furacões (FURLAN, 2010, p. 88). O quinto e mais recente relatório do IPCC data de 2014 e confirma o estado da arte na temática, sugerindo que sejam adotadas medidas urgentes para que a situação climática não se agrave ainda mais.

Os estudos acerca das mudanças climáticas, incluindo os estados atmosféricos externos e o nível do mar, constata cenários com efeitos majoritariamente adversos que se estendem aos sistemas humanos (LA-VRATTI; PRESTES, 2010, p. 6). Nesse contexto, os efeitos diretos do aquecimento global repercutirão principalmente sobre atividades sensíveis em termos climatológicos, como a agricultura, a piscicultura e o extrativismo, mas também terão efeitos indiretos sobre a saúde humana, a segurança alimentar, a configuração das cidades (no tocante à habitação e à prevenção de desastres⁷¹) e no próprio processo produtivo.

Quando se trata da implementação de medidas de combate às mudanças climáticas, tem-se privilegiado a mitigação dos efeitos de tais mudanças, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa. Por conseguinte, e com base em recentes e abalizadas análises científicas, as mudanças do clima propiciam o aumento de eventos climáticos e meteorológicos extremos.

1.2 CONCEITUANDO VULNERABILIDADE(S)

Tanto cientistas sociais como cientistas climáticos comumente atribuem diferentes significados ao conceito de vulnerabilidade (BROOKS, 2003, p. 3). No escopo das ciências sociais, a vulnerabilidade aponta para os elementos, sobretudo socioeconômicos, que determinam a habilidade dos indivíduos de lidar com o estresse ambiental – nesse caso, a vulnerabilidade é um estado do sistema antes que o desastre atue sobre ele. Por outro lado, as ciências que lidam com as mudanças climáticas frequentemente

⁷¹Dentro dessa temática, dado o cenário de risco, as mudanças climáticas podem ser tratadas como um fator global e transversal a todos os demais fatores na amplificação dos riscos e dos custos envolvendo a ocorrência de desastres naturais e mistos. Uma das causas do atual cenário de complexidade advém do fato de que a potencialização da complexidade dos problemas postos pelas mudanças climáticas combinam questões tradicionais de controle de poluição com temas que dizem respeito a compensação, seguros e resiliência, numa dimensão de grande especificidade inerente à ocorrência de desastres (CARVALHO, 2012, p. 113).

enxergam a vulnerabilidade em termos da probabilidade de ocorrência e impactos de um desastre⁷², na maioria das vezes, ligado a eventos relacionados ao clima.

A definição que goza de maior notoriedade é de autoria da *International Strategy for Disaster Reduction* (UN-ISDR), a qual associa a vulnerabilidade às condições estabelecidas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade ao impacto dos riscos e perigos.

Conforme a lição de Maxim e Spangenberg, o termo *vulnerabilidade* teve origem em estudos sobre desastres naturais e pobreza, e pode caracterizar tanto o sistema biofísico - uma configuração geográfica que, por exemplo, favorece a poluição do ar -, quanto o sistema social -uma configuração institucional e/ou política favorecendo, por exemplo, inequidades na distribuição de impactos (MAXIM; SPANGENBERG, 2006, p. 2).

Na literatura estrangeira, o conceito de vulnerabilidade também é apresentado em função dos sistemas humano-ambientais conjuntos (*CHES – coupled human-environment systems*). A vulnerabilidade, intrinsecamente relacionada à análise de riscos e impactos de desastres ambientais, refere-se ao grau de danos causados a um determinado *coupled human-environment system* pela exposição ao desastre (TURNER, 2010, p. 572). O sistema humano-ambiental reconhece a sinergia ou interdependência dos subsistemas humano e ambiental que o compõem, a qual determina a condição, função e resposta desses subsistemas, ou do sistema conjunto como um todo, a eventuais perturbações ou desastres⁷³. Ademais, devido à atividade humana, os sistemas humano-ambientais envolvem, axiomáticamente, *tradeoffs* – melhoras, manutenção e perdas – entre serviços ambientais e entre consequências da atividade humana e os mesmos serviços⁷⁴. O termo

⁷²De acordo com a *International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies* (IFRC), os desastres resultam de um perigo combinado com vulnerabilidade e a incapacidade para reduzir suas consequências negativas potenciais.

⁷³“The coupled human-environment systems or CHES [...]; also coupled human and natural systems or CHANS [...] and social-ecological systems or SES [...] recognizes the synergy or interdependency of the human and environmental subsystems in determining the condition, function, and response (e.g., to a disturbance, perturbation, or hazard) of either subsystem or that of the system as whole.” (TURNER, 2010, p. 572).

⁷⁴“Tradeoffs may be addressed in two ways: by their economic value (Bockstael et al., 2000; Smith, 1996) or by comparison of their physical measure (e.g., amount or change in amount of stratospheric ozone, soil moisture, pollinators, amount of crops produced, number of air conditioned houses, number of households below the poverty line). Economic tradeoff constitutes the more elegant assessment consistent with the use of economic concepts and theory. This approach fails to treat all

CHES reconhece o fato de que os humanos, como usuários, atores e gerentes não são elementos externos, mas integrantes do sistema estudado. A vulnerabilidade, então, é a probabilidade de dano ao sistema, como por exemplo a declinante qualidade da vida ou perda de vidas. Essa probabilidade é determinada por impactos potenciais e a capacidade adaptativa inerente ao sistema (SCHRÖTER; METZGER; CRAMER; LEEMANS, 2004, p. 12).

Postulam Carvalho e Damacena (2013, p. 56-57) que as tentativas teóricas de sistematização de modelos acerca da vulnerabilidade normalmente passam por uma abordagem atrelada à ideia de risco. Para Jacob (2013, p. 37), o risco é uma construção social inerente à vida, que se caracteriza por ser um perigoso possível relacionado à probabilidade de ocorrência de efeitos adversos por meio da exposição e vulnerabilidade dos atores.

Se tomado o exemplo da ocorrência de um evento climático extremo, Fragoso (2013, p. 47-48) recorre a Cutter para dispor que “os riscos a desastres são socialmente construídos e resultam da combinação de ameaças associadas às condições de como uma população pode lhe enfrentar”. E, por essa razão, “sua ocorrência resulta da probabilidade que um fenômeno ameaçador (natural ou antrópico) atua sobre um sistema socioeconômico com certo nível de vulnerabilidade, resultando num desastre”.

Em termos socioambientais, portanto, pode-se afirmar que existe certo consenso no sentido de que a vulnerabilidade é determinada não apenas pela falta de riqueza, porém por um conjunto complexo de fatores físicos, econômicos, políticos e sociais ou, ainda, pela predisposição de uma comunidade a danos causados por um fenômeno desestabilizador envolvendo um perigo (DAMACENA, 2012, p. 51).

2 JUSTIÇA CLIMÁTICA E OS PRECEITOS DO SOCIOAMBIENTALISMO

Para se avançar no enfrentamento da questão climática, tem-se que é preciso compreender o conceito de direito socioambiental, o qual “promove a integração do direito ambiental com a vida social, cultural, étnica e econômica em busca da diminuição das desigualdades ambientais e injustiça social” (RAMOS, 2015, p. 40). Junto disso, emerge o movimento por

environmental services, however, especially supporting ones (above), because these services currently have no market value and thus no shadow prices.” (TURNER, op. cit., loc. cit.).

justiça ambiental que, conforme Acsehrad, Mello e Bezerra (2009, p. 38), tem raízes no Fórum de Justiça Climática, evento realizado em paralelo à 6ª Conferências das Partes da Convenção Mundial sobre Mudança Climática na cidade de Haia, Holanda.

2.1 DIREITO SOCIOAMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA

Historicamente, o ser humano conseguiu dominar os perigos, de origem natural, por meio do desenvolvimento de tecnologias. A tentativa de controlá-los, no entanto, acaba gerando os chamados riscos, sobre os quais as pessoas têm total responsabilidade. A noção de sociedade de risco, conforme a literatura de Beck (2010), se funda na passagem da lógica industrial tradicional, em que se produzem riscos concretos, para uma ordem pós-industrial, em que a incerteza do risco é proeminente. Embora possa parecer que tais riscos recaem sobre as diferentes populações de maneira equânime, vê-se que, na verdade, eles são altamente seletivos e analisar tal cenário é essencial para a compreensão do socioambientalismo.

A abordagem socioambiental na América Latina tem início no contexto de redemocratização, após longos períodos ditatoriais. A retomada e o fortalecimento da democracia trouxeram de volta os movimentos civis, pautados na luta contra a exclusão social e a pobreza. Formada por uma população heterogênea, com baixa mobilidade social e onde os recursos naturais e humanos são altamente explorados, a América Latina foi, talvez, a região onde o socioambientalismo mais teve repercussão (FERREIRA, 2011). A partir da compreensão de que a degradação ambiental e a exploração abusiva da biodiversidade agravam a exclusão social, grupos tradicionais e de diferentes origens étnicas começaram a se mobilizar por uma melhor qualidade de vida.

A sustentabilidade passou, então, a ter o seu conceito ampliado, estreitando os laços entre os aspectos ambientais e sociais inerentes à sua definição. A redução da pobreza e das desigualdades sociais, por meio da promoção da justiça social e da equidade, vinculou-se à valorização da diversidade cultural e à ampla participação popular na gestão ambiental.

Como assevera Leff (2006, p. 507), “hoje, as lutas pela reapropriação da natureza são lutas pelo direito à diferença cultural, pelo direito de

viver em e com a natureza, a forjar uma identidade e a desenhar um estilo de vida”. Por isso, como defendido por Ferreira (2011, p. 25), as políticas públicas ecológicas devem se atentar não apenas à biodiversidade da região, mas também à sua sociodiversidade.

Nesse sentido, “o socioambientalismo vem sendo construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo dos recursos naturais” (SIMAS; LIMA, 2014, p. 180). Sobre políticas públicas, pode-se afirmar que “o novo paradigma do socioambientalismo tem por escopo demonstrar que políticas públicas devem não apenas proteger a natureza em sentido estrito (...), mas proporcionar a redução da pobreza e desigualdades sociais, com justiça distributiva” (SIMAS; LIMA, 2014, p. 180).

Alier (2009) demonstra a existência de uma corrente ambientalista denominada *ecologismo dos pobres*. Ela nasce da percepção de que as externalidades negativas de produção do sistema capitalista atual atingem as diferentes camadas sociais de maneira desigual, normalmente em proporção às suas desigualdades sociais.

Explica-se essa afirmação porque o crescimento econômico implica maiores impactos ao meio ambiente. E, para alguns grupos, o meio ambiente é sinônimo de subsistência, cultura e tradição, os quais eles têm de deixar de lado, para se modelarem com a sociedade dominante que os engole. Sob essa óptica, aliás, o socioambientalismo surge como mecanismo de luta em favor dos meios e das condições naturais de produção, das formas de vida e de sua cultura tradicional.

2.2 SURGE A JUSTIÇA AMBIENTAL

As condições ambientais desiguais não são sentidas apenas nas comunidades tradicionais, mas em todos os grupos excluídos socialmente. O deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte de resíduos é o fator que deixa mais evidente essa desigualdade. As populações mais vulneráveis, que menos consomem e menos geram resíduos, além de serem as que menos se beneficiam do sistema econômico, são as que mais suportam os riscos da degradação ambiental, ignorando-se os princípios de equidade da repartição das externalidades negativas do processo. Além dis-

so, principalmente no meio ambiente urbano⁷⁵, como demonstra ASCELRAD (2010, p. 3), as populações mais pobres acabam se instalando em áreas de maior risco e menos atendidas por infraestrutura, determinadas pelas forças do mercado imobiliário. E, por terem menor participação política, tais grupos são menos capazes de serem ouvidos para se deslocarem do circuito de risco.

Uma vez que a degradação do ambiente potencializa as violações aos direitos humanos, a luta por justiça ambiental sintetiza-se na luta por justiça social, por meio de uma concepção ecológica de redução dos impactos ambientais. A proteção ambiental surge como instrumento essencial para o efetivo gozo universal dos direitos humanos, como a vida, a saúde e a cultura. Nessa lógica, a Conferência de Estocolmo em 1972, ao reconhecer o direito humano ao meio ambiente ecologicamente saudável, positivado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, pode ser considerada um indício do crescimento dos ideais socioambientais, que vão tomar conta do cenário internacional nas décadas seguintes.

Em termos históricos, a expressão *justiça ambiental* origina-se nos movimentos sociais norte-americanos que, na década de 1960, passaram a reivindicar direitos civis às populações afrodescendentes existentes nos Estados Unidos, bem como a protestar contra a exposição humana à contaminação tóxica de origem industrial (RAMMÊ, 2013, p. 90). Em termos sumários, o ideário da justiça ambiental é assegurar que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.

O escopo da justiça ambiental expandiu-se internacionalmente na exata proporção em que se expandiu a economia globalizada (ALIER, 2009, p. 34), fortalecendo-se no contexto global de crise ecológica em que determinados grupos sociais acabam por suportar uma parcela desproporcional das externalidades ambientais negativas resultantes da produção.

⁷⁵Francisco Capuano (SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, Joel Arnaldo. O ambiente Urbano. Ed Atual, São Paulo, 1999.) afirma que as cidades correspondem a um meio ambiente radicalmente transformado, onde as leis e os procedimentos humanos é que regulam a dinâmica desse novo ecossistema heterotrófico. Nesse âmbito, ele aproveita para definir o conceito de “metabolismo urbano”, o qual seria as transformações que ocorrem no ambiente total do organismo metropolitano, onde se processam as mais variadas atividades humanas.

2.3 CONFERÊNCIAS GLOBAIS E O MOVIMENTO POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

Com a Conferência de Estocolmo em 1972, a 1ª Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente da ONU, a conscientização em relação à destruição do meio ambiente tomou âmbito global. Motivada pela crescente poluição atmosférica e pelo aumento significativo no número de tragédias ambientais na década de 1960, o evento teve como principal produto o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Entre Estocolmo e a próxima grande conferência, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, houve significativo aumento de tratados internacionais para o meio ambiente. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou o *Relatório Brundtland*, onde pela primeira vez foi definido o conceito de desenvolvimento sustentável, que seria aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades.

Pode-se dizer que as *necessidades* que deveriam ser atendidas, de acordo com os preceitos socioambientais, seriam as necessidades essenciais dos pobres do mundo, sobretudo. Em consonância com o ideário da justiça ambiental, por sua vez, o relatório postulou responsabilidade coletiva para a proteção de recursos universais e convocou os países desenvolvidos a prestarem assistência aos países em desenvolvimento.

No ano seguinte ao relatório, em 1988, em Toronto, criou-se o *International Panel on Climate Change* (IPCC), como já exposto anteriormente, órgão formado por diversos cientistas voluntários, o qual é responsável para o entendimento das mudanças climáticas, sem, no entanto, interferir na tomada de decisões dos Estados.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, foi de extrema importância para o movimento de justiça ambiental, pois reconheceu o fato de que os países industrializados são os principais causadores dos danos já causados ao meio ambiente. Além disso, criou a Agenda 21, uma série de medidas a serem adotadas pelos países signatários em aspectos sociais e econômicos relacionados à melhoria ambiental. Foram redigidas, ainda, a Declaração de Princípios sobre as Florestas e a Declaração de Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, consagrando o desenvolvimento sustentável e levando em conta políticas internacionais para a luta contra a pobreza.

A fim de incentivar a internalização dos custos ambientais de produção, a Declaração do Rio trouxe o princípio do poluidor-pagador, já presente na Política Nacional do Meio Ambiente de 1981, quando estabeleceu ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados. A PNMA também já havia colocado como objetivo assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, seguindo a lógica socioambiental.

No entanto, talvez o princípio mais importante para a questão da justiça ambiental em termos globais, levantado pela Rio-92, tenha sido o da responsabilidade comum, porém diferenciada. Nele, a diferenciação da responsabilidade dos Estados tem por fundamento a premissa de que a maior parte da degradação ambiental advém do desenvolvimento econômico acelerado de poucos países nos últimos dois séculos. Com isso, fundamentou-se o dever de assistência dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, por meio de recursos financeiros, tecnologia e capacitação, e as obrigações internacionais diferenciadas.

Com as mudanças climáticas como o mais novo fenômeno ambiental gerador de riscos globais, ainda em 1992, foi realizada a primeira Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), cujo objetivo é a estabilização da concentração de gases contribuintes do aquecimento global, em um nível que impeça uma interferência perigosa no sistema climático. Por isso, a COP é permanente e ocorre de forma periódica.

Em 1997, na terceira COP, foi criado o Protocolo de Kyoto, o documento de maior importância para as mudanças climáticas globais, o qual reafirmou a responsabilidade comum, porém diferenciada, ao exigir que os países desenvolvidos reduzissem suas emissões a partir de 2008, enquanto os países em desenvolvimento teriam suas obrigações de emissão estipuladas posteriormente. Para isso, foram criados mecanismos de flexibilização, como a implementação conjunta, o mercado de carbono e a exportação de tecnologia. Interessante perceber, no entanto, que todos estes mecanismos, no fim, acabam gerando riquezas para os países desenvolvidos.

É nesse cenário de preocupação com as mudanças climáticas que a luta pela justiça ambiental ganha uma nova vertente: a justiça climática. Esta, que também pode ser vinculada aos preceitos do socioambientalismo, tenta demonstrar como os efeitos das mudanças de temperatura do globo afetam de maneira diferenciada as diferentes populações. RAMMÉ

(2012) constata, por exemplo, que por estarem mais expostas às emissões de gases das indústrias poluentes, os microclimas das regiões mais pobres são afetados de forma mais intensa e acelerada.

Em outras palavras, sendo uma derivação da justiça ambiental, pode-se compreender a justiça climática relacionada “à percepção desproporcional dos efeitos negativos das mudanças climáticas pelas populações mais vulneráveis e à atribuição de responsabilidade àqueles que contribuíram mais para as causas do aquecimento global”, sendo, portanto, “clara a correlação entre os indicadores de pobreza e vulnerabilidade aos riscos ambientais e aos riscos decorrentes de eventos climáticos extremos” (RAMOS, 2015, p. 55).

Segundo Eliane Moreira (RAMMÊ apud MOREIRA, 2012, p. 6), “ao tempo em que os povos tradicionais revelam-se como grandes responsáveis pela conservação das florestas, são eles os mais vulneráveis no que tange às alterações climáticas”. Em termos políticos, além disso, esses grupos sociais “são excluídos dos processos de discussão e das políticas públicas concernentes ao tema”. Resta, portanto, evidenciado um quadro de desigualdade e verdadeira injustiça socioambiental.

Embora numa escala de tempo profunda as mudanças climáticas possam afetar toda a humanidade, atualmente o objeto imediato do risco são os indivíduos humanos que apresentam maior vulnerabilidade social. Alinhada a esse pensamento, Ramos (2015, p. 48) expõe que “é impossível pensar a questão climática sem ser sob a ótica dos direitos humanos e da justiça climática, pois ela tem o potencial de ameaçar os direitos fundamentais daqueles que já são vulneráveis e que, portanto, suportam desigualmente os seus efeitos”.

Nesse contexto, o objetivo geral dos estudos de vulnerabilidade é informar o processo de decisão de *stakeholders* – pessoas e organizações com interesses em partes específicas do sistema humano-ambiental – sobre opções para adaptar-se aos impactos das alterações globais⁷⁶. Na esteira dos ideais do socioambientalismo, os principais *stakeholders* serão as popula-

⁷⁶Produtos e recomendações podem ser considerados úteis se ajudam *stakeholders* a melhorar seus processos decisórios, de modo a proporcionar uma gerência mais sustentável do sistema humano-ambiental. Para alcançar esse objetivo geral, as avaliações de vulnerabilidade devem satisfazer ao menos cinco critérios: (i) ter uma base de conhecimento de várias disciplinas e participação de *stakeholders*; (ii) basear-se em locais (*i.e.* abaixo do nível nacional); (iii) considerar múltiplos fatores de estresse que interagem entre si; (iv) examinar capacidades adaptativas diferenciadas; (v) ser prospectivo e histórico (SCHRÖTER et al., 2004, p. 14).

ções mais vulneráveis, seja em virtude de seus poucos recursos para resistência e adaptação, seja pelo fato de estarem posicionados precisamente no ponto onde os efeitos das mudanças do clima possuem maior probabilidade de ocorrência (moradias em encostas de montanhas, áreas desertificadas pela agricultura predatória, áreas urbanas⁷⁷, etc.).

Numa visão global, os países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, são os que mais sofrem com as mudanças climáticas decorrentes da exploração econômica, principalmente, dos países desenvolvidos. Desse contexto, surgem os refugiados ambientais, os quais têm suas moradias devastadas por fenômenos ocasionados pela mudança no clima, como o desaparecimento de pequenas ilhas. Sobre a temática, estudo de Fernandes (2014, p. 41) alerta que “o aquecimento global e as mudanças climáticas podem conduzir à escassez de recursos naturais em certas regiões, prejudicando o sustento das pessoas e o provocando o seu deslocamento ou, em situações extremas, conflitos entre grupos sociais”.

Conforme a doutrina discutida até o momento, é possível conceituar justiça climática como um quadro de princípios que sustenta que “nenhum grupo de pessoas (...) suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo provada pelo câmbio climático, que compromete gravemente a qualidade de vida e inviabiliza a sua reprodução e o obriga a migrar” (RAMOS apud LEROY, 2015, p. 55).

Giddens (2011), ao analisar a política das mudanças climáticas, identifica seu maior paradoxo: os riscos desse fenômeno não são visíveis e imediatos, mas se esperarmos eles se manifestarem para tomarmos providências, será tarde demais. Por isso, diz-se que os riscos civilizacionais são intergeracionais. É sob essa óptica que o *Relatório Brundtland*, ao conceituar o desenvolvimento sustentável, já aborda preceitos da justiça climática, prevendo a necessidade de permitir às gerações futuras a capacidade de atender às suas necessidades.

Desse modo, é evidente a existência de diversas consequências das mudanças climáticas nas diferentes populações habitantes do globo. A luta por justiça climática, portanto, configura-se como uma luta socioambiental pela melhor distribuição das externalidades de produção econômica no âmbito global e também no local.

⁷⁷De fato, as mudanças climáticas são um fenômeno global, tocante a todas as nações do planeta – desenvolvidas ou em desenvolvimento, ricas ou pobres, do Norte ou do Sul – e capazes de ameaçar o bem-estar e a sobrevivência das presentes e futuras gerações. Entretanto, os riscos, as vulnerabilidades e as consequências dos eventos climáticos extremos são e serão vividos pela população em escala local, mais acentuadamente nas cidades (SOTTO, 2014, p. 11).

3 POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

Dado o exposto até o momento, vulnerabilidade climática pode ser compreendida como o grau a que um sistema está sujeito aos impactos e sua incapacidade de lidar com as adversidades da mudança do clima. O movimento por justiça ambiental clama que esses quadros de vulnerabilidades não sejam decorrentes de injustiças.

Para Ramos (2015, p. 12), a vulnerabilidade do Brasil, dentro dessa temática, é explicada sumariamente por dois fatores: a economia brasileira é dependente de recursos naturais nas áreas de agricultura e energia, setores essenciais para a estabilidade de uma nação, e o país ainda padece de um quadro de desigualdade social. Nesse sentido, as desigualdades sociais tornam determinadas parcelas da população mais vulneráveis às mudanças climáticas do que outras, “especialmente as populações rurais do semi-árido do Nordeste e os habitantes pobres das periferias das cidades brasileiras e das áreas costeiras com baixas elevações” (RAMOS apud NOBRE, 2015, p. 13).

Ainda de acordo com Ramos (2015, p. 61), pode-se formatar um regime jurídico climático brasileiro, um conjunto de políticas públicas, normas e instituições destinado a regulamentar a questão climática no território brasileiro. Nesse regime, despontam como nortes a Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), e o Decreto Federal nº 7.390/2010, norma que regulamenta a lei federal. Além deles, tem-se (RAMOS, 2015, p. 61):

(...) o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, os planos setoriais de mitigação e adaptação e as instituições especialmente criadas ou destinadas a tratar das questões climáticas, tais como o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima (CIMGC), Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (CGex), Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (Fórum Clima), Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima).

Em se tratando da PNMC, tem-se que a lei foi sancionada em 29 de dezembro de 2009, logo após o término da COP 15 – Conferência da ONU reunida em Copenhague. Vê-se que a edição da norma representou um esforço do governo brasileiro frente à frustração política causada pelos resultados negativos do evento.

Milaré (2013, p. 1117) aponta que “essa Política Nacional, que pode ser considerada como complementar à Política Nacional do Meio Ambiental, foi motivada por uma emergência de caráter planetário” e que “o corolário será a adoção de providências a médio e longo prazos no sentido de frear as causas do efeito estufa e das suas sequelas sobre os ecossistemas”.

Relacionando às discussões expostas no presente trabalho, a PNMC traz, em seu artigo 2º, os conceitos de *efeitos adversos da mudança do clima*⁷⁸ e de *vulnerabilidade*⁷⁹. Nesse sentido, vê-se que a legislação considera as adversidades climáticas na esfera socioambiental, ao contemplar os sistemas humano e natural, e admite a existência de vulnerabilidades no enfrentamento da temática.

Como afirmado, não é raro se constatar que aqueles que contribuem menos para o aquecimento global acabam, paradoxalmente, sendo mais vulneráveis aos impactos negativos do câmbio climático, sendo o ideário da justiça climática o combate a tal cenário. Por essa razão, é justo que o aparato estatal preveja que injustiças climáticas ocorram e “que uns suportem mais os efeitos negativos decorrentes de eventos climáticos do que outros” (RAMOS, 2015, p. 57).

Nesse sentido, vislumbra-se que a PNMC comportou essa preocupação e, de certa forma, assumiu a voz jurídica do movimento por justiça climática, ao estabelecer que, na execução de medidas e estratégias para mitigação e adaptação, deve-se dividir as responsabilidades pelo aquecimento global de forma justa. É o que dispõe o artigo 3º, III.⁸⁰ Em termos de implementação do socioambientalismo, o mesmo diploma assegurou a premissa do desenvolvimento sustentável para o gerenciamento da problemática no art. 3º, IV.⁸¹

⁷⁸Art. 2º, II - efeitos adversos da mudança do clima: mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos;

⁷⁹Art. 2º, X - vulnerabilidade: grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos.

⁸⁰Art. 3º - A PNMC e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional, e, quanto às medidas a serem adotadas na sua execução, será considerado o seguinte: (...) III - as medidas tomadas devem levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos de sua aplicação, distribuir os ônus e encargos decorrentes entre os setores econômicos e as populações e comunidades interessadas de modo equitativo e equilibrado e sopesar as responsabilidades individuais quanto à origem das fontes emissoras e dos efeitos ocasionados sobre o clima.

⁸¹Art. 3º, IV - o desenvolvimento sustentável é a condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o

CONCLUSÃO

Assim, considerando os vetores do socioambientalismo e da justiça ambiental, pode-se afirmar que as mudanças climáticas, adicionadas às instabilidades naturais, provêm de ações antrópicas continuamente produzidas nos contextos sociais, figurando as populações mais pobres como as mais atingidas pelas problemáticas climático-ambientais, tanto em nível local quanto global.

O ideário da justiça ambiental prevê que sejam corrigidas as distorções desproporcionais da distribuição de externalidades ambientais negativas. Com a preocupação do câmbio climático e a efervescência de conferências em níveis globais, um movimento baseado nos princípios da justiça ambiental surge, agora sob a denominação de justiça climática.

Para o movimento por justiça climática, nenhum grupo de pessoas deve suportar uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo provada pela mudança do clima, a qual compromete gravemente a qualidade de vida e inviabiliza sua reprodução, obrigando-no a migrar. Da mesma forma, combate o fato de que determinado grupo de países, com pouca responsabilidade na causa do aquecimento global, suporte as adversidades desse cenário de forma mais grave que outro grupo de países, responsável por gerar maiores quantidades de gases de efeito estufa e de causar o aquecimento global de forma majoritária.

Por sua vez, o socioambientalismo compreende a efetiva junção da proteção ambiental com a garantia dos direitos sociais, estabelecendo quadros de atuação política e jurídica no combate às situações de pobreza e injustiça ambiental. No campo da justiça climática, a implementação do direito socioambiental encontra guarida na Política Nacional da Mudança do Clima quando esta prevê a correção de distorções causadas pelo sistema produtivo vigente e quando assegura a busca pelo desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. Do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2011.

atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais. *Revista estudos avançados*. vol. 24. n. 68. p. 103-119. São Paulo: USP, 2010.

_____; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2009.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BROOKS, Nick. Vulnerability, risk and adaptation: a conceptual framework. Working Paper 38, *Tyndall Centre for Climate Change Research Centre for Social and Economic Research on the Global Environment (CSERGE)*, Norwich, 2003, 19 p. Disponível em: <<http://www.tyndall.ac.uk/sites/default/files/wp38.pdf>>. Acesso em 13 out. 2015.

CARVALHO, Délton Winter de. Por uma necessária introdução ao direito dos desastres ambientais. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, ano 17, v. 67, 2012.

_____. Mudanças climáticas e as implicações jurídico-principiológicas para a gestão dos danos ambientais futuros numa sociedade de risco global. In: LAVRATTI, Paula; PRESTES, Vanêsa Buzelato (Org.). *Direito e mudanças climáticas: responsabilidade civil e mudanças climáticas*. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010, p. 39-59.

_____; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. A intensificação dos desastres naturais, as mudanças climáticas e o papel do direito ambiental. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 49, n. 193, jan./mar., 2012.

_____; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. *Direito dos desastres*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. *A formação sistêmica de um direito dos desastres*. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

EHFELD, Lucas de Souza. Estado Socioambiental de Direito e seus princípios de contextualização. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, vol. 89, p. 303-317. Revista dos Tribunais, 2014.

FARBER, Daniel et al. *Disaster law and policy*. 2. ed. Nova York: Aspen Publishers, 2009.

FERNANDES, Elizabeth Alves. *Meio ambiente e direitos humanos: o deslocamento de pessoas por causas ambientais agravadas pelas mudanças climáticas*. Curitiba: Juruá, 2014.

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental na América Latina – Teoria Social e Interdisciplinaridade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

FRAGOSO, Maria de Lourdes de Carvalho. *Desastre, risco e vulnerabilidade socioambiental no território da Mata Sul de Pernambuco/Brasil*. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FURLAN, Melissa. *Mudanças climáticas e valoração econômica da preservação ambiental: o pagamento por serviços ambientais e princípio do protetor-recebedor*. Curitiba: Juruá, 2010.

FURTADO, Janaína et al. *Capacitação básica em defesa civil*. 5. ed. Florianópolis: CEPED UFSC, 2014.

GIDDENS, Anthony. *The politics of climate change*. Polity Press: Cambridge, 2011.

JACOB, Amanda Martins. *Vulnerabilidade socioambiental no município de São Paulo: análise das capacidades e liberdades humanas*. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LAVRATTI, Paula Cerski; PRESTES, Vanêsa Buzelato. *Diagnóstico de legislação: identificação das normas com incidência em mitigação e adaptação às mudanças climáticas – Desastres*. São Paulo: Instituto Planeta Verde, 2010.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAXIM, Laura; SPANGENBERG, Joachim. Bridging the gap between two analytical frameworks. In: *9th Biennial Conference of the International Society for Ecological Economics (Ecological Sustainability and Human Well-Being)*, 2006, Nova Delhi. Disponível em: <http://old.seri.at/documentupload/pdf/isee_lmjs_vulnerability_paper_fin.pdf>. Acesso em 12 out. 2015.

MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MIRANDA, Maria Lynn et al. The environmental justice dimensions of climate change. *Environmental Justice*, vol. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.caryinstitute.org/sites/default/files/public/reprints/Miranda_Schlesinger_2011_EnvJust.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

RAMMÉ, Rogério Santos. A justiça ambiental e sua contribuição para uma abordagem ecológica dos direitos humanos. *Revista de Direito Ambiental*, vol. 69, p. 85-103. Revista dos Tribunais, 2013.

_____. A política da justiça climática: conjugando riscos, vulnerabilidades e injustiças decorrentes das mudanças climáticas. *Revista de Direito Ambiental*, vol. 65, p. 367. Revista dos Tribunais: 2012.

RAMOS, Marina Courrol. *Políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas em face das populações vulneráveis e da justiça climática*. 2015. 127 p. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

SCHRÖTER, Dagmar; METZGER, Marc J; CRAMER, Wolfgang; LEE-MANS, Rik. Vulnerability assessment—analysing the human-environment system in the face of global environmental change. *Environmental Science Section Bulletin*, Kalmar, n. 2, p. 11-17, 2004. Disponível em: <http://www.cid.harvard.edu/events/papers/schroeter_proofs_ESS04.pdf>. Acesso em 12 out. 2015.

SOTTO, Débora. O papel das cidades, enquanto atores do Direito Internacional do Meio Ambiente, na luta contra as mudanças climáticas. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDU*. Belo Horizonte: Editora Fórum, ano 13, n. 78, p. 9-19, nov/dez. 2014.

TURNER, B.L. Vulnerability and Resilience: Coalescing or paralleling approaches for sustainability science? *Global Environmental Change*. Elsevier, volume 20, edição 4, p. 570-576, 2010. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378010000622>>. Acesso em 8 out. 2015.

JUSTIÇA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

*Environmental justice and development:
is there a possible conversation?*

Thiago da Silva Ferreira⁸²

RESUMO: O presente artigo visa analisar o conflito entre desenvolvimento econômico e preservação socioambiental partindo da premissa que a relação entre a sociedade e as empresas pode ser feita de modo dialógico. No Brasil há grandes empreendimentos que movimentam vultuosos recursos, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento, atividade mineradora, agronegócio, além das obras para os grandes eventos internacionais. O mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental apresentado pelo LIS/ICICT-FIOCRUZ apresenta 300 casos no país. Partindo deste contexto verifica-se que diferente de outrora, quando o desenvolvimento era um objetivo incontestado, os limites entrópicos do planeta (LEFF, 2004) provam que os bens ditos comuns como água e ar puro não o são, o que traz o desafio contabilizá-los e protegê-los. Mas o que fazer quando os critérios das empresas se confrontam aos da sociedade? Tem sido proposta uma nova racionalidade ambiental, além da tradicional, considerando o ambiente um sistema orgânico interdependente. O conceito de justiça ambiental (LEFF, 2004; ACSELRAD, 2009) vem para integrar os aspectos sociais e ambientais que tem atingido de forma perversamente desproporcional as minorias e populações em vulnerabilidade social. Nomeando alguns dos conflitos, dentre outros o autor Joan Martinez-Alier (2007) propõe: racismo ambiental (poluição em áreas habitadas por minorias), imperialismo tóxico (envio de resíduos de países e empresas do mundo desenvolvido a países ou regiões pobres), conflitos judiciais com empresas transnacionais, degradação dos solos, conflitos mineiros, direitos locais e nacionais de pesca, desrespeito às áreas com ampla sócio e biodiversidade, demandas dos trabalhadores pela saúde, segurança dos consumidores e cidadãos, conflitos relacionados com o transporte, ecologismo indígena,

⁸²Mestrando em sistemas de gestão pela Universidade Federal Fluminense – UFF, email thiagosf_adm@yahoo.com.br

lutas urbanas por ar e água limpos, direitos dos ciclistas e dos pedestres no trânsito urbano, e por fim o ecologismo dos pobres, ou seja a luta das camadas mais vulneráveis contra prejuízos sociais e ambientais infringidos por governos ou países com desproporcional poder de influência político-econômica. Desta forma, seria a licença social para operar tão difundida na indústria mineradora, altamente impactante, a solução para o abrandamento dos confrontos? Seria suficiente a iniciativa das empresas até então, ou novas formas de relacionamento e diálogo com as comunidades devem ser elaboradas?

PALAVRAS-CHAVE: justiça ambiental; desenvolvimento; conflitos; licença social

ABSTRACT: *This article aims to analyze the conflict between economic development and environmental preservation based on the premise that the relationship between society and business can be done in dialogical mode. In Brazil we have large projects that move substantial funds, such as the works of the Growth Acceleration Program, mining activities, agribusiness, besides the works for major international events. The map of conflicts involving environmental injustice presented by the LIS / ICICT-FIOCRUZ has 300 cases in the country. From this context we found that unlike the past, when development was an uncontested goal, entropic limits of the planet (LEFF, 2004) prove that the said common goods such as water and clean air are not, which brings the challenge account for them and protects them. But what to do when the criteria of the companies are confronted to society? It has been proposed a new environmental rationality, beyond the traditional, considering the environment an interdependent organic system. Comes the concept of environmental justice (LEFF, 2004; Acsehrad, 2009) to integrate social and environmental aspects that have reached perversely minorities and socially vulnerable populations. Naming some of the conflicts, among others the author Joan Martinez-Alier (2007) proposes: environmental racism (pollution in areas inhabited by minorities), toxic imperialism (sending waste to countries and companies of the developed world to poor countries or regions), conflicts court with transnational corporations, soil degradation, mining conflicts, local and national fishing rights, disrespect for areas with wide social and biodiversity, workers' struggles for health, safety of consumers and citizens, conflicts with shipping, indigenous environmentalism, fights urban air and clean water, rights of cyclists and pe-*

destrians in urban traffic, and finally the environmentalism of the poor, ie the fight against the most vulnerable social and environmental damage inflicted by governments or countries with disproportionate power to influence political economic. It would then be the social license to operate so widespread in the mining industry, highly impactful, the solution to the slowdown of the clashes? Would be enough the initiative of the companies, or new forms of relationship and dialogue with communities should be developed?

KEYWORDS: *environmental justice; development; conflicts; social license*

INTRODUÇÃO

A questão socioambiental sempre esteve intrínseca à atividade empresarial e industrial. Nem sempre, infelizmente, foi considerada pelos tomadores de decisão (setor privado) ou pelos entes públicos e órgãos reguladores, de forma que grandes passivos ficaram para a sociedade: poluição, criminalidade, extinção de flora e fauna, doenças, favelização, conflitos pela posse de terra e reassentamentos em larga escala de populações inteiras, assim como em alguns casos a perda de formas de subsistência das comunidades tradicionais, tais como indígenas e quilombolas.

A referida agenda passa a fazer parte do cotidiano das organizações. Seja pelo esforço altruísta de sua força de trabalho e lideranças, seja pela crescente conscientização e empoderamento da sociedade. Desta forma, a cada dia mais fica para trás a empresa que só considera os dividendos imediatos de sua ação, prestando contas apenas aos seus investidores (*shareholders*), posicionando-se em seu lugar uma empresa atenta a seus múltiplos públicos de interesse (*stakeholders*). Esta considera sua imagem perante os mesmos, assim como preocupa-se com sua reputação, com o atendimento a legislações aplicáveis (atuais e percepções futuras). Verifica-se assim que, ao mesmo tempo que a globalização por vezes “solapa” a autenticidade de comunidade tradicionais, pode também vir a ser uma forma de tornar suas vozes internacionalmente perceptíveis, e suas demandas mais conhecidas.

À empresa aparentemente restam poucas opções além buscar o diálogo com a sociedade, de forma a conviver com esta realidade. Na medida em que cada vez mais os grandes empreendimentos sofrem o escrutínio

público, o que gera atrasos, boicote, mudanças e até remanejamento de investimentos conforme atuação dos diversos interessados, passa a ser a questão socioambiental um importante risco não técnico. Ou seja, apesar de por vezes não se relacionar diretamente à concepção do empreendimento, esta questão pode vir a dificultá-lo, ou mesmo inviabilizá-lo (MEIRELLES, 2014, p. 39).

Com isso, novas abordagens tem emergido, tanto dos movimentos sociais, propondo uma nova racionalidade ambiental (e social), quanto das empresas, que de alguma forma tentam considerar estas demandas. Infelizmente ainda abundam impasses, conforme demonstram os dados secundários utilizados nesta pesquisa, a saber: mapa de conflitos de saúde e ambientais no Brasil proposto por Porto, Pacheco e Leroy (2013), levantamento das contas municipais (IBGE, 2012) e índice de desenvolvimento humano do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD, 2013).

Desta forma, seria a licença social para operar (LSO) proposta pela indústria extrativista, altamente impactante, a solução para os confrontos? Seria suficiente a iniciativa das empresas até então, ou o aprofundamento desta abordagem ou novas formas de relacionamento e diálogo com as comunidades deverão ser idealizadas?

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir deste ponto, a pesquisa se concentra em um aprofundamento nas temáticas do desenvolvimento econômico e seu contraponto pelos movimentos sociais (ao menos combatendo o desenvolvimento na forma que ocorre até o momento, altamente destrutivo) e das abordagens utilizadas pela empresa para lidar com esta questão, visando dialogar com a sociedade e demais públicos de interesse ao mesmo tempo que garante sua lucratividade e perenidade.

1.1 DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA AMBIENTAL: MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O desenvolvimento costuma ser um objetivo primordial das diversas sociedades, sendo que ao longo da história houve diferentes concepções tendo este fim. Desde a revolução industrial, e posteriormente com a as-

censão da economia dos serviços, em grande parte de nosso passado recente desenvolvimento tem significado simplesmente crescimento econômico. Seja pela atividade industrial, seja pelo comércio e prestação de serviços. Desenvolvimento por muito tempo, e de certa forma até o presente tem significado crescer, aumentar, expandir-se continuamente. Inevitavelmente, isso impacta em maior geração de resíduos, uma maior “pegada ecológica”, ou seja, uma maior exigência em recursos da natureza e maior impacto ambiental e nas comunidades humanas.

Desta forma, a cada dia se tornam mais relevantes as questões sociais e ambientais relacionadas à atividade econômica. Lucratividade obviamente continua sendo um pilar fundamental aos negócios, mas não é mais o único. Os impactos e externalidades da atividade econômica impactam sobremaneira nos resultados das empresas com o impacto de multas, a necessidade de atenção (e aderência) a crescentes exigências legais e regulatórias, e também do aceitação das comunidades, seja em termos de manutenção da reputação das empresas e aproveitamento dos indivíduos como sua mão-de-obra, seja pela possibilidade de boicotes às organizações, paralizações, e rejeição quanto ao consumo de produtos que infringem direitos humanos e aflijam o meio ambiente. Assim, a empresa passa a ser não mais uma entidade à parte da sociedade, mas torna-se uma com a mesma, o que faz interagindo, e com crescente comunicação e prestação de contas.

Isso se deve, entre outros fatores, em razão do aumento da consciência dos movimentos sociais e defensores do meio ambiente. O autor Joan Martínez Alier (2007) identifica, no contexto histórico, três tendências para o movimento socioambiental, a saber: 1- o culto ao silvestre, situação na qual idealiza-se que a natureza deve ficar intocada considerando-se sua sacralidade para os povos tradicionais, 2- o evangelho da ecoeficiência, no qual se propõem melhorias pontuais aos processos produtivos e econômicos contemplando e redução de impactos às pessoas e meio ambiente, e por fim 3- o ecologismo dos pobres, identificado neste autor e indiretamente nas obras de Leff (2004) e Acseelrad (2009) como a ascensão dos povos atingidos pelos conflitos ecológicos distributivos, ou seja, o aumento da visibilidade destes indivíduos como portadores de direitos, atingidos desproporcionalmente pelos impactos das atividades econômicas das empresas.

Quanto à última tendência, verifica-se que comunidades inteiras tem seu modo de vida totalmente alterado por empreendimentos em sua vizinhança. Importante considerar ainda impactos às suas condições de

sobrevivência, sobretudo em comunidades que sobrevivem de atividades artesanais e extrativistas altamente dependentes da natureza tais como pesca e agricultura, as quais são altamente impactados pelas atividades industriais, de mineração e pelo setor energético (geração, transmissão, amplas inundações para construção de barragens para usinas hidrelétricas, extração de combustíveis fósseis, gasodutos, refinarias, detritos e poluição gerados por outras formas de geração e energia tais como carvão, termelétrica e nuclear). Além dos riscos à saúde por emissão de efluentes e resíduos industriais, contaminação dos lençóis freáticos, ou mesmo efeitos indiretos como aumento do fluxo de pessoas, poluição atmosférica, pressão sobre os sistemas públicos de saúde, transportes e segurança, ou seja, a atividade impacta efetivamente no dia-a-dia das pessoas, e nem sempre de forma positiva.

Por outro lado, a geração de empregos e desenvolvimento prometidos pelos empreendimentos nem sempre vem para todos os afetados pelos mesmos. Os citados impactos no meio ambiente e na qualidade de vida das populações nem sempre são devidamente considerados nas atividades empresariais, de forma a deixar o saldo de muitas atividades econômicas a se pago de forma coletiva, diferente dos resultados obtidos, estes muitas vezes restritos a poucos (lucros, dividendos, ou mesmo o posto de trabalho gerado). Até mesmo a mão-de-obra qualificada, saúde, segurança e mobilidade urbana muitas vezes são usufruídas de forma desproporcional; ou seja, as empresas acabam se beneficiando de benefícios custeados por outrem, pelo setor público, muito além dos impostos pagos pelas mesmas.

Vale indicar a abordagem denominada como justiça ambiental, que pressupõe que seja considerada na tomada de decisões políticas e empresariais uma racionalidade diferente da meramente econômica, de acumulação de riquezas sem restrições. Propõe-se desta forma uma racionalidade ambiental (LEFF, 2004, p.30), valorizando não só o crescimento e desenvolvimento econômico, mas a manutenção de condições socioambientais dignas à vida. Acselrad (2010) ressalta, ainda, a “apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social”, ou seja, um verdadeiro contraponto ao desenvolvimento econômico sem preocupação às externalidades, sejam estas sob a forma de impactos sociais ou danos ao meio ambiente.

Tal abordagem vai além da financeirização excessiva por que tem passado a vida humana indicada em Gaulejac (2007), situação a qual tem gerado um rebaixamento da vida humana em detrimento ao crescimento

contínuo e especulação financeiros, ótica baseada na bolsa de valores, que por vezes desvaloriza o trabalho produtivo, e em última instância a vida humana, em detrimento de crescimento e geração e divisas a curto prazo. Aparentemente, tais impactos não passam mais despercebidos como outrora, de forma que cabe à empresa estar atenta a este panorama. Novamente: apenas gerar empregos e pagar impostos não é suficiente como outrora.

Seja por identificação com os valores desta iniciativa ou por necessidade mercadológica, as empresas passam a considerar a atenção às pessoas e ao meio ambiente dentre suas preocupações. Afinal, as questões sociais e a falta de aceitação das comunidades se tornaram um problema na atividade empresarial, sobretudo na viabilização dos grandes empreendimentos já citados.

Neste panorama, a coerência é premente em uma sociedade onde a informação se dissemina cada vez mais longe e rápido, o que pode penalizar a reputação a empresa, pois promessas vazias acabam sendo desmascaradas publicamente, desvelando a real prática das organizações. Neste conceito, vemos em Acselrad (2010, p.104) que:

(...) empresas suspeitas de práticas predatórias ambientalizam seu discurso, recusando, ao mesmo tempo, controles externos e proclamando sua capacidade de autocontrole ambiental; autoridades governamentais flexibilizam a legislação ambiental, alegando ganhos de rapidez e rigor nos licenciamentos; promotores de grandes projetos hidrelétricos que desestruturam a vida de comunidades indígenas afirmam que desenvolverão programas de “sustentabilidade” destinados “a assegurar a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais” dos grupos indígenas...

Considerando-se as necessidades de tratar as graves questões socioambientais por que passam as sociedades, cada vez mais as posturas descritas não são mais aceitas. Por altruísmo ou por pragmatismo, as empresas têm adotado um discurso e práticas mais atentas à sociedade que a circunda, e ao meio ambiente.

Por fim, até mesmo para a própria sobrevivência da espécie humana e outros seres vivos no planeta Terra, é crescente a importância das questões sociais e ambientais no dia-a-dia das empresas. As organizações podem atuar de diversas formas neste sentido, tanto na adequação de seus processos produtivos ou de seus próprios produtos e serviços, quanto com uma relação mais equitativa e dialógica com o restante da sociedade. Propostas e experiências que discutiremos durante este artigo.

1.2 LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

As organizações apresentam crescente atenção à adoção de práticas mais conscientes com a sociedade e o meio ambiente, algumas apenas em seus esforços de relações públicas, mas outras efetivamente revendo seus valores, processos e impactos gerados. Este fato pode ser comprovado pela crescente adoção de valores aderentes a conceitos como responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, marketing social e filantropia verificados em quase todas as declarações corporativas, incluindo seus sites eletrônicos. Porém, igualmente surgem a cada dia manifestos de violações dos direitos humanos, trabalho degradante, riscos ao meio ambiente, casos que infringem a ética e os valores universalmente aceitos na sociedade. Seria apenas consequência de uma maior divulgação das violações e aumento da transparência, ou estamos diante do surgimento de um contrassenso entre a teoria e a prática das organizações?

Partindo desta segunda premissa, de que ainda persiste o contrassenso, surge o conceito de licença social para operar (LSO), ideia surgida das empresas de mineração com seu histórico de problemas que afligem as comunidades no entorno de suas atividades. A LSO refere-se aos riscos não técnicos associados aos projetos das empresas (LAKING, 2013, p. 2).

Conforme Thomsom e Boutilier (2014), a licença social vem da busca por uma legitimidade e credibilidade nas atividades empresariais, de forma a evitar boicotes diretos da sociedade (multas, greves de funcionários e paralisações de atividades), ou mesmo ações indiretas que impactem o negócio, como os clientes que evitam consumir produtos de empresas que violam os valores universalmente aceitos pela sociedade. Este “mal-estar” na sociedade pode vir a despertar obstáculos à empresa, estes manifestos em um maior nível de exigência nas questões regulatórias, na demora na concessão de licenças ambientais, na oposição política do poder público local, dentre outros problemas difíceis de serem previstos, mas que causam grandes impactos aos projetos, podendo atrasar, encarecer ou até mesmo inviabilizar uma atividade ou negócio.

A LSO pode ser entendida tanto como uma meta a ser alcançada quanto como um conjunto de regras e boas práticas a serem seguidas, estas negociadas com as comunidades locais. Deve considerar ainda a necessidade de governança ambiental, englobando mercado, sociedade civil e Estado, interações entre atores públicos e privados. Desta forma pretende-se alinhar

à diversidade, ao dinamismo e complexidade da sociedade (PNRO; SLO-COMBE, 2012, p.347), sendo assim um fator crítico ao sucesso de projetos.

Outro fator importante é buscar uma relação de confiança genuína com os diversos públicos de interesse da organização (*stakeholders*), ou até mesmo uma relação de copropriedade, sendo esta última a situação em que o consumidor e demais públicos de interesse se tornam verdadeiros defensores da companhia, entendendo assim a mesma como algo da qual fazem parte e que beneficia as pessoas (MEIRELLES, 2014, p.40). Não é suficiente entregar polpidos dividendos aos *shareholders* se estes resultados a curto prazo não forem sustentáveis, considerando a crescente atenção e demandas da mídia, do poder público e da sociedade em geral. Com isso, é importante verificar as demandas da sociedade, ao mesmo tempo evitando a geração de expectativas que não serão cumpridas. Desta maneira, busca-se tornar público de fato o que o empreendimento será. Assim como o que ele não será.

Considera-se ainda o conceito de LSO como o aceite ou aprovação da comunidade a um projeto ou presença da companhia, constituindo assim um ativo intangível e informal, pois varia em cada localidade e não tem uma “receita” universal e inequívoca de sucesso. A licença social é dinâmica e complexa, pois leva tempo para adquirir e esforço para manter, podendo ser perdida a qualquer momento em razão da postura e comportamentos inadequados da organização e de seus membros quanto à gestão de riscos sociais e ambientais (YATES; HORVATH, 2013, p.3). Independente do histórico da atuação da empresa e de uma postura aparentemente positiva para com a sociedade, não se tolera mais uma atuação arrogante ou não condizente em outras atividades da mesma empresa.

Vale ainda considerar que, ao contrário da licença regulatória, a licença social para operar não é oriunda (apenas) do governo e de leis, sendo originada das considerações da sociedade em geral para com a empresa a todo e qualquer momento. Inclui assim a interação social com participação da mídia, terceiro setor e comunidades locais. Conforme tradução livre de Yates e Horvath (2013), esta forma de lidar com a atividade econômica considerando os impactos e consequências socioambientais é importante por que:

Permite ao proponente a legitimidade para sua presença e ações da perspectiva da população local, oferece aos reguladores um certo conforto que o proponente está agindo responsabilmente, minimiza os riscos de atrasos em regulamentações, assegura aos investidores

que a companhia está gerindo riscos sociais e outras questões associadas a seus projetos e atividades, aumenta confiança demonstrando aos reguladores e stakeholders que a companhia busca uma boa performance, e protege a reputação a empresa em momentos de crise.

Aparentemente composta por ações simples e por vezes óbvias, a licença social é uma complexa soma de fatores, reunidos no diálogo e consideração das demandas dos diversos públicos no que tange aos principais benefícios e problemas que um empreendimento pode gerar à sociedade. Por outro lado, devem-se evitar excessos por parte dos *stakeholders*, na medida em que à empresa não cabe ocupar o espaço do agente público ao qual é delegado o provimento das condições de infraestrutura coletivas, tais como saúde, segurança, mobilidade urbana e educação, as quais a empresa apoia através do pagamento de impostos e geração de empregos.

É importante constatar que em alguns casos pode haver compromissos organizacionais que se situem na contramão de alguns dos interesses do negócio, incorrendo a empresa em custos e iniciativas que, mesmo não previstos em lei, tornam-se importantes fatores para a viabilização de uma atividade ou projeto empresarial.

Mas o que fazer, na prática? Stanchfield e Biery (2013), do *INDEPENDENT PROJECT ANALYSIS*(IPA), desenvolvem algumas demandas geradas às atividades empresariais, não necessariamente obrigações legais ou regulatórias, mas fatores que podem impactar sobremaneira no aceite da sociedade e na desobstrução de eventuais impactos da comunidade local às atividades empresariais. Os referidos autores levantam oito áreas ou recomendações para incentivar a sustentabilidade e, portanto, o aceite dos projetos pela comunidade circunvizinha:

1. Identificação de stakeholders ou públicos de interesse, ou seja todos os indivíduos, espécies e biomas que possam impactar ou serem impactados por suas atividades, de forma a verificar quem de fato afeta ou é afetado pelo empreendimento tentando desta forma captar, entender e considerar suas expectativas, queixas e sugestões. Sempre que possível, é importante tratar tais manifestações no planejamento e execução as atividades, indo além da obrigação legal, e realmente buscando entender o panorama em que o empreendimento está se inserindo. Isso pode ser feito através dos estudos de referência, a seguir descritos;

2. Realização de estudos de referência, realizados para sondar os aspectos de saúde, sociais, meio ambiente e força de trabalho pertinentes ao empreendimento, os quais em geral são feitos conforme legislação nacional por meio dos estudos de impacto ambiental (EIA). Neste momento, é importante ainda verificar a questão da posse de terra necessária aos empreendimentos, assim como eventuais impactos a comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas). É de suma importância que estes estudos sejam feitos da forma mais ampla possível, e não meramente como um documento feito por outrem sem participação da empresa como forma de atender às normas do órgão regulamentador;
3. Buscar o engajamento comunitário, como forma de tornar a população local como participante do processo de viabilização do empreendimento sempre que possível e no que lhe couber;
4. Estabelecer mecanismos comunitários de escuta e de reclamação, buscando responder sempre as queixas e, se possível, resolvê-las ou negociar alternativas viáveis ao negócio considerando a percepção de todos os envolvidos. Além de audiências públicas, muitas das quais são exigíveis por lei, é importante manter canais de manifestação efetivos do público para com a empresa sempre disponíveis;
5. Desenvolvimento de força de trabalho local como forma a buscar o desenvolvimento e aproveitamento da mão-de-obra da região, seja com o apoio ou parceria do poder público com cursos técnicos e profissionalizantes, seja com o investimento direto incluindo capacitações em habilidades necessárias especificamente para o projeto em questão, programas de alfabetização e evolução da escolaridade. É importante sempre que possível possibilitar o efetivo aproveitamento do efetivo local na medida em que um novo gerador de empregos causa uma legítima expectativa na comunidade local;
6. Observar a necessidade de investimento social e em infraestrutura, pois da mesma forma que um empreendimento se aproveita do aparato público já constituído, como estradas e infraestrutura já existentes no local, por vezes a atividade econômica ou novo empreendimento igualmente impacta em novas demandas, com o aumento do fluxo de pessoas, maior necessidade do aparato público de saúde, educação, transporte, saneamento, moradia e afins. Em alguns casos é exigível pelo poder público (ou mesmo pela comunidade) a implementação de algumas melhorias, sendo desta forma necessária a negociação da empresa com o ente público responsável, considerando-se as áreas de atuação de cada um, mas também a possibilidade de apoio, parceria e sinergias;
7. Atentar-se quanto à eventual necessidade de deslocamento e reassentamento de famílias, pois muitas vezes o traçado dos projetos coincide com as moradias

das pessoas. Desta forma são importantes ações como a procura por possíveis alternativas que impactem na menor quantidade de reassentamentos ou caso estes sejam efetivamente necessários, que haja ao menos um debate e indenização adequados, de forma a não considerar as comunidades tradicionalmente alocadas na região como meros obstáculos à viabilização de um negócio;

8. Verificar a possibilidade de aquisições e do desenvolvimento de negócios locais, pois na medida em que fica claro à comunidade, mídia e poder público que a grande maioria dos impactos se dão localmente (aumento da poluição, criminalidade, inflação), igualmente é importante sempre que possível que a empresa traga benefícios no desenvolvimento econômico e social da vizinhança.

Além das questões acima, um dos fatores muitas vezes desconsiderado no planejamento das atividades empresariais e viabilização e grandes empreendimentos é a comunicação adequada, conforme Pnro e Slocombe (2012). Isto pode gerar impactos na aceitação dos empreendimentos pelas comunidades locais e até mesmo certo desdém do poder público e entidades regulatórias, na medida que o ente privado acaba por desconsiderar os impactos gerados pela sua atividade econômica (poluição, maior demanda por serviços públicos, especulação imobiliária, inflação, aumento da criminalidade, dentre outros). Desta forma, acredita-se como boa prática que seja constante a comunicação com os diversos públicos de interesse, sobretudo a comunidade local que é mais afetada, e o poder público.

É importante que o reporte às partes interessadas seja feito o mais cedo possível, e de forma progressiva. Ou a mídia e a sociedade civil formularão sua própria versão dos fatos à sua maneira, e por vezes de acordo com interesses particulares. Considerando a crescente importância das redes sociais, com diversas vozes comunicando sua própria versão dos fatos nem sempre de maneira imparcial, este pode ser uma forma adicional de encarecer ou mesmo inviabilizar alguns projetos, constituindo uma barreira não técnica com crescente impacto aos negócios (YATES; HORVATH, 2013, p.18).

Desta forma, é fundamental às empresas posicionarem-se quanto este novo e complexo contexto, considerando a sua importância e interação com a sociedade de forma a viabilizar os interesses econômicos sem, entretanto, comprometer o equilíbrio socioambiental. Este debate se torna deveras complexo pela necessidade de se articular uma forma de dialogar com seus diversos públicos de interesse numa sociedade complexa, interconectada e globalizada, onde uma parte interessada pode se situar virtualmente em qualquer parte do mundo e desta forma impactar a atividade

empresarial de acordo com suas considerações acerca das responsabilidades da empresa, sejam estas legais ou socialmente exigíveis.

Na próxima seção, serão verificadas as interconexões entre os dois temas, justiça ambiental (visão da comunidade e movimentos sociais, e demais stakeholders) e como a empresa se posiciona em relação a isto, considerando o marco conceitual da licença social para operar, ou seja, a forma com que a organização se articula junto a seus shareholders.

3 METODOLOGIA

A abordagem deste artigo inicia-se no capítulo anterior através da revisão bibliográfica de alguns dos principais autores a tratarem da temática “justiça ambiental”, propondo uma nova racionalidade além a econômica, e da “licença social para operar”, esta visando o ajuste das práticas das empresas aos desafios socioambientais. Esta visão é importante sobretudo nas áreas de mineração, energia e petroquímica, marcadas por grandes empreendimentos com dispêndio de vastos recursos, e igualmente relevantes impactos sociais e ecológicos. Vimos que esta é uma barreira não técnica que tem ganhado importância na viabilização dos megaprojetos, conforme verificamos em Meirelles (2014), dentre outros autores constantes na bibliografia.

De forma complementar, visando verificar se na prática o discurso da licença social tem alterado ou mitigado os impactos negativos das ações empresariais e industriais, iremos nesta parte final do artigo buscar correlações estatísticas entre os dados do já citado mapa de violações de direitos humanos da FIOCRUZ com informações sobre o produto interno bruto (PIB) dos Estados, medido pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), e com os dados dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Conforme estudos de estatística aplicada utilizando-se os autores Anderson, Sweeney e Williams (2013), a análise de correlação estatística será adotada para buscar um maior conhecimento da dinâmica dos fatos estudados, o que não implica necessariamente em relações de causa e efeito destes dados. A sugerida abordagem estatística propõe-se a levantar algumas hipóteses e questões que podem ser aprofundadas em futuros estudos, caso entenda-se a relevância do tema, e a necessidade de maior apro-

fundamento e atualização a informação. Neste momento, é salutar uma breve descrição de cada um dos dados utilizados.

O mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil é um projeto realizado conjuntamente pelo instituto de pesquisas FIOCRUZ e pela organização não governamental FASE, com o apoio do Ministério da Saúde brasileiro. O referido levantamento é baseado em debates feitos entre os anos de 2008 e 2010 no âmbito de fóruns e redes temáticos, lançado online em 2010 e publicado em formato de livro em 2013. O mapa apresenta 345 casos a nível nacional.

Já o Produto Interno Bruto (PIB) consiste no “valor adicionado bruto a preços básicos em valores correntes das atividades econômicas” (IBGE, 2012, p.11). Sendo assim, considera o valor total adicionado pelas atividades econômicas às contas nacionais, considerando agropecuária, indústria (extrativa mineral, transformação, construção, eletricidade, água, gás, esgoto e limpeza urbana), e serviços (comércio, transporte, armazenagem e correio, serviços de informação, intermediação financeira e seguros, serviços imobiliários e aluguel, educação, saúde e funcionalismo público, e outros serviços). Em suma, toda a riqueza produzida no país por unidade federativa (UF) detalhada conforme a sua distribuição proporcional pelas diferentes regiões do Brasil.

A seguir, partindo do pressuposto de que apenas o acúmulo e variação de riquezas monetárias não contempla a totalidade da realidade de um povo, faz-se necessária além da mensuração da renda a consideração de outros fatores, a saber: longevidade e educação. Desta forma, constitui-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que soma à renda total (padrão de vida) a contabilidade dos índices educacionais, escolaridade da população adulta e fluxo escolar da juventude, assim como a expectativa de vida ao nascer, fornecendo assim um panorama mais completo da situação dos residentes em cada Estado.

De posse destes três dados, por UF, neste momento experimentar-se-á a relação entre os mesmos. Vale indicar que os dados são de horizontes temporais ligeiramente diferentes (mapa dos conflitos de 2013, PIB do IBGE de 2012, e IDH de 2010). Esta restrição ocorre por se tratarem dos últimos dados disponíveis ao público. Além disso, entende-se que não houve grandes variações neste panorama desde a última atualização dos dados. Os dados brutos seguem na tabela a seguir.

Tabela 1: conflitos ambientais x PIB x IDH

		Estado	Total de conflitos*	PIB (UF)**	IDH (UF)***
Centro-oeste	1	Goiás	9	2,8%	0,735
	2	Mato Grosso	16	1,8%	0,725
	3	Mato Grosso do Sul	8	1,2%	0,729
Nordeste	4	Alagoas	9	0,7%	0,631
	5	Bahia	20	3,8%	0,660
	6	Ceará	12	2,1%	0,682
	7	Maranhão	11	1,3%	0,639
	8	Paraíba	10	0,9%	0,658
	9	Pernambuco	16	2,7%	0,673
	10	Piauí	5	0,6%	0,646
	11	Rio Grande do Norte	9	0,9%	0,684
	12	Sergipe	9	0,6%	0,665
Norte	13	Acre	8	0,2%	0,663
	14	Amapá	8	0,2%	0,708
	15	Amazonas	17	1,5%	0,674
	16	Pará	13	2,1%	0,646
	17	Rondônia	9	0,7%	0,690
	18	Roraima	8	0,2%	0,707
	19	Tocantins	10	0,4%	0,699
Sudeste	20	Espírito Santo	13	2,4%	0,740
	21	Minas Gerais	27	9,2%	0,731
	22	Rio de Janeiro	21	11,5%	0,761
	23	São Paulo	34	32,1%	0,783
Sul	24	Paraná	17	5,8%	0,749
	25	Rio Grande do Sul	13	6,3%	0,746
	26	Santa Catarina	11	4,0%	0,774
	27	Distrito Federal		3,9%	0,824
Total			343	100%	

* Fonte: FIOCRUZ, ano: 2013

** Fonte: IBGE, ano: 2012

*** Fonte: PNUD Brasil, ano: 2010

Considerando-se o conceito estatístico de correlação, a saber a associação entre duas variáveis sem nenhuma interferência do pesquisador, conforme Anderson, Sweeney e Williams (2013), podemos fazer inferências preliminares, que podem vir a constituir estudos futuros mais aprofundados, tanto qualitativos quanto quantitativos, estudos de caso, pesquisas diversas, conforme ampla gama de metodologias de pesquisa disponibilizada por Gray (2011). Neste momento, serão realizadas três correlações: conflitos x PIB, conflitos x IDH, e PIB x IDH por Estado do território brasileiro.

Inicialmente, correlacionando o PIB com os conflitos ambientais e de saúde verifica-se uma relação forte, com uma correlação de 0,846673. Ou seja, a princípio há uma possibilidade de maior incidência de conflitos envolvendo impactos ambientais, sociais e de saúde em regiões (UF) com uma renda maior, em PIB. Vale indicar que uma correlação é considerada estatisticamente como forte quando seu valor está acima de 0,6. Já as outras duas situações consideradas são correlações moderadas, pois no caso de conflitos x IDH esta relação é calculada em 0,468556, ou seja, a princípio os impactos podem ou não ocorrer em localidades com padrões de vida elevados (renda, longevidade e educação). Já a relação PIB x IDH o valor é de 0,514522, ou seja, renda não significa necessariamente desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Verifica-se assim que de fato os empreendimentos, origem destes conflitos, ocorrem muitas vezes em regiões mais abastadas. Porém, tal incremento não reflete condições mais elevadas de vida à população, considerando que o conceito de IDH além de renda considera os níveis educacionais (escolaridade) e a expectativa de vida da população.

Novamente, vale considerar que os dados analisados provêm de horizontes temporais diferentes em razão das limitações e periodicidade das fontes de dados; entende-se, porém, que se tratam de dados pouco dinâmicos. Esta hipótese poderá ser verificada em estudos futuros mais detalhados, a depender da orientação a pesquisa futura, sendo algumas abordagens possíveis encontradas em Gray (2012): o estudo de casos críticos (pesquisa qualitativa) que mostrem problemas não resolvidos pela abordagem da licença social e seus possíveis aprendizados, a análise de outros dados secundários (ações públicas no Ministério Público e órgãos ambientais, denúncias, multas aplicadas, Termos de Ajuste de Conduta – TAC, dentre outros), ou a amostragem “bola de neve” aplicada a um grande empreendimento (na qual respondente indica outra pessoa a ser entrevistada).

Vale indicar que qualquer abordagem de pesquisa deve considerar a informação advinda “além dos muros da empresa”, ou seja uma amostragem contemplando outros públicos de interesse tais como terceiro setor, representantes da sociedade, do poder público e da própria empresa, seja por entrevista direta, seja pela pesquisa em dados já publicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

O presente artigo, partindo de um levantamento teórico dos temas “justiça ambiental” e “licença social para operar”, traça um panorama da questão socioambiental tal como se tem apresentado atualmente, e o esboço de resposta das empresas a este contexto por meio da LSO. Dado a persistência dos problemas, em número de casos de conflitos mapeados, suspeita-se da necessidade de novas abordagens e adaptação por parte das empresas, ou mesmo um maior aprofundamento e refinamento da temática da licença social.

Da parte da justiça ambiental, verifica-se a ampliação da conscientização e busca por demandas por parte da sociedade, considerada pelas organizações sob a forma de múltiplos *stakeholders*: comunidades locais, mídia, movimentos sociais, força de trabalho, poder público, dentre outros, cada vez menos restritos territorialmente. Cresce no mundo uma série de percepções que exigem cada vez mais das empresas, considerando-se que muitas historicamente tem recebido muito da sociedade pelo usufruto de infraestrutura e qualificações coletivamente construídas, e proporcionalmente pouco tem devolvido à mesma. Percepção esta que entende a empresa como muito mais que meramente geradora de lucros, empregos e tributos, o que decerto afeta em sua sustentabilidade e lucratividade.

Por outro lado, sobretudo nos setores que causam amplos impactos, como mineração, extração de recursos naturais e energia, tem se mostrado pertinente a busca por uma licença social para operar, sendo esta uma forma de responder aos anseios indicados, como forma de superar as barreiras não-técnicas que muitas vezes tem encarecido, atrasado ou mesmo inviabilizado grandes investimentos. Tal abordagem vai além da mera obediência ao estado de direito estabelecido, considerando os direitos e convenções universalmente aceitos, e a natureza extraterritorial de muitas das organizações (apesar de grande parte dos impactos ainda ocorrerem a nível local).

Vale indicar que, academicamente, há bastante relatos da temática da justiça ambiental, ecologia política, “ecologismo dos pobres”, racionalidade ambiental em Leff (2004; 2011), Alier (2007) e Ascelrad (2009; 2010), mas pouco material de pesquisa foi encontrado sobre a licença social para operar (conceito valorizado pela indústria mineradora e de energia), e pouco ou quase nenhum material conciliando ambas as abordagens.

Por fim, a proposta para estudos posteriores considera o aprofundamento desta temática durante a elaboração de minha dissertação de mestrado, de forma a verificar de que forma os impactos são desproporcionais às populações vulneráveis, e como mitigar estes impactos para a sociedade (danos socioambientais) e no âmbito da empresa (atrasos, aumentos de custos ou mesmo inviabilização de projetos). Ou seja, inserir a empresa na nova racionalidade socioambiental, na qual a atividade econômica deve ser permeada pelas limitações entrópicas do planeta (LEFF, 2004, p. 35).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. São Paulo: *Estudos avançados*, Ed. 24, p. 103-119, 2010.

ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennivialis J.; WILLIAMS, Thomas A. *Estatística aplicada à administração e economia*. São Paulo: Cengage CTP, 2013.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como Doença Social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GRAY, David E. *Pesquisa no mundo real: métodos de pesquisa*. 2ª Ed., Porto Alegre: Penso-Artmed, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2012*. Rio de Janeiro: Série contas nacionais, nº 43, 2014.

LAKING, Steve; MCNICOLL, Ingeborg. Social licence to operate: non-technical risk in new field of development. *Asia Pacific Oil & Gas conference*. Jakarta: Society of Petroleum Engineers – SPE International, 2013.

LEFF, Enrique. *Racionalidad ambiental*: La reapropiación social de la naturaleza. Argentina: Siglo editores, 2004.

LEFF, Enrique. Sustentabilidade y racionalidad ambiental: hacia “otro” programa de sociología ambiental. Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales, *Revista Mexicana de Sociología*, 73, núm. 1, México, p. 5-46, 2011.

MEIRELLES, Alexandre. Licença social para megaprojetos. *Mundo PM Project Management*, Ed. 59, p. 34-40, 2014.

PNRO, Jason; SLOCOMBE, D. Scott. Exploring the origins of ‘social license to operate’ in the mining sector: perspectives from governance and sustainability theories. *Resources Policy*, v. 37, Issue 3, p. 346-357, 2012.

PNUD- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do desenvolvimento humano brasileiro 2013*. Disponível em <www.pnud.org.br>, acesso em 05/10/2015 às 15:00h.

_____. *O que é IDHM*. Disponível em <www.pnud.org.br>, acesso em 05/10/2015 às 15:00h.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, Jean Pierre. *Injustiça ambiental e saúde no Brasil*: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

Entrevista com os pesquisadores Marcelo Firpo e Tânia Pacheco sobre o livro “Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos” para o canal saúde oficial. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=e-QAAkC_CNfE>, acesso em 28/10/2015 às 7:00h.

STANCHFIELD, Paul; BIERY, Fred. How sustainability practices influence project outcomes and manage risk. *7th annual sustainability exchange breakout session*. Washington:INDEPENDENT PROJECT ANALYSIS (IPA), 2013.

THOMSOM, Ian, BOUTILIER, Robert G. Social license to operate. INDARLING, Peter (Ed.).*SME Mining Engineering Handbook*(pp. 1779-1796). Littleton: Society for Mining, Metallurgy and Exploration, 2011.

YATES, Brian F; HORVATH, Celesa L.Social license to operate: how to get it, and how to keep it. *Pacific Energy Summit*.Auckland: National Bureau of Asian Research - NBR,2013.

PRODUÇÃO DE ENERGIA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL: MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARRAGENS

*Energy Production and Socioenvironmental Law: Internalization
mechanisms of socioenvironmental costs regarding dams.*

Gabriel Carvalho Marambaia⁸³

Nathalia Montemagni Pires⁸⁴

Gabriel Egidio Iriarte⁸⁵

RESUMO: A intensa preocupação com a geração de energia, visando ao desenvolvimento econômico, alavancou a construção de grandes empreendimentos voltados à produção de eletricidade no Brasil. A consecução dessa política de desenvolvimento tem gerado inúmeros conflitos, emergindo questionamentos acerca dos reais benefícios de tais obras ante as complexas externalidades negativas produzidas, que recaem especialmente sobre as comunidades vulneráveis. Considerando que a defesa do meio ambiente, em sua acepção mais abrangente, é diretriz norteadora da ordem econômica, o presente artigo procurará fazer uma análise referente à aplicação dos principais mecanismos jurídicos de internalização dos custos socioambientais no âmbito das construções de barragens, empreendimentos que atualmente afetam centenas de milhares de pessoas no país. Ao final, buscar-se-á averiguar o potencial de transformação da moldura regulatória vigente, frente aos novos desafios impostos pelo Estado Socioambiental de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: justiça ambiental; desenvolvimento econômico; internalização de custos; socioambientalismo.

ABSTRACT: In Brazil, there was great concern about the production of energy with eyes on economic development, which led to the un-

⁸³ Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Endereço eletrônico: gabrielmarambaia@outlook.com.

⁸⁴ Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Endereço eletrônico: nathmpires@gmail.com.

⁸⁵ Graduanda em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Endereço eletrônico: gaegidio@gmail.com.

dertaking of major projects directed to the generation of electricity. The fulfilment of this development policy has led to several conflicts, raising questions over the real benefits of such enterprises considering its complex negative externalities, which are suffered especially by vulnerable communities. Considering that environmental protection, in its most comprehensive meaning, is a guideline for the economic order, this article will investigate the applicability of the main legal mechanisms of internalization of social-environmental costs within the construction of dams, once they are buildings whose construction affects hundreds of thousands of people throughout the country. In the end of the article, considering the new challenges imposed by the environmental rule of law, the potential for transformation within the current regulatory framework will be ascertained.

KEYWORDS: environmental justice; economic development; cost internalization; socioenvironmentalism.

1 INTRODUÇÃO

A expansão de empreendimentos hidrelétricos no Brasil traz grandes desafios ao direito no que tange à regulação de tal atividade econômica, geradora de custos sociais e ambientais de ordem multidimensional. O Direito Ambiental contemporâneo possui o complexo papel de direcionar a política de crescimento econômico rumo ao desenvolvimento sustentável, de modo a proteger valores que são pouco estimados no modelo de produção capitalista, voltado ao consumo em massa.

A dificuldade de internalizar os mencionados custos é objeto de preocupação da teoria econômica há muito, mas com o advento da economia ecológica escancaram-se as limitações da vertente neoclássica, até então dominante. Alguns problemas verificados, como a incomensurabilidade monetária dos bens de ordem cultural e ambiental e os efeitos sinérgicos dos empreendimentos de grande impacto, demonstram que a contabilização e redistribuição do ônus gerado pela construção e operação de barragens hidrelétricas é uma missão que demanda esforços de vários ramos do conhecimento, bem como um amplo processo democrático no âmbito de tomada de decisões.

Nesse contexto, os instrumentos jurídicos existentes para reparar, compensar e indenizar terceiros prejudicados pela construção de barragens

hidrelétricas merecem um estudo sistemático, considerando a necessidade de se aprimorar a contribuição do Direito Ambiental para a manutenção de um meio ambiente socialmente justo e equilibrado, objetivos expostos na Carta Política brasileira.

2 EXTERNALIDADES E A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

2.1 A EXPANSÃO DO SETOR HIDRELÉTRICO NO BRASIL E A INSERÇÃO DOS SEUS CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS NOS DEBATES PÚBLICOS

O início da produção de energia por meio de usinas hidrelétricas no Brasil deu-se no final do século XIX, dando lugar a intensas disputas entre o setor privado e institucional pelo seu controle até a metade do século XX (MIELNIK e NEVES, 1988. p. 17). As políticas de industrialização ao longo dos anos 30, também denominados de “Era Vargas”, impulsionaram e reafirmaram a centralidade da produção de energia elétrica para o desenvolvimento nacional, elegendo a matéria como competência legislativa privativa da União, por meio da Constituição de 1934 (LANDAU, 2006, p. 03).

Ao final dos anos 60 e início dos anos 70, vultosos investimentos no setor energético foram realizados em virtude do interesse do governo militar em garantir a expansão econômica brasileira. Foi durante este período da Ditadura Militar que houve um grande programa de desenvolvimento hidrelétrico, que culminou na construção de inúmeras usinas, que, atualmente são grandes exemplos de geradoras de impactos socioambientais negativos, tais como Sobradinho, Itaipu e Tucuruí (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2006, p. 263). Tal programa de desenvolvimento resultou em inúmeras mortes de indígenas, na apropriação de grandes extensões de terras por grileiros e no desmatamento da vegetação nativa.

Além de não terem sido realizados os estudos ambientais necessários, a construção dessas barragens representou um enorme problema para as comunidades atingidas, uma vez que as milhares de pessoas desalojadas não tiveram meios de se organizarem efetivamente para lutarem por reassentamentos ou até mesmo pelo impedimento da realização das obras. Durante esse período, a concepção vigente de tratamento aos atingidos por

barragens era a patrimonialista, o que significa que somente quem pudesse comprovar a propriedade da terra recebia a indenização devida pela desapropriação. Dificultou-se enormemente que as comunidades tradicionais fossem indenizadas, visto que grande parte delas não dispunha de tais documentos (VIANA, 2003).

Com a ajuda de outros movimentos sociais, os povos atingidos passaram a se mobilizar, resultando na criação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB em 1991, grupo que surgiu com a finalidade de defender os direitos dos atingidos e de confrontar o modelo energético adotado, tanto no âmbito nacional como no internacional.

A partir dos anos 80, o movimento ambientalista ganhou força no Brasil, com o processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988 (SANTILLI, 2005, p. 61). Foi nesse cenário que foram feitas as leis de Zoneamento Industrial e a Política Nacional do Meio Ambiente, assim garantindo que as questões relacionadas a impactos ambientais fossem reguladas de forma mais incisiva, garantindo uma maior tutela ao meio ambiente.

No entanto, o alinhamento do governo brasileiro à política neoliberal nos anos 90 proporcionou uma série de privatizações no setor energético e sua desregulamentação (SAUER, 2003, p. 16). A criação da ANEEL data desse período, com o governo optando pelas agências reguladoras na condução de diversos setores da economia.

O ano de 2002 sinalizou a alternância da linha político-ideológica do governo, com o retorno do modelo institucional na condução do setor elétrico de energia e o Estado tomando as rédeas da situação e regulando de maneira mais incisiva o sistema de energia elétrico e sua expansão (LANDAU, 2006, p. 11). A abertura para a participação da população civil e eventuais questionamentos de autoridades em assuntos socioambientais intensificou-se também no século XXI, promovendo grandes esperanças na condução de uma expansão hidrelétrica sustentável e socialmente justa.

2.2 A TEORIA DOS CUSTOS SOCIAIS E A ABORDAGEM DA ECONOMIA ECOLÓGICA

A análise econômica dos custos sociais, ou externalidades negativas, teve um avanço muito significativo com a publicação do livro “The Economics of Welfare”, de Arthur Cecil Pigou, no ano de 1920. O referido

autor conceitua externalidades como “todos os efeitos involuntários das atividades produtivas, tanto individuais, como empresariais” (ROCHA, 2004, p. 08). As externalidades são efeitos residuais ou secundários da atividade econômica do agente, que escapam à ação do mecanismo de preços (NEVES, 2011, p. 03). O sistema econômico deve objetivar, portanto, a internalização desses efeitos sociais, de modo a atingir a eficiência ótima do mercado.

Para fins do presente artigo, relevante abordar as questões fundamentais atinentes à evolução do conceito dos “custos sociais”, sobretudo no que se refere à contribuição da obra de Karl William Kapp, crítico ao pensamento econômico neoclássico dominante.

Arthur Cecil e Pigou e Ronald Coase são as principais referências para o pensamento econômico no que tange à análise das externalidades. Apesar de proporem soluções distintas para a correção dos efeitos negativos das externalidades, ambos adotam uma metodologia que pressupõe um sistema econômico fechado, bem como apresentam instrumentos que não conseguem resolver as complexidades dos sistemas ecológicos (DERANI, 2009, p. 92-93).

Para Pigou, o Estado deve corrigir os efeitos sociais negativos decorrentes do sistema produtivo mediante a introdução de um sistema de imposto, reduzindo as distorções do mercado, de modo a garantir a eficiência do sistema. Já para Coase, o Estado deve garantir a eficiência do sistema de mercado por meio da definição dos direitos de propriedade, fazendo com que os agentes econômicos negociem seus interesses e, por meio de acordo, consigam uma internalização eficiente dos efeitos externos (DERANI, 2009, p. 90).

Kapp, por sua vez, rompeu com a abordagem tradicional dos custos sociais em uma série de aspectos, considerando as limitações dessas teorias para analisar os problemas socioambientais contemporâneos, conforme já apontado. Neves (2011, p. 7-14) elucida as principais características que diferenciam a análise de Kapp das abordagens neoclássicas tradicionais: (i) Kapp considera os custos sociais como uma característica intrínseca e necessária ao funcionamento das economias baseadas no lucro e não como um coproduto indesejável, cujos efeitos são residuais ou secundários de uma atividade principal; (ii) o conceito de eficiência subjacente à abordagem do autor, considerando a maximização dos benefícios da atividade econômica, preocupa-se com o desempenho da economia do ponto de vista dos valores da sociedade, sendo a *satisfação das necessidades humanas* o objetivo último da atividade econômica; (iii) para o autor, os processos

causais geradores de custos sociais têm uma natureza circular e cumulativa, não se limitando a uma relação de causa-efeito; (iv) os custos sociais decorrem de relações assimétricas de poder, não tendo as partes envolvidas o mesmo grau de controle sobre a situação nem a mesma capacidade de negociação; (v) os custos sociais consubstanciam danos sociais e não se limitam a questões de direitos de propriedade; (vi) os custos sociais devem ser considerados como fenômenos extra-mercado, sendo que nem todos esses custos são passíveis de valoração monetária, tal como enuncia a abordagem neoclássica.

Desse modo, verifica-se que a própria compreensão do conceito de custos sociais é fundamental para a avaliação dos mecanismos de internalização de externalidades socioambientais, especialmente quando se analisa a construção de barragens, já que os indivíduos que mais arcam diretamente com o ônus decorrente desses empreendimentos são os que possuem baixo acesso à justiça e que não têm um poder de influência significativo sobre as tomadas de decisão.

Outrossim, muitos dos valores fundamentais das comunidades atingidas por barragens a serem protegidos possuem natureza imaterial, de ordem cultural, histórica e religiosa, de modo que os estudos de impacto ambiental são insuficientes para apresentar análises conclusivas sobre a viabilidade dos empreendimentos hidrelétricos do ponto de vista socioambiental. Para Kapp, os custos e benefícios gerados por uma atividade econômica devem ser avaliados em função dos *valores* que traduzem para a sociedade, entendimento que apresenta uma forte conotação política e supera a análise econômica tradicional, que se propõe neutra. A construção de um sistema global de contas sociais, a contabilidade social, é o problema central da teoria econômica para Kapp, indispensável para a definição dos objetivos e escolhas do curso de ação a seguir (NEVES, 2011, p. 15-18).

2.3 A CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A ABERTURA DO SISTEMA ECONÔMICO

Conforme visto no item acima, um primeiro passo para a estruturação adequada de mecanismos de internalização de externalidades se relaciona com a própria reavaliação dos critérios de aferição dos custos sociais. Indispensável, dessa forma, fazer uma breve menção aos esforços que a teoria da contabilidade vem envidando nas últimas décadas, no que tange à inclusão dos aspectos socioambientais nas análises dos profissionais dessa área.

De acordo com Paiva (2003, apud KRUGER, SCHUSSLER; ALBERTON 2011, p. 4), a contabilidade ambiental pode ser definida “a identificação de dados e registros de eventos ambientais, de forma que após processados possibilitem a geração de informações que subsidiem os diversos usuários, para o processo de tomadas de decisões e para comunicar-se com a sociedade”.

Segundo Zanchet (2014, p. 64-79), sobretudo a partir da década de 90, as críticas recorrentes aos trabalhos científicos de contabilidade concluíram que os modelos tradicionais dessa área têm sido desenvolvidos a partir de estruturas conceituais liberais, apenas legitimando e reforçando a hegemonia capitalista, falhando em abrir as organizações para uma crítica substantiva. São modelos fortemente ancorados nos métodos e nas teorias da economia neoclássica, tendo como pressuposto a maximização da utilidade.

Assim, a contabilidade é concebida como um meio que deve gerar informações financeiras relevantes de forma neutra, que contribua para o alcance dos objetivos de cada um. Leciona o autor:

“Essa noção equivocada sobre a ação humana e sobre o papel da contabilidade tem levado o mainstream a ignorar muitos avanços obtidos na compreensão dessa realidade e que podem oferecer novas perspectivas com potencial de afetar a contabilidade e contadores dentro das organizações e na sociedade” (ZANCHET, 2014, p. 77).

Mendes (2010, p. 33) afirma que o marco teórico referente à Contabilidade Ambiental foi a edição, em 1996, da NPA 11 – Balanço e Ecologia pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBRACON), a qual teve como objetivo estabelecer os liames entre a Contabilidade e o Meio Ambiente.

Cumprir destacar, ainda, a edição da Resolução Nº 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBCT 15, estabelecendo “procedimentos para evidencição de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.” A referida norma criou a “Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental”, importante instrumento de transparência das empresas.

Cabe mencionar, também, que até 10/09/2013 o Conselho Federal de Contabilidade promoveu a realização de audiência públicas com vistas a debater o projeto da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004, que tinha como objetivo “definir os conceitos e os critérios para a divulgação de in-

formações quantitativas e qualitativas de natureza ambiental contidas nas demonstrações contábeis e que reflitam as interações da entidade com o meio ambiente”.⁸⁶

O referido projeto definiu *custo ambiental* como “o consumo de recurso pela entidade relacionado ao processo de obtenção de receita de natureza ambiental que tenha por objetivo *monitorar, mitigar e prevenir* danos ambientais causados pelas atividades operacionais ou outros consumos *vinculados à produção*. Já *despesas ambientais*, segundo a proposta de norma em comento, “devem ser reconhecidas na medida em que haja consumo de recursos para suprir a relação da entidade com o meio ambiente e que seja de característica genérica e *não associada com o processo produtivo*”.⁸⁷

Apesar da distinção acima mencionada não ser reproduzida em diploma legal vigente, verifica-se que há relevância prática nessa diferenciação, sobretudo quando se analisa as problemáticas socioambientais sob a ótica da economia ecológica, reconhecendo-se a necessidade de internalização dos impactos *cumulativos e circulares* e não só aqueles concebidos em uma relação de causa-efeito.

Outrossim, a contabilização de custos como os relacionados à implementação de programas de educação ambiental para comunidade, conforme proposto na ITG 2004, também é de rigor, considerando que são recorrentes as críticas ao processo de licenciamento de empreendimentos geradores de impacto relacionadas à falta de informação e participação dos agentes impactados.

No que tange especificamente aos custos socioambientais gerados por atividades produtoras de energia elétrica, o Grupo de Trabalho Custos Ambientais, do Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico, apresentou, no ano de 1994, um trabalho que estabeleceu um referencial para a quantificação e orçamentação desses custos, para fins de averiguar a viabilidade dos empreendimentos. Para as obras de usinas hidrelétricas, foram classificadas as seguintes categorias de custos ambientais:

Custos de controle: São os custos incorridos para evitar a ocorrência (total ou parcial) dos impactos socioambientais de um empreendimento; *Custos de mitigação:* São os custos incorridos nas ações para redução

⁸⁶ Informação disponível em: <<http://portalcf.org.br/noticia.php?new=970>>. Acesso em 26 out. 2015.

⁸⁷ O teor do projeto da norma ITG 2004 em referência pode ser consultada por meio do endereço eletrônico: <http://portalcf.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/ITG_2004.docx>. Acesso em 26 out. 2015.

das consequências dos impactos socioambientais provocados por um empreendimento; *Custos de compensação*: São os custos incorridos nas ações que compensam os impactos socioambientais provocados por um empreendimento nas situações em que a reparação é impossível; *Custos de degradação*: São os custos externos provocados pelos impactos socioambientais de um empreendimento quando não há controle, ou pelos impactos ambientais residuais quando da existência de controle, de compensação e de mitigação; *Custos de monitoramento*: São os custos incorridos nas ações de acompanhamento e avaliação dos impactos e programas socioambientais; *Custos institucionais*: Como os incorridos a) Na elaboração dos estudos socioambientais referentes às etapas de planejamento, de implantação e de operação. b) Na elaboração dos estudos requeridos pelos órgãos ambientais. c) Na obtenção das licenças ambientais na realização de audiências públicas (ELETROBRÁS, 1994, p. 09).

Não obstante, no mês de agosto de 2000, a Eletrobrás, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, apresentou o “Relatório de metodologia para valoração de externalidades ambientais da geração hidrelétrica e termelétrica, com vistas ao planejamento de longo prazo”, objetivando a identificação de indicadores ambientais adequados para a tomada de decisões relacionadas a tais empreendimentos.

O documento em questão aponta que os valores dos recursos ambientais não são definidos pelo sistema de preços, devendo ser avaliados com base no valor atribuído aos *diferentes usos* do recurso ambiental e ao *não uso* ou existência (preservação) dos recursos, este último decorrendo de posições morais, culturais, éticas ou altruísticas da sociedade (ELETROBRÁS, 2000, p. 17).

Feitas essas breves considerações acerca dos critérios técnicos de valoração dos custos ambientais, em especial na construção de barragens hidrelétricas, avaliar-se-ão os mecanismos instituídos pelo direito brasileiro que operacionalizam o princípio da internalização dos custos externos de empreendimentos hidrelétricos: a justa indenização em desapropriações por utilidade pública, os programas de reassentamento, as medidas mitigadoras e compensatórias e, por fim, os tributos com finalidade extrafiscal.

3 MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS POR BARRAGENS HIDRELÉTRICAS

3.1 DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS. JUSTA INDENIZAÇÃO

A construção de usinas hidrelétricas gera inúmeros impactos sociais, econômicos e ambientais às populações locais, dentre elas povos indígenas e comunidades tradicionais. Essas populações, por sua vez, possuem pouco acesso aos benefícios que usinas hidrelétricas trazem, além de apresentarem uma participação ínfima nos processos decisórios e, em diversas vezes, terem suas terras desapropriadas.

A Resolução Normativa ANEEL Nº 560, de 02/07/2013, dispõe que é obrigação do empreendedor responsável pela construção da barragem “desenvolver máximos esforços de negociação com os proprietários ou possuidores, objetivando promover, de forma amigável, a liberação das áreas de terra destinadas à implantação das instalações necessárias à exploração dos serviços de energia elétrica”, bem como a realização de um levantamento cadastral, para que seja possível a identificação dos proprietários ou possuidores situados na área a ser desapropriada. Só após esse processo haverá a emissão da Declaração de Utilidade Pública da usina hidrelétrica.

Em relação ao deslocamento forçado dessas populações vulneráveis, tem-se que as compensações financeiras costumam ser irrisórias ou até mesmo inexistentes em alguns casos, visto que inúmeros povos tradicionais não possuem os documentos referentes à posse da terra em que vivem. Dessa forma, as populações atingidas são realocadas para diferentes áreas, o que as força a mudarem seus modos de viver e, conseqüentemente, suas identidades.

Dados da Comissão Mundial de Barragens (2000, p. 7) indicam que “entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas por barragens em todo o mundo”, sendo que “muitas das pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas”. Além disso, o relatório também aponta que, mesmo nos casos em que houve indenização, esta, quase sempre, foi inadequada, e que muitos dos atingidos cadastrados não foram incluídos nos programas de reassentamento. Já os poucos atingidos que foram reas-

sentados puderam participar na elaboração dos projetos, os quais em sua maioria se restringiam à concessão de lotes de terra e moradias, não abrangendo suporte técnico e financeiro.

Acerca das indenizações monetárias, estas se mostram raramente suficientes para os atingidos reestruturarem suas vidas. Isso é uma consequência da falta de entendimento da complexidade desses atos de desapropriação, os quais não só privam o indivíduo do direito à moradia digna, mas também de diversos outros direitos fundamentais.

Outro ponto de extrema importância é que a indenização, além de ter como objetivo reparar os danos materiais, também deve ter como função a reparação por danos morais que tais populações vulneráveis sofrem. No entanto, há perdas que não podem ser valoradas de modo monetário, sendo necessária uma negociação entre o atingido e o causador do dano sobre o modo de compensação. Assim, deve-se buscar criar as condições objetivas e subjetivas para os atingidos se reestabelecerem.

Nesse sentido, as indenizações devem ser ajustadas de modo a permitir que o atingido tenha uma vida digna, emergindo, assim, o conceito de justa indenização. Mello (2004, p. 382-383) enuncia que justa indenização é aquela que “corresponde real e efetivamente ao valor do bem expropriado, ou seja, aquela cuja importância deixe o expropriado absolutamente indenado, sem prejuízo em seu patrimônio”. Assim, a indenização deve representar uma medida de justiça, buscando reparar de modo integral todos os danos sofridos, sendo vedado o enriquecimento sem causa. Normalmente, o expropriado não concorda com o valor oferecido pelo expropriante, o que leva o Poder Judiciário a fixar um valor considerado justo.

3.2 REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Conforme apontado acima, a reestruturação da vida dos atingidos por barragens deve ser o objetivo principal das políticas de reassentamento. Segundo Castro (2009, p. 25), “o deslocamento de populações atingidas por barragens e seu ressarcimento são duas das etapas mais complexas na efetivação dos trabalhos desenvolvidos na fase de construção de um reservatório”, sendo que o reassentamento é um dos temas menos estudados na construção de represas. Vale salientar que o reassentamento costuma ser utilizado para pequenos produtores agropecuários, vilas e comunidades,

enquanto os médios e grandes proprietários normalmente são indenizados de modo pecuniário.

A construção de uma barragem demanda diversos planos e estudos, dentre eles o *Plano de Desapropriação*, o qual estima os custos de desapropriação e todos os critérios que irão orientar esse processo. No entanto, muitas vezes o planejamento começa a ser feito sem a devida atenção às características e peculiaridades da população atingida. Desse modo, Cernea (1995 apud CASTRO, 2009, p. 18-19) pontua que foram desenvolvidos alguns princípios básicos que norteiam o reassentamento involuntário, buscando reduzir os impactos causados por esse processo: a responsabilidade do governo, os direitos dos que se assentam, a proteção dos interesses da população já estabelecida, a proteção ambiental e a definição dos objetivos do restabelecimento.

Visando a uma maior efetividade dos planos de reassentamento, existem cinco componentes principais que devem ser considerados para a elaboração desse processo, quais sejam: pacotes de desenvolvimento e opções alternativas, compensação, novo hábitat, organização social dos reassentados e a proteção da população já existente e do ambiente na área de realocação.

A localização de um reassentamento é de extrema importância, pois atinge diretamente o modo de vida da comunidade, devendo ser pensada cuidadosamente. Os critérios para que o local seja escolhido devem abranger os aspectos de similaridade física, cultural e econômica, de modo que sejam os mais próximos possíveis da realidade anterior ao deslocamento. É preciso identificar os serviços e usos disponíveis na área original e procurá-los em possíveis locais para o reassentamento. Com isso, busca-se a minimização do impacto na qualidade de vida do atingido.

Outro critério indispensável no processo de reassentamento são os indicadores ambientais. Deve haver um processo de conhecimento da ação impactante e do meio que será impactado pela construção da barragem. Dessa forma, não se deve entender como atingido apenas aquele indivíduo que foi afetado pela área inundada, mas sim todas aquelas comunidades que de algum modo serão impactadas pela construção da barragem, seja pela disseminação de doenças, pela mudança na cultura da pesca, ou pelas alterações microclimáticas. Relevante apontar que o Decreto Federal Nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cristalizou tal concepção abrangente de atingido, contemplando a população prejudi-

cada por impactos socioambientais diretos e indiretos desses empreendimentos. Portanto, os planos de reassentamento também devem prever a realocação dessas comunidades atingidas por outros efeitos provocados pela construção de usinas.

Por fim, é de extrema importância o reconhecimento do direito à informação e participação dos grupos atingidos por empreendimentos hidrelétricos, o qual muitas vezes é negligenciado. É preciso que tais grupos tenham maior poder de representação para que possam participar ativamente do planejamento e da execução dos planos de reassentamento, de forma que esse processo se torne o mais justo possível e cause menores impactos na vida dessas comunidades tradicionais. Para isso, deve-se buscar quebrar o monopólio exercido pelo grupo de empreendedores das usinas nesses processos de realocação.

Em virtude dos inúmeros problemas gerados pelas desapropriações, a redução dos reassentados deve ser buscada ao máximo, por meio de uma análise acurada da topografia da área do reservatório, das alterações na barragem e do nível do reservatório, assim como a redução da altura da barragem. Seguindo tais diretrizes, é possível uma significativa redução do número de atingidos, o que culminaria na redução de impactos causados às comunidades tradicionais, que usualmente são lesadas pela construção de usinas hidrelétricas.

3.3 Medidas mitigadoras e compensatórias

As medidas de proteção ambiental devem visar evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente, com base nos princípios da prevenção e precaução.

Muitas vezes tais riscos não podem ser evitados, devendo haver a redução da magnitude dos impactos dos empreendimentos por meio de medidas mitigadoras. Dispõe o artigo 6º, III, da Resolução nº 01/98, do Conselho Nacional do Meio Ambiente que o estudo de impacto ambiental deve conter, no mínimo, “a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.”

O cumprimento do dispositivo em epígrafe é objeto de uma série de disputas no âmbito do licenciamento ambiental. Há quem afirme, por

exemplo, que a aplicação de medidas mitigatórias e compensatórias chega a custar cerca de 20% do empreendimento (FERREIRA, 2014). E a proposição de medidas que consigam abarcar eficientemente as complexidades dos impactos gerados pelas usinas hidrelétricas também é fundamental para a concretização da justiça socioambiental.

A título de exemplificação, observa-se o teor da Suspensão de Liminar 797, proposta perante o Supremo Tribunal Federal em 11/07/2014 pelo Ministério Público Federal, objetivando a cassação dos efeitos de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em 26/05/2014. Na ação, pleiteou-se a suspensão do licenciamento da UHE São Manoel, sendo um dos motivos a insuficiência das medidas mitigadoras apresentadas pela Empresa de Pesquisa Energética, que direcionaram a população indígena de maneira genérica, privando-a de um tratamento especializado.

Outra situação digna de nota diz respeito ao EIA-RIMA do AHE São Luiz Tapajós. O Greenpeace, em relatório disponibilizado em 29/09/2015 que analisa o EIA-RIMA do AHE São Luiz Tapajós, concluiu que o referido estudo de impacto se limitou a realizar um inventário da fauna e flora da região, apresentando medidas mitigadoras genéricas e pouco efetivas (GREENPEACE, 2015). No que se refere à delimitação da área de abrangência do estudo e os impactos que o empreendimento terá sobre a região, afirma o instituto que:

“Em síntese, não cabe avaliar os efeitos do AHE São Luiz do Tapajós sem considerar os planos oficiais de transformar o rio Tapajós em uma série de lagos para navegação, onde necessariamente o pulso de inundação, entre outras características naturais do rio, deverá ser modificado drasticamente. Esta realidade é especialmente relevante no contexto das medidas mitigadoras e compensatórias presentes no EIA/RIMA, pois as áreas sugeridas para preservação dos ambientes naturais que serão afetados pela obra serão impactadas por outras, não analisadas neste EIA. Esta situação seria análoga a prometer pagar uma dívida com um dinheiro que já se sabe que será gasto para outros fins. Em termos técnicos, por exemplo, sabe-se que as concentrações de mercúrio são cumulativas e não podem ser avaliadas de forma independente” (NAKA, 2015, p. 14).

Verifica-se, portanto, que o estabelecimento de medidas mitigadoras embasadas por estudos técnicos sofisticados, que compreendam a complexidade social e ambiental das regiões afetadas, bem como reconheçam os im-

pactos cumulativos e sinérgicos da construção de hidrelétricas é uma responsabilidade fundamental para a internalização de custos externos nessa seara.

Para os impactos não mitigáveis, são aplicadas medidas *compensatórias* que, apesar de não possuírem previsão expressa na Resolução CONAMA N° 01/86, têm a sua aplicação amparada pela própria Política Nacional do Meio Ambiente.⁸⁸

Yoshida (2011, p. 53) classifica tais medidas compensatórias em *compensação por equivalente ecológico* e *compensação-econômico financeira*. Sustenta a autora que:

“A compensação por equivalente ecológico ou compensação ecológica introduzida na alteração do Código Florestal, é uma das alternativas que se abre ao proprietário ou possuidor que suprimiu indevidamente a reserva legal anteriormente à vigência da MedProv 1.736-31/1998 (art. 44-C), sendo prioritárias, a recomposição com espécies nativas e a regeneração natural na forma prevista no mesmo Código. Ela é forma alternativa à reparação específica do dano ambiental no próprio local degradado, quando esta seja impossível (total ou parcialmente), consistente na adoção de uma medida de equivalente importância ecológica, dentro do mesmo ecossistema onde ocorreu o dano, mediante a observância de critérios técnicos especificados por órgãos públicos e a aprovação prévia do órgão ambiental competente. Observadas tais condições a compensação ecológica é preferível à mera condenação em indenização pecuniária.

São modalidades de compensação econômico-financeira: o pagamento efetuado a título de compensação financeira ou participação no resultado da exploração do petróleo e gás natural, do potencial hidrelétrico, da mineração (art. 20, § 1.º, da CF/1988 (LGL\1988\3)); o pagamento pelo uso dos recursos hídricos sujeitos a outorga (Lei 9.433/1997); o pagamento de compensação ambiental prevista no art. 36 da Lei do Snuc e Decretos 6.848/2009 e 4.340/2002, instrumento econômico voltado à incorporação dos custos sociais da degradação ambiental e da utilização dos recursos naturais dos empreendimentos licenciados, em benefício da proteção da biodiversidade, sendo a potencialidade do dano necessariamente aferida nos estudos técnicos realizados no EIA/Rima.”

⁸⁸Dispõe o artigo 9, IX da Lei Federal N° 6.938/81 que são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente as penalidades disciplinares ou **compensatórias** ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

Cabe realizar uma sucinta reflexão acerca da distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) e *royalties*.

A princípio, ressalta-se que há diferença entre as expressões “compensação financeira pela utilização de recursos hídricos” e “*royalties*”. O primeiro instrumento é o pagamento realizado pelas usinas hidrelétricas pela utilização dos recursos hídricos na geração de energia, aos estados e municípios, com previsão no artigo 20 §1º da Constituição Federal e regulamentação pela Lei Nº 7990/89. Os *royalties*, todavia, são uma espécie de compensação financeira devida pela Usina Hidrelétrica de Itaipu pelo uso das águas do Rio Paraná, sendo regulados pelo Tratado de Itaipu, aprovado pelo Decreto Nº 72.707/73.

A Lei Nº 8.001/90 define os percentuais de distribuição da compensação financeira pelo resultado de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O valor da compensação financeira corresponde a 6,75% da energia de origem hidráulica efetivamente verificada, calculada mediante o procedimento estabelecido pela Resolução ANEEL Nº 67/2001. Já o cálculo dos *royalties* advindos de Itaipu é realizado de acordo com a previsão do Anexo C, III.4, do Decreto Nº 72.707/73.

Conforme notícia a ANEEL (2015), somente em 2014 foram gerados R\$ 2,2 bilhões de reais em compensações financeiras e *royalties*. Desse total, foram distribuídos R\$ 1,6 bilhão de reais a título de CFURH e R\$ 589,6 milhões de reais em *royalties*.

No entanto, o artigo 17 da Lei Nº 9.648/2000 enuncia que somente os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios têm o direito à percepção das compensações financeiras e *royalties*. O dispositivo desconsidera as áreas indiretamente afetadas, adotando uma condição que assimila os impactos socioambientais apenas em uma relação de causa-efeito.

Como já exposto, é fundamental que se adote uma metodologia de valoração que reconheça os impactos indiretos e cumulativos, para que os custos sociais externos sejam efetivamente internalizados pelo empreendedor. Louváveis, portanto, as iniciativas que se propõem à correção de tal injustiça, como o Projeto de Lei Nº 4966/13, de autoria do Deputado Zé Geraldo (PT-PA), que objetiva incluir os Estados e Municípios que “estejam em área de influência indireta de impactos socioambientais”.

3.4 INSTRUMENTOS DE TRIBUTAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Instrumento clássico de internalização de custos externos, a instituição de um sistema de impostos está no cerne da proposta pigouviana para a correção dos efeitos provocados pelas externalidades negativas.

Souza (2010, p. 87) assinala que o fenômeno extrafiscal da tributação passa por uma renovação doutrinária e utiliza a expressão “extrafiscalidade socioambiental” para simbolizar tal mudança de paradigma, definida como “a utilização de mecanismos tributários vetorados para a obtenção de resultados sociais e ecológicos sistemicamente sustentáveis”. Dessa forma, em apertada síntese, os tributos dotados de extrafiscalidade socioambiental objetivam à promoção de externalidades positivas e à correção de efeitos externos indesejáveis, tendo em vista a manutenção do meio-ambiente ecologicamente equilibrado.

O mencionado autor afirma que o reconhecimento do caráter socioambiental do fenômeno extrafiscal está intimamente relacionado com a construção de uma política fiscal anticíclica, atrelada à consecução das finalidades de intervenção social e econômica, objetivos esses consubstanciados no artigo 170 da Constituição Federal.

Apesar de instrumentos com grande potencial de induzirem comportamentos desejáveis, ainda existem poucos instrumentos dessa natureza na legislação brasileira, como a instituição pelos Estados do “ICMS Ecológico”, correspondente a parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, pertencente aos municípios, por força do disposto no artigo 158, IV da Constituição Federal.

Iniciativa interessante diz respeito aos critérios de transferência aos Municípios da parcela do ICMS no Estado do Rio Grande do Sul. A Lei Estadual Nº 12.097, de 14 de janeiro de 2008, alterou a Lei Estadual Nº 11.038, de 14 de novembro de 1997, estabelecendo que 7% do índice de participação do ICMS destinado ao município será calculado com base na “relação percentual entre a área do município, multiplicando-se por 3 (três) as áreas de preservação ambiental, as áreas de terras indígenas e aquelas inundadas por barragens, exceto as localizadas nos municípios sedes das usinas hidrelétricas, e a área calculada do Estado.”

Em nível federal, entretanto, verificamos que a tendência da utilização de instrumentos tributários é incentivar as atividades econômicas de produção de energia por meio de hidrelétricas, em detrimento dos aspectos socioambientais. Tome-se como exemplo a Lei Nº 9.393/96, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural, regulando que as áreas alagadas para fins de constituição de reservatório de usinas hidrelétricas autorizadas pelo poder público gozam de isenção fiscal. Campos e Ayala (2014, p. 510) sustentam que o referido dispositivo não é justificável se lido em conjunto com as regras e princípios do direito ambiental, sobretudo quando analisado sob a ótica do princípio do poluidor-pagador.

A instituição de um sistema de impostos para a internalização de custos externos em barragens é uma tarefa difícil, considerando que, além do problema de valoração já exposto, os conflitos interfederativos em matéria tributária e os interesses do setor econômico tornam a elaboração desses mecanismos ainda mais desafiadora.

4 CONCLUSÃO

As barragens hidrelétricas geram uma série de custos sociais externos, que precisam ser internalizados por meio de mecanismos estruturados pelo direito, sob a égide do princípio do poluidor-pagador, objetivo fundamental das políticas ambientais brasileiras. A mensuração de tais custos não é tarefa fácil, demandando avanços da teoria econômica dominante a fim de que possam ser reconhecidos os impactos socioambientais nas apurações contábeis. Foram indicados obstáculos à estruturação de um sistema de internalização de custos externos, tais como a incomensurabilidade monetária dos bens ambientais e culturais e a dificuldade de estimação dos impactos das obras hidrelétricas, tendo em vista a cumulatividade de seus efeitos, que não podem ser analisados sob uma ótica linear, de uma relação causa-efeito.

Nesse sentido, os instrumentos compensatórios existentes apresentam limitações, em especial para as comunidades vulneráveis atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos, as quais possuem pouco ou nenhum poder decisório sobre a instalação de tais obras. O direito à informação e participação dos agentes afetados também é essencial para reforçar a efetividade dos mecanismos de internalização de custos socioambientais, o que

demonstra a forte conotação política desses instrumentos econômicos, não mais concebidos em um sistema econômico fechado, limitado às relações de mercado.

A regulação jurídica das externalidades deve, portanto, apresentar-se de forma multidisciplinar e criativa, com vistas à concretização da justiça socioambiental, em um contexto de emergência de conflitos dotados de alto grau de complexidade, que demandam soluções voltadas à minimização dos impactos e ao desenvolvimento econômico nacional.

5 Referências bibliográficas

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Hidrelétricas geram R\$ 2,2 bilhões em compensação financeira em 2014**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/output_noticias.cfm?identidade=8324&id_area>. Acesso em 02 nov. de 2015.

ARAGÃO, Alexandra. **O princípio do poluidor pagador**: pedra angular da política comunitária do ambiente. São Paulo. Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2014.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

CAMPOS, Juliana Rose Ishikawa Da Silva; AYALA, Patryck De Araújo. A Função Ambiental da Tributação da Terra no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Flavia de Paiva Medeiros de; PADILHA, Norma Sueli; COSTA, Beatriz Souza (coords.). **Direito ambiental II**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 491-515. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=2465517595f5ea9f>>. Acesso em 31 out. 2015.

CASTRO, Bruno Leonardo Gonçalves e. **Critérios socioambientais de reposição de perdas e realocização para atingidos por barragens**: Um estudo sobre o povoado de Palmatuba – TO. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de Brasília - UNB, Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

COMISSÃO ESPECIAL ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/relatorios/relatorio-c.e-atingidos-por-barragens>>. Acesso em 29 nov. 2015.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ELETROBRÁS. **Metodologia de valoração das externalidades ambientais da geração hidrelétrica e termelétrica com vistas à sua incorporação no planejamento de longo prazo do setor elétrico**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 2000.

FERREIRA, Luisa Braga C. **Hidroeleticidade no Brasil**: caso UHE Tapajós. Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia, 2014. Disponível em: <<http://abiape.com.br/component/content/article/40-noticias/673-luisa-ferreira,-da-abiape-hidroeleticidade-no-brasil-caso-uhe-tapajos.html>>. Acesso em 28 out. 2015.

GREENPEACE. **Um estudo que não mede impacto**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Um-estudo-que-nao-me-de-impacto/>>. Acesso em 29 out. 2015.

KRUGER, Silvana Dalmutt; SCHUSSLER, Andrea Maciel; ALBERTON, Luiz. **Evidenciação de Informações Sociais e Ambientais**. São Paulo: XIV SEMEAD Ensino Pesquisa e Administração da Faculdade Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, 2010. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhospdf/431.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2015.

LANDAU, Elena. **Regulação Jurídica do Setor Elétrico**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MARTIN, Gilles. Direito do Ambiente e Danos ecológicos. *In*: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº. 31. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais, 1991. p. 115-142.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MENDES, Fernando Bernardo. **A contabilidade ambiental**: conceitos e concepções metodológicas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/2544>>. Acesso em 24 out. 2015.

MIELNIK, Otávio. NEVES, C.C. Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. *In*: ROSA. Luiz Pinguelli, SIGAUD. Lygia, MIELNIK. Otávio (orgs.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988. p. 17-38.

NAKA, Luciano N. Sumário Executivo. *In*: NITTA, Renata; NAKA, Luciano N. (coords.). **Barragens do rio Tapajós**: Uma avaliação crítica do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós. São Paulo: Greenpeace Brasil. p. 05-15. Disponível em: <<http://greenpeace.org.br/tapajos/docs/analise-eia-rima.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2015.

NEVES, Vítor. Custos sociais: Onde para o mercado? *In*: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 95. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2011. p. 55-68. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/4368>>. Acesso em 24 out. 2015.

ROCHA, Jefferson Marçal da. **A Ciência Econômica Diante da Problemática Ambiental**. Caxias do Sul: IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, 2004.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAUER, Ildo Luís. **A reconstrução do setor elétrico**. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOUZA, James Marins de; TEODOROVICZ, Jeferson. Extrafiscalidade socioambiental. *In*: **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, Nº 90. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010, p. 73-123.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes Barragens, Impactos e Reparações:** Um estudo de caso sobre a barragem de Itá. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/RaquelDeMattosViana.pdf>>. Acesso em 31 de out. 2015.

WCD. The World Commission on Dams. **Barragens e Desenvolvimento:** Um novo modelo para tomadas de decisões - O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Disponível em:
ZANCHET, Aladio. **Ciência livre de valores?:** uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade ambiental no Brasil. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29042014-205441/>>. Acesso em 25 out. 2015.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E ENERGIA EÓLICA COMO PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

*Governance democratic and wind energy asgoals
for implementation of socioenvironmentalism*

JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO⁸⁹

RESUMO: Sob a ótica do Estado Democrático e do Direito Socioambiental, o presente trabalho acadêmico tem por objetivo analisar, criticamente, como tem funcionado, na última década (2004-2014), a gestão da energia eólica no Brasil. Acredita-se que, com base nesse estudo científico, se possa debater, construtivamente, acerca de duas positivas perspectivas para a implementação do socioambientalismo. Para que isso seja possível, serão analisados os sujeitos envolvidos na gestão, os aspectos democráticos desta gestão, as características positivas e negativas da energia eólica, o ambiente institucional setorial, assim como os mecanismos já existentes no planejamento energético brasileiro, para que se possa, num segundo momento, propor modificações e/ou alterações que deem suporte para uma efetiva implementação do socioambientalismo em nosso País em relação a esta atividade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: gestão; energia eólica; socioambientalismo.

SUMMARY: From the perspective of the democratic state and the Environmental Law, this academic work aims to analyze critically, as has worked in the last decade (2004-2014), the management of wind energy in Brazil. It is believed that, based on this scientific study, can be debated constructively about two positive prospects for the implementation of

⁸⁹ Professor de Teoria da Constituição e de Direito Administrativo do UniBrasil. Doutorando em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com período sanduíche na Universidad Carlos III de Madrid (UC3M). Bolsista da CAPES – Processo n. 14534-13-4. Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR. Especialista em Direito Contemporâneo com ênfase em Direito Público pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Membro das Comissões de Educação Jurídica, Direito Urbanístico e Direito da Infraestrutura, todas da OAB/PR. Advogado. Contato: osorio.nascimento@gmail.com

socio-environmentalism. For this to be possible, the subjects involved in the management will be analyzed, democratic aspects of management, the positive and negative characteristics of wind energy, the sector institutional environment, as well as existing mechanisms in the Brazilian energy planning, so that we can, a second time propose modifications and / or changes that support for effective implementation of socio-environmentalism in our country with regard to this economic activity.

KEYWORDS: management; democracy; wind energy; environmental.

1 INTRODUÇÃO

Alinhado à percepção de que o racionalismo do sistema econômico hegemônico excluiu do modelo de desenvolvimento típico do Século XXI os povos e a natureza, espera-se, por meio deste artigo, contribuir academicamente com a quinta edição do Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, realizado, entre os dias 10-12 de novembro de 2015, pelo Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPE-DIS) e pelo Grupo de Pesquisa “Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica” do Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sob a coordenação científica dos Professores Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Clarissa Bueno Wandscheer, Helene Sivini Ferreira e Manuel Munhoz Caleiro.

Assim como o Congresso, este estudo se propõe a debater a necessidade de resgatar a relação de solidariedade, outrora existente, entre as sociedades humanas e meio ambiente natural, enfrentando academicamente os principais desafios interpostos à integração global entre povos e natureza, em especial, no que diz respeito à correlação entre as concepções de “gestão democrática” e de “energia eólica” como fonte de energia limpa, ambas de suma importância e suporte para uma efetiva implementação do socioambientalismo.

Então, para que isso seja possível, descreve-se a metodologia a ser utilizada: em primeiro lugar, serão analisados os sujeitos envolvidos na gestão, bem como os aspectos democráticos desta gestão; na sequência, as características positivas e negativas da energia eólica, o ambiente institucional

setorial, assim como os mecanismos já existentes no planejamento energético brasileiro, tudo sempre respaldado pelos seguintes questionamentos: (i) qual o paradigma contemporâneo da relação entre o homem e a natureza a partir do socioambientalismo? (ii) como compatibilizar esse paradigma com os instrumentos disponíveis do Direito Econômico e Socioambiental?

2 O DIFERENCIAL DA ENERGIA EÓLICA: PERSPECTIVA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO?

Partindo-se das premissas de que: (i) o racionalismo do sistema econômico hegemônico excluiu do modelo de desenvolvimento os povos e a natureza; (ii) crescimento econômico e desenvolvimento não são expressões sinônimas; (iii) o direito ao desenvolvimento, típico do Século XXI, carece de estudo em relação aos instrumentos do Direito Econômico e Socioambiental, pergunta-se: o que significa implementação do socioambientalismo e qual seu diferencial?

Ana Valéria ARAÚJO e Sergio LEITÃO (2008, p. 41) entendem que o grande diferencial do socioambientalismo “é conseguir compreender a interdependência de questões sociais e ambientais, que demandam uma abordagem harmônica, sem pender necessariamente para um lado ou para o outro, a fim de que possam alcançar soluções factíveis e que beneficiem a todos”. Nesse mesmo ambiente, sendo que de forma (des)vinculativa ao Direito, Juliana SANTILI (2005, p. 99) relata que:

os direitos socioambientais são claramente permeados por conceitos desenvolvidos por outras áreas do conhecimento, e revelam a evidente inter e transdisciplinariedade dessa nova área do direito, em que os conceitos produzidos pela dogmática jurídica são insuficientes para atender à necessidade de novos paradigmas na relação do homem com a natureza.

Com base nessas exposições iniciais, pode-se dizer que o Direito, se tratado de forma isolada, não tem a capacidade de, sozinho, contribuir, ainda que por meio de seus instrumentos, para uma efetiva implementação do socioambientalismo, típico do Século XXI. Essa dinâmica, típica do Século XXI, absorve uma terceira expressão, qual seja: ‘reprodução socioambiental’, associada à concepção de direito ao desenvolvimento.

No artigo “Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades”, Hieda Maria Pagliosa CORONA e Jalcione Pereira de ALMEIDA (2014, p. 26) ao analisarem como as teorias críticas (marxistas, bourdiana, pragmática da crítica, pós-colonial e do pós-desenvolvimento) contribuem para a construção das bases teóricas para pensar a reprodução socioambiental como categoria/conceito que permita compreender a dinâmica da relação sociedade-natureza, fazem as seguintes proposições:

1. A reprodução é um processo em que todas as formas organizadas de relações entre elementos do real buscam manter (sentido de permanência) sua existência, se reproduzir, mediada pelas contradições internas aos sistemas (sociedade e natureza) sem um ordenamento perfeito de todos os elementos em um único sentido. Em cada situação específica, há configurações variáveis no tempo e espaço, equilíbrios temporários, tensões e conflitos que os colocam em movimento/mudança, provocando descontinuidades;
2. A reprodução é um fenômeno geral, portanto, incorpora na mesma dinâmica a reprodução natural/biológica (vegetal, animal, espécie humana) e a reprodução social, tanto material (econômica, biodemográfica, trabalho, escrita) como imaterial (cultural, simbólica e organizacionais). Uma totalidade que vai do todo às partes e das partes ao todo, dialeticamente;
3. A reprodução se liga direta e dialeticamente com a diferenciação, reforçando-se mutuamente; a reprodução idêntica é exceção. Diferenciação que tende à complexidade dos sistemas sociais e naturais. A realidade não é orientada por um único modelo, nem se dirige em um único sentido; é concebida em termos de diferenças: as múltiplas lógicas de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas, políticas e econômicas que diferenciam lugares, territórios, na inter-relação com o global;
4. Os devires das emancipações devem ser entendidos como aqueles em que o passado (habitus) e o futuro (projetos) se fundem em um presente revelado nas ações concretas dos agentes, emancipações possíveis de serem traduzidas observando a lógica dos protagonistas das ações individuais e coletivas transformadoras. Seguindo as exigências éticas e políticas, são ações que se direcionam para o fim das opressões e injustiças sociais, bem como para o fim da sujeição, visando à equidade e à liberdade, à autonomia e à autorrealização.

Como forma de compreensão didática e empírica imediata desta proposta, utilizar-se-á a energia como exemplo de atividade econômica alocada na construção da concepção do “direito ao desenvolvimento” e como objeto de estudo de outros “n” ramos do conhecimento científico, seja em relação às Ciências Exatas, seja em relação às Ciências Sociais Aplicadas.

A priori, a energia, para efeitos de critérios formais metodológicos, pode ser definida como a “capacidade para a ação vigorosa; força inerente; e força potencial”, sendo uma “quantidade conservada”, mas não “criada ou destruída, apenas convertida ou redistribuída de uma forma para outra”, conforme FIORILLO e FERREIRA (2015, p. 47), ambos da área do Direito.

Percebe-se, portanto, que além da necessidade de interdisciplinariedade entre as áreas do conhecimento científico, o socioambientalismo, se estudado em conjunto com o exemplo empírico da energia eólica (objeto deste artigo) ainda depende de um “outro braço”, que são os sujeitos envolvidos em sua gestão, bem como os aspectos democráticos desta gestão. Isso se explica, pois ambos são constituídos por organizações não governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos preceps, mas incorporam a proteção ambiental com uma dimensão relevante de sua atuação (VIOLA e LEIS, 1995, p. 37).

Ao trabalhar com a ideia do esgotamento do modelo elétrico brasileiro, Aloisio PEREIRA NETO (2015), em sua obra “A energia eólica no Direito Ambiental brasileiro”, evidencia que existe um ambiente favorável à promoção de energias renováveis, sob o argumento de sua convergência para uma perspectiva de implementação socioambientalismo. Então, quais seriam os diferenciais da energia eólica, considerando sua importância como fonte de energia renovável?

Fazendo referência inicialmente ao gênero das “energias renováveis”, José Francisco ALENZA GARCIA (2010, p. 72) expõe que:

la importancia y los problemas de las energías renovables, muchas de las cuales, al tener una producción variable, exigen inversiones importantes para asegurar la continuidad del suministro, especialmente en redes inteligentes; una red adecuada permite soportar un mayor porcentaje de energía de fuentes renovables, porcentaje que se prevé aumente progresivamente hasta el 2050.

E, na sequência, o mesmo autor (ALENZA GARCIA, 2010, p. 76) detalha oportunidades e barreiras ao desenvolvimento da energia eólica como política ambiental, trazendo o caso do modelo espanhol:

el sector energético es el mayor emisor de gases de efecto invernadero: concretamente, en Europa las emisiones de CO2 imputables a la energía suponen un 80% de las emisiones de GEI. La adopción de una política climática y energética integradas se produjo como consecuencia del llamado “paquete energético”, es decir, de una serie de tres Comunicaciones de la Comisión Europea adoptadas: una sobre la política energética en general, otra sobre las energías renovables y otra sobre el calentamiento global. En ellas se plasma la necesidad de una nueva política energética con la que Europa se deberá convertir en una economía de alta eficiencia energética y baja emisión de CO2 y de la que se engrandecerá una nueva revolución industrial.

Com isso, Aloisio PEREIRA NETO (2015, p. 122) vem contribuir e esclarecer, quanto aos aspectos jurídicos, aos empreendedores, técnicos e consultores envolvidos no desenvolvimento e implantação de projetos de geração de energia eólica:

o grande aumento da demanda global, por energia, faz surgir a necessidade de exploração de fontes alternativas para diversificação da matriz energética baseada nos combustíveis fósseis. Neste contexto, em que é preciso pensar em um modelo que priorize as fontes renováveis e limpas de energia, a eólica surge como importante alternativa para a produção de energia disponível comercialmente hoje no Brasil. Apesar do grande potencial eólico que o Brasil possui, a participação da matriz eólica na geração de energia elétrica no país ainda é pequena. O crescimento da indústria eólica brasileira traz consigo, entretanto, muitos desafios associados, dentre eles, a falta de conhecimento jurídico quanto às normas ambientais que regulam a matéria.

Considerando que a exploração do potencial eólico se desenvolva com maior celeridade e com menos entraves, Neilton Fidelis da SILVA (2015, p. 243) coloca, em seu livro ‘Energias renováveis na expansão do setor elétrico brasileiro’, que:

em termos de atratividade a ampliação da participação da energia eólica na matriz elétrica nacional, o Brasil conta com um surpreendente potencial eólico que, segundo o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, totaliza um potencial estimado de 143,47 GW, o que permite considerar uma geração anual de 272,220 TWh/ano a partir de ventos de velocidade média anual igual ou superior a 7,0 m/s, sendo para tanto necessário a disponibilização de uma área equi-

valente a 0,8% do território nacional (cerca de 71.735 km²). No entanto, o aproveitamento deste vasto potencial demanda algumas avaliações no que diz respeito ao ajuste das características da tecnologia eólica elétrica e a estrutura do sistema elétrico brasileiro.

A questão, agora, é determinar quem define essas escolhas, qual o procedimento de tomada de decisão e em benefício de que grupos e de que lógicas elas serão tomadas (KALIL e LAHOZ, 2013, p. 57) em prol da implementação do socioambientalismo.

Como destaca José Afonso da SILVA, não é somente o Estado que pode interferir na esfera jurídica dos cidadãos. De acordo com o autor, uma das principais mudanças de paradigma, que, no âmbito do Direito Constitucional, foram responsáveis pelo reconhecimento de uma constitucionalização do direito (SCHIER, 2014, p. 52) e, sobretudo, de um rompimento nos limites de produção de efeitos dos direitos fundamentais somente à relação Estado-cidadãos foi o reconhecimento de que, ao contrário do que uma arraigada crença sustentava, não é somente o Estado que pode ameaçar os direitos fundamentais dos cidadãos, mas também outros cidadãos, nas relações horizontais entre si (SILVA, 2004, p. 54). Como bem expõe Patryck de Araujo AYALA (2010, p. 332), ao tratar sobre o Direito fundamental ao meio ambiente, deve-se observar a proibição de retrocesso nos níveis de proteção ambiental na Constituição brasileira.

Ignacy SACHS (2008, p. 55) defende que é preciso combinar esforços num planejamento aberto para as preocupações ambientais e sociais, pois, apesar da economia e da ecologia indicarem caminhos para o desenvolvimento sustentável, compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a esse caminho. A instituição Universidade, como berço do saber, não se pode furtar ao compromisso de pesquisar, debater, construir e difundir conhecimento. E, mais ainda, praticar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável no âmbito de seu campo de interferência.

Nas palavras de Cristiane DERANI (2008, p. 207), o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental, porque é uma prerrogativa individual prevista constitucionalmente, cuja realização envolve uma série de atividades públicas e privadas, produzindo não só a sua consolidação no mundo da vida como trazendo, em decorrência disto, uma melhora das condições de desenvolvimento das potencialidades individuais, bem como uma ordem social livre.

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E UNIVERSIDADES NA LINHA DE FRENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

A Universidade tem seu papel no desenvolvimento sustentável no que se refere a produzir informação sobre os problemas e propor soluções para superar tais desvios. A universidade tem a responsabilidade de educar diretamente seus alunos, professores e funcionários e ainda influenciar os agentes tomadores de decisão, possibilitando internalizar nos indivíduos valores culturais e padrões comportamentais de corresponsabilidade, que busquem soluções não apenas para os problemas ambientais, mas, também, modificando e reorientando as práticas sociais não sustentáveis.

O papel das instituições de ensino superior na formação para a sustentabilidade também pode ser interpretado na Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao tratar da finalidade do ensino superior:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

As Universidades têm um papel extremamente importante, pois formam cidadãos ambientalmente responsáveis e estrategicamente envolvidos com a mudança social que se faz necessária na sociedade, dentro do espírito do desenvolvimento sustentável, bem como assumem a postura de ser o exemplo a ser seguido quanto ao trato com as questões ambientais.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, e que reflete o compromisso da Universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia, destaca que a Universidade perante a sociedade tem uma função básica de produtora e de socializadora do conhecimento.

Acredita-se, a partir da abordagem do meio ambiente ecologicamente equilibrado, tanto como um direito fundamental difuso, como pré-requisito para a vida e a continuidade da vida em condições minimamente adequadas, ser de impar importância o debate científico e acadêmico sobre questões que se encontram diretamente vinculadas ao embate entre o Estado e as Sociedades, principalmente, quando se fala em “pesquisa” e “desenvolvimento” e “meio ambiente”.

Assim, promovendo sua participação e responsabilidade na promoção da sustentabilidade, as Universidades, devem começar agindo no seu espaço físico e sua área de influência, fomentando o ensino, a pesquisa, a extensão, visualizando seus próprios problemas ambientais e implementando as estruturas a serem colocadas em práticas. As Universidades, cada qual com sua parcela, possuem responsabilidades para com a questão do desenvolvimento sustentável, pois são os centros formadores de pessoas com opinião e participantes da sociedade civil como um todo.

Aliado a este ponto, as Universidades desempenham um papel de incrível importância para o bem-estar das presentes e futuras gerações, pois desenvolvem pesquisas relacionadas ao campo das tecnologias. Assim, transportando-se essa discussão para o âmbito da Educação Jurídica, destacam-se as palavras de Caio Farah RODRIGUEZ e Joaquim FALCÃO (2005. p. 13), para quem:

é preciso pensar o ensino jurídico em três sentidos distintos, a) o de não naturalizar ou eternizar entendimentos estabelecidos, entendendo as regras jurídicas como “fotografias” de conjuntos concretos de problemas e soluções e cruzamentos complexos entre interesses, ideais, práticas e instituições, historicamente situados e, portanto, contingentes e passíveis de recontextualização e não, por exemplo, como o resultado de depuração racional da realidade, de um lado, ou como expressão da dominação de uma ordem moral ou ideológica, de outro lado; b) o de desenvolver capacidades analíticas e práticas e fornecer instrumentos conceituais e outros recursos para a resolução de problemas, procurando responder à inquietude dos alunos face à ausência de uma única solução correta no direito pela oferta de mais de uma solução, serem avaliadas segundo critérios justificáveis, remetendo à ideia de “engenharia jurídica” e não pela defesa cética da ausência de solução; e c) o de estimular o engajamento do aluno, por meio de questões concretizou problemas geradores atuais ou de outra forma instigantes, que o ajudem criar conexões entre dimensões relevantes de sua vida, do ponto de vista

individual e coletivo, suas futuras atividades profissionais e o que for ensinado e aprendido.

Sobre a interligação dos saberes para a formação globalizada dos operadores do Direito, diz Nilbo Ribeiro NOGUEIRA (1998, p. 31):

o ensino jurídico foi pouco pensado de forma interdisciplinar, embora a aplicação do Direito requeira esse conhecimento e compreensão interdisciplinar para o seu eficaz exercício. Para se aplicar a interdisciplinaridade no Curso de Direito, deve existir o exercício do diálogo entre os professores para conscientização da possibilidade e da necessidade de sua utilização como meio para melhor formação do profissional no campo jurídico. O papel do professor é de maior importância para a melhoria do ensino jurídico, especialmente se utilizar a interdisciplinaridade para a formação de profissionais, para que adquiram conhecimento mais integral dos diversos ramos do Direito.

A assimilação das ciências humanas no trato de problemas relacionados ao meio ambiente, aceitando-se a ideia de que elas (as ciências sociais) não são, de modo algum, estranhas a esta problemática, deve dar-se de forma criativa, inclusive permitindo análises específicas do tema, um discurso próprio a respeito das questões estudadas (RABINOVICI, SOLA e NEIMAN, 2014, p. 27).

Além disso, estabelecendo um recorte metodológico para a Educação Jurídica Ambiental, nas palavras de Rogério Silva PORTANOVA (2014, p. 379):

estamos atravessando o auge do Direito Ambiental para uma transformação de abordagem qualitativa, onde entra o papel fundamental da educação jurídica ambiental, redefinido os valores e princípios epistemológicos do Direito, a este conjunto de valores e ações que visam não só questionar os princípios que fundamentam a tradicional Ciência do Direito, mas impõe a civilização uma nova atitude com vistas a estabelecer um ordenamento jurídico que aponte para a sustentabilidade das atuais e futuras gerações.

Este argumento fundamenta-se num entendimento da interdisciplinaridade, que não dilui as abordagens específicas e as perspectivas próprias de cada ciência. Ao contrário, o trabalho interdisciplinar toma sentido

como a associação de análises peculiares, como uma conjunção que afirma individualidades. O resultado desse trabalho aparece como um somatório dos enfoques individuais de cada disciplina, que nesse cruzamento adquire qualidades novas. O recorte temático que funda o ponto de convergência do trabalho interdisciplinar não anula a diversidade dos objetos científicos e suas apreensões ímpares. Na verdade, tais recortes criam novos objetos, ao inaugurarem novas formas de abordar a realidade (MORAES, 1994, p. 78).

Nesse ambiente, pode-se dizer que todo o conteúdo do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) está, de alguma forma, relacionado com a proteção da Educação Jurídica Ambiental. Alguns dispositivos, contudo, merecem destaque maior, por seu vínculo mais estreito com o tema do presente estudo. Os primeiros encontram-se no § 1º:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

.....
.....

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

.....
.....

A CRFB/88 não somente estabeleceu a promoção do desenvolvimento como um dos objetivos da República do Brasil – pois isso consta

expressamente no Texto Constitucional – mas, também, reconheceu, em seu elenco de direitos fundamentais, o denominado direito ao desenvolvimento.

Para tanto, tem-se que a razão de garantir a livre disposição das presentes e futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado tem em vista, em última instância, a mesma finalidade de uma existência digna a todos – deduzida necessariamente do fato de que uma “sadia qualidade de vida” é direito fundamental. Neste ambiente, Antônio Herman BENJAMIN considera que este reconhecimento como um direito fundamental “leva à formulação de um princípio da primariedade do ambiente, no sentido de que a nenhum agente, público ou privado, é lícito tratá-lo como valor subsidiário, acessório, menor ou desprezível”, razão pela qual se pode conferir, a este princípio, a qualidade de irrenunciável, inalienável, imprescritível, como também de aplicação imediata (BENJAMIN, 2007, p. 98).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta à problemática apresentada, podem ser extraídas algumas conclusões articuladas, com as quais se pretende contribuir para o debate desse importante tema da atualidade:

- o caráter diferencial do direito ao desenvolvimento, entre outros aspectos, se concentra na singularidade do fenômeno da constitucionalização dos ordenamentos jurídicos contemporâneos, promovido ante uma Constituição Cidadã que, nestes 27 anos, reforça seu caráter principiológico, pautado pela defesa da dignidade da pessoa humana, do direito ao desenvolvimento e também das perspectivas para implementação do socioambientalismo;

- suporte jurídico para implementação do socioambientalismo, decorre do *caput* do art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo o qual “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

- busca de um modelo para um setor energético socioambiental exige a investigação de uma arquitetura especial, cujo domínio de conhecimento perpassa pela crítica acadêmica;

- gestão democrática e a energia eólica, por exemplo, podem ser instrumentos que desempenham um papel contra ou a favor do desen-

volvimento sustentável, pois, na medida em que vêm sendo desenvolvidas com intuito de possibilitar o atendimento das “necessidades humanas”, podem ser direcionadas tanto à imagem do tripé da sustentabilidade – cujas três bases são constituídas, em conjunto, pela sustentabilidade econômica, social e ambiental –, quanto a uma ou outra dimensão isolada, onde a própria imagem do tripé evidencia que, na falta de uma das bases, o objeto não se sustenta;

- isso significa que a Universidade, por meio da pesquisa científica, pode orientar o planejamento e até mesmo a execução da construção de empreendimentos energéticos. A incorporação de “critérios” socioambientais, a partir da formulação, implementação e avaliação de políticas energéticas, pode, por exemplo, ser significativa para delinear horizontes de longo prazo. Tais critérios são fundamentais, pois, o que se deseja é um futuro seguro e justo, pelo menos, no que se refere a evitar problemas e riscos decorrentes da ação humana. Nesse sentido, a interdisciplinaridade de vários seguimentos do conhecimento – Ciências Sociais Aplicadas, Naturais ou Tecnológicas – pode contribuir para aproximar e integrar campos diversos do conhecimento (NASCIMENTO NETO, 2015, p. 139-140);

- o paradigma do Estado de Direito Socioambiental emerge como uma proposta alternativa com vistas a romper com o modelo estatal contemporâneo. Isso porque o Estado de Direito Socioambiental impõe ao Estado o objetivo de promover o desenvolvimento humano e social de forma ambientalmente sustentável (SARLET e FENSTERSEIFER, 2014, p. 63);

- o conceito de sustentabilidade não só pode como deve ser incorporado ao processo de gestão democrática e universidades como critério de avaliação científica, seja das tecnologias para geração e/ou consumo, seja na elaboração de projetos que busquem uma chamada eficiência energética. Para tanto, a política de pesquisa deve contemplar a avaliação e o monitoramento dos recursos naturais, além da geração de tecnologias adequadas, com vistas a prevenir os impactos decorrentes das atividades no setor energético brasileiro (NASCIMENTO NETO e GONÇALVES, 2014, p. 129);

- além disso, a participação democrática das populações diretamente atingidas nas diretrizes de políticas públicas tem se verificado exatamente no locus que teve por mérito influenciar e ditar toda a política ambiental brasileira (SILVEIRA e RAMOS JÚNIOR, 2011, p. 33);

- o envolvimento da sociedade civil organizada na temática ambiental – quer direta ou indiretamente – foi, enfim, o fator determinante para o

surgimento do socioambientalismo no Brasil, que reivindica cadavez mais espaço nos fóruns de debate e de decisões nacionais.

- este demonstrativo pode ser comprovado por meio de estudos acadêmicos, como por exemplo: a construção dos parques eólicos é bem menor que o das tecnologias convencionais e seu processo de licenciamento ambiental é mais simplificado, além da área a ser disponibilizada para os empreendimentos não obstruir a continuidade das atividades econômicas antes existentes (SILVA, 2015, p. 312);

- o Direito não deve se cingir a controlar riscos previsíveis e danos evidentes, mas, tendo em conta a crise socioambiental vivenciada contemporaneamente, cumpre ao ordenamento jurídico que abranja também os efeitos combinados e cumulativos, oriundos de várias fontes poluidoras e capazes de produzir impactos permanentes e transnacionais (WOLKMER e PAULISTSCH, 2013, p. 263).

Por fim, vale notar que instrumentos do Direito Econômico e Socioambiental, se tratados de formas isoladas, isto é, sem o paradigma contemporâneo da relação entre o homem e a natureza, não conseguem compatibilizar gestão democrática e atividade econômica sob a perspectiva do socioambientalismo típica do Século XXI.

REFERÊNCIAS

ALENZA GARCIA, José Francisco. El cambio climático e las energías renovables. La nueva directiva europea de energías renovables. In: TORRES LÓPEZ, María Asunción; ARANA GARCÍA, Estanislao; LÓPEZ SAKO, Masao Javier; SÁNCHEZ DE TEMBLEQUE, Luis Jesús. (Org.). **Energía eólica: cuestiones jurídicas, económicas y ambientales**. Navarra: Civitas Thomson Reuters, 2010. p. 71-77.

ARAÚJO, Ana Valéria; LEITÃO, Sergio. Socioambientalismo, direito internacional e soberania. In: SILVA, Letícia Borges da; OLIVEIRA, Paulo Celso de. (Org.). **Socioambientalismo: uma realidade**. Homenagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Curitiba: Juruá, 2007. p. 27-46.

AYALA, Patryck de Araujo. A proteção jurídica das futuras gerações na sociedade do risco global: o direito ao futuro na ordem constitucional

brasileira. In: FERREIRA, Helene Sivini; LEITE, Jose Rubens Morato; BORATTI, Larissa Veri. (Orgs.). 2. ed. **Estado de direito ambiental**: tendências. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 320-359.

BENJAMIN, Antônio Herman. Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição brasileira. In: LEITE, José Rubens Morato; CANOTILHO, José Joaquim Gomes. (Orgs.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 57-135.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa; ALMEIDA, Jalcione Pereira de. Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 29, p. 25-38, abr. 2014.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Curso de Direito da energia**: tutela jurídica da água, do petróleo, do gás natural, do biocombustível, dos combustíveis nucleares, do vento e do sol. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

KALIL, Ana Paula Maciel Costa; LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazzari. A questão socioambiental e a teoria da escolha pública. In: FERREIRA, Helene Sivini; MAMED, Danielle de Ouro; STEFANELLO, Alaim Giovani Fortes. (Org.). **Perspectivas para a implementação do socioambientalismo**. IV Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. Curitiba: Letra da Lei, 2013. p. 47-59.

LEITE, José Rubens Morato. Sociedade de risco e Estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 4. ed. Revista. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 151-226.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

NASCIMENTO NETO, José Osório do. Pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico como desafios da educação jurídica ambiental para a construção de empreendimentos energéticos. In: GONCALVES, Oksandro Osdival; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Cláudia. (Org.). **Desenvolvimento e sustentabilidade**: desafios e perspectivas. Curitiba: Íthala, 2015. p. 125-140.

NASCIMENTO NETO, José Osório do; GONCALVES, Oksandro Osdival. Custos de transação em energias renováveis e sua importância para o desenvolvimento sustentável. **RDL – Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 16, n. 1, p. 105-134, maio/ago. 2014.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Interdisciplinaridade aplicada**. 4. ed. São Paulo: Érica, 1998.

PEREIRA NETO, Aloisio. **A energia eólica no Direito Ambiental brasileiro**. Rio de Janeiro: Synergia, 2014.

PORTANOVA, Rogério Silva. Meio ambiente, direitos humanos e sustentabilidade: a construção de um novo paradigma. In: MORO, Maite Cecilia Fabbri; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira; CARVALHO NETO, Frederico da Costa. **Direito e sustentabilidade II**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 377-400.

RABINOVICI, Andrea; SOLA, Fernanda; NEIMAN, Zysman. A questão ambiental, a sustentabilidade e inter, pluri ou transdisciplinaridade. In: CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio. (Org.). **Sustentabilidade ambiental**: estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 24-47.

RAMMÊ, Rogério Santos. Avaliação de equidade ambiental: um dever fundamental socioambiental. **Revista da Faculdade de Direito**, Curitiba, v. 59, n. 2, p. 119-141, 2014.

RODRIGUEZ, Caio Farah; FALCÃO, Joaquim. **O projeto da escola de direito do Rio de Janeiro da FGV**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Democracia participativa e participação pública como princípios do Estado Socioambiental de Direito. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 73, p. 47-90, 2014.

SCHIER, Paulo Ricardo. Constitucionalização do direito no contexto da Constituição de 1988. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin. (Org.). **Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 43-60.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Neilton Fidelis da. **Energias renováveis na expansão do setor elétrico brasileiro**: o caso da energia eólica. Rio de Janeiro: Synergia, 2015.

SILVA, Letícia Borges da; OLIVEIRA, Paulo Celso de. **Socioambientalismo**: uma realidade – homenagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Curitiba: Juruá, 2007.

SILVEIRA, Edson Damas da; RAMOS JÚNIOR, Dempsey Pereira. Globalização multicultural, direitos universais humanos e socioambientais. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 02, p. 11-39, 2011.

SIMAS, Danielle Costa de Souza; LIMA, Jonathas Simas de. Gestão ambiental e socioambientalismo: caminhos para um desenvolvimento sustentável. In: FERREIRA, Helene Sivini; MAMED, Danielle de Ouro; STEFANELLO, Alaim Giovani Fortes. (Org.). **Perspectivas para a implementação do socioambientalismo**. IV Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. Curitiba: Letra da Lei, 2013. p. 171-184.

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: SENAC, 2007.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: VIOLA, E.; LEIS, H. R. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

WOLKMER, Maria de Fatima Schumacher; PAULISTSCH, Nicole da Silva. O Estado de Direito SocioAmbiental e a Governança Ambiental: Ponderações acerca da Judicialização das Políticas Públicas Ambientais e da Atuação do Poder Judiciário. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 18, n. 2, p. 256-268, maio./ago. 2013.

OS LIMITES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM FACE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL À LUZ DO PENSAMENTO DE ULRICH BECK

*The limits of industrial production facing environmental
crisis based on the Ulrich Beck's philosophy*

Dayla Barbosa Pinto⁹⁰

RESUMO: No início da história da humanidade o ser humano já explorava a natureza, retirando dela o necessário para sua subsistência. A interação do ser humano com o meio ambiente ocorria, à princípio, por meio de uma exploração consciente, pois, em razão de sua proximidade com a natureza, o ser humano melhor compreendia os ciclos, sistemas e limites sob os quais os recursos naturais se mantêm. Todavia, o modelo de sociedade capitalista impôs um novo ritmo aos meios de consumo da sociedade e de sua própria relação com o meio ambiente, fomentando a constante sensação de insaciabilidade de suas supostas necessidades, bem como uma busca contínua por substituir, descartar, consumir e explorar cada vez mais os recursos naturais disponíveis. Essa rotina desenfreada de consumo – cujo propósito consiste tão somente em trazer lucro e sustentar o modelo capitalista –, submete a sociedade aos riscos oriundos de sua própria conduta desprovida das prévias reflexões necessárias. Nesse contexto, se demonstra indispensável uma análise sobre os limites da produção industrial diante da crise socioambiental já instalada, tendo por referencial a teoria da sociedade do risco, trazida por Ulrich Beck, segundo a qual o ser humano, mesmo tendo assumido os riscos oriundos do processo de industrialização, não se demonstra capaz de suportá-los. Além disso, tal estudo se apresenta relevante considerando o fato de que a busca pelo equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente não pode estar dissociada da compreensão acerca do modelo atual de sociedade e suas peculiaridades. Sendo assim, a fim de produzir os efeitos desejados com a elaboração do presen-

⁹⁰ Mestranda em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Pós-Graduada em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto Valor. Advogada. Assessora Jurídica do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Amazonas. Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Endereço eletrônico: daylabp@gmail.com.

te estudo, utilizou-se o método exploratório do tema proposto, longe da pretensão de esgotar tal temática, mas, com o compromisso de corroborar com as pesquisas existentes, que apontam a desenfreada produção de bens de consumo como fator de risco ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: produção industrial; sociedade de risco; socioambiental.

ABSTRACT: Early in the history of mankind the human being had already explored the natural world, removing what is necessary for the subsistence. The interaction between human beings and the environmental occurred originally through a intentional exploration, due to proximity with the nature, the human being could better comprehend the cycles, system and limits where the natural resources remains. However, the type of capitalist society forced a new manner to the consumption and their own relationship with the environmental, stimulating a frequent feeling of necessity, like a continuous search to replace, discard, consume and explore more and more the available natural resources. This daily consume without control - whose purpose consists of solely in bringing profit and maintain the capitalism - , submit to society the risks coming from their own bad behavior. For that reason, it is extremely important an analysis about the limits of the industrial production facing the environmental crisis already happening, using the theory of risk society brought by Ulrich Beck, which he says even though human being takes responsibility for the risks of a such industrialization, they will not be able to control. Besides, this study is very relevant, given the fact that the search for balance between humans and the environment can not be separated from understanding the current type of society and its particularity. That being said, In order to create the desired results preparing this article, we have used an exploratory method, not intended of course, to answer every question and end the discussion whatsoever, but with a commitment to stress existing research, pointing up the growth of goods damaging the environmental.

KEYWORDS: Industrial Production; Risk Society; Environmental.

INTRODUÇÃO

O ser humano atua como o principal agente direto de exploração da natureza e isto se dá desde o início da história da humanidade. A princípio, tal interação ocorria tão somente para possibilitar ao ser humano sua subsistência, de modo que os ciclos e sistemas naturais podiam ser razoavelmente respeitados. Acontece que a atual dinâmica social, imposta pelo modelo capitalista, impulsionou a humanidade a ter um novo tipo de contato com o meio ambiente, sendo estabelecida uma relação de total submissão da natureza aos interesses econômicos do ser humano, gerando com isso uma apressada e irresponsável degradação dos recursos naturais, fato este que tem trazido severas consequências à própria humanidade – consequências essas, antes inconcebíveis.

O fato é que há muito o ser humano deixou de respeitar os limites seguros para a utilização dos recursos da natureza, ultrapassando a linha do tolerável, expondo o planeta a riscos invisíveis, inimagináveis, geralmente irreversíveis e que sequer podem ser contidos, mesmo empreendendo-se os mais dedicados esforços. Na verdade, com a industrialização, bem como com o avanço da ciência e tecnologia, pode-se dizer que a humanidade pouco pode ser limitada em sua capacidade criativa de produzir novas ameaças, com isso, inevitavelmente, entende-se que o homem é, na verdade, o fabricante de seus próprios riscos, pensamento este contemplado pelo sociólogo Ulrich Beck ao tratar a respeito da teoria da sociedade de risco e seus desdobramentos.

Nesse sentido, buscando o entendimento do tema proposto, inicialmente optou-se por ressaltar a relação existente entre o ser humano e a natureza, apontando esta ligação como inerente à própria natureza humana, destacando-se, ainda, o modo como esta ligação foi afetada ao longo do tempo, em virtude da modernidade, dando ênfase à modernização como fator crucial de exploração da natureza por parte do ser humano, mediante a apresentação de um panorama da crise socioambiental, evidenciando-se que a possível resolução do caos moderno encontra-se na reconsideração dos fundamentos da própria modernidade.

Além disso, avaliou-se a teoria do risco, de Ulrich Beck, e sua contextualização na atualidade, restando claro, neste ponto, que a produção industrial tem sido responsável por acidentes ambientais em grande escala, que comprometem a qualidade de vida do ser humano. Ainda nessa es-

teira, viu-se a problemática enfrentada pela sociedade moderna, na qual a produção industrial é identificada como responsável pela criação de novos riscos e ameaças invisíveis, com consequências que sequer podem ser imaginadas – que dirá contidas –, pela humanidade.

Ademais, foram delineados alguns dos ordenamentos jurídicos que garantem a tutela do meio ambiente, em âmbito nacional e internacional, dando-se destaque à importância de haver instrumentos legais para normatizar e garantir mecanismos de proteção ao meio ambiente por parte das instituições públicas e privadas, bem como reconhecendo-se a necessidade de buscar a aplicação do conceito de justiça ambiental.

Por fim, fez-se uma singela análise acerca do duelo travado entre o crescente interesse econômico do ser humano e a necessidade permanente de preservação dos recursos naturais existentes, delimitando-se os parâmetros da responsabilidade civil decorrente do dano ambiental, salientando-se a responsabilidade socioambiental que deve ser balizadora da conduta por parte das empresas.

Por oportuno, importa mencionar a utilização do método exploratório e da técnica de pesquisa bibliográfica, para sincronização da teoria de Ulrich Beck com o pensamento de outros relevantes teóricos, a fim de identificar os limites da atividade industrial em face da crise socioambiental e seus principais desdobramentos, longe da tentativa de esgotar o tema, mas, tão somente, para ampliar a discussão já existente a respeito do referido conteúdo.

Dessa forma, considerando que a sociedade atual – por conta da produção industrial desenfreada –, caminha velozmente para um futuro de riscos imprevisíveis, a ponderação das questões levantadas no presente estudo se demonstra fundamental, vez que possibilitará reflexões sobre o rumo a ser tomado pela sociedade de risco, bem como permitirá o amadurecimento de possíveis alternativas para desviar o planeta do assombroso caos para o qual ele se encaminha.

1 MODERNIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NA RELAÇÃO ENTRE SER HUMANO E NATUREZA: CRISE SOCIOAMBIENTAL

O ser humano está ligado à natureza e a natureza está ligada ao ser humano, sendo essa relação o que garante a subsistência especialmente deste último, esse certamente é um fato incontroverso. Seja na narrativa encontrada nos escritos bíblicos – de que o homem fora criado do pó da terra –, ou até mesmo na sua antagônica teoria, a da evolução, vê-se a pu-

jante relação homem-natureza, o que sobressalta a ideia dessa forte ligação existente entre ambos.

Como se sabe, a natureza sempre ocupou papel fundamental na vida da humanidade, pois, é por meio dela que o ser humano extrai o combustível necessário para sua subsistência, tanto que, segundo comenta Ulrich Beck, em algumas tradições, a natureza – dada a sua importância –, era personificada como “o domínio de deuses, espíritos”, o que induz ao entendimento de independência dessa natureza personificada, em relação ao ser humano (BECK, 1997, p. 97). De igual modo, Cristiane Derani entende que a natureza reflete um “patrimônio natural” que se apresenta “como um conjunto exterior independente da ação humana, um dado da natureza” (DERANI, 2003, p. 65).

O fato é que, mesmo reconhecendo-se a independência da natureza em relação ao ser humano, não se pode ignorar que as ações humanas interferem na natureza e que as próprias mudanças ocorridas na natureza podem modificar as condições de vida dos seres humanos, vez que esses dela retiram o necessário para sobreviverem. A este respeito, Derani destaca que “as ações humanas são definidoras do ambiente”, pois, sem a intervenção do ser humano, a natureza é vista somente como aquele “conjunto exterior”, ambiente físico natural no qual o ser humano subsiste (DERANI, 2003, p. 65). Tal argumentação parece tornar ainda mais pertinente e necessária a harmonização da relação homem-natureza, a fim de que por meio do relacionamento inteligente do ser humano com o meio ambiente, a humanidade consiga alcançar um mais elevado nível em sua qualidade de vida sem descuidar da preservação dos recursos naturais existentes.

Quanto à marca deixada por meio das constantes intervenções humanas na natureza, Beck aponta a ocorrência do que chama de “fim da natureza”, referindo-se à “completa socialização” do meio ambiente. Na verdade, no entendimento do referido sociólogo, “A socialização da natureza significa muito mais que apenas o fato de o mundo natural estar sendo cada vez mais marcado pela humanidade. A ação humana, como já foi mencionado, há muito deixou sua marca no ambiente físico” (BECK, 1997, p. 97). Neste sentido, pode-se dizer que Beck defende que pela ação do ser humano a natureza é modificada e, por isso, passa a refletir uma natureza socializada, fruto das intervenções humanas.

Acontece que por conta das várias mudanças ocorridas no contexto social, a relação da humanidade com a natureza foi mudando ao longo

do tempo, especialmente se considerada a maneira como o ser humano passou a enxergar o mundo, indo da visão espiritualizada e teológica para a predominante visão do mundo como uma máquina – já na era moderna (CAPRA, 2006, p. 34). Que a natureza reflete as intervenções humanas sofridas, disso não há dúvidas, e, nem tampouco há qualquer novidade em tal conclusão, entretanto, é importante ter diante dos olhos o entendimento vívido de que essa constatação remete a sociedade de risco à problemáticas relacionadas a exploração inconsequente dos recursos naturais e a instauração de uma verdadeira crise socioambiental.

Importante salientar que o principal fator histórico a marcar essa mudança na relação entre o ser humano e a natureza foi justamente o surgimento da indústria, por meio da qual a maquinaria revolucionou a produção industrial e, concomitantemente, fez suplantat a manufatura (MARX, 2015, p. 6-7). Com o surgimento e avanço da indústria, ciência e tecnologia – a modernização de um modo geral –, o ser humano passou a ter diante de si uma fonte inesgotável de mecanismos para dissecar os (esgotáveis) recursos naturais. Vislumbrando a realidade da sociedade pós-industrial, Maria Lúcia de Arruda Aranha descreve que “O cotidiano do homem se transforma, passando a ser marcado pela automação em todas as esferas, de tal modo que, na era da reprodução técnica, a máquina constitui o intermediário constante entre o homem e o mundo” (ARANHA, 1996, p. 25).

A respeito da modernidade Aranha afirma, ainda, que “os prejuízos na qualidade de vida propriamente humana são fruto das contradições insolúveis do sistema engendrado na modernidade” (ARANHA, 1996, p. 237). Na verdade, nota-se existir uma crise que ameaça a humanidade e que decorre especialmente da atuação do próprio ser humano na natureza. De um lado, a modernidade trouxe inovações espetaculares e nunca antes imaginadas, na área da ciência e tecnologia especialmente, entretanto, juntamente com isso, impôs um ritmo frenético que conduz o ser humano à destruição da natureza e produz graves consequências ambientais:

O contraponto do progresso se encontra na ameaça nuclear e na degradação ambiental com os perigos da poluição industrial, desertificação, destruição da flora e da fauna, efeito estufa, buraco na camada de ozônio. São exemplos do que os filósofos frankfurtianos chamam de sofrimento da natureza, infligido pelo homem, incapaz de reconhecer que a natureza não é uma realidade a ser dominada. Não por acaso, segundo Horkheimer, “a história dos esforços hu-

manos para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem” (ARANHA, 1996, p. 237).

De igual modo, Leonardo Boff entende que “A realidade é que o ser humano faz parte do meio ambiente. Ele é um ser da natureza, com capacidade de modificar a si mesmo e a ela, e assim fazer cultura. Pode intervir na natureza potenciando-a, bem como agredindo-a” (BOFF, 2009, p. 132). Quanto a isto, faz-se indispensável mencionar também o entendimento de Ulrich Bech, a saber:

A oposição entre natureza e sociedade é uma construção do século XIX, que serve ao duplo propósito de controlar e ignorar a natureza. A natureza foi subjugada e explorada no final do século XX e, assim, transformada de fenômeno predeterminado em fabricado. Ao longo de sua transformação tecnológico-industrial e de sua comercialização global, a natureza foi absorvida pelo sistema industrial. Dessa forma, ela se converteu, ao mesmo tempo, em pré-requisito indispensável do modo de vida no sistema industrial. (BECK, 2010, p. 9).

Certamente, a modernidade permitiu ao ser humano a modificação rápida da natureza, por meio da indústria e consequentemente dos processos produtivos acelerados, restando instaurada uma verdadeira crise socioambiental. Vê-se, portanto, que o cerne da questão se encontra no fato de que a atuação do ser humano para modificar o meio ambiente deixou de ocorrer de modo artesanal e tornou-se industrializada, com produção acelerada e em grande escala. Na verdade, como afirma Marx, essa necessidade do ser humano, de “controlar socialmente uma força natural, de administrá-la, começando por apropriá-la ou dominá-la” exerceu um “papel decisivo na história da indústria” (MARX, 2015, p. 142) – e porque não dizer da própria natureza? Pode-se afirmar, portanto, que na atualidade o homem goza de mais ferramentas de exploração da natureza e estas encontram-se potencialmente mais perigosas e com maior alcance.

Nesse enredo, Mamed aponta algumas das consequências ambientais decorrentes da modernização, expressas na modificação da relação homem-natureza e na produção demasiada de bens de consumo, a saber, “o crescimento do consumo” e proporcionalmente a necessidade de exploração crescente dos recursos naturais disponíveis, e, ainda, a “maior produ-

ção de resíduos”, que obviamente não podem ser absorvidos na mesma velocidade com que são produzidos, gerando com isso “os passivos de poluição do meio ambiente” (MAMED, 2015, p. 3). Além disso, é possível apontar outros problemas trazidos pela modernização revelados nos problemas sociais, políticos e ambientais que assolam a sociedade atual, tanto que Ulrich Beck identifica a existência de uma verdadeira “crise institucional” no núcleo da própria sociedade industrial (BECK, 1997, p. 19), bem como Maria Lúcia de Arruda Aranha reconhece tal situação, afirmando que atualmente se vive “a crise do paradigma da modernidade” (ARANHA, 1996, p. 236).

De fato, percebe-se existir uma crise da modernidade, crise esta revelada por meio das ameaças e riscos produzidos pelo modo de vida do ser humano e da exploração desmedida dos recursos naturais. De certo modo, nota-se que atualmente tornou-se possível ao homem a degradação do meio ambiente pelos mais diversificados meios, ocasionando um verdadeiro colapso socioambiental, que não pode ser gerido, vez que está enraizado na própria proposta da sociedade moderna, pois, conforme constatado por Beck, a natureza tornou-se um produto da sociedade pós-industrial (BECK, 1997, p. 40), e tal fato evidencia-se justamente pela mudança na interação homem-natureza. Em divergência ao que entende a filosofia propagada pela modernidade – da natureza vista como um produto –, tem-se a oportuna reflexão trazida por Ricardo Jiménez, segundo o qual:

Diferentemente do pensamento ocidental moderno, não se trata de um mundo, uma natureza e um meio ambiente “objeto” com o qual o sujeito humano se relaciona, senão de um mundo que é em si mesmo sujeito, mais claramente, ser vivo, pessoa, e onde tudo o que o integra é por sua vez sujeito, ser vivo e pessoa, inclusive os solos, as águas, as pedras, os montes, as neblinas, as chuvas, os astros, os antepassados, as huacas -seres espirituais-, e por suposto os seres humanos, os animais e as plantas. (JIMÉNEZ, 2011, p. 9)

Na verdade, o problema da modernidade parece consistir no fato de que ela traz em si “padrões, esperança e culpa” incoerentes, pois, impele o ser humano a tentar, num ritmo frenético, alcançar padrões aparentemente inatingíveis, conforme assevera Bauman (BAUMAN, 1998, p. 91). Na facilitação da busca por alternativas para resolução dessa problemática, Aranha defende que:

Se vivemos hoje o mal-estar da modernidade, em decorrência das promessas abortadas da racionalidade expressa na ciência, na técnica, na ilusão do progresso, à qual se contrapõem de maneira cruel duas guerras mundiais, Auschwitz, Hiroshima, o desequilíbrio ecológico e a ameaça de aniquilação atômica, não há por que se refugiar no irracionalismo. Por isso, contestar a modernidade não significa necessariamente recusá-la, mas sim repensá-la [...] Mais do que sucumbir à desrazão, cumpre denunciar os desvios da razão enlouquecida. (ARANHA, 1996, 229).

Igualmente, destaca-se o pensamento de Cristiane Derani, segundo a qual a proteção do meio ambiente só pode ser considerada em uma sociedade na qual se “desenvolve a relação homem-natureza”, de maneira que a necessária “construção de uma política de conservação das bases naturais devem ser buscados e encontrados no interior da sociedade industrial-tecnológica moderna, reformulando seus pressupostos, num processo de conscientização”. (DERANI, 2003, p. 66).

Neste sentido, Aranha e Derani parecem indicar que a crise socioambiental e os problemas advindos da modernidade somente podem ser resolvidos – ou ao menos pode-se tentar resolvê-los –, mantendo-se uma postura reflexiva, com a consequente reformulação dos próprios fundamentos da sociedade moderna por meio de um “processo de conscientização”, que permita a reconfiguração dos meios de produção atualmente adotados pela sociedade industrial.

Assim, percebe-se que a conduta mais adequada para o enfrentamento da crise socioambiental – que, na verdade, decorre de uma crise institucional ocorrida no núcleo da própria modernidade –, é justamente a reconsideração dos fundamentos da modernidade e, consequentemente, do modo como o ser humano tem se relacionado com a natureza. É nítido o desgaste oriundo da exagerada exploração do meio ambiente e mais nítido ainda o fato de que tal degradação ambiental advém do ritmo de vida imposto pela modernidade, por isso, pensar a modernidade em si e seus desdobramentos pode significar um passo para mais perto da resolução desta problemática.

2 A TEORIA DO RISCO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NA ATUALIDADE

A teoria de Ulrich Beck aponta para uma configuração social baseada no risco e nos efeitos colaterais decorrentes da modernização, que geram ameaças à vida da humanidade e da natureza (BECK, 2010, p. 16). Esse espantoso modelo social da modernidade, ao mesmo tempo em que permitiu conquistas significativas no campo da indústria, ciência e tecnologia, também trouxe consigo uma tendência rumo a estágios extremos na produção de riscos e ameaças, ensejando na constante expectativa de acidentes em escala mundial, capazes de provocar até mesmo o extermínio da vida no planeta.

Para um correto entendimento acerca da teoria do risco e sua contextualização na atualidade, necessário se faz primeiramente buscar a compreensão de alguns dos pilares nos quais ela se baseia, escolhendo-se destacar, no presente estudo, os seguintes: a) a sociedade moderna está construída sobre os alicerces de riscos invisíveis; b) o estilo de vida da sociedade atual é responsável por gerar novos riscos e ameaças; c) os riscos são globais e em algum momento suas conseqüências alcançam aqueles que os produziram e; d) a distribuição dos riscos se dá de maneira desigual.

A primeira e principal assertiva da teoria de Beck consiste no fato de que a sociedade moderna encontra-se pautada nos riscos. Ulrich Beck aponta que os riscos da sociedade moderna são frutos do desenvolvimento de forças produtivas em seu mais alto estágio, citando em primeiro plano a radioatividade, mas destacando também os poluentes e as toxinas presentes em alimentos, na água, no ar, bem como ressaltando que tais riscos invisíveis provocam efeitos a curto e longo prazo em todos os seres vivos, ou seja, não somente o ser humano, mas também a natureza de um modo geral sofre com os impactos da modernização (BECK, 2010, p. 27).

No dizer de Ulrich Beck, “Riscos são um produto histórico, a imagem especular de ações e omissões humanas, expressão de forças produtivas altamente desenvolvidas” (BECK, 2010, p. 275). O sociólogo delinea, ainda, um vislumbre do teor dos riscos, sinalizando que os riscos produzidos pela sociedade moderna “não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos”, bem como que possuem um “componente futuro”, ligado à ideia de “extensão futura dos danos atualmente previsíveis”. Além disso, afirma que os “riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com ante-

cipação, com destruições que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje” (BECK, 2010, p. 39).

Para Helene Ferreira os riscos têm origem na modernidade e consolidam-se na sociedade de risco:

o conceito de risco é relativamente recente. Sua origem está na própria modernidade; coincide com o nascimento da sociedade industrial; perpassa as transformações que esta promoveu ao longo do tempo e consolida-se com o surgimento da sociedade de risco, um espaço no qual se relacionam, de forma instável e perigosa, os grandes sistemas tecnológicos, a universalização da tecnologia e a globalização da economia e da cultura. A sociedade de risco decorre, portanto, de um processo de modernização complexo e acelerado que priorizou o desenvolvimento e o crescimento econômico. (FERREIRA, 2007, p. 248)

Dessa forma, não se pode negar que os riscos se apresentam como verdadeiro fundamento da sociedade moderna, pois, é nela e por meio dela que eles se desenvolvem. Na verdade, é na sociedade moderna que os riscos se consolidam, criando uma “situação de perigo global”. O fato é que, a despeito da expectativa de riscos imprevisíveis e invisíveis, atualmente já podem ser detectadas ameaças e destruições reais, tais como doenças, destruição das florestas, poluição do ar e da água (BECK, 2010, p. 40), dentre outros, entretanto, tais danos ambientais se demonstram, tão somente como um superficial prenúncio do que está por vir ao mundo moderno, que privilegia o interesse pelo crescimento econômico.

Como segundo fundamento a ser destacado, tem-se que o estilo de vida da sociedade moderna é responsável por gerar novos riscos e ameaças. Todavia, deve-se indagar de que modo exatamente a conduta da sociedade moderna incentiva a criação de novos riscos? Certamente, o núcleo da resposta encontra-se no fato de que a sociedade moderna é uma sociedade de consumo, que produz riquezas e simultaneamente produz riscos (BECK, 2010, p. 23). Na verdade, conforme defende Beck, vê-se que “Na civilização de risco, a vida cotidiana é culturalmente cega, os sentidos anunciam a normalidade em que – possivelmente – vislumbra-se o perigo” (BECK, 1997, p. 44).

Para Zygmunt Bauman, a sociedade de consumidores, como a própria denominação aponta, baseia-se nos “poderes da sedução do merca-

do consumidor”. Segundo o referido doutrinador, as metas da sociedade consumidora “permanecem continuamente distantes, enquanto se tenta alcançá-las” (BAUMAN, 1998, p. 54-56). A este respeito, Fátima Portilho afirma que tal situação se dá em razão de uma nova tendência de centralização do consumo na sociedade contemporânea, cujo propósito consiste em “engajar seus membros na condição de consumidores” (PORTILHO, 2005, p. 74). Ocorre que com a instauração de uma consciência coletiva de consumo, inúmeros problemas vêm a reboque, tais como, degradação dos recursos naturais, acúmulo de lixo, poluição do ar e água, aumento de riscos em países periféricos, dentre outros.

Assim, constata-se que a problemática decorrente do estilo de vida da sociedade moderna advém justamente do crescimento do consumo e simetricamente da exploração da natureza, o que acarreta na maior produção de resíduos e demais danos ao meio ambiente. O fato é que, como afirma o próprio Ulrich Beck, “Hoje em dia, as ações cotidianas de um indivíduo produzem consequências globais. Minha decisão de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo, ou um tipo específico de alimento, tem múltiplas implicações globais” (BECK, 1997, p. 75). Além disso, esse modo de caminhar da sociedade de consumo evidencia, sobretudo, certa indiferença quanto aos riscos por ela produzidos – que podem ensejar em danos globais imensuráveis –, razão pela qual tal situação merece ser atentamente avaliada.

Também como pilar da teoria do risco, pode-se mencionar a assertiva de que os riscos são globais e em algum momento suas consequências alcançam aqueles que os produziram, é o que Beck denomina de “efeito bumerangue” (BECK, 2010, p. 43-44). Conforme o referido doutrinador, “a produção industrial é acompanhada por um universalismo das ameaças, independente dos lugares onde são produzidas: cadeias alimentares interligam cada um a praticamente todos os demais na face da Terra” (BECK, 2010, p. 43). Ainda segundo Ulrich Beck, as situações de ameaça são universais e inespecíficas (BECK, 2010, p. 63), tanto que ele afirma:

À diferença da pobreza, contudo, a pauperização do risco do Terceiro Mundo é contagiosa para os ricos. A potenciação dos riscos faz com que a sociedade global se reduza a comunidade de perigos. O efeito bumerangue também acaba por afetar os países ricos, que justamente se haviam livrado dos riscos através da transferência, mas que acabam reimportando-nos junto com os alimentos baratos. (BECK, 2010, p. 53)

Ora, a constatação de que os riscos são globais se demonstra de certo modo óbvia, contudo, tal conclusão parece ser constantemente ignorada, amplificando com isso os riscos e ameaças aos quais a humanidade encontra-se exposta, sendo este o quadro que precisa ser mudado. O problema ambiental, bem como a problemática dos grandes riscos e ameaças produzidos pela sociedade moderna, diz respeito a todos, ricos e pobres, negros e brancos, países do norte ou do sul, ou seja, os riscos são universais e ao mesmo tempo “apresentam socialmente um efeito bumerangue”, pois podem alcançar a todos, “inclusive aqueles que os produziram ou que lucraram com eles” (BECK, 2010, p. 44).

Como quarto e último pilar da teoria do risco, tem-se que a distribuição dos riscos se dá de maneira desigual e isto logicamente ocorre em razão da própria desigualdade social e econômica presente na sociedade moderna, de modo que, seguindo o mesmo “esquema de classes”, pode-se afirmar que “as riquezas acumulam-se em cima, os riscos em baixo” (BECK, 2010, p. 41). Concernente a isso, Beck declara que as indústrias que produzem extremos riscos foram transferidas para os países do Terceiro Mundo, cumprindo a “sistemática “força de atração” entre pobreza extrema e riscos extremos” (BECK, 2010, p. 49).

Ademais, os próprios moradores de determinadas cidades ou países sofrem com a distribuição desigual dos riscos, pois, muito provavelmente os que se encontram em maior situação de pobreza dificilmente terão recursos para esquivar-se dos riscos que lhe forem impostos, enquanto que os mais abastados certamente terão maiores possibilidades – dada sua renda e educação –, de contornar os riscos, daí o motivo de se dizer que os riscos são distribuídos de maneira desigual (BECK, 2010, p. 42).

Dessa forma, inevitavelmente, conclui-se que os riscos são distribuídos de forma desigual, não sendo rara a transferência de “indústrias de risco” para os países periféricos – os países de Terceiro Mundo, cuja situação econômica e financeira geralmente é precária –, ocasionando desastres tais como o de Bhopal – morte de 20 mil pessoas em decorrência do vazamento de gases letais de uma fábrica de pesticidas – (GREENPEACE, 2015), ratificando a incontestável coerência contida na afirmação de Ulrich Beck: “À pobreza do Terceiro Mundo soma-se o horror das impetuosas forças destrutivas da avançada indústria do risco” (BECK, 2010, p. 51).

Em análise dos fundamentos destacados, nota-se que a sociedade de risco, na verdade, reflete o estado de colapso da sociedade moderna, que

busca freneticamente dominar a natureza, produzindo riscos imensuráveis que, ao final, serão sentidos por ela. E como afirma Leonardo Boff, a humanidade estabeleceu uma relação “injusta e humilhante” com a natureza (BOFF, 2009, p. 37), entendendo-se como urgente a necessidade de restabelecimento do equilíbrio socioambiental, para garantir que a vida não seja exterminada do planeta.

Por fim, deve-se mencionar que Ulrich Beck não descarta a possibilidade de uma superação dos riscos existentes, entretanto, o referido autor afirma que para a consecução de tal propósito, se faz indispensável uma “visão geral, uma cooperação que atravesse todas as fronteiras cuidadosamente estabelecidas e mantidas” (BECK, 2010, p. 85), para que enfim se concretize a esperança propagada por Leonardo Boff, da construção do ideal do “bem viver comunitário” (BOFF, 2010, p. 1).

3 DA TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE EM ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL E DA BUSCA POR JUSTIÇA AMBIENTAL

O meio ambiente encontra proteção jurídica em âmbito nacional, bem como em âmbito internacional, razão pela qual se faz necessária a análise dos instrumentos normativos existentes, a fim de se obter mais clara compreensão acerca da tutela jurídica dispensada ao meio ambiente. Por oportuno, deve-se mencionar que tal proteção se verifica na legislação vigente, desde a Constituição Federal aos instrumentos normativos infraconstitucionais, e, ainda, em convenções e tratados internacionais. Entretanto, antes de proceder à análise da legislação existente acerca da proteção ao meio ambiente, deve-se esclarecer sua conceituação. Para fins de conceituação legal, destaca-se o disposto no artigo 3º, I, da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, o qual define o meio ambiente como sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (SIRVINSKAS, 2009, p. 254). Nota-se que a definição federal é ampla, abrangendo não somente o ser humano, mas, também animais, plantas, enfim, tudo aquilo que possui vida, o que permite ampla tutela do meio ambiente.

Após transposta a necessária definição legal de meio ambiente, pode-se, então, mencionar o teor do Art. 225 da Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988, que confere especial importância ao meio ambiente, assegurando-o como um direito de todos “impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (SIRVINSKAS, 2009, p. 96). Segundo Paulo Affonso, o dispositivo constitucional supramencionado encontra similaridade àqueles constantes nas Constituições de Portugal e da Espanha, também destinados à proteção do meio ambiente (MACHADO, 2013, p. 152), o que parece evidenciar uma tendência internacional de elevar o meio ambiente ao patamar de direito constitucional. Ainda a respeito do Art. 225, da Constituição Federal, José Leite e Patryck Ayala comentam que “A Constituição Federal é extremamente aberta, em sentido democrático ambiental, pois, conforme já visto, no seu artigo 225 busca a participação de todos na defesa e preservação do meio ambiente” (LEITE, 2011, p. 43), o que ratifica a importância do referido dispositivo legal. Ademais, pode-se destacar, ainda em âmbito nacional, a própria Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, que descreve os princípios e objetivos a pautar sua implementação, bem como institui importantes órgãos de defesa do meio ambiente, tais como o SISNAMA, CONAMA e IBAMA, bem como estabelece as normas administrativas para o funcionamento de tais órgãos (SIRVINSKAS, 2009, p. 254-260). Percebe-se, portanto, que a existência da referida lei federal constitui grande avanço no âmbito da legislação ambiental nacional, pois, a mesma se apresenta como um verdadeiro instrumento normativo de gerenciamento de toda a estrutura nacional de proteção ao meio ambiente.

Além disso, pode-se mencionar, também, a Lei nº 4.771/95, que institui o Código Florestal Brasileiro; a Lei nº 7.347/85, que disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente; a Lei nº 9.795/99, que versa sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação; a Lei nº 4.074/02, que regulamenta todos os procedimentos relativos ao uso de agrotóxicos; a Lei nº 5.459/05, que disciplina as sanções aplicáveis em virtude de lesões causados ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional; a Lei nº 6.514/08, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e; a Lei nº 11.794/08, que estabelece os procedimentos para o uso científico de animais, dentre outras. Obviamente a lista traçada não encerra o arcabouço das leis existentes acerca da proteção dispensada ao meio ambiente, contudo, permite um vislumbre, ainda que singelo, dos instrumentos legais

de proteção ao meio ambiente em âmbito nacional, além de resoluções, decretos e demais instrumentos normativos.

Já no contexto internacional, merece destaque primeiramente a ECO 92, que se refere a uma Conferência Internacional das Nações Unidas, realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992. A Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente é um importante documento que estabelece princípios internacionais visando promover uma parceria global para resolução das questões ambientais ao redor do mundo (SALIBA, 2009, p. 300). Ainda no cenário internacional, tem-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que, conforme seu Art. 2º, tem por escopo alcançar a “estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático” (SALIBA, 2009, p. 187-188). Quanto a isto, ressalte-se a importância de legislação com essa abordagem temática, para minimizar e/ou conter os efeitos de tal fenômeno. Nessa esteira, deve-se mencionar, ainda, a Convenção sobre Diversidade Biológica (promulgada em 1998); o Tratado de Cooperação Amazônica, que visa incentivar o desenvolvimento do território amazônico em cada um dos países membros, promovendo a preservação do meio ambiente, bem como o uso racional dos recursos naturais disponíveis nesses territórios. Outrossim, importa destacar, ainda, o Tratado da Antártida, promulgado no Brasil em 1975, que tem por objetivo delinear os limites para utilização do referido território para fins científicos ou técnicos (SALIBA, 2009, p. 734).

Além do que, merece especial destaque, também, a Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo, que possui vinte e seis princípios que visam resguardar a proteção ao meio ambiente, ressaltando-se o segundo princípio que enfatiza a necessidade de preservação dos recursos naturais “em benefício das presentes e futuras gerações” (SILVA, 2013, p. 61-63). Como se vê, há leis federais, bem como tratados e convenções internacionais que visam promover a preservação do meio ambiente, entretanto, mesmo com a existência de tais instrumentos normativos, ainda é possível notar a rápida degradação a qual o mesmo tem sido submetido, isto porque conforme entende José Leite e Patryck Ayala a proteção ambiental pressupõe o engajamento de inúmeros “atores” do contexto social, como ONGs, cientistas, corporações industriais e outros (LEITE, 2011, p. 42).

Sob este prisma, inevitável não recordar do conceito de justiça ambiental e sua amplitude no que se refere à proteção do meio ambiente e da

sociedade. Segundo os parâmetros do conceito de justiça ambiental, as sociedades devem organizar-se, a fim de construir uma verdadeira resistência à tendência mundial de globalizar as desigualdades ambientais. Ora, não se pode admitir que também no âmbito do meio ambiente, as populações mais pobres sofram com a falta de políticas públicas adequadas ou, ainda, com a ausência de instrumentos normativos capazes de impedir a propagação de desigualdades.

Dessa forma, não se pode negar a necessidade de envolvimento e comprometimento das instituições públicas e privadas na luta pelo aprimoramento e efetividade das leis ambientais, em âmbito nacional e internacional, a fim de que seja possível a obtenção de resultados melhores e muito mais democráticos, na busca contínua pela completa e concreta proteção ao meio ambiente. Então, é certo que a legislação ambiental nacional e internacional ainda não é suficiente para abarcar todas as minuciosas problemáticas referentes às questões ambientais, entretanto, se demonstra de suma importância a existência de tais instrumentos para normatizar e garantir mecanismos de proteção ao meio ambiente por parte das instituições públicas e privadas, visando desacelerar o ritmo atual da sociedade moderna, que caminha rumo a total degradação da natureza.

4 INTERESSE ECONÔMICO X PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: OS LIMITES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL E SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS

Certamente o maior de todos os dilemas do Direito Socioambiental, é justamente o de alinhar os objetivos econômicos da sociedade moderna à necessidade de preservação ambiental. Constantemente trava-se uma batalha no sentido de alcançar êxito na equação: interesses econômicos X proteção do meio ambiente, entretanto, o que se vê habitualmente é a subjugação da natureza às pretensões capitalistas. O fato é que a despeito dos percalços existentes no referido duelo, é urgente o clamor pela conciliação de tais interesses, a fim de que seja possível – num futuro não muito distante –, o restabelecimento de melhores condições de vida para a humanidade. Partindo desse pressuposto, faz-se mister mencionar a existência de mecanismos legais disponíveis para limitar a degradação do meio ambiente

por parte de instituições públicas ou privadas, destacando-se dentre eles a Responsabilidade Civil e socioambiental das empresas.

Primeiramente, faz-se indispensável esclarecer que dano ambiental refere-se a qualquer lesão causada ao meio ambiente, seja por pessoa física ou jurídica ou por instituição pública ou privada. O douto José Afonso da Silva apresenta o entendimento de que, conforme o Art. 225, § 3º, da Constituição Federal Brasileira, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente pode ser: administrativa, criminal e civil. A responsabilidade administrativa deriva de infração a normas de caráter administrativo, já a criminal tem que ver com a prática de crime ou contravenção. Por sua vez, a responsabilidade civil por dano ambiental – objeto do presente tópico –, é objetiva, pois, prescinde de comprovação de culpa, sendo suficiente a demonstração do dano e do nexo causal. O doutrinador defende, ainda, que tal responsabilidade por dano ambiental, além de ser objetiva, é, também, integral, pois, não há limitação da indenização a um teto (SILVA, 2013, p. 336-337).

Segundo Carlos Frederico Marés, a obrigação de reparar um dano ambiental é objetiva, por não depender de qualquer comprovação de culpa, e, ao mesmo tempo, obrigatória – ainda que o dano tenha sido causado por caso fortuito –, uma vez que “o bem não pode sofrer dano porque é direito fundamental de todos”. Neste sentido, o referido doutrinador esclarece que havendo impossibilidade financeira por parte do infrator para reparar o mal causado, o Estado então, atuará como “responsável subsidiário”, de modo que o dano deverá ser imediatamente reparado. Ademais, essa reparação deve se dar não em pecúnia, mas, com a efetiva restauração do próprio bem ao estado anterior, o que provoca uma nova visão acerca do princípio poluidor-pagador (MARÉS, 2002, p. 45).

A esse respeito Paulo Machado assevera: “A responsabilidade objetiva ambiental significa que quem danificar o ambiente tem o dever jurídico de repará-lo. Presente, pois, o binômio dano/reparação. Não se pergunta a razão da degradação para que haja o dever de indenizar/reparar” (MACHADO, 2013, p. 404). Dessa forma, percebe-se que, de fato, não restam dúvidas quanto à natureza objetiva da responsabilidade civil em casos de danos ambientais. Além disso, não se pode olvidar a própria responsabilidade socioambiental das empresas, de exercer suas atividades gerando o mínimo possível de danos ao meio ambiente e sociedade, o que habitualmente não é observado.

Nota-se que a responsabilização civil se apresenta como um mecanismo capaz de auxiliar no processo de limitação na degradação do meio ambiente, entretanto, tal instrumento por si só não se demonstra suficiente para combater o ritmo da sociedade atual, pois, conforme defende Leonardo Boff, o sistema social atual baseia-se na exploração da natureza e das pessoas (BOFF, 2009, p. 31) – a crise socioambiental propriamente dita. Por essa razão mostra-se essencial não somente a responsabilização daqueles que geram danos ao meio ambiente, mas, sobretudo, sua conscientização e adequada fiscalização, já que há legislação orientando acerca dos limites a serem respeitados quando do exercício das atividades a serem desenvolvidas pelas instituições públicas e privadas.

Quanto a isto, inclusive, se demonstra necessário mencionar que o próprio ordenamento jurídico prevê, como regra, o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e financeiro, dispondo sobre tal questão por meio de princípios e normas específicas. Concernente a isso, pode-se ressaltar – como “elevado princípio da ordem econômica” –, o princípio contido no Art. 170, VI, qual seja, a defesa do meio ambiente. Nessa esteira, vê-se que a atividade produtiva se encontra limitada no respeito ao meio ambiente, objetivando-se, com isso, que a atividade de exploração econômica atue nos limites da preservação ambiental (REIS, 2005, p. 29). Oportunamente, deve-se salientar, ainda, o próprio Decreto-Lei nº 1.413/75, que em seu Art. 1º impõe às empresas a obrigatoriedade de promoção das “medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes ou prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente” (SIRVINSKAS, 2009, p. 231).

Analisando-se os argumentos expostos, adequado se faz ponderar que é de fundamental importância o intercâmbio constante entre o processo econômico e o meio ambiente; não se pode buscar o crescimento de um, descartando-se o outro, pois, ambos se encontram de certo modo interligados, devendo haver um imediato despertar da coletividade para resolução de tal problemática. Nesse ponto, se demonstra coerente o pensamento apresentado por José Leite e Patryck Ayala, ao afirmarem que “a conscientização global da crise ambiental exige uma cidadania participativa [...] somente com a mudança para a responsabilização solidária e participativa dos Estados e dos cidadãos com os ideais de preservação ecológica é que se achará uma luz no fim do túnel” (LEITE, 2011, p. 41).

Oportuno salientar, ainda, o seguinte:

O desenvolvimento econômico tem consistido, para a cultura ocidental, na aplicação direta de toda a tecnologia gerada pelo Homem no sentido de criar formas de substituir o que é oferecido pela Natureza, com vista, no mais das vezes, à obtenção de lucro em forma de dinheiro; e ter mais ou menos dinheiro é, muitas vezes, confundido com a melhor ou pior qualidade de vida. [...] Mas o conforto que o dinheiro compra não constitui todo o conteúdo de uma boa qualidade de vida. A experiência dos povos ricos o demonstra, tanto que também eles buscam uma melhor qualidade de vida. Porém, essa cultura ocidental, que hoje busca uma melhor qualidade de vida, é a mesma que destruiu e ainda destrói o principal modo de obtê-la: a Natureza, patrimônio da Humanidade, e tudo o que pode ser obtido a partir dela, sem que esta seja degradada. (SILVA, 2013, p. 25)

De fato, o desenvolvimento econômico, dissociado da preservação ambiental, pouco pode no sentido de conceder ao ser humano qualidade de vida, sendo uma verdadeira insanidade, pretender – por meio do dinheiro adquirido –, suprir as necessidades humanas que somente podem ser saciadas por meio da Natureza. Com relação a isto, faz-se indispensável ressaltar, ainda, o acertado entendimento de Leonardo Boff, a saber:

Deve-se buscar o sentido originário da economia, que significa a gestão das carências, e não, como na economia de mercado, o crescimento linear da produção de bens materiais e dos serviços. De uma economia da produção material ilimitada, deve-se chegar a uma economia da produção humana integral, produção do suficiente para todos, também para os seres vivos da natureza. Caso contrário, iremos ao encontro do pior, pois a Terra dá inequívocos sinais de cansaço e mostra limites visíveis em sua sustentabilidade. (BOFF, 2009, p. 55)

Assim, se comprova a urgente necessidade de adequação dos interesses econômicos ao contexto da proteção ambiental, pois, como já robustamente sinalizado, os recursos naturais são finitos, e, a Terra, de fato, encontra-se exausta, sendo primordial a reconsideração do modelo econômico utilizado como base pela sociedade moderna, a fim de garantir a restauração da qualidade de vida da humanidade. Em suma, para garantir melhores condições de vida, deve-se primar não somente pelo progresso econômico, mas, sobretudo, deve-se equalizar tal interesse à preservação do

meio ambiente, priorizando a completa harmonização do ser humano com a natureza e todos os seres nela existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o ser humano e a natureza foi modificada ao longo dos anos e isto é um fato. Lamentavelmente, percebe-se que a humanidade deixou de valorizar a natureza pelo que ela significa, para então apreciá-la, tão somente, pelo que ela pode produzir ou, ainda, por quanto lucro ela pode gerar. Esse comportamento do ser humano tem ocasionado a exaustão dos recursos naturais e obviamente tem conduzido o planeta, cada vez mais, para condições de urgência e perigo iminentes. Ocorre que essa mudança de comportamento da humanidade em relação à natureza possui estreita relação com a modernidade e consolidação do sistema capitalista. Por meio do avanço no campo da ciência, tecnologia e, especialmente, da indústria, o ser humano passou a fazer uso de inúmeras possibilidades de degradação do ambiente físico natural, sendo que tais possibilidades se demonstram potencialmente mais arriscadas e perigosas que aquelas disponíveis antes da “era das máquinas”.

Mediante a análise da modernização e seus efeitos – especialmente a produção industrial em larga escala –, constata-se que resta instaurada uma verdadeira crise socioambiental, com o prenúncio de consequências avassaladoras, que não poderiam ser contidas pelas forças humanas. Visivelmente pode-se notar a deterioração da natureza, por meio da poluição das águas, desmatamento, poluição do ar, esgotamento das condições produtivas do solo, radioatividade, dentre outros, contudo, tais sinais são apenas um ilegível vislumbre das piores consequências que podem suceder, caso a sociedade moderna não desvie o curso de sua jornada catastrófica. A este respeito, pôde-se perceber até aqui que a sociedade moderna se encontra alicerçada nos riscos invisíveis da industrialização e do avanço científico e tecnológico, e isto não se trata somente de um problema ambiental, mas, de uma verdadeira ameaça a todos os outros contextos nos quais a humanidade encontra-se inserida – econômico, cultural, de qualidade de vida, dentre outros.

Dessa forma, vê-se que as ponderações trazidas na presente pesquisa certamente apontam para uma urgente e inquestionável necessidade, a necessidade de reconfiguração do sistema atual da sociedade moderna, por

meio da conciliação do ser humano com a natureza, bem como da conciliação dos interesses econômicos com as perspectivas ambientais. Pelo que se viu, há mecanismos de proteção do meio ambiente, entretanto, tais ferramentas somente serão úteis se associadas à mudança de comportamento da própria humanidade. Por fim, entende-se que é ilógico acariciar o pensamento de que a humanidade pode crescer em detrimento da preservação da natureza, que é seu próprio combustível de vida. Por isso, o despertar para tal questão é urgente, pois o meio ambiente clama por socorro e precisa ser ouvido.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. **História da educação**. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

_____. **Sociedade de risco**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BOFF, Leonardo. **A era das mãos entrelaçadas**. Disponível em: <<http://www.apostilasdamasceno.com/curso/uploads/Interpretacao.Texto.CFS.QPPM.2011.Leonardo.Boff.pdf>> Acesso em: 20 de out. 2015.

_____. **Ética da vida**: a nova centralidade. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

DERANI, Cristiane. **Tutela jurídica da apropriação do meio ambiente e as três dimensões da propriedade**. Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia, Manaus, ano 1, n. 1, p 65- 88, jan 2003.

FERREIRA, Heline Sivini. **Política ambiental constitucional**. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007.

GREENPEACE. **Bhopal**: 20 anos depois, Dow Química ainda não pagou pelo desastre. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/bhopal-20-anos-depois-dow-qu/>> Acesso em: 15 de out. 2015.

JIMÉNEZ, Ricardo. **Resgatar e valorizar outros pilares éticos**: o Bom Viver. In: Conferência Rio+20 - Ateliê Internacional: Biocivilização. Rio de Janeiro, 2011.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 4ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 21ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MAMED, Danielle de Ouro; LIMA, Cyntia Costa de. **Modernidade e mercantilização da natureza**: o ataque aos bens comuns pelos Pagamentos de Serviços Ambientais. In: ANAIS DO IX CONGRESSO DA REDE LATINOAMERICANA DE ANTROPOLOGIA JURÍDICA: SOCIEDADES PLURAIS E ESTADOS NACIONAIS: LIMITES E DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE DE DIREITOS. Pirenópolis: UFG - UnB – PUC PR, 2015.

MARÉS, Carlos Frederico. **Introdução ao direito socioambiental**. In: LIMA, André. O direito para o Brasil socioambiental. Porto Alegre: Instituto Socioambiental, 2002.

MARX, Karl Heinrich. **O capital**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf> Acesso em: 16 de out. 2015.

_____. ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>> Acesso em: 19 de out. 2015.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

REIS, Henrique Marcello dos. **Resumo jurídico de direito econômico**. 21º Vol. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

SALIBA, Aziz Tuffi (Org.). **Legislação de direito internacional**. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2009.

SILVA, José Afonso da Silva. **Direito ambiental constitucional**. 10ª Ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

SIRVINSKAS, Luis Paulo (Org.). **Legislação de direito ambiental**. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2009.

POR UM SOCIOAMBIENTALISMO FEMINISTA

Por un Socioambientalismo Feminista

Bruna Balbi Gonçalves⁹¹

RESUMO: O presente artigo faz uma breve análise da constituição do movimento feminista, em suas múltiplas vertentes. Aponta, com especial ênfase, as tendências do ecofeminismo, formado a partir do encontro das teorias feministas com a ecologia. É no ecofeminismo que se começa a perceber algumas convergências com o movimento socioambientalista. Em um primeiro olhar, pode causar estranhamento essa tentativa de aproximação. Mas, ao longo da pesquisa, resta evidente a necessidade de diálogo entre as teorias. Não nos aprofundamos no estudo do socioambientalismo, mas perseguimos a tentativa de apresentar as contribuições que os debates feministas podem oferecer à sua formação.

PALAVRAS-CHAVE: feminismos; gênero; natureza; socioambientalismo.

RESUMEN: *Este artículo es un breve análisis de la constitución del movimiento feminista, en sus múltiples aspectos. Presenta, con especial énfasis, las tendencias del ecofeminismo, hecho a partir de la reunión de las teorías feministas con la ecología. Es en el ecofeminismo que comienza a darse cuenta de algunas convergencias con movimiento socioambientalista. A primera vista, puede provocar extrañamiento este intento de acercarse. Sin embargo, durante la investigación, es evidente la necesidad de diálogo entre las teorías. No nos adentramos en estudio del socioambientalismo, pero perseguimos el intento de presentar las contribuciones que los debates feministas pueden ofrecer a su formación.*

PALABRAS-CLAVE: feminismos; género; naturaleza; socioambientalismo.

⁹¹Advogada popular e Mestranda em Direito Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Endereço de e-mail: bruna.balbi@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As relações sociais são constantemente explicadas de forma dualista: sujeito/objeto, razão/emoção, cultura/natureza. A dificuldade verificada no uso de conceitos duais é a supervalorização de uma das metades – a razão superior à emoção, a cultura predominando à natureza, o sujeito distante do objeto. A metade exaltada é sempre tida como masculina, enquanto a subjugada é associada ao que é feminino. O ecofeminismo, movimento da década de 1970, vem combater esse dualismo, propondo a abolição das dicotomias machistas e uma nova ética ambiental.

Na mesma direção emerge, mais recentemente, o socioambientalismo, ao propor um novo paradigma: o que é humano - a cultura, o social - interligado ao ambiental, junto à natureza. Nessa perspectiva, humanidade e natureza não se separam. O socioambientalismo se sustenta na emancipação dos povos e comunidades tradicionais e no respeito à diferença, tendo como enfoque principal a luta pelo território.

Considerando que a degradação ambiental compromete de modo particular a vida das mulheres, elas vêm sendo protagonistas nas lutas socioambientais. Por outro lado, quando a questão ambiental é conduzida por interesses capitalistas, adquirindo nova roupagem (sustentabilidade, economia verde, dentre outros), são acentuadas as desigualdades de gênero.

Na verdade, o padrão de dominação capitalista da natureza é sustentado por uma sociedade patriarcal que oprime e explora as mulheres. Esses modelos estão intrinsecamente ligados e, por isso, uma nova forma de pensar a sociedade passa pela insurgência contra toda a estrutura hegemônica de poder. É por isso que, não apenas o ecofeminismo, mas outras correntes feministas vêm combater o sistema de dominação em sua completude, pautando a tríade patriarcado-capitalismo-racismo.

Nesse sentido, o socioambientalismo deve estar aberto a essas teorias, já que superar a suposta superioridade do homem em relação à natureza, mas manter a mulher na mesma posição seria contraditório. O direito ao exercício da pluralidade dos povos e o direito à terra não devem se restringir ao usufruto dos homens; o debate acerca da apropriação dos meios de produção precisa englobar a divisão sexual do trabalho; a mudança da relação do homem com a natureza não se dissocia da transformação da sociedade patriarcal opressora. Por tudo isso, precisamos discutir gênero, raça e classe.

2 FEMINISMO(S) E SOCIOAMBIENTALISMO: UMA BREVE INTRODUÇÃO

É necessário distinguir, para depois aproximar. Essa introdução se dá para fins didáticos, de modo que possamos alcançar uma definição breve e iniciante nos temas do(s) feminismo(s) e do socioambientalismo.

Os feminismos são aqui trabalhados no plural porque, ao contrário do socioambientalismo, não possuem uma base teórica una, podendo ser identificadas diversas vertentes. Conforme Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014, p. 07): “A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero”.

Assim, há diferenças, e até mesmo divergências, entre os diversos feminismos, a depender do enfoque político de cada grupo e suas bandeiras. Por isso, paira ainda uma conotação negativa sobre o termo. Por vezes, atribui-se a ele características de uma pequena parcela do movimento. Assim, embora a tendência majoritária expresse a necessidade de lutar pela conscientização de homens e mulheres sobre a urgência de se criar condições igualitárias para ambos os sexos, há um pré-conceito em afirmar que o feminismo propõe a exclusão e/ou a submissão dos homens (SAFFIOTI, 2001).

Na verdade, o movimento feminista, em suas diversas vertentes, questiona os papéis de gênero estabelecidos socialmente. Reconhece a disposição biológica e a divisão sexual que dela resulta. Mas, critica o argumento falacioso de que as funções socialmente distribuídas entre os sexos tenham como origem uma ordem “natural”.

Segundo Pierre Bourdieu (2002), essa divisão entre os sexos parece tão natural, a ponto de se tornar inevitável, adquirindo um reconhecimento de legitimação social. Assim, as anatomias dos corpos masculino e feminino constituem a base para a diferença que se foi construindo entre os gêneros, desde a divisão do trabalho. Tem-se, nos termos do autor, uma inserção da relação de dominação na natureza biológica, que é, ela mesma, uma construção social. É “a naturalização de uma ética”.

As desigualdades de gênero constituem, portanto, esse cerne comum dos diversos feminismos. Estes se revelam não apenas como teoria política, mas principalmente enquanto políticas feministas. São vertentes

de um mesmo movimento social, que deságuam em uma infinidade de pesquisas acadêmicas, fortalecidas nos idos dos anos 1960, com a segunda onda do feminismo⁹². Nessa simbiose entre teoria e prática política, os feminismos aproximam-se do socioambientalismo, embora este último seja ainda timidamente debatido, e recentemente constituído.

A origem do socioambientalismo é o movimento ambientalista, que apresenta raízes históricas nas colônias, como Caribe, Índia, África do Sul e América Latina, e se desenvolve globalmente a partir de 1972, com a Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas. Mas, a construção do socioambientalismo se dá no Brasil, nos anos 1980, com o processo de redemocratização do país, a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista (SANTILLI, Juliana, 2005).

O socioambientalismo emerge, portanto, como um movimento nacional com o intuito de reunir a luta dos povos da floresta e dos ambientalistas contra o modelo exploratório de desenvolvimento capitalista, de modo que a proteção da natureza não acabe em um conservacionismo purista, que desconsidera o modo de viver de povos e comunidades tradicionais. É, como propõe a nova configuração do termo, a junção teórica do que nunca foi separado: humanidade e natureza.

3 FEMINISMOS E ECOLOGIA: A ORIGEM DO ECOFEMINISMO

Tal como o socioambientalismo, o ecofeminismo também tem suas raízes na ecologia. O termo ecofeminismo é verificado pela primeira vez nos escritos de Françoise D'Eaubonne, na década de 1970. Conforme o próprio termo indica, o ecofeminismo viria representar a união das lutas ecológica e feminista, tendo se originado a partir de variados movimentos sociais (MIES; SHIVA, 1993).

As críticas ao ecofeminismo irromperam rapidamente, já que os feminismos até então discutidos possuíam viés socialista, liberal ou radical, mas se limitavam a tais teorias e não encontravam vinculação com a pauta ecológica.

⁹² Importante salientar que, embora geralmente ocultado na história oficial, as mulheres estiveram presentes em todas as experiências de lutas dos povos oprimidos. A opinião majoritária, e quase consensual, aponta que, enquanto auto-organização, o movimento de mulheres tem início durante o processo que culmina na Revolução Francesa, vindo a ser ampliado na luta por direitos iguais a partir de 1850. (Sempre Viva Organização Feminista, 2015).

A inovação trazida pelas mulheres que se aliaram à ecologia profunda permitia a incursão em um essencialismo considerado perigoso. A aproximação das pautas, por vezes, confundia a relação existente entre a mulher e a natureza, e passava a considerá-la “natural”, “precedente à cultura”.

Ainda hoje, conforme exposto por Rosângela Angelin (2014), há tendências do ecofeminismo que se pautam pela postura essencialista. Com base nas pesquisas de Alícia Puleo, Angelin expressa como representantes dessa visão o Ecofeminismo Clássico e o Ecofeminismo Espiritualista do Terceiro Mundo.

O primeiro considera a naturalização da mulher como mecanismo de legitimação do patriarcado. Mas, proclama uma “ética feminina” de proteção dos seres vivos e atitudes “maternais”, por considerar que as mulheres são naturalmente predispostas à conservação da natureza, ao passo que os homens estariam condicionados à destruição.

A segunda tendência mencionada tem como inimigo principal o discurso do desenvolvimento. Critica a dominação e os processos colonialistas, já que nasce sob influência da Teologia da Libertação. Mas, também defende uma tendência de proteção à natureza imanente às mulheres, fato que atribui ao princípio da cosmologia.

Entretanto, o próprio dualismo existente entre cultura e natureza é prejudicial tanto à compreensão do socioambientalismo quanto do feminismo. A associação da mulher ao natural, ao puro, ao selvagem, recai em um sexismo essencialista, que legitima o homem enquanto opressor – o ser racional, dominante, ao passo que mulher e natureza seriam dominadas.

Ao observador, a impressão é a de que, assim como a natureza, o corpo da mulher deve ser conquistado, descoberto, controlado, uma vez que há, ao mesmo tempo, uma aura de misticismo e perigo que permeiam a ambos. A mulher, e todas as transformações biológicas que seu corpo sofre, são, tal qual a natureza, indecifráveis aos olhos masculinos (...) (JUGLAIR, 2015, p. 24)⁹³.

Os feminismos e o socioambientalismo não negam a relação existente entre mulher e natureza – na verdade, o socioambientalismo não

⁹³ Juglair chega a essa conclusão a partir da análise das percepções quanto à fecundidade humana nos períodos essencialmente agrícolas. Mas, afirma que na modernidade essa visão persiste, propagando a visão do corpo feminino como “o desconhecido com a necessidade de ser controlado” (2015, p. 24). É o que se observa, conforme exemplo da autora, na intervenção excessiva empregada pela medicina nos corpos femininos.

separa humanidade e natureza. Reconhece-se, ainda, em algumas vertentes do feminismo, inclusive em teorias ecofeministas, que por razões históricas a mulher acaba se vinculando de forma mais próxima ao ambiente – é ela quem tem maior contato com a natureza e a comunidade. Frise-se: históricas, não naturais. Essa proximidade é, portanto, um papel social construído ao longo do tempo, e não se aplica a todas as mulheres, em todas as culturas.

Finalmente, a ênfase na dimensão natural do feminino deve ser tratada com muita cautela, porque foi justamente ao redor desta idéia que se construiu um sistema de discriminações e exclusões, não apenas com relação ao gênero, como também à raça e vários povos. Mas ainda, atribuir ao natural uma dimensão absolutamente virtuosa é partilhar de uma visão romântica que desconhece que a natureza tanto pode ser fonte de vida como de morte, de criação como de destruição, de prazer como de sofrimento (SORJ, 1992, p. 150).

A essa tendência do ecofeminismo Alícia Puleo nomeia Ecofeminismo Construtivista. Segundo essa corrente, a relação existente entre a maioria das mulheres e a natureza não é natural, mas origina-se nas responsabilidades socialmente distribuídas ao gênero na economia familiar. No entanto, assim como é produzida uma visão distorcida do feminismo, também se propagam deturpações acerca do ecofeminismo (Angelin, 2014).

Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses e João Arriscado Nunes (2005) classificam o ecofeminismo como uma tentativa de pensar feminismos para o Sul, com base na relação entre *diferença sexual* e ambiente. Diante do que foi exposto até o momento, sabe-se que há uma distinção, pela teoria política feminista, entre sexo e gênero. O que o ecofeminismo, e os feminismos em geral, combatem é a desigualdade entre os papéis socialmente atribuídos aos diferentes sexos – e não uma diferença biológica.

Além disso, os autores afirmam que: “(...) o ecofeminismo defende que a mulher teria uma “relação natural” com o ambiente. Consequentemente, as mulheres estariam “naturalmente” mais aptas a realizar esforços conducentes à proteção e uso sustentável dos recursos naturais” (SANTOS et. al., 2005, p. 49). A partir de uma pesquisa mais ampla e cuidadosa com o assunto, percebemos que a assertiva pode ser verdadeira para algumas vertentes do ecofeminismo, mas não para todas. O Ecofeminismo Construtivista, por exemplo, vai na direção contrária.

Ainda, na mesma obra, os autores criticam a suposta limitação do ecofeminismo, que não articularia a luta contra as desigualdades de gêneros àquelas provenientes das diferenças de classes, étnicas, raciais e geográficas. E sugere que a luta seja orientada para “uma sociedade e um ambiente em que mulheres e homens, adultos e crianças, todos os grupos étnicos e culturas, possam ser reconhecidos como sujeitos da justiça social e ambiental” (SANTOS et. al., 2005, p. 52).

O ecofeminismo segundo Vandana Shiva e Maria Mies trata justamente da “interligação e da abrangência da teoria e da prática”, reivindicando “a força e a integridade especiais de todas as coisas vivas” (SHIVA; MIES, 1993, p. 25). Elas afirmam que houve uma espécie de relação lógica e, ao mesmo tempo, espiritual, entre as mulheres que agiam contra a destruição ecológica nas mais diversas partes do globo. Elas foram, aos poucos, percebendo a ligação existente entre a violência patriarcal contra as mulheres, com os outros indivíduos e contra a natureza, ou seja, contra a própria vida e o planeta.

Shiva e Mies partem da ideia de que mulher está mais próxima à perspectiva de subsistência, necessária à perpetuação da vida, do que os homens. Mas, as mulheres do Sul, principalmente aquelas que vivem uma luta constante pela sobrevivência imediata, estão mais próximas a essa noção que as mulheres urbanas, de classe média e os homens do Norte. Por isso, o ecofeminismo que defendem pauta:

(...) uma vasta camada de assuntos e problemas que enfrentamos, se quisermos preservar a vida neste planeta: a questão do nosso conceito de conhecimento, a questão da pobreza e do desenvolvimento, a questão da industrialização de todas as formas de vida, a procura da identidade cultural e do enraizamento, a procura da liberdade e da autodeterminação no seio de um globo limitado. E finalmente tentamos expor a nossa visão de uma sociedade benevolente com a natureza, as mulheres, as crianças e os homens. (SHIVA; MIES, 1993, p. 32)

Assim, tem-se que o ecofeminismo, em todas as suas variações, explora o potencial de mudanças a partir dos movimentos de mulheres, na crença de uma revolução ecológica feminista, que alcance a todos. Para além desse movimento, que tem como base as relações existentes entre mulheres e natureza, podemos identificar teorias feministas, em diferen-

tes correntes, que agregam ao debate socioambientalista, trazendo à pauta questões que importam tanto à discussão de desigualdade de gênero quanto às contradições capitalistas tipicamente latino-americanas: povos e comunidades tradicionais e natureza.

4. FEMINISMO(S) E SOCIOAMBIENTALISMO: APROXIMAÇÕES E DEBATES

A pluralidade suscitada pelo feminismo ultrapassa as dicotomias entre indivíduo e sociedade. Na verdade, pode-se verificar, em algumas frentes feministas, uma crítica recorrente ao indivíduo abstrato do pensamento liberal. Segundo Biroli e Miguel (2014), ao contrário do que se pode pensar, as relações de gênero não repousam sobre uma questão localizada, mas atravessam toda a sociedade, com efeitos que vão além da luta das mulheres. Na realidade, o gênero é “um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 08).

É assim que a teoria feminista desconstrói, por exemplo, os conceitos de espaço público e privado, tão caros às teorias políticas tradicionais e prejudiciais às questões de gênero, já que limitam o espaço da mulher à esfera privada. Dessa forma, o cuidado com a casa e a família seriam responsabilidades exclusivamente “femininas”, enquanto o espaço público, de luta política, pertenceria naturalmente aos homens.

A separação entre as esferas pública e privada se dá com o surgimento do capitalismo, a partir da política de cerceamento de terras que expropria os trabalhadores dos meios de produção. O feminismo demonstra o nexo entre as atividades realizadas no âmbito privado, vinculadas à reprodução, e no âmbito público, da produção (MORENO, 2015).

O socioambientalismo, que pretende romper com os padrões impostos pela modernidade, deve se atentar a essas formulações. O rompimento com os conceitos de público e privado favorece a defesa dos direitos coletivos, o combate à violação de direitos das comunidades pelo Estado, e a proteção de um interesse popular que se sobressaia ao “interesse público”.

Também no debate igualdade *versus* diferença, que suscita amplos embates no campo dos direitos humanos, a teoria política feminista tem muito a contribuir. Joan Scott (1990), partindo de uma corrente pós-estruturalista, afirma que deveríamos refutar essa oposição em defesa de uma igualdade que se baseie

nas diferenças. Há, portanto, uma necessidade latente de reafirmação da diferença justamente para reivindicar a igualdade. É essa ideia que a autora expressa, por exemplo, na obra em que adjetiva as mulheres de “cidadãs paradoxais”⁹⁴.

Feminists cannot give up “difference”; it has been our most creative analytic tool. We cannot give up equality, at least as long as we want to speak to the principles and values of our political system. But it makes no sense for the feminist movement to let its arguments be forced into preexisting categories and its political disputes to be characterized by a dichotomy we did not invent. (...) we are back, in other words, to the days when “Man’s” story was supposed to be everyone’s story, when women were “hidden from history,” when the feminine served as the negative counterpoint, the “Other,” for the construction of positive masculine identity (...)95. (SCOTT, 1990, pp. 43-44).

De outro lado, situando-se em uma vertente marxista do feminismo, Nancy Fraser rompe com a questão da identidade enquanto modelo-padrão de reconhecimento. Ela atribui ao reconhecimento um “modelo de *status* social”, não abandonando a necessidade de reconhecimento, mas superando a subordinação da mulher sem necessariamente valorizar a identidade de grupo. A autora objetiva, assim, “*desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam*” (FRASER, 2001, p. 109, grifos no original). A proposta de Fraser visa não essencializar a identidade.

Sabe-se que, historicamente, as diferenças foram muitas vezes utilizadas pelas correntes conservadoras e elitistas, legitimando hierarquias sociais. No entanto, o discurso de valorização das diferenças pode estar imbuído da exigência de normas que garantam a equidade, com igualdade de espaços e recursos para a manifestação das identidades, tais como a identidade sexual (BIROLI; MIGUEL, 2014). Por isso é ainda amplamente utilizado e debatido na teoria política feminista.

⁹⁴ Joan Scott escreve, em 2002, “A Cidadã Paradoxal”.

⁹⁵ Na nossa tradução: As feministas não podem abdicar da “diferença”; essa vem sendo a nossa ferramenta de análise mais criativa. Não podemos abdicar da igualdade, pelos menos enquanto quisermos dialogar com os princípios e valores do nosso sistema político. Mas, não faz sentido para o movimento feminista deixar que seus argumentos sejam moldados por categorias preexistentes e suas disputas políticas, para ser caracterizado por uma dicotomia que nós não criamos. (...) em outras palavras, nós voltamos aos dias em que a história “dos homens” deveria ser a história de todos, quando as mulheres foram “escondidas da história”, quando o feminino serviu como valoração negativa, o “outro”, para a construção da identidade masculina positiva (...).

Entre o reconhecimento das diferenças (e das hierarquias internas ao grupo das mulheres) e a identificação de um núcleo de vivências comuns, a partir do qual se definiria uma voz unificada, o feminismo mantém uma rica discussão interna. Ela atravessa a polêmica sobre o multiculturalismo, (...) desemboca nos debates sobre a “política de presença”, a representação política feminina e o acesso à voz (...). Uma vez mais, a teoria feminista tem levantado perguntas difíceis de responder e contribuído para que lancemos um olhar mais apurado sobre a realidade social. (MIGUEL, 2014, p. 92).

Dos diversos questionamentos levantados pela teoria feminista, um em particular interessa sobremaneira às teóricas e teóricos do socioambientalismo. A territorialidade, que é tida como seu tema central, justamente por constituir a reivindicação principal dos povos e comunidades tradicionais, é também trabalhada no feminismo. Neste, não figura somente enquanto luta pelo direito à terra e ao modo de vida tradicional do povo que a habita, embora também adentre com profundidade essas temáticas, mas promove o debate sobre o corpo enquanto outra categoria de território.

A crítica feminista à sociedade de mercado explicitou como foi entendido um retrocesso ideológico no que diz respeito à autonomia das mulheres sobre seu corpo. É visível a imbricação do capitalismo e do patriarcado, uma vez que o corpo das mulheres constitui um campo em que se expressa a relação de dominação dos homens mais próximos a cada mulher, ao mesmo tempo em que cada vez mais a mesma relação de dominação se expressa no mercado, com alcance ampliado. (SOF, 2014, p. 23)

Assim, teoria e política feministas escancaram a relação entre o discurso desenvolvimentista, que fomenta a construção de grandes obras de infraestrutura e a exploração da mineração no Brasil, e a expansão do capital sobre os corpos das mulheres. Além da sobrecarga de trabalho que as atinge, já que a naturalização dos papéis de gênero impõe a dupla jornada, as mulheres enfrentam ainda o mercado de prostituição e a violência generalizada.

Esse processo de expansão do capital sobre os territórios demonstra a imbricação entre patriarcado e capitalismo. Nos locais onde as empresas aterrissam vemos tanto o incremento da prostituição e da violência contra as mulheres quanto a intensificação da sobrecarga de trabalho das mulheres para garantir a produção cotidiana da vida. (SOF, 2015, p. 26)

Na construção de barragens para a geração de energia hidrelétrica, por exemplo, pode-se verificar a existência de situações como: a) um pequeno vilarejo, que passou a ter mais bares e casas de prostituição que mercados, padarias e farmácias, após o início da construção daquela que é tida na localidade como a “Usina do Amor”, e provocou o aumento do crime de estupro e do abuso sexual infantil; b) uma boate, em outra localidade – e acompanhada da construção de outra usina hidrelétrica, que possui uma rede de exploração sexual envolvendo o tráfico de pessoas em situação análoga à escravidão. Dois casos que evidenciam o mesmo modelo: uma exploração direcionada por gênero, raça e classe.

Além disso, as atingidas e os atingidos por barragens são retirados de suas terras. A maioria não recebe qualquer indenização por isso, mas as atingidas percebem a maior desvantagem.

A energia é fundamental para o funcionamento da vida, e o capitalismo se apropria de todas as fontes de energia para extrair lucro. No Brasil, a cada dez habitantes das áreas atingidas por barragens, sete não possuem titularidade da terra, logo, não recebem qualquer indenização quando têm suas terras tomadas para a construção dessas barragens. No caso das mulheres, esta situação é ainda mais grave, pois elas não são consideradas como atingidas no momento da negociação e recebimento de indenização, uma vez que a titularidade da terra está em nome dos homens. O corpo das mulheres é usado para amortecer os impactos do avanço do capital sobre os territórios. A construção de grandes obras gera um grande mercado da prostituição, há um aumento da violência e também da gravidez na adolescência – muitas dessas jovens se tornarão mães solteiras, uma vez que os trabalhadores saem das regiões quando as obras terminam. (SOF, 2015, p. 28, grifos nossos)

Assim, teoria e política feminista combatem o modelo de desenvolvimento em comento e o novo discurso capitalista de uma “economia verde”, que mercantiliza as vidas, os corpos e os territórios das mulheres.

Esse modelo é androcêntrico e antropocêntrico, ou seja, centrado na figura do homem branco, heterossexual, de classe média. A perspectiva feminista sobre a necessidade de se construir um novo paradigma de sustentabilidade da vida amplia a visão sobre a sustentabilidade ambiental que, muitas vezes, não incorpora as relações humanas como parte dos conflitos e das relações de poder

que devem ser alteradas. (...) o ecofeminismo aponta para as dívidas legítimas que não são consideradas pelos Estados: a dívida pós-colonial dos países do Norte para com os países do Sul: uma dívida com as mulheres, por seu trabalho de manutenção da vida, uma dívida intergeracional, ligada aos impactos da acumulação capitalista, e uma dívida com a natureza, pela destruição e extração da energia para a manufatura. (SOF, 2015, p. 27)

Essa realidade social precisa ser exposta e discutida também pelo socioambientalismo. Por isso, quando os teóricos do socioambientalismo questionam, por exemplo, a divisão do trabalho, enquanto principal contradição capitalista, necessária se faz a complementação do tema com o estudo apropriado da divisão *sexual* do trabalho. Não se pode conceituar a divisão de trabalho e propriedade somente enquanto luta de classes. Em *nuestra América* precisamos debater ainda as categorias de etnia e raça. Em um socioambientalismo feminista, acrescenta-se a questão de gênero.

A divisão sexual do trabalho também precisa ser discutida do ponto de vista do exercício da autonomia por mulheres e homens. Ela está na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo – para dedicação ao trabalho, mas também o tempo livre –, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas. Tem relação direta com a socialização, também distinta, de meninas e meninos e com a construção diferenciada de horizontes de possibilidade para mulheres e homens, desde a infância. Esse é um dos sentidos em que nascer homem ou mulher tem impacto sobre as possibilidades de exercício da autonomia (BIROLI, 2014, pp. 113-114)

No âmbito dessas sociedades, há mulheres que optam por casar-se e deixar de exercer um trabalho remunerado, passando a depender financeiramente dos cônjuges. Em sua ampla maioria, as mulheres não possuem essa alternativa e, por isso, além de ficarem muitas vezes subjugadas à vontade dos cônjuges, acumulam mais de um emprego e a responsabilidade, que lhes é atribuída, de cuidado com a casa e as filhas e filhos.

Entre as mulheres para as quais essa não é uma alternativa, uma vez que nenhum adulto na família recebe um salário que garanta o sustento de todos os seus membros, a divisão sexual do trabalho tem peso ainda maior. Historicamente, essas mulheres não tiveram sua experiência restrita à esfera doméstica, mas acumulam, com

frequência, empregos com baixa remuneração e a responsabilidade pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. A divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico, juntamente com a baixa oferta de serviços como creches, reduz ainda mais as opções e o tempo livre das mulheres pobres e negras, ou seja, o pertencimento a um grupo social, a partir de um aspecto determinado da identidade dos indivíduos, não define isoladamente sua posição. É a interação entre diferentes “traços” e diversos elementos das suas trajetórias e pertencimentos que define sua identidade. (BIROLI, 2014, p. 114)

Percebemos, assim, que a estrutura de divisão do trabalho não é apenas de classes, mas também de gênero. E não corresponde apenas a estas duas esferas, mas também engloba a questão étnica e racial.

Desta forma, existe uma divisão do trabalho, da propriedade e do poder, baseada em classes, etnia, raça, e gênero. Estas categorias estruturam as interações das pessoas com a natureza e, portanto, estruturam os efeitos das mudanças ambientais em pessoas específicas, e as respostas das pessoas a estas mudanças. E mais: onde o conhecimento sobre a natureza é experimental na sua base, as divisões de trabalho, propriedade e poder que moldam essas experiências é que dão forma ao conhecimento. Concluindo, as construções ideológicas sobre gênero e natureza, e sobre o relacionamento entre os dois, devem ser vistas como parte interativa desta estrutura, mas não como o todo dela. Em termos de ação, haveria uma necessidade de transformar não só as noções sobre gênero como também a atual divisão de trabalho e de recursos entre os gêneros (GARCIA, 1992, p. 167).

As três esferas estão, portanto, inter-relacionadas: classe, gênero e raça. É a conclusão à qual aduz Heleieth Saffioti, ao afirmar o sistema de dominação enquanto linhas não paralelas, mas uma simbiose complexa entre patriarcado, racismo e capitalismo.

(...) consiste no não-paralelismo, no cruzamento das contradições presentes nas sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo. Se estas contradições corressem paralelamente, seria muito simples, mesmo para aqueles que não detêm um instrumental teórico sofisticado, detectar, compreender e explicar os fenômenos delas resultantes. O nó da questão reside exatamente em mostrar a simbiose entre os referidos sistemas de dominação-exploração. Do entendimento do fenômeno do ângulo da fusão, da osmose, entre

patriarcado, racismo e capitalismo, derivou a estratégia de luta aqui proposta. (SAFFIOTI, 2001, p.112)

A partir desse entendimento, Saffioti desenvolve sua teoria acerca da dominação percebida, por homens e mulheres, no sistema de dominação o qual denomina “patriarcado-racismo-capitalismo” e das possibilidades de luta e resistência que devem ser adotadas para a percepção de uma justiça social - que arrisco interpretar como uma justiça socioambiental.

4.1 “SEM A LUTA DAS MULHERES, AS CONQUISTAS FICAM PELA METADE” (JORNAL SEM TERRA, 1995).

Há que se reconhecer, no entanto, que ainda hoje grupos de pessoas situadas politicamente à esquerda têm dificuldade em admitir a necessidade da luta contra o patriarcado e contra o racismo, que deveria estar situada no mesmo patamar da luta de classes. Acreditam, ao contrário, que o único princípio que estrutura o sistema de dominação atual é a contradição entre as classes. E, sendo assim, abolindo-se as classes, se alcançaria também a igualdade de gênero e raça (SAFFIOTI, 2001).

Estes grupos consideram quaisquer outras lutas como secundárias, e até mesmo um “desvio ideológico”. Para combater o sistema de dominação em sua completude, no entanto, o feminismo deve direcionar-se tanto à socialização dos meios de produção, na luta de classes, quanto à luta contra as discriminações raciais. Não se pode combater a tese de que as lutas de raça e gênero são secundárias e propagar um feminismo de brancas (SAFFIOTI, 2001).

Partimos, portanto, da concepção elaborada por Saffioti do sistema de dominação: patriarcado-capitalismo-racismo. Para defender essa ideia, a autora ressalta que o capitalismo é, na verdade, um sistema de dominação-exploração muito mais recente que os outros dois, não estando relacionado às suas origens. Racismo e patriarcado já existiam na Grécia e Roma antigas, tendo sido atribuídos ao sistema escravocrata e, posteriormente, ao sistema feudal. Com o surgimento do capitalismo, há a simbiose entre os três, tornando-os um único sistema de dominação-exploração, que impossibilita isolar a responsabilidade de cada qual pelas discriminações praticadas contra as mulheres (SAFFIOTI, 2001).

Assim, a autora argumenta que não há como afirmar a transformação da sociedade pela abolição das classes, se não combatermos as demais esferas do mesmo sistema. Igualmente, lutar apenas contra as discriminações raciais e de gênero não resolveria o problema, já que estas estão imbuídas no capitalismo. Para uma transformação radical, no sentido literal da palavra, deve-se ter em mente sempre a tríade da dominação-exploração. Eis a lição ao socioambientalismo e a alguns feminismos, que ainda insistem em negar essa relação.

Por conseguinte, o machismo, presente tanto na cabeça dos homens quanto na das mulheres, contribui enormemente para a preservação do estado de coisas vigente no Brasil, pleno de injustiças, qualquer que seja o ângulo do qual for examinado: das relações homem-mulher, das relações entre as etnias, das relações entre as classes sociais. Estes três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais. Disto decorre o fato de que todas as atitudes machistas reforçam a fusão do trio da dominação-exploração. (SAFFIOTTI, 2001, p. 67)

Nas décadas de 1960 e 1970, as lutas feministas combatiam, de uma forma geral, as três formas vigentes de exploração, opressão e dominação, defendendo uma revolução feminista. É a partir da década de 1980 que o discurso feminista se enfraquece, ao opor-se a violações mais específicas, e não necessariamente ao sistema como um todo. Assim, ao mesmo tempo em que luta pela divisão do trabalho doméstico, por mulheres nos cargos políticos e chefiando empresas, não discute a privatização do cuidado, os limites da democracia e muito menos combate o capitalismo (BIROLI; MIGUEL, 2014).

Evidentemente, há oposição dentro do próprio feminismo. Por isso é que Birolí e Miguel defendem, na mesma lógica de Saffiotti, que a “confrontação radical das desigualdades de gênero, de uma forma que considere *igualmente* as diferentes posições das mulheres, parece implicar a confrontação de outras formas de desigualdade, como as de raça e de classe” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 148).

Desta forma, pode-se dizer que a teoria política feminista, tal qual o movimento, divide-se entre vertentes que enfrentam em maior ou menor grau as estruturas de poder. Resta explícito que, em nenhuma dessas

vertentes, a teoria feminista apresenta soluções objetivas a serem imediatamente colocadas em prática. É um processo construtivo. De toda forma, os debates suscitados pelas feministas podem ser amplamente aproveitados pelo socioambientalismo, que tenta combater o modelo de exploração contra os povos e a natureza vigente, mas ainda não alcança a sua integridade.

Não é fácil, porém, resolver numa plataforma política os dilemas que a teoria política feminista faz aflorar. A afirmação de que uma única matriz de desigualdades, seja ela gênero, classe, raça ou qualquer outra, está na raiz de todas as formas de dominação faz silenciar as experiências de muitos grupos e representa uma simplificação que, hoje, é dificilmente sustentável. O feminismo contribuiu para mostrar isso. Contribuiu para mostrar também que os diferentes padrões de dominação e de discriminação não estão apenas sobrepostos, mas se entrelaçam e produzem padrões novos, específicos. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 151)

Esta seria, portanto, a principal contribuição do feminismo ao desenvolvimento do socioambientalismo: a percepção de que os diferentes padrões de dominação estão sobrepostos, em simbiose. Assim, as mulheres existem e resistem ao contar a história da exploração a partir de novos olhares, muitas vezes apagados dos livros e silenciados nas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o feminismo é constituído por uma variedade de vertentes. Nessa multiplicidade é que reside a complexidade de seu estudo. Por isso, nossas considerações finais são, na verdade, considerações iniciais.

O feminismo emerge com as primeiras organizações do movimento de mulheres. A depender das bandeiras que carregam, as vertentes vão se multiplicando, podendo-se falar em feminismo liberal, socialista e radical. Mais recentemente, na década de 1970, emerge o ecofeminismo, carregado de ideias provenientes da ecologia e do movimento de mulheres por direitos iguais que, em conjunto, desenvolvem novos debates.

No seio do próprio ecofeminismo podem ser identificadas diferentes tendências. Optamos por dar destaque àquela que não essencializa a relação da mulher com a natureza, ao passo que explica como esse processo de aproximação foi sendo socialmente construído. Da mesma forma, os papéis atribuídos aos gêneros constituem uma construção, que é frequentemente naturalizada.

Essas reflexões ecofeministas ressoaram em todo o movimento de mulheres e, hoje em dia, constituem a base de uma grande parcela da teoria política feminista. Assim, o movimento vem discutindo amplamente o modelo de desenvolvimento perpetuado pelo capitalismo, que atinge sobremaneira as mulheres e, dentre estas, de forma ainda mais impactante as mulheres negras e pobres.

Percebemos, portanto, como o sistema de dominação-exploração é composto por uma simbiose entre patriarcado, capitalismo e racismo. A relação entre os três elementos é inseparável, não sendo possível analisar um contexto prático de forma parcial. Da mesma forma, não há como modificar a realidade de dominação sem combater a estrutura como um todo. O fim da luta de classes não carrega consigo a abolição do racismo e da desigualdade de gênero – ao menos não de forma automatizada.

O movimento socioambientalista, que pretende a libertação dos povos e comunidades tradicionais e da natureza, precisa adentrar esse debate. Assim, ao defender os direitos coletivos, pode valer-se da teoria feminista, que ultrapassa as dicotomias entre indivíduo e sociedade, problematizando as noções de público e privado. Quando os socioambientalistas tratam do respeito às diferenças e da identidade cultural, podem resgatar a longa discussão feminista sobre os conceitos de igualdade e diferença.

Ao se debruçarem sobre a questão da territorialidade, podem – e devem – identificar o arcabouço teórico já produzido pelas mulheres, que vêm protagonizando as lutas pelos territórios, enquanto constituem também o grupo frequentemente mais violado pelos avanços do capitalismo. Devem, ainda, inspirar-se na teoria política feminista sempre que forem tratar da divisão do trabalho na sociedade capitalista. A divisão *sexual* do trabalho define papéis, estabelece limites à autonomia e molda a própria relação das pessoas com a natureza.

Há ainda muitos pontos a serem estudados, mas já vislumbramos um horizonte comum: um socioambientalismo feminista, que abarque a questão de gênero e problematize os desafios que vêm sendo expostos pelas mulheres para a superação do atual modelo de desenvolvimento. Sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. **Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero.** Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: <<http://www.univali.br/direitoepolitica>>. Acesso em: jan. 2016. ISSN 1980-7791.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 2 ed.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga. São Paulo: Lua Nova, 2007. pp. 101-138.

GARCIA, Mara Sandra. **Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente.** Revista de Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ ECO/ UFRJ, n. 0, p. 163-168, 1992.

JORNAL SEM TERRA. Sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade. Novembro, 1995.

JUGLAIR, Betina Dal Molin. **Aborto: presente e passado de uma desobediência.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Curitiba. Curitiba, 2015. 70 f.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORENO, Renata. Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. In MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SempreViva Organização Feminista. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001. 11ª impressão.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa et. al. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SOFF. SempreViva Organização Feminista. Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Caderno-de-textos-web.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/04/Cartilha_mercantilizacao.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

SORJ, Bila. **O feminino como metáfora da natureza**. Revista de Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, p. 143-150, 1992

SCOTT, Joan W. *Deconstructing Equality-Versus-Difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism*. **Feminist Studies**, vol. 14, n. 01. Spring, 1988, pp. 32-50. Disponível em: <<https://programadssrr.files.wordpress.com/2013/05/deconstructing-equality-versus-difference-or-the-uses-of-poststructuralist-theory-for-feminism.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

OS SABERES E FAZERES AGROECOLÓGICOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO SOCIOAMBIENTAL

The Agroecologicals knowledges and Doings and
Their Importance to Socio-environmental Right

Katya Isaguirre-Torres⁹⁶

Alessandra Jacobovski⁹⁷

Paola Duarte Prestes⁹⁸

RESUMO: O presente trabalho se vale da experiência do projeto de extensão Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Agroecológica, desenvolvido no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, para demonstrar como a prática extensionista voltada para os agricultores familiares agroecológicos se configura como uma perspectiva de implementação do socioambientalismo. O Projeto teve início no ano de 2012 tendo como entidade parceira a Associação para o desenvolvimento da Agroecologia (AOPA). Seu principal objetivo é o de identificar quais as dificuldades enfrentadas pelos agricultores no tocante a participação nos programas governamentais voltados à agricultura familiar, como o PAA e PNAE, e fomentar o debate sobre temas relevantes. Para isso, valendo-se metodologicamente da observação participante, foram realizadas oficinas de direitos que tinham por objetivo dialogar sobre diversos temas jurídicos que impactam no universo agroecológico, tais como a contaminação genética da produção, o direito humano à alimentação adequada, transgênicos, soberania e segurança alimentar, nova lei florestal, gênero, etc. De seus resultados se pode apontar que a prática extensionista aproxima os alunos do curso de Direito da diversidade das agriculturas do país, estimulando-os a entender que a proteção ambiental se constrói de forma articulada com os saberes e fazeres socioculturais. Ademais, a experiência agroecológica contribui para implementar um paradigma de desenvolvimento socioambiental e de um projeto sociopolítico de maior justiça social e equidade

⁹⁶ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Professora adjunta do departamento de direito público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. kisaguirre@gmail.com.

⁹⁷ Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. alejacobovski@yahoo.com.br.

⁹⁸ Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. paoladprestes@gmail.com.

ambiental, na medida em que atenta para a pluralidade de sujeitos, para sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, para a diversidade cultural das agriculturas, dos povos e experiências que reproduzem outros modelos de uso da natureza e estratégias de solidariedade diferentes do sistema latifúndio. Por fim, na perspectiva socioambiental, a agroecologia acaba por estimular um repensar do ensino jurídico do direito agrário, pois demonstra que a realidade social é muito mais vasta, complexa e problemática do que aquela que o espaço de sala de aula se propõe a enxergar.

PALAVRAS-CHAVE: socioambientalismo; agroecologia; projeto de extensão universitária.

ABSTRACT: This work uses the experience of the extension project Public Policies for Agroecological Family Agriculture, developed in the Law course of Federal University of Parana, to demonstrate how the extension practice with agroecological family farmers configures the possibility of implementing socio-environmentalism. The project began in 2012 as a partner of the Association for the Development of Agroecology (AOPA). Its main objective is to identify the difficulties faced by farmers in participating in governmental programs as the PAA and PNAE, and to stimulate the debate on relevant issues. Using a methodology of participant observation, workshops were held intending to talk about several legal issues that impact the agroecological universe, such as genetic contamination, the right to adequate food, GMOs, food sovereignty and food security, new forestry law, gender questions, etc. The extension approaches law students with Brazil's diversity agriculture, encouraging them to think the build of the environmental protection together with the socio-cultural knowledge and practices. Moreover, agroecological experience contributes on implementing a new development paradigm based on social justice and environmental equality, since observes the plurality of subjects, the agriculture's cultural diversity, the different models of nature's use and a just and sustainable system of production, distribution and consumption of food. Lastly, in a socio-environmental perspective, agroecology stimulate to rethinking the learning of agrarian law, as it demonstrates that social reality is much broader, complex and problematic than that the classroom space aims to see.

KEYWORDS: socio-environmentalism; agroecology; university extension project.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte do contexto de um rural ecologizado, que valoriza as práticas e saberes tradicionais, ambientado no contexto de lutas pela reforma agrária e que opõe ao estilo padrão massificado da agricultura conservadora moderna, altamente tecnificada e que se vale da artificialização da natureza e promove o vazio dos campos. Concebendo a necessidade de se repensar o desenvolvimento baseado em situações de maior justiça social e equidade ambiental, a análise que se pretende fazer se vale de um relato de experiência, a saber do projeto de extensão desenvolvido na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e que tem o nome de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Agroecológica.

O foco do projeto concentra-se na discussão da agroecologia enquanto estratégia de enfrentamento ao modelo da agricultura do agronegócio e concentra-se na aproximação com os sujeitos do campo. A escolha dos grupos da agroecologia se justifica por que se identifica na produção agroecológica uma vontade de se construir uma outra ruralidade, de maior autonomia e com maior equilíbrio ecossistêmico. Dessa forma, se pode dizer que os agricultores familiares e camponeses, povos e comunidades tradicionais que se valem da agroecologia podem ser entendidos como protagonistas de uma outra ruralidade, que parte do direito à terra e ao território mas que qualifica esse direito não apenas enquanto projeto de Estado mas que é construído no cotidiano do ser sujeito.

O papel do Estado nas políticas para o campo, permite identificá-lo como o mais importante protagonista de um projeto de modernização conservadora no campo. O rural “ecologizado” é um projeto advindo do cotidiano, do mundo da vida dos agricultores e agricultoras e de agentes de desenvolvimento com essa visão de mundo, porque traz na matriz uma reação à dominação exclusiva da racionalidade econômica.

O rural “ecologizado” é resultado de uma historicidade dinâmica e complexa, que tem potencial para o enfrentamento da política de modernização da agricultura. A proposta que a partir dos anos 2000 concentra-se na agroecologia reúne uma diversidade de agriculturas “alternativas”,

expressão essa que surgiu ainda na década de setenta, mediante a ação de atores ligados a pastoral da terra e entidades e associações do campo. As críticas ao modelo tecnológico dominante da agricultura, unindo aspectos sociais e ambientais do rural brasileiro, tomou maior força no país no início dos anos oitenta, com os Encontros Brasileiros de Agriculturas Alternativas (EBAA's), que constituíam um espaço de convergência de produtores, de organizações voltadas ao desenvolvimento rural, pesquisadores, estudantes e algumas instituições políticas. As suas primeiras reuniões procuraram enfatizar as consequências negativas do projeto de modernização nacional (por ex. a contaminação humana por agrotóxicos; a perda de qualidade dos solos etc.) e buscaram incentivar a substituição de insumos e o uso de outras tecnologias para um maior equilíbrio ambiental.

Em meados dos anos oitenta, as reuniões seguintes concentraram-se em abordar o controle tecnológico e industrial e a supremacia das grandes empresas fornecedoras de insumos agrícolas. A participação crescente de pesquisadores e estudantes de outras áreas de formação, juntamente com um maior número de agricultores e líderes dos movimentos sociais (MST, CUT etc.) “acabou por propiciar um deslocamento do centro das discussões para as questões sociais relativas à produção” (LUZZI, 2007, p.23 e 24). Conforme Graziano da Silva (2003), a partir desse momento a luta política no campo passou a ser identificada como uma luta de classes, que “deslocava a questão da alternatividade rural em dois campos: ou adequar a tecnologia (o que não garantiria melhores condições de produção, de apropriação e retenção do excedente, de acesso à terra etc.) ou a adequação do camponês”. Para o autor, o caminho para uma produção rural ecológica, participativa e democrática não permitiria outra escolha além da segunda opção.

A experiência do projeto de extensão, ambientada no contexto da ecologização do campesinato, acabou por revelar que a proposta agroecológica possui finalidade com o debate do socioambientalismo, que atualmente ocupa uma posição de destaque nas releituras do direito agrário. É sob essa perspectiva que se procurou delinear o presente artigo.

1 AGROECOLOGIA E A DIVERSIDADE DAS AGRICULTURAS EM PROL DE OUTRA RURALIDADE

O surgimento da expressão agroecologia data da década de 20, como uma espécie de sinônimo de ecologia aplicada à agricultura (LUZZI, 2007, p. 61). Porém, a aproximação destas ciências só veio a acontecer de fato após a década de 50, com o desenvolvimento do conceito de ecossistema. É na década de 70, com as pesquisas em comunidades locais, que a agroecologia emerge como ciência transversal a diferentes ramos do conhecimento. Trata-se de uma concepção de ciência que fomenta um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências para a construção de um novo paradigma produtivo. Sua visão não é a de uma ciência única, pois “as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas”. (LEFF, 2000, p. 37).

O fortalecimento das propostas da agricultura ecológica em torno da agroecologia surgem na América Latina, em meados da década de oitenta, com a publicação de Miguel Altieri, (1987). Junto com Stephen Gliessman (1981) são estes autores os principais difusores da agroecologia como uma estratégia de agricultura sustentável.

A dimensão ecológica, segundo Sevilla Guzmán, é um dos componentes essenciais da agroecologia. O desenvolvimento de sua proposta parte do reconhecimento da unidade do ecossistema como uma unidade funcional da natureza, por suas trocas constantes de energia e matéria (Cf. 2006, p. 208). Para Sevilla-Guzmán a agroecologia pensa o manejo dos recursos naturais de uma perspectiva sistêmica, isto é, considerando a totalidade dos recursos naturais e humanos presentes em determinado agroecossistema, para compreender o papel dos múltiplos elementos que “intervêm, por meio dos processos artificializadores da natureza, para que a sociedade possa obter alimentos” (2006, p. 209, tradução livre). Para o autor esta característica da agroecologia é a que possui maior tradição nos países latinoamericanos.

A agroecologia possui, por este entendimento, duas dimensões fundamentais: a) ecológica e técnica-agronômica; b) socioeconômica e cultural. A primeira dimensão é a que utiliza o conceito de ecossistema para pensar as maneiras que cada grupo humano altera a sua dinâmica. Seu

objetivo é pensar em técnicas que busquem respeitar os mecanismos da natureza, a partir da identificação das características de cada ecossistema existente na realidade local. Considerar as relações sociais na perspectiva da dimensão ecológica, portanto, faz com que a estrutura interna dos agroecossistemas resulte de uma construção social, “produto da co-evolução dos seres humanos com a natureza” (SEVILLA-GUZMÁN, 2006, p. 207). Neste contexto, um dos objetivos da agroecologia consiste em resgatar experiências que demonstrem um maior equilíbrio (na mutabilidade dos ecossistemas) entre a ação humana e a conservação da biodiversidade, observando os fluxos energéticos e princípios naturais.

A segunda dimensão se encontra diretamente relacionada com a primeira, justamente porque reconhece a importância da cultura na determinação do manejo dos recursos naturais pelos grupos sociais. Neste sentido a sua preocupação é a de “obter um maior grau de bem estar à população através de estratégias participativas” (SEVILLA GUZMÁN, 2006, p. 207). Não apenas socioeconômica, mas sociopolítica, a segunda dimensão da agroecologia autoriza buscar estratégias de desenvolvimento voltadas à diminuição das desigualdades sociais, considerando o *empowerment*⁹⁹ das comunidades locais. Para o autor uma intervenção agroecológica deve ser pensada para obter este resultado, caso contrário, não poderá ser assim identificada, “já que os sistemas de estratificação social desequilibrados constituem uma enfermidade sistêmica” (2006, p. 208).

É também nesta dimensão que se pode repensar os modelos de desenvolvimento rural agroecológicos e sua importância para a discussão de contextos de uso e apropriação dos recursos naturais na perspectiva socioambiental.

Na agroecologia, procura-se estimular alternativas de desenvolvimento com potencial transformador “endógeno”, ou seja, que já existem no local, consideradas historicamente e em sua evolução espaço-temporal. Como explica Sevilla-Guzmán, “não se trata de levar soluções rápidas para a comunidade, mas de detectar aquelas que existem localmente e acompanhar e animar os processos de transformação existentes, em uma dinâmica participativa” (2006, p. 21).

Em seguida, segundo Sevilla-Guzmán (Cf. 2006, p. 212-213), é possível estabelecer algumas características, que juntas permitem pensar

⁹⁹A perspectiva de empoderamento é neste trabalho considerada um aprofundamento da democracia, que considera as pessoas como protagonistas de seu desenvolvimento e amplia os espaços de representatividade e participação.

em estratégias de exploração mais adequadas dos recursos ambientais. A primeira delas é a integralidade, que envolve o incentivo às práticas socioculturais que permite o maior envolvimento dos setores econômicos necessários à melhor qualidade de vida da população. A segunda representa-se por “harmonia e equilíbrio” que estimula o devido balanço entre crescimento econômico e qualidade ambiental. A terceira envolve o aprimoramento dos instrumentos de auto-gestão e controle da comunidade local, não negando a participação do Estado. A quarta trata da minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas que, ao lado, da quinta característica (manutenção dos sistemas curtos) são voltadas ao estabelecimento de redes de comercialização alternativas e fortalecimento do mercado local, para diminuir a dependência das comunidades do mercado tradicional. Por fim, a sexta característica trata da utilização do conhecimento local para o manejo dos recursos naturais. O reconhecimento dos saberes rurais tradicionais reafirma a importância da diversidade cultural para a conservação da agrobiodiversidade.

A agroecologia, de acordo com Brandenburg (2005), ao analisar a absorção das questões ambientais no ambiente rural, tem se mostrado um dos caminhos mais relevantes para a reorganização das agriculturas. Afirma o autor que, para o agricultor, “a agroecologia representa muito mais uma possibilidade de assegurar sua reprodução social do que uma ação fruto de racionalidade ecológica orientada por imperativos éticos de reconstrução de sistemas ecossociais” (BRANDENBURG, 2005, p. 5). No contexto Latino-americano, marcado por uma tradição de exclusão social e violência no campo, a proposta agroecológica possui um viés político forte, especialmente no período anterior a sua institucionalização, vinculado à construção de outro projeto de sociedade, de maior justiça e equidade social e ambiental.

Assim, a agroecologia pode ser definida como uma ciência, uma técnica ou uma estratégia de luta política. Sua expansão na América Latina ocorre como reação à implantação do pacote tecnológico da modernização conservadora. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, a agroecologia é entendida como uma proposta de resistência, que neste sentido fornece melhores condições de vida aos sujeitos agricultores. Seu ponto mais benéfico é o de dar condições aos agricultores de poder executar seu projeto de vida com maior liberdade. Estas três dimensões (ciência, técnica e política) da agroecologia são aqui consideradas, especialmente

porque não se pode pensar na transição ecológica da produção alimentar sem o questionamento do modo de produção dominante.

A adoção do termo agroecologia pelos movimentos sociais (em especial o movimento dos trabalhadores sem-terra) ocorre no final da década de oitenta, após a aproximação com outros movimentos da América Latina. Nesse mesmo período os movimentos sociais de luta pela terra passaram a participar dos encontros vinculados à discussão de uma agricultura alternativa e decidiram por adotar alternativas de produção que lhes garantissem maior independência e autonomia na escolha dos seus processos produtivos. A vinculação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foi de muita importância para a articulação de estratégias voltadas a institucionalização da agroecologia enquanto um modelo oficial de agricultura, que ocorre no ano de 2012, com o decreto nº 7794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)¹⁰⁰. A agroecologia, portanto, passa a ser o termo base para o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade socioambiental, isto porque essa prática não considera o campo como um espaço socialmente vazio e procura garantir meios para a reprodução social dos agricultores na mesma linha em que pensam a valorização da agrobiodiversidade.

2 OS SABERES AGROECOLÓGICOS E A TRANSFORMAÇÃO DO UNIVERSO DOS ESTUDANTES DE DIREITO

O interesse na atividade extensionista ambientou-se nas discussões acerca de uma revalorização dos ecossistemas para uma transição do paradigma produtivo para a sustentabilidade. A preocupação com o equilíbrio ecológico das atividades produtivas está intimamente relacionada com questões de fundo político e socioeconômico, tais como a concentração de terras e as escolhas do que e de como produzir. Esse contexto traz uma forte diversidade de sujeitos e de práticas agrícolas, dentre as quais se destaca

¹⁰⁰ O PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), lançado, pela Presidenta Dilma Rousseff, em dezessete de outubro de 2013, é um dos instrumentos da PNAPO (Política Nacional de Agroecologia), instituída pelo Decreto nº 7794, de 20 de agosto de 2012. O Plano, ao qual deu-se o nome Brasil Agroecológico, foi elaborado pelo governo federal, em conjunto com organizações da sociedade civil, que se articulam, a nível nacional, em torno dos temas da agroecologia e da produção orgânica.

o papel da agricultura familiar como responsável pela segurança alimentar do país. Segundo o censo do IBGE a participação da agricultura familiar em algumas culturas concentra-se em torno de 87,0% da produção nacional de mandioca, de 70,0% da produção de feijão, de 46,0% do milho, de 38,0% do café, de 34,0% do arroz, de 58,0% do leite, de 59,0% do plantel de suínos, de 50,0% do plantel de aves, de 30,0% dos bovinos, e de 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (IBGE, 2006, p. 20). A produção de alimentos, portanto, ressignifica a agricultura familiar e camponesa como um importante ator social (que se cria em oposição ao quadro hegemônico de produção) para a construção do direito humano e fundamental à alimentação adequada.

Como afirmam Ferreira e Zanoni a questão temática de “outras agriculturas” traz todo um conjunto de técnicas, práticas e modelos que se opõem ao modelo dominante da agricultura de base moderna. Segundo as autoras, agriculturas “cujos padrões tecnológicos sejam mais adequados à reprodutibilidade dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, mais favoráveis a uma sustentabilidade das próprias explorações agrícolas” (2008 [1998], p. 16). A agroecologia enquanto movimento social e enquanto prática sociotécnica vem se desenvolvendo no Brasil de modo expressivo com o aumento do consumo de alimentos orgânicos e tem sua base nas atividades produtivas da agricultura familiar. A análise do processo de integração crescente dos objetivos socioambientais (tidos como ecologização) no sistema agroalimentar coloca a questão da profundidade das políticas públicas estatais para favorecer uma transição em direção a uma alimentação sustentável.

A questão de fundo que embasou o projeto de extensão “Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Agroecológica” partiu da democracia enquanto um complexo processo de tomada de decisões que, em uma sociedade plural como a brasileira, deve buscar garantir o acesso de todos os grupos sociais nas deliberações, especialmente quando trata de rediscutir bases em prol de outro paradigma produtivo. A natureza radical da democracia (MOUFFE, 2000) requer assumir a flutuação dos interesses que giram em torno das escolhas políticas e o modo como o pensamento dominante legitima consensos, sem esquecer o constante movimento de inclusão e exclusão gerado após a legitimação de cada escolha política. Dessa forma, “a questão principal para a política democrática não é como

eliminar o poder, mas como constituir formas de poder mais compatíveis com os valores democráticos” (MOUFFE, 2000, p. 14), fazendo com que o antagonismo inerente às relações humanas sejam considerados parte valorativa de toda prática democrática.

O debate que se trava nas políticas públicas para a agricultura familiar agroecológica concentra-se, desse modo, na efetividade de formas participativas para a construção desta “outra agricultura”, o que contempla ainda a dicotomia entre agricultura de subsistência e agricultura comercial, assim como as discussões acerca da distribuição da produção (mercado externo e interno) e a construção de novos mercados. As dificuldades de acesso sentidas pelos agricultores relacionam-se com a insuficiência de conhecimentos jurídicos que possam oferecer caminhos para uma atuação plena desses atores sociais, que não apenas garanta condições de fornecer alimentos, mas permita aos envolvidos participar ativamente do processo de tomada de decisões.

A ação extensionista, iniciada no ano de 2012, procurou aproximar a pesquisa dentro do campo teórico das práticas democráticas e objetivou socializar o conhecimento acadêmico abrindo espaço para que o corpo discente pudesse participar criticamente e avaliar os limites e potenciais das políticas públicas para a agricultura familiar. A aproximação da universidade com os agricultores e dirigentes da Associação para o desenvolvimento da agroecologia (AOPA) incentivou um diálogo que concluiu necessário para repensar os rumos do desenvolvimento agrícola brasileiro, sustentado no apoio ao empoderamento dos agricultores.

O projeto procurou metodologicamente trabalhar com a interdisciplinaridade por aproximar questões ambientais e sociais da proposta agroecológica, buscando ir além do campo tradicional do direito agrário e procurando realizar, pela observação participante, ações que se valiam das necessidades sociais dos agricultores para, só depois, buscar a base do conhecimento jurídico que pudesse construir um conhecimento que contribuísse para buscar as respostas a essas necessidades.

Seu principal resultado foi o de construir esse conhecimento dialogado, com o qual todos, alunos e agricultores, aprenderam em um processo constante de trocas. Nas avaliações realizadas, o corpo discente concluiu que as práticas de extensão estimulam pensar a realidade agrária do país e que ela não se resume a um determinado modelo hegemônico de produção e consumo. Ao conviver com realidades diferenciadas, os alunos puderam

perceber que existem estratégias de comunidades locais (sejam essas tradicionais ou não) que podem informar experiências significativas para as discussões em torno do desenvolvimento rural.

A troca de conhecimentos entre agricultores e técnicos agrícolas com alunos da graduação em ciências jurídicas estimulou a capacidade crítica do aluno na investigação de formas de apropriação e uso da terra mais condizentes com a melhoria da qualidade de vida e da conservação da agrobiodiversidade e, desse modo, a atividade extensionista buscou apoiar-se na metodologia educacional freireana, (FREIRE, 1987 [1970]) por buscar ressignificar as bases do direito agrário para que o ensino jurídico nessa área considere que a realidade social é muito mais vasta, complexa e problemática do que aquela que o espaço de sala de aula se propõe a enxergar. É possível dizer ainda que a questão agrária deve se valer “do reconhecimento da diversidade cultural, o fortalecimento da democracia e das formas de gestão participativa, a construção de uma racionalidade produtiva e o resgate do consumo consciente” (LEFF 2006, p. 408-409) como elementos da construção de um outro paradigma democrático para o campo.

Por fim, a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão capacitou construir e reconstruir o conhecimento, entender a formação dos processos sociais e como estes repercutem em processos de inclusão e exclusão no sistema jurídico. As ações desenvolvidas nesses três anos de duração do projeto fomentou a produção de reflexões acerca do modelo de ensino, da importância de se ler o rural na atualidade e estimulou a produção de artigos científicos e monografias de conclusão de curso¹⁰¹. Sustenta-se, então, que a extensão universitária incentiva a pesquisa como “princípio não apenas científico, mas educativo” (FOLLY et al, 2011) e, certamente, como instrumentalização da função política das universidades nas discussões do desenvolvimento rural brasileiro.

Com o conhecimento das práticas agroecológicas, as visitas as feiras de trocas de sementes e as discussões em torno do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar a concepção de extensão enquanto comunicação (FREIRE, 1987 [1970]) foi ressaltada, pois a prática formou e transformou alunos, professores e agricultores, e com essa troca se deu o reconhecimento da necessidade constante do diálogo entre academia e os diversos sujeitos sociais (Estado, instituições,

¹⁰¹ Foram elaborados até o momento três artigos científicos, quatro trabalhos de conclusão de curso e três iniciações científicas.

entidades e organizações não governamentais, movimentos populares, comunidades tradicionais, etc).

3 AGROECOLOGIA, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SOCIOAMBIENTALISMO: O QUE APRENDEMOS COM A EXPERIÊNCIA?

O projeto tinha como objetivo geral verificar em que medida as políticas públicas para a agricultura agroecológica garantem efetivas condições de acesso e participação popular. Seus objetivos específicos eram: a) identificar quais as dificuldades enfrentadas pelos agricultores da agroecológicos ligados à Associação para o desenvolvimento da agroecologia (AOPA) no tocante a participação nos programas governamentais voltados ao fomento da produção orgânica familiar; b) promover oficinas de direitos voltadas a favorecer o acesso e o protagonismo dos agricultores para a participação em projetos governamentais e d) verificar em que medida as políticas públicas para a agricultura familiar agroecológica podem contribuir para uma ressignificação das noções de participação democrática e de cidadania.

A associação para o desenvolvimento da agroecologia reúne cerca de 250 famílias de agricultores agroecológicos de Curitiba e Região Metropolitana. A AOPA é uma das entidades vinculadas a Rede Ecovida de Agroecologia, que desenvolveu os sistemas participativos de garantia para certificação da produção agroecológica e venda ao consumidor¹⁰². As atividades realizadas de início tinham o foco na realização das oficinas de direitos para discutir temas de interesse dos agricultores, tais como o direito humano à alimentação adequada, os limites da legislação para os casos da contaminação genética da produção por transgênicos e agrotóxicos e as questões relativas a organização da produção. Essa última ocupou grande parte das atividades dos anos de 2013 e 2014 por conta da necessidade dos agricultores de acessarem de modo mais abrangente as políticas do PAA e do PNAE. Nesse biênio a extensão participou da elaboração do grupo de estudos para constituição da cooperativa de produtores agroecológicos, a

¹⁰² Para mais sobre o tema leia-se: ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2012.

Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica Cooperativa (COAOPA), acompanhando a discussão entre o modelo associativo e cooperativo, elaborando o estatuto e conduzindo a assembleia de constituição da cooperativa no ano de 2014.

No ano de 2015, os extensionistas procuraram aproximações com outras associações e entidades que tratassem dos interesses de agricultores, com o diálogo com o grupo *Encontra* (geografia, UFPR), foi promovida uma oficina que tratou dos direitos dos agricultores na XIV Jornada de Agroecologia, que foi realizada nos dias 22 a 25 de julho de 2015. Essa oficina considerou o território como dimensão essencial da vida e, a partir dele, procurou elaborar com os participantes quais seriam os direitos que os agricultores poderiam acessar, discutindo potenciais e limites para o efetivo acesso de direitos como a educação, saúde, previdência, moradia, dentre outros.

Também no ano de 2015, o grupo de extensionistas aproximou-se de grupos que se dedicavam a uma discussão sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que surge com a lei florestal 12,651/2012. Dos estudos para o CAR surgiu a aproximação com as comunidades faxinalenses do Estado, o que motivou a conhecer melhor a diversidade dos povos e comunidades tradicionais do Estado do Paraná. A atividade prevista para o CAR, ainda em desenvolvimento, em parceria com o coletivo *Encontra* e o grupo de pesquisadores da pós graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) objetiva aproximar as comunidades dos agentes públicos a fim de pensar qual seria um modelo adequado de CAR que permitisse tratar dos territórios e terras tradicionalmente ocupadas.

Nas reuniões realizadas em cada etapa da atividade extensionista percebeu-se que a necessidade de conhecimento da legislação ambiental seria um denominador comum entre os agricultores familiares, camponeses, comunidades e povos tradicionais. Essa constatação, que se faz no final do prazo institucional de duração do projeto, permitiu que o grupo se rearticulasse em torno de um projeto de extensão voltado especificamente para essa finalidade, o qual será desenvolvido no ano de 2016.

A experiência do projeto extensionista para o professor é gratificante por que é visível a transformação dos alunos para o entendimento das questões do rural brasileiro. A formação contínua a partir de problemáticas reais igualmente incentiva o professor a não permanecer apenas nos modelos ideais teóricos, sendo possível elaborar pesquisas de maior aplicabilidade social.

Para os alunos a experiência extensionista proporcionou uma formação diferenciada, uma vez que oportunizou a vivência de experiências para além da academia, tais como o contato direto com a comunidade e aproximação com diferentes agriculturas e sujeitos do campo, o contato com temas multidisciplinares, pouco explorados no meio jurídico, como a contaminação genética de sementes crioulas, dentre outros temas associados ao socioambientalismo, e a vivência da prática jurídica como meio de auxiliar na resolução de problemas relacionados aos sujeitos do campo. Ademais, pode-se apontar que a partilha de experiências e conhecimentos com diferentes sujeitos permitiu aos acadêmicos o exercício da cidadania e o estreitamento de laços com a comunidade.

A conclusão do grupo é a de que não se pode separar natureza, sociedade e cultura, três noções de fundo para se pensar em alternativas ao desenvolvimento. A aproximação com as questões da agroecologia permitiu essa compreensão e estimulou o grupo a pensar na participação de cada um nas estratégias de resistência ao modelo da agricultura dominante, ou seja, do agronegócio. As atividades realizadas revelaram a complexidade das questões rurais brasileiras e a necessidade de se pensar em resgatar da invisibilidade os sujeitos que trabalham no campo, garantindo a esse o efetivo acesso a direitos e serviços públicos essenciais.

Nesse sentido, foi possível considerar que a luta entre os dois modelos de agricultura existente no país é também luta pelo território, explicita o debate da ecologização do campesinato e de sua importância na qualificação do acesso à terra e na ressignificação da reforma agrária. Isso por que a transgenia, os processos biotecnológicos e os agroquímicos, atuam como conhecimento destituídos de sentido para o camponês, afetando diretamente a soberania e o direito de produzir segundo um conhecimento que restabelece a reapropriação da natureza como meio produtivo, disso resulta sua importância no debate do socioambientalismo. As atividades desenvolvidas possibilitaram compreender que as reivindicações por condições dignas de trabalho e produção no campo está ligada a questões de reprodução sociocultural que acabam por colocar a agroecologia como estratégia de resistência ao modelo convencional da agricultura, que limita a sustentabilidade dos ecossistemas, a autonomia dos agricultoras, agricultores, e, fomenta à soberania alimentar e à segurança alimentar e nutricional. Obviamente, não há que se entender que a proposta agroecológica é uma solução “universal” para os problemas do campo, seu contexto é cheio de

contradições que devem ser levados em conta até mesmo para entender o limites de sua expansão e a manutenção dos seus valores teóricos com a sua entrada na esfera estatal.

4 RAZÕES PARA UMA APROXIMAÇÃO DA AGROECOLOGIA COM O SOCIOAMBIENTALISMO

Para Enrique Leff a degradação ambiental surge como um efeito da crise da civilização moderna (2006, p. 405). Isso se deve, em grande parte, a concepção restrita da natureza enquanto fonte de matérias-primas. A apropriação dos bens naturais comuns e sua transformação em recursos no contexto da racionalidade econômica dominante faz com que a desigualdade social se aprofunde e muitas vezes a pobreza é tida como um fator estreitamente vinculado à degradação ambiental. Mas, nem sempre os discursos atuais de sustentabilidade, especialmente aqueles formulados pelos países centrais, propõem ações voltadas à correção deste desequilíbrio do sistema e a de verificar a atuação dos mercados na distribuição de terras e na definição de modelos produtivos. É nos movimentos ambientalistas do sul que surge “uma concepção alternativa na qual as condições de sustentabilidade se baseiam nos potenciais ecológicos da natureza, na diversidade cultural e numa política da diferença” (LEFF, 2006, p. 407).

O respeito à autonomia e a autodeterminação dos povos também é algo importante para evitar que populações tradicionais e outras acabem por ser neutralizadas e aculturadas pela racionalidade hegemônica. Neste aspecto, a aproximação da agroecologia – enquanto representação da ecologização do campesinato – com o socioambientalismo constitui uma contribuição para a construção de modelo de agricultura e de um modo de vida no campo que se contrapõem aos modelos que degradam a natureza e desorganiza a vida social dos camponeses e agricultores familiares.

Como observa Veiga, a interligação das expressões “social” e “ambiental” era, antes mesmo da reforma ortográfica da língua brasileira, uma necessidade. Como diz o autor:

Pode parecer estranho, mas o processo de adoção do termo socioambiental nada tem de fortuito ou de acaso. Responde a uma necessidade objetiva. A um imperativo que nunca poderá ser en-

tendido – e muito menos explicado – por quem insista em negar ou rejeitar que a relação entre cultura e natureza tenha um caráter essencialmente dialético (VEIGA, 2007, p. 129).

A essa vinculação agrega-se o reconhecimento de processos alternativos de produção os quais também são necessários para pensar na territorialidade de um povo e dos instrumentos para lhes conferir força política. Assim, com essa aproximação pensa-se que a discussão em torno da produtividade ecotecnológica¹⁰³, associada a pluralidade de saberes e práticas socioculturais, protagonizadas por agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais possibilita pensar na academia como um espaço de formação cidadã que pode contribuir em tornar visível a demanda por políticas públicas capazes de recriar outra forma de fazer agricultura, resignificando-a.

Segundo Leroy (2011), existe uma forma de ocupação de territórios e regularização fundiária pelas forças econômicas e políticas, que consiste em sua apropriação pelo agronegócio, visando a produção de *commodities*, de modo que causa a desterritorialização das agriculturas. O capital procede, assim, à “desconstrução e a reconstrução permanente do território, esvaziando-o de sentido e de povos, conforme seus interesses, tornando-o móvel e incerto”. Em contrapartida, para povos e comunidades tradicionais o sentido de território é mais complexo e rico, uma vez que o domínio do território se dá por uma gestão do espaço e formas de manejo peculiares, voltadas para a conservação e controle dos recursos naturais, o que permite a criação de raízes, a manutenção e reprodução das comunidades. Saliente-se que esta noção de território não faz divisão entre áreas de conservação e áreas de produção.

Desta forma, a agroecologia se apresenta como estratégia camponesa de resistência ao modelo de apropriação dos territórios difundidos pelo capital, posto que fomenta um modo de uso e ocupação da terra que promove a consonância do social e do ambiental, conforme se procede com povos e comunidades tradicionais. A agroecologia, assim, acaba por contribuir para a manutenção da riqueza do território, na medida em que conserva as sementes crioulas, o solo e os recursos hídricos, além de ser menos sensível a

¹⁰³ Para Enrique Leff a produtividade ecotecnológica depende do conhecimento cultural das condições de fertilidade dos solos e manejo produtivo sustentável dos ecossistemas; da complementaridade produtiva dos espaços territoriais e dos ciclos temporais e dos ciclos temporais no aproveitamento integral e integrado dos recursos naturais (2006, [2004], p. 433).

variação de preços a que estão sujeitos os monocultores, garantindo a soberania e segurança alimentar do país. De acordo com Leroy (2011, p.4):

Na produção de base agroecológica, a propriedade é percebida como um ecossistema que não está destacado do entorno, em que não há separação, mental e material, entre a produção e a conservação, pois se combinam e se influenciam mutuamente. Essa percepção facilita o reconhecimento da importância do meio ambiente do entorno e o manejo do território como um ecossistema único, em que o construído e o natural se complementam.

Percebe-se, portanto, que a agroecologia é capaz de promover uma reconstrução social, ambiental e ética, posto que é um movimento antagônico a política agrária excludente, bem como fomenta a construção de uma sociedade democrática, com racionalidades para além da predominantemente econômica, como a social, a religiosa, a afetiva e ética. A dimensão ética se revela por meio dos “princípios de autonomia e inclusão, valorizados pelos movimentos agroecológicos, que buscam inserir o indivíduo na comunidade, promovendo a religação, o altruísmo e a ética da solidariedade” (VALLES DE SÁ MAZZAROTTO; BRANDENBURG, 2015).

Nessa perspectiva, é necessário que a função socioambiental da terra não seja restrita apenas a uma dimensão econômico-produtiva (SAUER, FRANÇA, 2012, p. 298) das grandes propriedades, estas voltadas para o modelo do agronegócio. O espaço rural também deve ser visto como um espaço de vida e de preservação da identidade dos sujeitos do campo, os âmbitos social e ambiental devem estar presentes quando se trata do direito à terra, reconhecendo as mais diversas racionalidades produtivas. É dessa forma que a proposta agroecológica qualifica o acesso à terra, ao sustentar como objetivo “desenvolver uma agricultura ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável” (EHLERS, 1999, p.75) face ao agronegócio. Os agricultores agroecológicos lançam mão de conhecimentos tradicionais adquiridos ao longo do tempo e dos recursos locais que lhes são disponíveis, a fim pensar técnicas que respeitem a natureza, identificando as peculiaridades dos ecossistemas do qual fazem parte. (ISAGUIRRE-TORRES, 2012, p.81). Assim a aproximação entre o socioambientalíssimo e a proposta agroecológica parece ser inevitável, uma vez que as duas propostas partem da consideração de que não é possível separar sociedade e natureza.

CONCLUSÕES

O presente artigo objetivou avaliar, a partir da experiência vivenciada pelas autoras no projeto de extensão “Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Agroecológica”, em que medida a aproximação entre a agroecologia e o socioambientalismo é capaz de incentivar um repensar do desenvolvimento rural. A prática extensionista realizada durante os anos de 2012 a 2015 foi entendida como uma importante estratégia para que a universidade cumpra seu papel social nos debates de alternativas ao desenvolvimento. A ação extensionista foi desenvolvida com grupos de agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais que praticam a agroecologia e, desse modo, foi importante por que fez ver que não existe apenas uma, mas sim, há uma dualidade entre o modelo agroecológico e a agricultura conhecida como agronegócio. A primeira, por sua multidimensionalidade, permite compreender que é possível construir alternativas para o campo que sejam de menor impacto ambiental, de maior equidade social e com uma produção e de maior qualidade nutricional.

Seu resultado aproximou os alunos do curso de Direito da diversidade das agriculturas do país, estimulando-os a entender que a proteção ambiental se constrói de forma articulada com os saberes e fazeres socioculturais. Ademais, a experiência agroecológica contribui para implementar um paradigma de desenvolvimento socioambiental e de um projeto sociopolítico de maior justiça social e equidade ambiental, na medida em que atenta para a pluralidade de sujeitos, para sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, para outros usos e estratégias de solidariedade diferentes do sistema latifúndio.

Na perspectiva socioambiental, a agroecologia acaba por estimular um repensar do ensino jurídico do direito agrário, pois demonstra que a realidade social é muito mais vasta, complexa e problemática do que aquela que o espaço de sala de aula se propõe a enxergar. Agregado ao contexto acadêmico, resulta outra importante consideração: a de que não se pode separar natureza, sociedade e cultura. A ecologização do campesinato e a institucionalização da agroecologia com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) ressalta que o debate entre os dois modelos de agricultura existente no país é também uma ressignificação da reforma agrária, pois qualifica o acesso à terra, trazendo à tona questões relativas a agrobiodiversidade, a autonomia dos agricultores, a soberania e o direito de reprodução sociocultural dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambient. soc.** [online]. 2005, vol.8, n.1, pp. 51-64. ISSN 1809-4422. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2005000100004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 16 out. 2015.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2 ed. Guaíba: Ed. Agropecuária, 1999.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; ZANONI, Magda. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Ângela Duarte; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. 2.ed. Curitiba: UFPR, 2008. (Primeira edição de 1998). p.15-29.

FOLLY, Felipe Bley; ISAGUIRRE, Katya; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. **Para além do ensino jurídico (dogmático)**: a necessária interligação pesquisa-extensão na construção (crítica) do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Texto original de 1970).

ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. **Sistemas participativos de garantia**: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2012.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR; Arlindo; TUCCI, Carlos E. Morelli et al (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000, p. 19-51.

_____. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios e bens comuns**. Agriculturas:experiências em agroecologia, v.8, n.4, p. 04 – p.08, 2011.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 182f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MOUFFE, Chantal. Deliberative democracy or agonistic pluralism. **Political Science Series 72**. Vienna: Institute for Advanced Studies (IHS), dez. 2000. Disponível em: < [tps://www.ihs.ac.at/publications/pol/pw_72.pdf](https://www.ihs.ac.at/publications/pol/pw_72.pdf) >. Acesso em 10 ago. 2015.

SAUER, Sérgio; FRANÇA, Franciney Carreiro de. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 5, n.65, p. 285-307, Maio/Ago. 2012 Disponível em: < <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=930> >. Acesso em 30 out. 2015

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. **De la Sociología rural a la agroecología**. Barcelona: Icara Editorial, 2006.

VALLES DE SÁ MAZZAROTTO, A.; BRANDENBURG, A. Agricultura ecológica e a ética da sustentabilidade. In: BRANDENBURG, A.; JEAN-PAUL, B.; LAMINE, C (org.). **Redes de agroecologias**: experiências no Brasil e na França. Curitiba: Kairós, 2015. p.224-p.244.

VEIGA, José Eli da. **Emergência socioambiental**. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE IRATI/PR: DESCRIÇÃO DAS INICIATIVAS DO PODER PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

*Agroecología en la ciudad de Irati/PR:
descripción de las iniciativas del gobierno para
el desarrollo social y ambiental.*

Anne Geraldi Pimentel¹⁰⁴

RESUMO: A agroecologia é uma forma de produção agropecuária que utiliza o conhecimento dos camponeses e que estuda as relações do homem com o meio ambiente para produzir alimentos saudáveis de maneira sustentável e com respeito à natureza. Algumas iniciativas de produzir desta forma têm sido bastante estimuladas, inclusive por poderes públicos, como no município de Irati. Localizado na região centro-sul do Estado do Paraná, nota-se, ainda, a presença de pequenas propriedades agrícolas, que produzem em sistema de agricultura familiar e de forma agroecológica. Pode-se perceber neste município que o poder público tem buscado implementar políticas públicas no sentido de valorizar e manter essas famílias no campo, como a criação de um departamento de agroecologia, vinculado à Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Segurança Alimentar. Assim, o objetivo deste trabalho é descrever e analisar as iniciativas da atual gestão municipal (2013/2016) para incentivar a produção de alimentos agroecológicos. E avaliar se estas iniciativas têm colaborado para a construção de uma justiça social que leve em consideração a redistribuição e o reconhecimento das comunidades camponesas do município.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; meioambiente; agricultura familiar; poder público.

RESUMEN: La agroecología es una forma de producción agrícola que utiliza el conocimiento de los campesinos y el estudio de las relaciones humanas con el medio ambiente para producir alimentos sanos de

¹⁰⁴ Professora colaboradora Unicentro/ Irati; e-mail: hannah_agp@yahoo.com.br

una manera sostenible y con respeto por la naturaleza. Algunas iniciativas para producir de esta manera han sido bastante animados, incluso por las autoridades públicas, como en la ciudad de Irati. Situado en la región centro-sur del Estado de Paraná, tenga en cuenta también la presencia de pequeñas fincas, que producen en la agricultura de manera ecológica y en sistema familiar. Se puede notar en esta ciudad que el Gobierno ha tratado de implementar políticas públicas para mejorar y mantener a estas familias en el campo, como la creación de un departamento de agroecología, vinculado a la Secretaria de Agropecuaria, Abastecimiento y Seguridad Alimentar. Así, el objetivo de este estudio es describir y analizar las actuales iniciativas de la administración municipal (2013/2016) para fomentar la producción de alimentos ecológicos. Y evaluar si estas iniciativas han colaborado a construir a una justicia social que tiene en cuenta la redistribución y el reconocimiento de comunidades campesinas del municipio.

PALABRAS CLAVE: Agroecología; medio ambiente, agricultura familiar, poder público.

INTRODUÇÃO

A agroecologia é uma forma de produção agropecuária que utiliza o conhecimento dos camponeses e que estuda as relações do homem com o meio ambiente para produzir alimentos saudáveis de maneira sustentável e com respeito à natureza. Algumas iniciativas de produzir desta forma têm sido bastante estimuladas, inclusive por poderes públicos, como no município de Irati. Localizado na região centro-sul do Estado do Paraná, nota-se, ainda, a presença de pequenas propriedades agrícolas, que produzem em sistema de agricultura familiar e de forma agroecológica. Pode-se perceber neste município que o poder público tem buscado implementar políticas públicas no sentido de valorizar e manter essas famílias no campo, como a criação de um departamento de agroecologia, vinculado à Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Segurança Alimentar. Assim, o objetivo deste trabalho é descrever e analisar as iniciativas da atual gestão municipal (2013/2016) para incentivar a produção de alimentos agroecológicos. E avaliar se estas iniciativas têm colaborado para a construção de uma justiça social que leve em consideração a redistribuição e o reconhecimento das comunidades campesinas do município.

Assim, este artigo tem como objetivo descrever as políticas públicas do município de Irati, Estado do Paraná, para isso será feita a caracterização da população, que, embora esteja em progressiva diminuição de sua população rural, ainda se nota a presença muito expressiva de agricultores familiares, característica importante para o desenvolvimento da agroecologia. A seguir, a partir do conceito de produção agroecológica, busca-se mostrar o desenvolvimento da agroecologia no município. E, por fim, descrevem-se quaisas alternativas que têm sido construídas pelo poder público municipal e a análise destas políticas públicas frente às orientações do governo federal e entidades internacionais.

1 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

Irati, uma cidade do interior do Estado do Paraná, localizada na região centro-sul¹⁰⁵, cujas características culturais, sociais e econômicas foram determinadas por um processo histórico. Aos cento e oito anos de sua emancipação do município de Imbituva, sua cultura é marcada pela presença dos imigrantes poloneses e ucranianos, que buscaram preservar um pouco das tradições de seus antepassados, com seus pratos típicos, cultos religiosos, língua edanças típicas.

A população, por conta da colonização, é formada com predomínio de brancos¹⁰⁶, que tem como sua principal fonte de renda a agricultura. Mas hoje este quadro está bastante modificado, dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), têm mostrado que a população rural está diminuindo, pois a cidade tem uma taxa de urbanização bastante significativa, em 2010 o grau de urbanização já estava em 79,94%, o que coloca Irati com uma taxa de crescimento da população urbana acima de 1,35%, que é a maior taxa, como o mapa abaixo comprova, assim, hoje a população rural é de 20,06% do total de pessoas:

¹⁰⁵ Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Irati faz parte da região Sudeste do Estado do Paraná.

¹⁰⁶ Segundo o IPARDES, a população branca é de 81,39%.

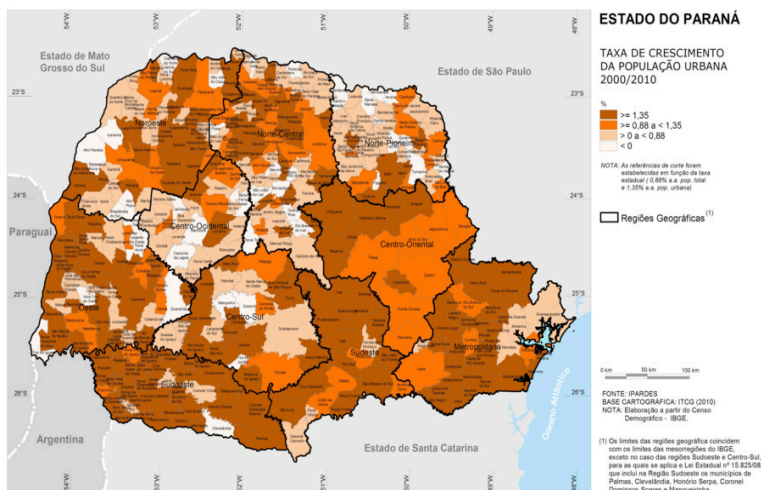


Figura 1: Taxa de crescimento da população urbana 2000/2010

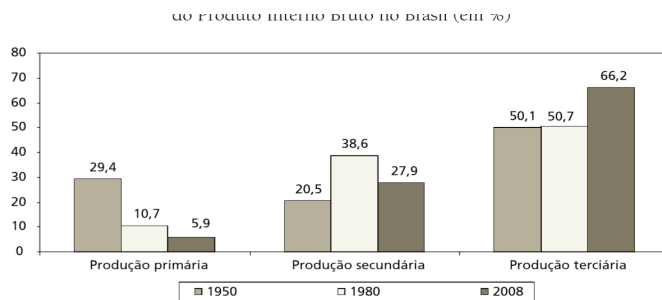
Este êxodo rural se deve a três fatores principais: dificuldade de sobrevivência na área rural; concentração de terras para a formação de latifúndios; e o desenvolvimento de indústrias e do setor de comércio e serviços, que passa a empregar mão-de-obra vinda das zonas rurais. Segundo dados do IBGE¹⁰⁷ e IPARDES mostram que as atividades serviços e indústria ocupam 75,57% do Produto Interno Bruto (PIB), assim, somente 24,43% do PIB é formado por rendas produzidas na agropecuária, cujos principais produtos são a soja, o milho, o feijão das águas e o fumo. Como mostra o gráfico abaixo:



Figura 2: Estatística da produção de Irati 2007

¹⁰⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

Essa dinâmica da produção do município segue a mesma lógica danacional, das informações do gráfico abaixo, sobre a evolução da composição setorial do Produto Interno Bruto (PIB), a produção primária (agrícola) da década de 1950 para 2008 tem decréscimo de 23,5%, enquanto a secundária (indústria e construção civil) e a terciária (serviços) se expandiram. Embora o setor secundário tenha tido uma queda entre os anos de 1980 e 2008, ainda sim manteve um leve crescimento. E o terciário se manteve relativamente estável. Para Pochmann (2013, p. 148), esta dinâmica refletiu na ocupação da força de trabalho nacional, pois “a ocupação do setor primário reduziu-se drasticamente, passando de quase 61% do total de postos de trabalho em 1950 para menos de um terço desse total em 1980.” O que irá contribuir para o êxodo rural na perspectiva nacional, assim como no município de Irati.



Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea).

Figura 3: evolução da composição setorial do Produto Interno Bruto (PIB)

Embora a produção agropecuária não seja hoje predominante na economia da cidade, deve-se notar que dentro deste universo agrícola é encontrada uma grande quantidade de estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar com o número de entre 2000 a 6980, como o mapa abaixo demonstra.

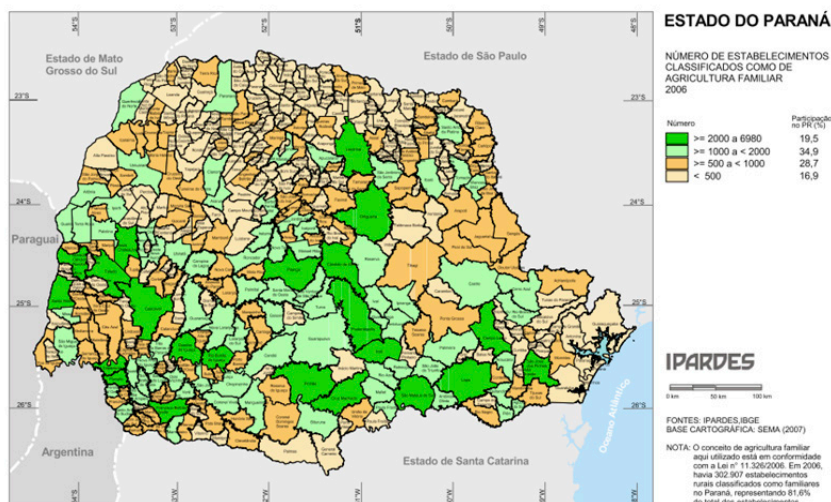


Figura 4: Mapa da Agricultura Familiar no Paraná

O que é bastante significativo se comparado com Inácio Martins, por exemplo, cujo índice de números de estabelecimentos classificados como agricultura familiar é inferior a 500, a despeito de sua população rural, que segundo o censo de 2010 do IBGE, é de 42,54% e a taxa de urbanização é de 57,46%¹⁰⁸, o que indica que sua população ainda é marcadamente rural, cenário muito diferente de Irati, como foi demonstrado anteriormente.

E ainda mais expressivo ao se levar em consideração a lógica do desenvolvimento dentro do modo de produção capitalista, que é a concentração de rendas e de terras. A estrutura fundiária no Brasil, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as propriedades com mais de 2000ha cobriam 31% do território nacional em 2003, já em 2009 esse índice aumentou para 42,5% de propriedades. Desta forma, uma das dificuldades do pequeno agricultor se manter em sua propriedade é o interesse das grandes corporações, grandes latifúndios em adquirir essas propriedades.

¹⁰⁸ Segundo dados do IBGE em 2010.

Uso da Terra	Área (ha)	Porcentagem (%)
Área total	1.215.000.000	100,0
Área urbana	1.215.000.000	100,0
Área rural	1.215.000.000	100,0
Área agrícola	1.215.000.000	100,0
Área florestal	1.215.000.000	100,0
Área de preservação ambiental	1.215.000.000	100,0
Área de proteção ambiental	1.215.000.000	100,0
Área de conservação ambiental	1.215.000.000	100,0
Área de recuperação ambiental	1.215.000.000	100,0
Área de restauração ambiental	1.215.000.000	100,0
Área de preservação permanente	1.215.000.000	100,0
Área de proteção ambiental	1.215.000.000	100,0
Área de conservação ambiental	1.215.000.000	100,0
Área de recuperação ambiental	1.215.000.000	100,0
Área de restauração ambiental	1.215.000.000	100,0

Figura 4: Estrutura fundiária brasileira

Importante observar que o conceito trazido pela Lei nº 11.326/06 de agricultura familiar não caracteriza a realidade das famílias que vivem da produção familiar. Apresenta limitações quanto ao enquadramento dessas famílias, pois em seu conceito aponta que a propriedade rural não poderá ter mais do que 4 módulos fiscais, com isso, uma família que embora se adeque a todas as outras exigências do art. 3º da Lei nº 11.326/06¹⁰⁹, não será caracterizada como agricultura familiar e, portanto, não terá acesso às políticas públicas voltadas para este seguimento da economia, prejudicando-os. Matias (2015, p. 54) fala sobre isso como um dos problemas trazidos pela regulamentação deste conceito:

Existem casos em que o indivíduo ou a família cumprem todos os requisitos legais para o seu enquadramento no conceito, embora o tamanho de sua propriedade ultrapasse o limite estipulado pela lei. O que exclui esse indivíduo, ou essa família, dos beneficiários da lei, deixando-os no limbo jurídico, ou coisa pior, o enquadra no conceito amplo de agricultor, e o coloca em concorrência direta e desigual com o agronegócio. Muitos agricultores e agricultoras são excluídos das políticas públicas para a agricultura familiar devido à análise de caso a partir do tamanho da propriedade.

¹⁰⁹Art. 3º, da Lei nº 11.326/06: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

De fato, todos os programas federais de incentivo à agricultura familiar baseados no Plano Safra da Agricultura Familiar, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), irão estabelecer políticas públicas para a produção e comercialização desses produtos, estão embasados no conceito de agricultura familiar da lei referida. Assim, muitas famílias não terão acesso, por exemplo, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que institui linhas de crédito aos agricultores familiares; ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos quais o Estado faz a compra direta dos produtos da agricultura familiar. Ou mesmo às políticas públicas municipais, que mesmo menos expressivas, existem na cidade de Irati voltadas não só para a agricultura familiar, mas também para a produção agroecológica.

2 AGROECOLOGIA EM IRATI

O conceito de agricultura agroecológica é um sistema de produção agrícola sustentável praticado por camponeses, que busca valorizar o saber popular, utiliza métodos biológicos para manter a produtividade da terra e respeita a biodiversidade local. Assim, a agroecologia irá proporcionar, segundo Gliessman:

o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (GLIESSMAN, apud OKONOSKI, 2012, p. 67)

Katia Isaguirre-Torres (2012, p. 81) aponta que a agroecologia deve ser considerada não só na dimensão da produção, construída de forma ecológica, por meio de técnicas que respeitem os mecanismos da natureza, mas também considerada na dimensão “socioeconômica e cultural”. Esta, por valorizar os saberes populares; e, socioeconômico, pois a agroecologia “autoriza buscar estratégias de desenvolvimento voltadas à diminuição das

desigualdades sociais” (ISAGUIRRE-TORRES, 2012, p. 82). Desta forma, deve-se pensar não só na produção agroecológica, como possibilidade econômica aos produtores, mas também é forma de dar acesso a alimentos saudáveis e a preço justo para toda a população, ou seja, pensar em um comércio justo da produção agroecológica.

Ressalte-se que há muitas diferenças entre produção agroecológica, produção convencional e produção orgânica. O sistema convencional de produção agrícola está baseado na monocultura, utilização de fertilizantes e agrotóxicos, sementes padronizadas e trabalho mecanizado, segundo Okonoski (2012, p. 59), ou seja, sem qualquer preocupação com o meio ambiente ou respeito aos saberes tradicionais do camponês.

Como também se diferencia da produção orgânica, pois embora haja a exclusão do uso de agentes químicos como os fertilizantes e agrotóxicos, ainda se baseia na monocultura, que tem impactos ao solo, levando ao cansaço e esgotamento dos seus nutrientes, além de que, esta produção também é vista como uma mercadoria, mas que possui um valor agregado, portanto, encontrada no mercado com preços elevados e inacessíveis à maioria da população. Caporal e Costabeber (2015, p. 267) afirmam que não é agroecológica aquela produção agrícola que simplesmente abole o uso de fertilizantes e agrotóxicos químicos do processo produtivo, pois mesmo o uso dos componentes de forma orgânica também podem trazer desequilíbrios ambientais (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p.269), ou mesmo que:

Opções desta natureza podem estar justificadas por uma visão tática ou estratégica, visando a conquista de mercados cativos ou nichos de mercado que, dado o grau de informação que possuem alguns segmentos de consumidores a respeito dos riscos embutidos nos produtos da agricultura convencional, supervalorizam economicamente os produtos ditos “ecológicos”, “orgânicos” ou “limpos”, o que não necessariamente assegura a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através dos tempos. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p.268)

Portanto, a agroecologia não se atém somente produção de produtos sem agrotóxicos, mas também se preocupa com o meio ambiente, buscando práticas sustentáveis de produção, como a diversificação da produção, o que contribui para o não desgaste dos nutrientes do solo; com práticas agroflorestais, preservam as matas e florestas; bem como se preocupa com o destinatário destes produtos, procura conscientizar toda a população de

sua importância e prevê a comercialização a preços justos, através da venda direta aos consumidores em feiras.

Agroecologia e agricultura familiar têm relação direta, pois essas práticas de diversificação da produção e agroflorestais só são possíveis em pequenas propriedades, uns dos motivos é que esta é uma produção que não aceita a mecanização do trabalho, como nas grandes monoculturas, que todo o processo já está mecanizado, desde o preparo do solo até a colheita. Isso não significa menor produtividade nesse tipo de propriedade, pois pequenos produtores que se baseiam na policultura, em termos de produtos colhidos por unidade de área, têm produtividade superior às monoculturas em até 20 a 60%, segundo Altieri (2012, p. 370). Assim, é neste sentido que o autor irá afirmar cinco razões para se revitalizar a agricultura camponesa, citar-se-á duas:

- b. Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas;
- c. Pequenas propriedades diversificadas representem modelos de sustentabilidade.(ALTIERI, 2012, p. 363).

Em Irati há, dentre os pequenos agricultores, famílias que produzem de forma ecológica, alguns deles ligados a uma associação, a ASSIS¹¹⁰ (Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis), formada por agricultores das cidades de Irati, Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares e Rio Azul, com a função de auxiliar os agricultores tanto em sua formação, como na produção e na comercialização dos produtos. E existem, ainda, outros agricultores individuais, mas que também se preocupam em produzir de forma a respeitar o meio ambiente.

Obviamente, que há um processo que não é fácil, muito menos linear na transição desses agricultores convencionais para ecologistas. Por exemplo, na comunidade de Arroio Grande, em Irati, vários tipos de situações, como produtores convencionais ao lado de propriedades que estão em processo de transição para a agroecologia; ou mesmo propriedades que possuem os dois tipos de produção; muitos plantam fumo convencional; outros fumo orgânico. Além disso, outros problemas são apontados no mapeamento sobre a agroecologia na região centro-sul. Realizado pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), o estudo aponta para

¹¹⁰ Informações retiradas do site: <http://assisirati.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE IRATI

Em Irati o poder público municipal tem se mostrado interessado no desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia. Uma das primeiras iniciativas foi a designação de subvenções sociais a associações de agricultores familiares. Por isso, a importância deste tipo de organização institucionalizada, como é desde 2004 a ASSIS, que vem recebendo esses auxílios instituídos em dotação orçamentária do governo municipal, que no ano de 2006 declara, sob a Lei municipal 2.402/06, a sua utilidade pública, para, então, passar a receber as subvenções sociais, o primeiro registro de aprovação do crédito é do ano de 2008. Esses valores terão como objetivo suprir as necessidades de assistência técnica, para a formação técnica dos agricultores, desenvolver a produção e promover a comercialização dos produtos.

Foram designados os seguintes valores:

ANO	VALOR (em Reais)
2008	18.000,00
2009	18.000,00
2010	9.000,00
2011	12.600,00
2012	15.000,00
2013	Não foi encontrado
2014	32.250,00
2015	Não foi encontrado

Fonte: Câmara Legislativa de Irati, org. da autora.

Da análise dos dados acima, percebe-se algumas questões: o reconhecimento da utilidade pública e a primeira subvenção foram realizadas no primeiro mandato do prefeito Sergio Stoklos (PSB); até 2012 elas foram realizadas anualmente, embora com alguns disparates no valores, como de 2009 para 2010 houve a redução pela metade do valor e, nos anos seguintes, aumentaram um pouco, mas sem chegar aos primeiros valores; em 2013 não foi encontrado nenhuma lei designando valores para o crédito de subvenção à ASSIS, no mandato do novo prefeito Odilon Burgath

(PT); em 2014 houve um aumento expressivo, chegando a um valor maior que o dobro do ano de 2012; e em 2015, novamente não foi encontrado nenhum valor.

No entanto, foi no mandato do prefeito Odilon (PT) que foi criado o Departamento de Agroecologia e Agricultura Familiar, no final do ano de 2013, pela Lei Municipal 3.773/13, que está vinculada à Secretaria da Agropecuária, Abastecimento e Segurança Alimentar. O art. 19 da citada lei, discrimina objetivos como incentivo a produção e produtividade agropecuária; desenvolvimento de programas educativos e de extensão rural integrados aos órgãos federais e estaduais; fomento à comercialização através de feiras livres.

Para financiar as atividades para o desenvolvimento da agroecologia foram deliberados valores orçamentários pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos anos de 2014, 2015 e 2016, com as seguintes dotações:

ANO	VALORES (em Reais)	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2014	80.000,00	80
2015	84.672,00	100
2016	49.616,84	120

Fonte: Câmara Legislativa de Irati, org. da autora.

Percebe-se, dos dados referidos acima, que apesar haver sido criado um departamento e modificar as atribuições da Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Segurança Alimentar, não se refletiram em reais políticas públicas. Embora em 2014 tenha havido muitos investimentos, tanto através do departamento como da subvenção dada à ASSIS, conforme os dados da tabela anterior; em 2015, o departamento recebe investimentos, quase sem alteração do valor, mas a ASSIS não recebe. Além de que, a meta de famílias beneficiadas é maior, portanto, o mesmo valor para um número maior de famílias, ou seja, em dados relativos, os investimentos municipais veem regredindo. E não é só, para 2016 os valores são ainda menores, mas a meta de famílias beneficiadas é aumentada.

Comparando com a receita bruta do município dos anos de 2014 e 2015 os gastos consolidados com a agroecologia, compreendendo tanto as subvenções quanto os valores destinados ao departamento de agroecologia e

agricultura familiar, eles foram de 0,13% em 2014 para 0,08% em 2015. Isso significou, então, uma redução dos gastos públicos municipais com o desenvolvimento de políticas para a agroecologia em 0,05%, em dados absolutos, mas se considerar o aumento do número de famílias atendidas, esse percentual fica ainda menor. Isto significa uma retração dos investimentos públicos municipais para o desenvolvimento da agricultura familiar e a agroecologia, mas sem caracterizar uma mudança no sentido dessas políticas públicas.

Cabe ressaltar que a adoção destes investimentos públicos, embora não sejam efetivos em sua finalidade, veem em consonância com as diretrizes de organismos internacionais. Como a Organização das Nações Unidas (ONU) que declarou o ano de como o “Ano internacional da Agricultura Familiar”¹¹¹, e apontou que a agricultura familiar tem importante papel social, econômico, cultural e ambiental, ressaltando a necessidades dos países de incentivar essas práticas como forma de combate a pobreza e a fome. Para isso, um dos objetivos que a organização propõe é:

Apoiar a formulação de políticas que promovam a agricultura familiar sustentável, incentivando os governos a estabelecerem o ambiente propício (políticas favoráveis, legislação adequada, planejamento participativo para um diálogo sobre políticas, investimentos) para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.¹¹²

Pari passu com essas diretrizes foi que o governo federal implantou e expandiu alguns programas para a agricultura familiar, como o Pano Safra da Agricultura Familiar, cujo responsável pela execução destas políticas é Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Citam-se alguns exemplos de políticas públicas: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que institui linhas de crédito aos agricultores familiares; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos quais o Estado faz a compra direta dos produtos da agricultura familiar. Programas que foram citados como exemplo para a promoção e desenvolvimento agrícola pela ONU em documento publicado recentemente:

En el Brasil, el apoyo y la promoción de la agricultura familiar han constituido en los últimos años una prioridad del Gobierno. A tal fin, se creó en 2003 el Programa Nacional de Fortalecimiento de

¹¹¹ Informação retirada do site: <http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>

¹¹² <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/objetivos-e-linhas-de-acao/pt/>

la Agricultura Familiar (Programa Nacional de Fortalecimiento da Agricultura Familiar [Pronaf]). Incluye, entre otras actividades, la concesión de créditos para actividades productivas en las zonas rurales. En los últimos años, el Pronaf ha financiado cerca de dos millones de préstamos, por valor de unos 10 000 millones de dólares estadounidenses, especialmente en las regiones donde se concentra la pobreza rural. El crédito se concede actualmente a una tasa de interés anual subvencionada del 2 % para apoyar las explotaciones familiares y está cubierto por un seguro (FAO, 2015, p. 80)

Para Tânia Araújo (2013, p.161) esses programas se constituíram como um importante instrumento para o desenvolvimento regional do país, que irá marcar uma ruptura do governo de Lula com as linhas básicas do neoliberalismo do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois há a busca da redução da pobreza através da implantação de políticas sociais, como a da agricultura familiar:

A base agropecuária organizada pelos produtores familiares também se beneficiou do novo momento vivido pelo país, por responder pela maior parte da demanda dos alimentos básicos da dieta dos brasileiros, como constatou o Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E o governo federal ajudou, passando o valor anual do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) de R\$ 2,2 bilhões – teto deixado pelo governo Fernando Henrique Cardoso – para R\$ 16 bilhões, no final do mandato de Lula. Outras iniciativas se somaram para apoiar esse tipo de produtor, tão desvalorizado pelos conservadores, como o programa que articula a demanda da merenda escolar e a produção local de alimentos ao exigir que 30% das compras sejam locais. Regionalmente, tais estímulos são significativos no nordeste (onde está a maioria dos produtores familiares do país) e no Sul (onde esse segmento é representativo e bem organizado), beneficiando também o norte, uma vez que tais produtores têm peso importante na região. (ARAÚJO, 2013, p.161)

Contudo, a autora esquece-se de mencionar os efeitos dessas políticas, parecendo um pouco distante da realidade dos camponeses. Neste caso, aponta-se algumas questões, como o pequeno e inexpressivo investimento do governo Lula em Reforma Agrária, pois é impossível falar de agricultura familiar num país dominado pelos latifúndios e pelo agronegócio. Outro problema é a falta de mercado para o escoamento da produção

destes pequenos agricultores, com essas dificuldades eles acabam não conseguindo pagar os empréstimos, causando, desta forma, o endividamento dessas famílias, o que pode agravar a situação ao invés de melhorar, como Bernardo Mançano Fernandes assinala:

essas políticas ainda não foram suficientes para mudar o quadro de pobreza nos assentamentos e no campo, como veremos na próxima parte deste artigo. Ainda, a lógica do Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem contribuído muito para o endividamento das famílias assentadas, sendo um dos programas que precisam ser reformulados. (FERNANDES, 2013, p.198)

Para solucionar o problema da comercialização dos produtos da agricultura familiar, o governo federal lançou programas sociais para criar mercado para os produtos dos pequenos agricultores familiares, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também seguindo orientação dos organismos internacionais.

Assim, é no bojo dessas diretrizes da ONU e do governo federal que o município cria o Departamento de Agroecologia e Agricultura Familiar, bem como investe em gastos sociais como as subvenções à ASSIS, associação de pequenos produtores familiares e agroecológicos. Ou mesmo como parceira para a realização da 14ª Jornada de Agroecologia, um evento estadual, promovido pelos movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Vía Campesina.

Mas que essas políticas encontram-se esvaziadas por conta do processo político eleitoral, no qual a oposição se utiliza de forma pejorativa, tornando esses investimentos sociais em instrumentos para denegrir a atual administração. Além dos cortes realizados nos gastos públicos com a finalidade de financiar a campanha para a reeleição, por isso o departamento neste ano de 2015, encontra-se sem chefia, isto porque quem ocupa o cargo recebe um adicional e, para economizar, a pessoa que ocupava o cargo foi destituída, embora o departamento permaneça existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca de uma justiça social, Nancy Fraser e Axel Honneth (FRASER; HONNETH, 2006, p.17) acreditam ser necessários políticas que pretendam a distribuição mais justa dos recursos e da riqueza, bem como políticas de reconhecimento que respeitem as diferenças. No entanto, diferem quanto à percepção da relação entre elas. Para Fraser (FRASER; HONNETH, 2006, p. 14), redistribuição e reconhecimento são categorias co-fundamentais para a realização da justiça social, mas para Honneth, reconhecimento é consequência de redistribuição, desta forma, o autor realizar políticas de redistribuição irão desenvolver tanto a justiça social quanto o reconhecimento das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

A agroecologia tem-se mostrado um caminho importante na tentativa de se concretizar uma justiça social, pois ela reconhece a luta do camponês para se manter no campo; reconhece e valoriza os saberes e culturas diferentes; reconhece a luta de classes, na qual o camponês luta com grande dificuldade contra o poder econômico do agronegócio; reconhece a necessidade de respeitar o meio ambiente e produzir de forma a trazer menos impactos negativos à natureza. A agroecologia é capaz alcançar políticas de redistribuição da riqueza, pois ao dar condições do camponês produzir e se manter no campo, também dá acesso ao consumidor a alimentos mais saudáveis e a preços mais justos, pois ao comercializar através da venda direta, priorizando os alimentos produzidos na região, torna os alimentos mais acessíveis a toda população.

Contudo, percebeu-se que o poder público não tem conseguido efetivar a justiça social através das políticas públicas e investimentos sociais. No município de Irati, como foi visto, embora haja algumas iniciativas do poder público em investir no desenvolvimento da agroecologia e agricultura familiar, elas acabam se perdendo no emaranhado do jogo político e eleitoral.

Mesmo tentativas de regulamentação, como o conceito de agricultura familiar, proposto pela Lei nº 11.326/06, não consegue realizar políticas de reconhecimento do camponês, isto porque ela acaba causando estranhamento entre os agricultores que, embora se reconheçam como agricultores familiares, são excluídos das políticas públicas por não se enquadrarem no conceito legal.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ed.rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ARAÚJO, M. M. (org). **A agricultura familiar e o direito à alimentação: conquistas e desafios.** Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2015.

ARAÚJO, T.B. **Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula.** In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A..**Agroecologia:** conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In: NOVAES, H.(org). **Questão agrária, cooperação e agroecologia.** 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

ENGELMANN, S. A. **A organização do território a partir do paradigma da agroecologia no acampamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa/PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 121 fls. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, Estado do Paraná, 2011.

FAO. El estado mundial de la agricultura y la alimentación La protección social y la agricultura: romper el ciclo de la pobreza rural. Roma, 2015. Disponível no site: <http://www.fao.org/3/a-i4910s.pdf>

FERNANDES, B.M. **A reforma agrária que o governo lula fez e a que pode ser feita.** In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FOLADORI, Guillermo. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** *Ambient. soc.*, Campinas , n. 6-7, p. 169-173, June 2000 .

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2000000100010&lng=en&nrm=iso>. accesson 27 Sept. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2000000100010>.

FRASER, N. [e] HONNETH, A. **Redistribuição o reconhecimento? Um debate político-filosófico**. Madrid, A coruña: Ediciones Morata, Fundación PaideiaGaliza, 2006.

GUHUR, Dominique. **Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética**. In: NOVAES, H.(org). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

ISAGUIRRE-TORRES, K. R. **Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em meio ambiente e desenvolvimento. 268 fls. UFPR: Curitiba, Paraná, 2012.

MATIAS, W. C. S. [et. al.]. **O reconhecimento da agricultura familiar: avanços e desafios no campo a partir da Lei 11.326/06**. In: ARAÚJO, M. M. (org). **A agricultura familiar e o direito à alimentação: conquistas e desafios**. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2015.

OKONOSKI, T. R. H. **Diagnóstico de duas trajetórias produtivas distintas – a agroecologia e a agricultura convencional: suas perspectivas para o desenvolvimento rural de São Mateus do Sul/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 102 fls. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, Estado do Paraná, 2012.

POCHMANN, M. **Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI**. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

O AGROTÓXICO E O TRANSGÊNICO DE CADA DIA O AGRONEGÓCIO (JÁ) NOS DEU HOJE: SOCIOAMBIENTALISMO E (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR

The pesticide and GMO of Each Day the Agribusiness (Already) Guiven
us Today: Socioenvironmentalism and Food (In) Security

*“Que seu alimento seja o seu remédio e que seu remédio seja o seu ali-
mento”*

Hipócrates

Jaciele Piskorski Pinto de Lima¹¹³

Sheila Magali Moser Isensee¹¹⁴

Roberta Oliveira Lima¹¹⁵

RESUMO: Este artigo inicialmente tem como objeto de estudo os alimentos transgênicos ou geneticamente modificados, os agrotóxicos e sua relação com o direito humano a uma alimentação segura por parte dos membros de nossa sociedade. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a coleta de dados em sítios eletrônicos de teses e dissertações de pesquisa atinentes ao caso. Diante desse contexto de (in)segurança alimentar, busca refletir acerca das consequências para a saúde humana da ingestão e contato com agrotóxicos e alimentos geneticamente modificados os quais promovem a intoxicação da população, através do aumento do uso de pesticidas e suas graves consequências socioambientais. Na esfera do consumo, aborda-se ainda o direito à informação, o qual deve ser analisado e interpretado de forma integrada conforme preconizam os paradigmas socioambientalistas. A rotulagem dos alimentos é de suma importância nessa análise, pois busca garantir aos consumidores as informações necessárias à segurança alimentar, fato este que vem sofrendo oposição por partes de setores econômicos de nossa sociedade, como o agronegócio. Por fim, apresentam-se perspectivas para a implementação do socioambientalismo dentro da seara da segurança alimentar.

¹¹³ Acadêmica de Direito 8º Período- Faculdade Sinergia Sistema de Ensino. Email: jacyp19@hotmail.com;

¹¹⁴ Acadêmica de Direito 8º Período- Faculdade Sinergia Sistema de Ensino. E-mail: sheila.isensee@hotmail.com;

¹¹⁵ Doutoranda em Direito e Sociologia- Universidade Federal Fluminense. Mestre em Gestão de Políticas Públicas- UNIVALI. Advogada. E-mail: roberta_lima@id.uff.br.

PALAVRAS-CHAVE: alimentos transgênicos; agrotóxicos; socioambientalismo; agronegócio.

ABSTRACT: This article initially has as object of study GMO foods or genetically modified, pesticides and their relation to the human right to healthy food by the members of our society. The methodology used was literature review and data collection in electronic sites of theses and research dissertations pertaining to the case. In this context of (in) security, aims to reflect about the consequences for human health from ingestion and contact with pesticides and foods genetically modified which promote intoxication of the population, by increasing the use of pesticides and their onerous social and environmental consequences. In the sphere of consumption, it discusses also the right to information, which should be analyzed and interpreted in an integrated manner as advocated in the socioenvironmental paradigms. Food labeling is of paramount importance in this analysis because it seeks to guarantee to consumers the information necessary for food security, a fact that has come under opposition from parts of economic sectors of our society, such as agribusiness. Finally, they present prospects for implementing the socioenvironmentalism within the food security.

KEYWORDS: GMO; pesticide; food security; socioenvironmentalism; agribusiness.

INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa atualmente uma posição de destaque quando o assunto é a utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas em suas lavouras, além de que estudos comprovam os seus graves danos à saúde e ao meio ambiente.

Nesse cenário, os impactos para o meio ambiente e para a saúde humana têm sido tratados de forma negligente por diversos setores de nossa sociedade, ainda quediante de fatos e estudos preocupantes. Além disso, a contaminação dos recursos ambientais passa a ser uma realidade cada vez mais presente eameaçadorada qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Portanto, a relação entre meio ambiente, saúde humana e agrotóxicos é extremamente preocupante, pois variados produtos químicos quando aplicados no meio ambiente resultam em impactos diversos, os quais trazem consequências muitas vezes irreversíveis.

O presente artigo apresenta conceitos básicos relacionados à expressão “consumidor” e a necessidade dos fornecedores de informar sobre os seus produtos e componentes derivados, visto que é direito do consumidor saber o que está consumindo, assegurando, assim, proteção à saúde humana como resguardado constitucional.

Por fim, faz-se menção acerca da segurança alimentar como direito humano, bem como analisa-se a atuação dos órgãos competentes por referida segurança.

1 ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E AGROTÓXICOS

Fruto da chamada “Revolução Verde”, conhecida corrente iniciada na década de 60, baseada na genética convencional (mendeliana), na qual os agrônomos se utilizam de todas as técnicas que a biotecnologia lhes oferece para o melhoramento das técnicas de engenharia genética, que consiste na “transformação da composição genética de um organismo resultante da introdução direta de material genético de um outro organismo, ou construído em laboratório”, e posterior incremento da produção, a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), por meio da fusão de genes adicionais (vírus, bactérias, plantas ou animais), foi intensificada em meados da década de 80, tendo qualificativo aumento tecnológico na década de 90, com o mapeamento das moléculas de ADN/ARN recombinante, tanto dos animais, quanto dos humanos e vegetais, o que iniciou a denominada biorevolução (GASPARINI, 2004, p. 02).

Portanto, alimentos transgênicos são aqueles geneticamente modificados no laboratório. Denominam-se sementes transgênicas as que possuem material alterado por meio de inoculação de genes provenientes de outros compostos (SIRVINSKAS, 2015, p. 710).

Em 2005 foi promulgada a lei 11.105 – conhecida como Lei de Biossegurança-a qual estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a

comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2005).

Em 2006, a Lei 11.346/2006 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, bem como outras providências. Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes do SISAN, por meio da qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Além do mais, esta lei menciona que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, bem como no seu art. 3º define que a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

Conforme pesquisas recentes apresentadas, quando iniciou-se o debate sobre a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) na agricultura, uma das principais promessas feitas por seus defensores era que o cultivo de transgênicos, entre outros benefícios, traria uma diminuição do uso de agrotóxicos, em função do desenvolvimento de plantas resistentes a pragas. Passadas cerca de duas décadas, o que se viu no Brasil foi exatamente o contrário. (SUL21, 2015)

Ainda, as plantas transgênicas são basicamente produzidas em apenas cinco países no mundo (EUA, Brasil, Argentina, Índia e Canadá) e consequentemente o Brasil pelo quinto ano consecutivo ocupa a posição de segundo maior produtor de plantas transgênicas no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos (FERMENT, 2015, p.7; 37).

Com relação aos alimentos transgênicos e suas consequências, não podemos deixar de mencionar sobre os agrotóxicos, os quais serão tratados de forma pertinente no tópico a seguir.

1.1 AGROTÓXICOS, IMPACTOS AMBIENTAIS E RISCOS PARA A SAÚDE HUMANA

O art. 2º da Lei Federal 7.802/1989 que regula o uso de agrotóxicos, os define como sendo “os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos” (BRASIL, 1989).

O agrotóxico pode ser classificado quanto à sua periculosidade ambiental, em classes que variam de I a IV: produtos altamente perigosos ao meio ambiente (Classe I), produtos muito perigosos ao meio ambiente (Classe II), produtos perigosos ao meio ambiente (Classe III) e produtos pouco perigosos ao meio ambiente (Classe IV) (BORSOI, 2014, p. 92).

Portanto, o tratamento jurídico dos agrotóxicos, em todas as fases da questão (registro, produção, comercialização, importação e exportação, utilização) deve levar em conta os princípios gerais do Direito Ambiental, especialmente os princípios da prevenção e da precaução (MACHADO, 2015, p. 734).

Ao analisar os efeitos dos transgênicos e dos agrotóxicos sobre a saúde humana e o meio ambiente é possível notar que existem inúmeros estudos que comprovam a nocividade e seus danos decorrentes do uso dos mesmos.

Portanto, quando o assunto é agrotóxico e saúde, a discussão tem de ser feita a partir da perspectiva da “prevenção para evitar que um dano à saúde se estabeleça”, menciona Karen Friedrich à IHU On-Line. Além da prevenção, frisa, “seria importante incentivar iniciativas como o incentivo às práticas agroecológicas”, já que o Brasil é considerado o campeão de uso de agrotóxicos há sete anos. (CHAVES; FACHIN, 2015)

Assegura ainda, a pesquisadora acima citada, que alguns fatores contribuem para que agrotóxicos já banidos em outros países continuem sendo utilizados nas lavouras brasileiras, a forma que esses produtos são analisados no Brasil, individualmente, sem considerar que durante a aplicação nas lavouras há um uso combinado de vários tipos de agrotóxicos. Além disso, destaca, a estrutura dos órgãos de vigilância e fiscalização que é “precária”, o que impede o acompanhamento das populações expostas,

para verificar quais são os riscos do contato com essas substâncias. “Outras ações importantes deveriam ser feitas a partir do Estado, para melhorar a capacitação dos médicos e profissionais da saúde, possibilitando o diagnóstico das pessoas contaminadas e, conseqüentemente, o tratamento, quando possível.” (CHAVES; FACHIN, 2015).

Assim, uma vez na atmosfera, o agrotóxico poderá ser transportado a grandes distâncias, e ser novamente depositado à superfície por meio do vento (deposição seca) e/ou por deposição úmida (chuva, orvalho, neve e neblina), podendo esse agrotóxico, na fase de vapor, contaminar o ambiente e atingir organismos não alvos. No meio ambiente, os agrotóxicos podem afetar e contaminar a biota, a qualidade da água e do ar, a produtividade e a qualidade final dos alimentos de origem animal e vegetal, podendo torná-los impróprios para o consumo (BORSOI, 2014, p. 89).

De modo recente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apresentou estudos que comprovam a alta periculosidade da pulverização aérea. Segundo a empresa, normalmente ocorre uma “deriva técnica”, de maneira que os atuais equipamentos de pulverização – mesmo com calibração, temperatura e ventos ideais – deixam 32% dos agrotóxicos pulverizados retidos nas plantas, outros 49% vão para o solo e 19% vão pelo ar para outras áreas circunvizinhas da aplicação. A problemática envolvendo a pulverização aérea é razão não apenas de conflitos judiciais e de discussões acerca da necessidade de alterações na legislação brasileira, mas também de conflitos entre diferentes países. (FERREIRA, 2014, p. 24)

Além dos danos oriundos da pulverização aérea de agrotóxicos, deve-se mencionar que as pragas agrícolas possuem capacidade de desenvolver resistência aos agrotóxicos aplicados, que, dessa forma, perdem gradativamente sua eficácia, levando os agricultores a aumentar as doses aplicadas e/ou recorrer a novos produtos. O desequilíbrio ambiental ocasionado por esses produtos também leva ao surgimento de novas pragas e, assim, insetos ou plantas que antes não provocavam danos às lavouras passam a se comportar como invasoras e a atacar as plantações. A respeito do tema, Nodari¹¹⁶ ensina que, embora seja justificado que os agrotóxicos sejam utilizados para combater pragas ou doenças em plantas e animais, o que se verificou foi à evolução da resistência em mais de centenas de espécies de insetos, fungos, bactérias e plantas aos agrotóxicos. (FERREIRA, 2014, p. 25).

¹¹⁶ NODARI, Rubens Onofre. op. cit., p. 116.

Já no que se refere aos riscos à saúde humana o Instituto Nacional do Câncer (INCA) publicou recentemente a avaliação do poder carcinogênico de diversos ingredientes ativos de agrotóxicos e concluiu que há evidências suficientes para confirmar que os herbicidas glifosato e 2,4-D, os mais utilizados nas lavouras brasileiras, exercem efeitos cancerígenos. Com base nestas informações, o INCA tem a obrigação de alertar a população brasileira sobre o risco cancerígeno da modalidade de produção de alimentos predominante no Brasil, que se vale do uso excessivo de agrotóxicos. (INCA, 2015)

Ainda, segundo o estudo do INCA, o cidadão brasileiro consome, em média, 7,3 litros de veneno(qualquer substância que destrói ou altera as funções vitais; tóxico¹¹⁷) por ano em consequência da utilização de agrotóxicos. No Rio Grande do Sul, este nível é ainda mais elevado, chegando a 8,3 litros. Na região noroeste do Estado, é ainda pior, superando os 16 litros por ano. (SUL21,2015)(ABRASCO, 2015)

Segundo dados da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o Brasil registrou, entre 2007 e 2014, 34.147 casos de intoxicação por agrotóxico. Entre os problemas causados por esse tipo de intoxicação estão má formação de feto, câncer, disfunção fisiológica, problemas cardíacos e neuronais (IDEC, 2015).

Ao mesmo tempo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou cinco pesticidas como cancerígenos prováveis “[...] os riscos foram avaliados com base em estudos de exposição agrícola realizados especialmente nos Estados Unidos e no Canadá, bem como em animais em laboratórios” e “em termos de risco cancerígeno do glifosato e dos inseticidas malation e diazinon, a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (IARC) observa que há “evidência limitada” em seres humanos sobre o aparecimento de linfomas não-Hodgkin, ou câncer do sangue. A IARC também relaciona o câncer de próstata ao *malation*, que continua sendo usado de forma intensa pelos agricultores, e o câncer de pulmão ao *diazinon*, cuja utilização, limitada, está em queda desde as restrições impostas em 2006 pelos Estados Unidos e a Europa”(PISKORSKI; LIMA; COLZANI, 2015. p. 703).

Já as intoxicações crônicas por agrotóxicos, em longo prazo, resultam em câncer, descontrole da tireoide, do sistema neurológico em geral, surdez, diminuição da acuidade visual e até mesmo Mal de Parkinson. (WOLFART; JUNGES, 2015).

¹¹⁷DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em:<http://goo.gl/9WIR1N>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

Outro caso preocupante divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou para o fato de que os fetos, bebês e crianças são mais suscetíveis aos pesticidas do que os adultos porque seus corpos ainda estão em desenvolvimento e porque sua dieta e seus padrões de comportamento especiais muitas vezes resultam em uma maior exposição a esses produtos. Convém mencionar que no Brasil há registro de contaminação de leite materno por agrotóxicos (FERREIRA, 2014, p. 29).

Mais um dado preocupante, relatado pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul em Catuípe, Nilton Kasctin dos Santos, informa que os testes de agrotóxicos torturam animais, mas são incapazes de mensurar seu real perigo à saúde humana e ao meio ambiente. Como exemplo é o caso do Teste Draize que consiste em aplicar a substância química nos olhos ou na pele (raspada) de animais para medir a toxicidade. Principalmente coelhos (porque têm olhos grandes e salientes), são amarrados em um instrumento fixo, ficando apenas com a cabeça para fora. O veneno a ser testado é pingado de quando em quando dentro dos olhos (mantidos abertos com grampos ou fitas adesivas). E também pelo método LD50, o agrotóxico é ministrado (via oral ou venosa) aos poucos a um grupo de animais (cães, macacos, coelhos, ratos etc.), até que morram 50%. Todo o grupo, normalmente em torno de 200 indivíduos, sofre longo processo de tortura, definindo lentamente até a morte. Essa forma cruel de experiência científica foi inventada em 1927 e até hoje é utilizada em larga escala pela indústria química. (OLIVEIRA, 2015)

De acordo com o promotor, essas experiências sacrificam os animais sem trazer utilidade para a proteção da saúde humana. A literatura científica na área de toxicologia mostra que os resultados de testes Draize nunca são utilizados por médicos, que se orientam a partir de experiências de casos reais com seres humanos. Destaca que, esses testes são realizados para defender os interesses econômicos do fabricante. “A lei não obriga a utilização de animais para testes científicos. Mas essa metodologia ultrapassada, inventada há quase um século, é a maneira mais eficaz de o fabricante e o comerciante serem inocentados em processos judiciais por intoxicação humana ou dano ambiental. É só provar que o veneno foi testado antes da colocação no mercado, que a Justiça sempre julga em favor das empresas que fabricam e comercializam o agrotóxico. A ‘culpa’ passa a ser de quem aplica o veneno”. (OLIVEIRA, 2015)

Tendo estas considerações, passa-se ao próximo item, no qual menciona-se a importância da rotulagem nos alimentos transgênicos como um direito constitucional.

2 ROTULAGEM E O DIREITO A INFORMAÇÃO

O Decreto nº 4.680/2003, conhecido também como o decreto da rotulagem nos ensina em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

Art. 2º Na comercialização de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, com presença acima do limite de um por cento do produto, o consumidor deverá ser informado da natureza transgênica desse produto (BRASIL, 2003).

Sendo assim, o Brasil optou por um sistema de rotulagem obrigatória. Havendo quantidade de organismo geneticamente modificado superior a 1% (um por cento) do produto, este deverá ser identificado com um símbolo já definido pelo Ministério da Justiça e com frases que aludem a sua transgenia. A rotulagem de produtos transgênicos revela-se, pois, como um direito básico dos consumidores. Todos têm o pleno direito de saber o que consomem. Se um determinado produto é composto por organismo geneticamente modificado, deve ser dada ao consumidor a opção de escolha consciente. (PEREIRA, 2012, p. 480)

Além do mais, o Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 6º, assevera:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (BRASIL, 1990);

Partindo-se deste pressuposto legal, o mesmo diploma legal, no seu art. 9º atribui sanção para os fornecedores que possuem conhecimento dos danos que um produto pode causar à saúde, e ainda assim, disponibilizam no mercado este produto sem o devido esclarecimento que o mesmo precisa disponibilizar ao consumidor, *in verbis*:

Art. 9º O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.

Portanto, a rotulagem dos alimentos interfere diretamente na segurança alimentar, por isso, a ênfase que o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) traz quanto à responsabilidade do fornecedor de cuidar para que a oferta de um determinado produto traga ao consumidor informações exatas e nítidas sobre as características principais do produto (SANTOS, 2011, p. 336), conforme exibimos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével.

Todavia, recentemente a Câmara de Deputados aprovou o polêmico projeto que acaba com o selo de rotulagem dos transgênicos (“T”). O projeto agora tramita no Senado Federal. Em defesa dos interesses da sociedade brasileira, entidades como Ordem dos Advogados do Brasil(OAB), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Associação Gaúcha

de Proteção ao Ambiente Natural(AGAPAN), e Associação Nacional de Defesa dos Consumidores(ANADDEC), têm se manifestado contrárias. (MENEGAZ, 2015).

Contudo, o direito à informação é supedâneo constitucional e deve ser observado quanto à rotulagem do produto geneticamente modificado (SIRVINSKAS, 2015, p. 714) como já exposto acima nos artigos 6º, 7º e 9º do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Além disso, o direito a informação é sinônimo de segurança alimentar, como será demonstrada no próximo item a seguir.

3 DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA ALIMENTAR

Foi a FAO (expressão inglesa para "Food and Agriculture Organization"), que significa Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura que trouxe ao cenário mundial, pela primeira vez, o conceito de segurança alimentar, na Conferência Mundial da Alimentação de 1974. Essa ideia surgiu como uma proposta do combate à fome, sendo, de início, conceituada como a mera disponibilidade de alimentos para todos. Essa disponibilidade seria assegurada pela existência de reservas de alimentos suficientes para abastecer uma população em expansão (é a ideia de food-security ou Ernährungssicherheit, traduzida por alguns como "soberania alimentar"). (BASSO, 2015, p. 467)

Portanto, é o entendimento de segurança alimentar como sendo "a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna". (Doc. Final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, 1986) (LEÃO, 2013, p. 13)

No âmbito internacional, a segurança alimentar é preconizada por organismos e entidades como a Organização para Agricultura e Alimentos (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) e no âmbito nacional, o Ministério da Saúde (MS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) são os órgãos responsáveis. (CAVALLI, 2001).

Sendo assim, o Direito Humano à Alimentação Adequada é indispensável para a sobrevivência. As normas internacionais reconhecem o di-

reito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome como pré-requisito para a realização de outros direitos humanos. No Brasil, desde 2010, este direito está assegurado entre os direitos sociais da Constituição Federal, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 2010. (LEÃO, 2013, p. 26).

A expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” tem origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (LEÃO, 2013, p.27)

O direito à alimentação e à proteção contra a fome é há muito tempo reconhecido em acordos internacionais (multilaterais e regionais). O artigo 25¹¹⁸ da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas estabelece claramente a segurança alimentar entre os direitos humanos fundamentais. (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2015)

O direito à alimentação é um direito fundamental garantido na Constituição Federal, vejamos.

“Artigo 6º – São direitos sociais a alimentação, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Isso quer dizer que cada pessoa passa a ser “titular de direito” e não um mero “beneficiário” de políticas públicas que promovem o acesso à alimentação adequada e regular, devendo o Estado adotar todas as medidas necessárias, principalmente a elaboração de instrumentos legais, para concretizar esse direito humano, sob pena de ser responsabilizado no caso de violação (LEÃO, 2013, p.141).

¹¹⁸Art.25 Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas -1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Portanto, a segurança alimentar e a garantia de manutenção de um ambiente saudável são contrastadas com o desenvolvimento das mencionadas técnicas científicas de transgenia. Cabe, portanto, ao Direito, à Sociedade Civil Organizada, entre outros, traçar a forma como os organismos geneticamente modificados (OGM) devem ser liberados e inseridos no mercado de consumo. Nesse contexto, os mecanismos de defesa do consumidor, como o direito à informação e o princípio da transparência, são avocados para solucionar os impasses surgidos entre desenvolvimento tecnológico e saúde humana. Importa, pois, verificar a forma como se dá esse sopesamento e os limites impostos pelo nosso ordenamento jurídico (QUEIROZ PEREIRA, 2012, p.03)

Ademais, os tratados de direitos humanos impõem aos órgãos públicos o dever de observar todosos níveis de obrigação relativos à realização dos Direitos Humanos a Alimentação Adequada. A Constituição Federal, além de ter previsto diversos direitos sociais, nomeou instituições com o poder-dever de garantir os direitos humanos. Destacam-se aqui o Ministério Público e a Defensoria Pública, em razão das atribuições constitucionais de cada um deles e da sua importância prática para realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. Também se destacam os instrumentos disponíveis no âmbito do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados). (LEÃO, 2013, p.85)

O Ministério Público (MP) foi definido como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, que tem como fim primeiro a defesa da “ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. O mandato do Ministério Público, definido pela Constituição Federal de 1988, estabelece sua responsabilidade pela promoção e garantia dos direitos humanos, especialmente no que se refere ao cumprimento das obrigações do Estado (LEÃO, 2013, p. 86).

Sobre este prisma, o Ministério Público Federal protocolizou duas ações pedindo a suspensão do registro de nove agrotóxicos usados no Brasil, assim mencionadas:

Processo 0021372-34.2014.4.01.3400 - A presente ação tem por objetivo tutelar a saúde humana e o meio ambienteecologicamente equilibrado para que seja determinado à **União, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**, que suspenda o registro dos agrotóxicos que contenham o herbicida 2,4-D em suas formulações, enquanto a ANVISA não divulgar os resultados conclusivos acerca da reavaliação toxicológica do 2,4-D e que, **por meio da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)**, a **União** seja

proibida de liberar a comercialização de sementes transgênicas tolerantes ao 2,4-D enquanto, mais uma vez, a ANVISA não finalizar a reavaliação toxicológica do referido princípio ativo. (...) Assim, no intuito de se coibir a existência de decisões conflitantes entre os diversos órgãos/ entidades governamentais e priorizando a tutela da saúde humana e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Ministério Público Federal, em termos gerais, pleiteia a suspensão do registro de produtos que contenham o 2,4-D como princípio ativo, assim como a proibição de qualquer liberação comercial de sementes transgênicas tolerantes à referida substância, até que a ANVISA proceda à necessária reavaliação daquele ingrediente ativo. (Grifo nosso). (MPF, 2014)

Processo 0021371-49.2014.4.01.3400- A presente ação tem por objetivo compelir a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a reavaliar a toxicidade de 8 (oito) ingredientes ativos publicados na Resolução ANVISA RDC nº 10/2008, quais sejam, *parationa metilica, lactofem, forato, carbofurano, abamectina, tiram, paraquatee glifosato*, bem como determinar à União, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que suspenda os registros de produtos que tenham como princípio ativo as 8 (oito) substâncias mencionadas, até que seja realizada a reavaliação, pela ANVISA, sobre a toxicidade daqueles ingredientes ativos, em razão das próprias informações trazidas por aquela autarquia federal no sentido de que as referidas substâncias apresentam-se nocivas à saúde humana. (...) Dessa feita, o Ministério Público Federal pleiteia a suspensão do registro de produtos que contenham as 8 (oito) substâncias citadas, até que a ANVISA proceda à necessária reavaliação desses princípios ativos, a fim de que haja uma decisão definitiva, no âmbito daquela agência reguladora, quanto à proibição/permissão de se comercializar agrotóxicos com essas substâncias. (MPF, 2014)

Portanto, baseado nos princípios da precaução e prevenção, o órgão defende que, diante de uma ameaça de danos irreversíveis à saúde da população brasileira, o poder público tem a obrigação de agir (MPF, 2014).

Ademais, diante de todas estas afirmações, entendemos que o socioambientalismo se apresenta como um paradigma jurídico para a proteção dos direitos sociais e ambientais. Assim para Cavedon “esse novo modo de entender a questão ambiental ganha reconhecimento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que protege um conjunto de direitos e interesses de caráter coletivo referente ao meio ambiente, à cultura, ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e aos respeito a todas as etnias e suas formas de vida”. (CAVEDON et al, 2008,pg 101)

Seguindo esta premissa, o agronegócio tem se tornado cada vez mais insustentável, na medida em que amplia os impactos socioambientais, devido à expansão da fronteira agrícola e do uso intensivo de agrotóxicos, ou na medida em que aumenta a taxa de pobreza no campo, devido à expropriação das terras dos agricultores camponeses e/ou sua expulsão da terra, e também pela perda da Soberania Alimentar, ocasionado pelo controle de empresas transnacionais sobre a agricultura brasileira, enfim, o agronegócio, por diversos motivos tem demonstrado sua insustentabilidade e tem se caracterizado, cada vez mais, como uma agricultura socialmente excludente e ambientalmente nociva.(BUENO; OLIVEIRA, 2014, p. 01)

Desta forma, portanto, se por um lado o surgimento do agronegócio representou para o campo a introdução de maquinários pesados, o investimento de capital estrangeiro, o aumento da produção, por outro lado, representou o aprofundamento da expropriação das terras camponesas por grandes latifundiários, à expropriação das sementes camponesas por empresas transnacionais, o aumento da pobreza no campo, o êxodo rural, a dependência dos insumos produzidos pela indústria, a contaminação dos solos e das águas devido ao uso intensivo de agrotóxicos. (BUENO; OLIVEIRA, 2014, p. 01;02)

Portanto o agronegócio tem força política –basta ver a bancada ruralista – que se repercute em força econômica, de que são exemplos os generosos financiamentos que recebem. E essa dupla força garante a impunidade da violência que provoca no campo, sempre que alguém se põe no seu caminho. (ABRASCO, 2015, p. 204)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos acima narrados, conclui-se que existem inúmeros riscos a saúde humana e ao meio ambiente em relação à utilização dos agrotóxicos e dos alimentos transgênicos, perante os numerosos casos já devidamente comprovados.

Sendo assim, percebe-se a necessidade de maior rigor e estudos prolongados, para até mesmo limitar ou liberar novas sementes transgênicas, cuja base é a alimentação da população e, além disso, fiscalizar as empresas quando o assunto é a rotulagem dos alimentos, ante a falta de informações verídicas aos consumidores sobre os seus efeitos.

Por conseguinte, se cobra a atuação do Estado e dos órgãos competentes para fiscalizar os alimentos transgênicos e os agrotóxicos, e tomar as devidas providências para evitar a ocorrência de danos sérios e irreversíveis tanto ao meio ambiente quanto à saúde humana.

Já com relação ao impacto do agronegócio é preocupante para a sociedade, com consequências ainda maiores com relação ao uso intenso e inadequado de agrotóxicos, fato este que dificulta o direito humano a uma alimentação adequada, uma vez que cada brasileiro consome em média 7,3 litros de agrotóxicos por ano.

Outro dado preocupante são as inúmeras doenças ocasionadas pelos agrotóxicos a curto ou longo prazo (muitas delas não computadas), fato este que deve ser analisado com mais rigorosidade principalmente àqueles mais tóxicos e se for o caso banir do mercado como já acontece em outros países.

Por fim, percebe-se que receber a dose diária de agrotóxicos e transgênicos em nossas mesas como consequência do fomento cada vez mais exponencial do agronegócio é catalisador de mais pesquisas e estudos acerca de tão instigante e atual temática socioambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, Joaquim. Rastreabilidade da produção de alimentos no Brasil sob o foco jurídico: necessidade de ampliação da obrigatoriedade. In: Congresso Brasileiro de Direito Ambiental (20: 2015: São Paulo, SP) Ambiente, sociedade e consumo sustentável [recurso eletrônico]/20. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 10. Congresso de Direito Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, 10. Congresso de Estudantes de Direito Ambiental ; org. Antonio Herman Benjamin, José Rubens Morato Leite. – São Paulo : Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2015.

Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ABRASCO. Aumenta a quantidade de agrotóxicos consumido por cada brasileiro:

7,3 litros. Disponível em: <http://goo.gl/5JZjXN>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

BORSOI, Augustinho, et al. Agrotóxicos: histórico, atualidades e meio ambiente. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/9650-34813-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

BUENO, Tobias; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. AGRONEGÓCIO E AGROTÓXICOS: um olhar sobre a agricultura brasileira. Disponível em: <http://goo.gl/dEKcBx>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

BRASIL. LEI 11.105/05. Legislação Brasileira de Biossegurança. Disponível em: <http://goo.gl/zsotBc>. Acesso em: 28 de outubro de 2015.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei 8078/1990. Disponível em: <http://goo.gl/ZRF5us>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

BRASIL, Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei 11.346/2006. Disponível em: <http://goo.gl/m9xAyb>. Acesso em: 23 de outubro de 2015.

BRASIL, Decreto da Rotulagem. Decreto 4.680/2003. Disponível em: <http://goo.gl/72FdSA>. Acesso em: 24 de outubro de 2015.

BRASIL, LEI 7.802/1989. Legislação sobre agrotóxicos. Disponível em: <http://goo.gl/4IyfXb>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

CAVALLI, Suzi Barletto. Segurança alimentar: a abordagem dos alimentos transgênicos. Disponível em: <http://goo.gl/a99eo9>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.

CAVALCANTI FERREIRA, Maria Leonor Paes. A pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil: cenário atual e desafios. Disponível em: <http://goo.gl/QFNu0f>. Acesso em: 28 de outubro de 2015.

CHAVES Leslie, Patrícia Fachin. Brasil tem o pior cenário do mundo em relação aos agrotóxicos, adverte especialista. Postado em: 26 de agosto de 2015. Disponível em: <http://goo.gl/AXhPfb>. Acessado em: 28 de outubro de 2015.

FERMENT, Gilles et al. Lavouras transgênicas – riscos e incertezas : mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs.– Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

GASPARINI, Bruno. Biotecnologia e direitos humanos. Disponível em: <http://goo.gl/HdcDMj>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.]

IDEC. Câmara aprova alerta de agrotóxicos em rótulos de alimentos. Disponível em: <http://goo.gl/D7vsTF>. Acesso em: 28 de outubro de 2015.

LEÃO, Marília Mendonça. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora. – Brasília: ABRANDH, 2013.

LEME MACHADO, PAULO AFFONSO. Direito Ambiental Brasileiro. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MALUF, Renato S. et al. Caderno ‘Segurança Alimentar’. Disponível em: <http://goo.gl/SbXzDJ>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.

MENEGAZ, Jairo. Rotulagem de transgênicos e saúde pública. Disponível em: <http://goo.gl/kltESD>. Acesso em: 28 de novembro de 2015.

MPF. Ações do MPF questionam registro de nove agrotóxicos. Disponível em: <http://goo.gl/K8qmbJ>. Acesso em: 29 de outubro de 2015.

NODARI, Rubens Onofre. Risco à saúde dos seres vivos advindo dos agrotóxicos – ênfase nos herbicidas. In: ARAGAO, Alexandra. LEITE, José Rubens Morato; FERREIRA, Jovino dos Santos Ferreira; FERREIRA, Maria Leonor Paes Cavalcanti. Agrotóxicos: a nossa saúde e o meio ambiente em questão - aspectos técnicos, jurídicos e éticos. Florianópolis: Funjab, 2012.

OLIVEIRA, Cidade. Agricultura nacional desobedece os principais pontos da legislação sobre agrotóxicos. Disponível em: <http://goo.gl/3ver5y>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

OLIVEIRA, A.C. Capistrano de; CAVEDON, F. Salles; FONTANA, M.

Mattoso; GIRARDI, M.F. DO A.P. Gugelmim; ZANATA, M.L.A. Lima; DAVEL, S. Cristine. Diretrizes teóricas do caderno de Cidadania: Reflexões sobre Cidadania e Direitos Humanos, estatuto da criança e do Adolescente e Cidadania Ambiental. Florianópolis: ALESC, 2008.

PEREIRA, Fábio Queiroz. Os organismos geneticamente modificados e a proteção do consumidor: Direito à informação e rotulagem de alimentos. Disponível em: <http://goo.gl/Pu9YJk>. Acesso em: 28 de outubro de 2015.

PISKORSKI, Jacieli; LIMA, Roberta O.; COLZNANI, Ana Paula. VOCÊ TEM FOME DE QUE? ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR. In: Congresso Brasileiro de Direito Ambiental (20: 2015: São Paulo, SP) Ambiente, sociedade e consumo sustentável [recurso eletrônico]/20. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 10. Congresso de Direito Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, 10. Congresso de Estudantes de Direito Ambiental ; org. Antonio Herman Benjamin, José Rubens Morato Leite. – São Paulo : Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2015.

SANTOS, Célio Máximo Barbosa. Segurança Alimentar e Rotulagem de Alimentos sob a perspectiva do Código de Defesa do Consumidor Brasileiro. Disponível em: <http://goo.gl/v1s13l>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

SIRVINSKAS, Luíz Paulo. Manual de direito ambiental – 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SUL 21. AL debate agrotóxicos: ‘não é justo propagar o câncer em nome do lucro de meia dúzia. Disponível em: <http://goo.gl/wSWmA5>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

SUL 21. Ao contrário do prometido, transgênicos trouxeram aumento do uso de agrotóxicos. Disponível em: <http://goo.gl/zHPTCX>. Acesso em: 29 de outubro de 2015.

WOLFART, Graziela e Márcia Junges. Não existe uso seguro de agrotóxicos. Disponível em: <http://goo.gl/1WSSno>. Acesso em: 28 de outubro de 2015.

**O PARADIGMA DA MODERNIDADE, A RAZÃO
INDOLENTE E O SABER ECOLÓGICO: REFLEXÕES
SOBRE A FORMAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA NA
RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE**

*The Paradigm of Modern, the Reason Indolent and Know Ecological:
Reflection on de Formation of a New Paradigm to the Environment*

Carla Daniela Leite Negócio¹¹⁹

RESUMO: O presente trabalho parte de uma observação trivial: os homens para a satisfação de suas novas e múltiplas necessidades, que são ilimitadas, disputam os bens da natureza, por definição limitados. Tão simples quanto importante, esta observação está na raiz de grande parte dos conflitos que se estabelecem no mundo. A crença na infinitude da natureza e na tecnologia moderna, que ostenta a pretensão de dissipar qualquer problema, respaldou e incentivou uma economia linear, com direcionalidade contínua, progressiva e que se move para a frente, trazendo, implicitamente, a noção de uma vida futura melhor, mais avançada e mais próspera. Esse modo de ver, entretanto, revela um descompasso com a economia circular da natureza, compreendida e vivenciada pelas populações tradicionais, que tem como pressuposto não uma ideia de progresso contínuo, mas a qualidade cíclica de processos naturais – a transição das estações, o crescimento, a decadência e o renascimento da vida. Nesse conceito, o desenvolvimento envolve a melhoria e a diferenciação contínua dos recursos existentes e de sua complexidade, que tem por base uma delicada cadeia de resultados, onde os processos químicos, biológicos e físicos se estruturam e constituem fonte e matéria-prima para a manutenção de outros processos, que formam, em seu todo, a própria vida. Ao acreditar sem reservas esse modelo, não se contemplou a irracionalidade que marca a modernidade: desequilíbrio ecológico, guerras em nome de princípios éticos e religiosos, miséria, fome, drogas e um cotidiano alienado, asfixiante e sem solução. Essas condições foram um campo fértil ao desenvolvimento do que Boaventura Santos convencionou chamar “razão indolente”. A indolência da

¹¹⁹Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – PPGDH Universidade Federal da Paraíba
carladanielaln@gmail.com

razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste a mudanças de rotinas e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros e universais. A forma mais evidente da razão indolente é a “razão metonímica”. Sem uma crítica profunda desse modelo de racionalidade, todas as propostas apresentadas, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. O grande desafio, portanto, é expandir e enriquecer o universo científico conceitual, que deve ser repensado e reformulado, diante da complexidade nas novas e múltiplas exigências, a fim de permitir a construção e consolidação de alternativas reais aos modelos vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; populações tradicionais; modernidade; razão metonímica; saber ecológico.

ABSTRACT: This paper presents a trivial observation: to satisfy their new and multiple needs that are limitless, men fight for the goods of nature, by definition limited. As simple as important, this observation is at the root of most conflicts established in the world. The belief in the infinity of nature and modern technology, bearing the claim to dispel any problem, endorsed and encouraged a linear economy, with continuous, progressive directionality and moving forward, bringing implicitly the notion of an afterlife better, more advanced and more successful. This belief, however, reveals a mismatch with the circular economy of nature, understood and experienced by traditional populations, which presupposes not a solid idea of progress, but the cyclical quality of natural processes - the transition of seasons, growth, decay and rebirth of life. In this concept, the development involves the improvement and continuous differentiation of existing resources and their complexity, which is based on a delicate chain of results, where chemical, biological and physical processes are structured and are source and raw materials for maintenance other processes that form, as a whole, life itself. To completely believe that model, not included the irrationality that marks modernity: ecological imbalance, wars in the name of ethical and religious principles, poverty, hunger, drugs and an alienated everyday, suffocating and unsolved. These conditions were fertile ground for the development of what Boaventura Santos conventionally call “lazy reason.” The indolence of reason manifests itself, among other ways, in the way it resists to change routines and how transforms hegemonic interests in real and universal knowledge. The clearest form of lazy rea-

son is the “metonymic reason.” Without a profound criticism of this model of rationality, all proposals, for more alternatives that judge themselves, will tend to reproduce the same effect of concealment and discrediting. The challenge therefore is to expand and enrich the conceptual scientific universe, which should be rethought and reshaped the face of complexity in multiple new requirements in order to allow the construction and consolidation of real alternatives to current models.

KEYWORDS: environment; traditional populations; modernity; metonymic reason.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de uma observação trivial: os homens, para a satisfação de suas novas e múltiplas necessidades, que são *ilimitadas*, disputam os bens da natureza, por definição *limitados*. Tão simples quanto importante, esta observação está na raiz de grande parte dos conflitos que se estabelecem no mundo.

O processo de desenvolvimento das sociedades humanas realiza-se, em geral, à custa dos recursos extraídos da natureza, provocando a deterioração das condições ambientais em ritmo e escala crescentes. Diante desse quadro, questiona-se: é possível realizar a vocação humana do desenvolvimento sem prejuízo irreparável ao meio ambiente?

A sociedade atual, marcada por crises de legitimidade de paradigmas até então absolutos, entre eles o de desenvolvimento capitalista, de conteúdo meramente econômico e de inspiração liberal, percebe a necessidade de uma reformulação profunda em suas estruturas, objetivos e ideologia. O ritmo de contínua expansão dos problemas globais exige soluções igualmente globais, dando-se particular ênfase à relação sintonizada entre a proteção da pessoa humana e a proteção ao meio ambiente, apta a proporcionar vida com qualidade e dignidade. A sustentabilidade – cujo desafio é proporcionar o desenvolvimento que realize, concomitantemente, a existência digna dos homens e a preservação dos ecossistemas da Terra – afeta e determina os rumos e destinos do gênero humano.

A análise condiz à constatação de que a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento não revelam, entre si, contradição, tam-

pouco, insuperável. Ao contrário, afiguram-se como instrumentos eficazes – talvez os únicos, na atualidade, para o respeito da pessoa humana em sua dimensão integral, garantindo qualidade de vida não só à geração atual, mas também às futuras.

2 DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A crença na infinitude da natureza e na tecnologia moderna, que ostente a pretensão de dissipar qualquer problema, respaldou e incentivou uma economia linear, com direcionalidade contínua, progressiva e que se move para frente, trazendo, implicitamente, a noção de uma vida futura melhor, mais avançada e próspera.

Tal afirmativa encontrou expressão de diversas maneiras: na crença de que a ciência pode com o tempo desvendar todos os segredos na natureza, na ideia de uma economia humana em expansão contínua e na crença de que as futuras inovações tecnológicas e de que a engenhosidade humana irão, por si mesmas, resolver todos os problemas humanos e ambientais.

Esse modo de ver, entretanto, revela um descompasso com a economia circular da natureza, que tem como pressuposto não uma ideia de progresso contínuo, mas a qualidade cíclica dos processos naturais – a transição das estações, o crescimento, a decadência e o renascimento da vida. Nesse conceito, o desenvolvimento envolve a melhoria e diferenciação contínua dos recursos existentes e de sua complexidade, que tem por base uma delicada cadeia de resultados, onde os processos químicos, biológicos e físicos se estruturam e constituem fonte e matéria-prima para a manutenção de outros processos, que formam, em seu todo, a própria vida.

As atividades humanas, alheias a tal exatidão e correlação de fatos, acarretam efeitos drásticos sobre o meio ambiente, exercendo variadas formas de pressão sobre seu funcionamento. A pressão decorre do crescimento quantitativo das necessidades básicas, do acréscimo de exploração e exigência inerentes ao modelo tecnológico adotado e de suas implicações em termos de fontes energéticas. Fragiliza o equilíbrio entre os ecossistemas, sem respeitar a velocidade regenerativa da natureza e limitação de recursos.

Os processos políticos, nacionais ou internacionais, são dominados por exigências que devem se perfazer a curto prazo. Os mercados financeiros

ros atuam no mesmo sentido, obstaculizando e ignorando, a fim de não ver diminuída a lucratividade, a realização do princípio da responsabilidade intergeracional, assentado, forçosamente, numa exigência temporal de médio e longo prazo. É, portanto, a lógica de acumulação capitalista o principal entrave a uma mudança de paradigma, que propicie uma alternativa prática ao modelo desenvolvimentista atual.

Como explicar que, mesmo após décadas de discussão, o sistema tão combatido continue a vigorar?

São muitas as falácias que justificam sua permanência. O argumento tecnológico desempenha papel relevante, baseado na suposição de que os riscos de uma escassez de recursos naturais ou possibilidade iminente de uma catástrofe ambiental serão naturalmente suplantados pelas inovações tecnológicas, que permitirão o milagroso surgimento e uso de infinitos recursos, a fim de substituir, a contento, os bens naturais dilapidados ou restabelecer o equilíbrio dos ecossistemas degradados sem que a humanidade tenha que arcar com os custos preventivos ou reparadores dessa operação. Esse argumento tem permitido que, mesmo hoje, com o conhecimento da questão ambiental, mantenha-se um modelo de crescimento virtualmente insustentável, baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais e na degradação dos ecossistemas, que, a par da ameaça ecológica, revela-se insuficiente, porquanto não propicia, sequer, o desenvolvimento humano digno, registrando-se a miserabilidade crescente da população.

Mesmo em países ricos há um grande número de pessoas que sobrevivem na pobreza. Dados divulgados em 1998 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostram que 100 milhões de pessoas dos países mais ricos têm um rendimento abaixo do nível de pobreza, mais de 37 milhões estão desempregadas, 100 milhões não têm abrigo e 200 milhões têm uma expectativa de vida inferior a 60 anos.

A óbvia semelhança da análise com os discursos socialistas e comunistas pós-guerra expressa um aspecto cruel dessa realidade – a ausência de alternativas – a aptidão das utopias coletivas engendradas pela modernidade para o estabelecimento de corretas relações entre os homens e – em tão grave instância – entre estes e o meio ambiente.

De fato, era objetivo do marxismo demonstrar que, para o capitalismo, a modernidade era um projeto tão necessário quanto incompleto. Surgiu como uma revolução avassaladora, com impacto em diferentes setores da vida social. Transformou de tal modo as formas de vida ancestrais,

lealdade e processos de regulação econômica, social e política, que a sociedade do século XIX parecia dissolver-se no ar. Esta era a afirmação da radicalidade do capitalismo, que, muito al[em de um modo de produção, significava a manifestação de um novo e amplo processo: a modernidade, que implicava a mudança da sociedade global, uma mudança de modelo civilizatório, uma mudança paradigmática. Nas palavras de Boaventura Santos (2003, p. 23):

[...] enquanto capitalismo, a modernidade é um projeto necessariamente incompleto. A ciência e o progresso, a liberdade e igualdade, a racionalidade e a autonomia só podem ser plenamente cumpridas para além do capitalismo, e todo o projeto político, científico e filosófico de Marx consiste em conceber e promover esse passo.

Por trás do brilho aparente, a ciência moderna, que o projeto da modernidade considerou a solução para a progressiva e global racionalização da vida social e individual, converteu-se num problema sem solução, gerador de recorrentes irracionalidades, o que indicia sua insuficiência e o nascimento de novo paradigma, que, ainda sem nome, convencionou-se chamar pós-modernidade.

A conversão do progresso em acumulação capitalista transformou a natureza em mera condição de produção. Os limites desta transformação começam hoje a ser evidentes, e os riscos e perversidade que acarreta são alarmantes, com possibilidade de catástrofes ecológicas.

Por outro lado, sempre que o capitalismo teve que se defrontar com suas crises de acumulação, ampliou ainda mais a mercadorização da vida, estendendo-a para novos bens, serviços, relações sociais, fazendo-a chegar a pontos do globo ainda não integrados na economia mundial. Tal processo de expansão parece estar prestes a atingir limites intransponíveis.

O que o marxismo teria a contribuir para a compreensão e superação desse processo? À primeira vista, muito pouco. O marxismo é mais uma das brilhantes reflexões teóricas da modernidade, um dos seus produtos culturais e políticos mais genuínos. Se a modernidade é hoje problemática, o marxismo será mais parte do problema do que da solução. Mas, nesta análise, é de se distinguir dois aspectos. O primeiro deles é o epistemológico, em que o marxismo pouco pode oferecer na busca da transição paradigmática. Marx demonstrou fé incondicional na ciência moderna e

no progresso e racionalidade que ela poderia gerar. Pensou, inclusive, que o governo e a evolução da sociedade estariam sujeitos a leis tão rigorosas como as que supostamente regem a natureza.

No campo sociopolítico, entretanto, as coisas são diferentes. A transição paradigmática reside numa dupla verificação: em primeiro lugar, as promessas da modernidade, depois que suas possibilidades foram reduzidas às do capitalismo, não foram e nem podem ser cumpridas e, em segundo lugar, após dois séculos de promiscuidade entre modernidade e capitalismo, tais promessas, muitas delas emancipatórias, não podem ser cumpridas em termos modernos, nem segundo os mecanismos desenhados pela modernidade.

Deve-se tributar a Marx a tentativa de articular uma análise exigente da sociedade capitalista com a construção de uma vontade política radical de transformá-la numa sociedade mais livre, igual, justa e mais humana.

Todavia, ao acreditar sem reservas no desenvolvimento neutro e infinito das forças produtivas, no progresso como processo de racionalização científica e técnica da vida, na exploração sem limites da natureza para atender às necessidades de uma sociedade de abundância para todos, não se contemplou a acumulação de irracionalidade que marca a modernidade: desequilíbrio ecológico, guerras em nomes de princípios étnicos e religiosos, miséria, fome, drogas e um cotidiano alienado, asfixiante e sem solução.

A consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo foram um campo fértil ao surgimento e desenvolvimento do que Boaventura Santos convencionou chamar “razão indolente”. As exceções parciais. O romantismo e o marxismo não foram nem suficientemente fortes nem suficientemente diferentes para constituírem alternativas à força conservadora que manteve o sistema.

A indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resista a mudanças de rotinas e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros e universais. Em suma, é preciso desafiar a razão indolente.

3 BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS E A CRÍTICA DA RAZÃO METONÍMICA

Para Boaventura de Sousa Santos (2004), a razão metonímica é o instrumento de que se valeu o pensamento ocidental para se tornar hegemônico e praticamente absoluto ao longo dos últimos séculos. Transformando a parte em todo, coloca-se como a única alternativa racional possível para o mundo científico, deslegitimando quaisquer outros modos de conhecimento produzidos em dissonância com os seus pressupostos conceituais.

A razão metonímica é, assim, a resposta do Ocidente, baseado na transformação capitalista do mundo à sua marginalidade cultural e filosófica em relação ao Oriente. O Ocidente constitui-se como parte trânsfuga de uma matriz fundadora: o Oriente. Esta matriz fundadora é verdadeiramente totalizante porque abrange uma multiplicidade de mundos e uma multiplicidade de tempos. O Ocidente, ao contrário, consciente de sua limitação relativamente a essa matriz, recupera dela apenas o que pode favorecer a expansão do capitalismo. Assim, a multiplicidade de mundo é reduzida ao mundo terreno, e a multiplicidade de tempos, ao tempo linear. Essa concepção truncada da totalidade oriental, precisamente porque truncada, tem que se afirmar autoritariamente como totalidade e impor homogeneidade às partes que a compõem. Foi com ela que o Ocidente se apropriou produtivamente do mundo e transformou o Oriente num centro improdutivo e estagnado.

Por ser uma falsa totalidade, a razão ocidental tem que ignorar o que não cabe nela e impor sua primazia sobre as partes que, para não fugirem ao seu controle, têm que ser homogeneizadas como partes. Sendo uma razão insegura dos seus fundamentos, a razão metonímica não se insere no mundo pela via da argumentação e da retórica. Impõe-se, ao contrário, pela eficácia de sua imposição. E essa eficácia manifesta-se pela dupla via do pensamento produtivo e do pensamento legislativo – em razão da razoabilidade dos argumentos e do consenso que eles tornam possível, a produtividade e a coerção legítima.

Fundada na razão metonímica, a transformação do mundo não pode ser acompanhada por uma adequada compreensão do mundo. Essa inadequação significa violência, destruição e silenciamento para todos quantos foram sujeitos à razão metonímica.

Na fase em que nos encontramos, a razão metonímica, apesar de muito desacreditada, é ainda dominante. Ela exerce essa dominação através da produção de não existência, rejeitando *in limine*, qualquer forma de pensamento que não esteja de acordo com os seus princípios.

Não há uma maneira unívoca de não existir, porque são várias as lógicas e os processos por meio dos quais a razão metonímica produz essa não existência. Há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não existência é serem todas manifestações da mesma monocultura racional.

Distinguem-se, basicamente, cinco lógicas ou modos de produção de não existência:

- Monocultura do saber e rigor do saber: é o modo de produção de não existência mais poderoso. Consiste na transformação da ciência moderna e de seus parâmetros em critérios únicos de verdade e de qualidade, arrogando-se ser cânone exclusivo de produção de conhecimento. Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou incultura.

- Monocultura do tempo linear: ideia de que a história tem sentido e direção único e conhecidos. Dela derivam diversas formulações existente nos últimos séculos: progresso, modernização, desenvolvimento, crescimento etc. Comum a todas essas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que a frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e a forma de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado.

- Lógica da classificação social: assentada na monocultura da naturalização das diferenças. Consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias. Assenta-se em atributos que negam a intencionalidade da hierarquia social. A dominação é a consequência e não a causa dessa hierarquia e pode ser mesmo considerada uma obrigação de quem é classificado como superior. De acordo com essa lógica, a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior.

- Lógica da escala dominante: a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas. Na modernidade

ocidental, a escala dominante aparece sob duas formas principais – a universal e a global. O universalismo é a escala das entidades ou realidade que vigoram independentemente de contextos específicos. Tem, por isso, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que por essa razão são considerados particulares ou vernáculos. No âmbito dessa lógica, a não existência é produzida sob a forma do particular e do local.

- Lógica produtivista: assentada na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional e inquestionável e como tal, o critério de produtividade melhor serve a esse objetivo. O critério aplica-se tanto à natureza quanto ao trabalho humano. A natureza produtiva é a natureza maximamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção. Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional.

A produção social dessas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício de experiência. A sociologia dessas ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, tornem-se presentes. Tornarem-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas. Com isso, são criadas as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo.

Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental, dominante pelo menos durante os últimos 200 anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a se reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito.

Na atualidade, a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática, cuja realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas, também, do conhecimento científico, dos quadros da vida, das formas de sociabilidade.

O capital tende a apropriar-se, de modo autodestrutivo, tanto da força do trabalho, como do espaço, da natureza, reclamando um tipo de crítica semelhante a que Marx empreendeu, sendo, contudo, necessário pluralizar o conceito, a fim de desenvolver teorias que privilegiam a abertura dos horizontes de possibilidades e a criatividade da ação.

4 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA

A noção de que a natureza é uma simples fornecedora de recursos – explorável e consumível – está tão profundamente enraizada na cultura industrial moderna que talvez seja difícil imaginar uma relação alternativa com os seres humanos.

Neste tema, existem três orientações contrastante que, ao longo da histórica, formam a base para a conexão do homem ao mundo natural: como subjugado à natureza, como dominador da natureza e como parte implícita da natureza.

Na primeira visão, o mundo natural é considerado onipotente, incapaz de ser manejado e imprevisível, sendo frequentemente imbuído de qualidades sobrenaturais. Na raiz dessa orientação está a incapacidade do ser humano de entender ou regular o mundo natural, de modo que seus processos naturais podem ser atribuídas a esse entendimento, que é a base de sustentação da teoria econômica clássica. Com a evolução dos conceitos, entretanto, o mesmo passou a ser questionado.

As primeiras perplexidades surgiram, conforme já exposto, a partir da percepção da desigualdade da distribuição dos benefícios obtidos pelo sistema. Constatando-se que a abundância de uns se opunha à miséria de outros, buscou-se uma reformulação na base da ciência.

Com efeito, a visão dos economistas neoclássicos sobre o desenvolvimento, partindo da constatação, ao final da Segunda Guerra Mundial, do atraso econômico de alguns países, era otimista quanto às possibilidades de as desigualdades serem minoradas com o incremento do comércio internacional por meio das vantagens comparativas. Alguns economistas afirmavam a possibilidade de um caminho indolor, desde que assegurada a acumulação mais rápida possível. No Brasil, os economistas do milagre econômico da ditadura apresentaram tal concepção utilizando a metáfora do bolo: “é preciso primeiro crescer para depois distribuir”.

A partir de 1950, tal abordagem passou a ser contestada por diversos economistas, em especial os da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Eles introduziram uma nova formulação, que apresenta a economia internacional dividida entre centro e periferia. Como resultado de uma repartição desigual dos frutos do progresso técnico e da deterioração dos termos de troca, existiria um desequilíbrio estru-

tural entre as nações centrais e periféricas, com as primeiras crescendo em ritmo mais acelerado. Assim, contrariamente ao que prega a visão neoclássica, as desigualdades entre as diferentes nações estariam se acentuando e não se reduzindo.

A visão cepalina ou estruturalista foi criticada pelos formuladores da teoria da dependência, por considerarem possível um desenvolvimento nacional impulsionado pela ação reformadora do Estado. Os dependentistas procuravam demonstrar que a dominação não se exercia apenas entre nações, mas entre classes no seio das nações.

Mas nem cepalinos nem dependentistas questionaram as ideias de progresso e desenvolvimento, isto é, os modelos e projetos de desenvolvimento conforme se apresentavam nos países mais ricos.

Passet (*apud* Lima, 2001) desenvolveu uma ampla análise crítica que, a partir da avaliação dos postulados da escola fisiocrática, confrontou as escolas clássica e neoclássica.

Surge, então, uma terceira orientação nas relações econômicas entre o homem e o meio ambiente, que se contrapõe à exploração do mundo natural. A vida das pessoas – não apenas em nível biológico, mas também em nível cultural e psicológico – interliga-se ao funcionamento do ambiente natural. Nesse sentido, o ser humano é conectado indissociavelmente ao mundo natural, às suas operações e, em última análise, ao seu destino, o que envolve a reciprocidade entre o ser humano e o meio ambiente.

Nessa esteira, Passet propôs superar a atitude de dominação na relação do homem com a natureza, substituindo-a por uma integração, por meio de uma gestão prudente do meio ambiente. Para ele, a economia precisaria passar por uma revolução epistemológica, assim como ocorreu com a física após as descobertas ligadas à relatividade e à física quântica. Propugnou uma abordagem holística e multidisciplinar. O desenvolvimento seria mais do que simples crescimento ou evolução quantitativa dos indicadores econômicos, possuindo também, uma dimensão qualitativa.

Essa vertente, entretanto, não se apresenta hegemônica. Há, ainda hoje, duas correntes que se confrontam quando definem o desenvolvimento: uma que associa o desenvolvimento ao crescimento econômico, e outra que os distingue. A primeira possui natureza quantitativa e refere-se ao conceito tradicional de desenvolvimento, que limita os seus benefícios a frutos econômicos e financeiros, nem sempre – ou quase nunca, como demonstrado anteriormente – aferíveis pela generalidade da população.

A segunda agrega valores ao conceito de desenvolvimento, considerando outras variáveis que influenciam diretamente na aquisição de bem-estar e qualidade de vida. A fim de garantir o direito ao desenvolvimento, não basta crescer economicamente. Em muitos casos, isto é tão necessário quanto insuficiente. Imprescindível é aumentar os graus de acesso das pessoas não só à renda, mas à riqueza em si, ao conhecimento, à capacidade e à possibilidade de influir nas decisões públicas.

Ora, há que se buscar, efetivamente, o resgate da dignidade dos seres humanos.

Explicitar os estilos de desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente justos é uma tarefa de primeiríssima importância para uma economia política ampla e consciente de sua dupla dimensão ética: as finalidades sociais do desenvolvimento e o cuidado com o futuro, em nome da solidariedade com as gerações vindouras.

5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A primeira formulação do desenvolvimento sustentável, então chamado etnodesenvolvimento, foi feita por Ignacy Sachs, a partir das questões levantadas na *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Direitos Humanos*, realizada em Estocolmo, no ano de 1972, que teve como Secretário-Geral Maurice Strong. O conceito foi universalizado a partir de sua oficialização pelo relatório *Nosso Futuro Comum*, da comissão Brundtland, que definiu o desenvolvimento sustentável como “*aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades*”.

O desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão Brundtland retoma as questões levantadas pelo ecodesenvolvimento, destacando um dever de solidariedade para com as gerações futuras. Trata-se, em síntese, do desenvolvimento que alia eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica (Sachs, 1993).

Existem diversas gradações do conceito de sustentabilidade entre os autores associados a esta escola. A sustentabilidade fraca admite que o capital natural possa ser substituído por outras formas de capital na manutenção da renda sustentável. A sustentabilidade forte, ao contrário, considera que, em alguns ecossistemas vitais, não se deve admitir a substituição do

capital natural: ao contrário, os mesmos devem ser objeto de investimentos. Embora não se forneça uma definição formal de capital natural, ele é sempre usado como sinônimo de estoques de recursos ambientais.

Vê-se, assim, que o dilema “desenvolvimento ou meio ambiente” é falso, na medida em que, sendo uma fonte de recursos para o outro devem harmonizar-se e complementar-se.

Compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais nos lindes de um processo contínuo de um planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando as suas inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político econômico e ecológico, numa dimensão tempo/espaço. Em outras palavras, implica dizer que a política ambiental não se deve erigir em obstáculo ao desenvolvimento, mas, sim, num de seus instrumentos, ao propiciar a gestão racional dos recursos naturais, os quais constituem a sua base material.

Com efeito, parece superada a noção de que a natureza [é um intocável santuário. O Brasil – assim como outros países menos desenvolvidos – precisa gerar riquezas para enfrentar os desafios da mudança social, cujos símbolos mais evidentes são a taxa de crescimento da população e a consolidação de uma pobreza estrutural. Há brasileiros vivendo em situação de miséria extrema. Urge melhorar suas vidas, dando-lhes condições mais dignas.

Tal não pode ser feito sobre bases de “crescimento a qualquer preço”. O meio ambiente, já que patrimônio desta, mas também das gerações futuras, precisa ser considerado. Ou seja, é preciso crescer de uma maneira planejada e sustentável, com vistas a assegurar a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade ambiental. Isto é condição para que o progresso se concretize em função de todos os homens e não à custa do mundo natural e da própria humanidade que, com ele, está ameaçada pelos interesses de uma minoria.

5.1 A EQUIDADE INTERGERACIONAL

Compõe o cerne do conceito de desenvolvimento sustentável a ideia de que as presentes gerações não podem deixar para as futuras gerações uma herança de déficits ambientais ou do estoque de recursos e benefícios inferiores aos que receberam das gerações passadas.

Para que haja um desenvolvimento sustentável, é necessário que o dano ao meio ambiente sejam compensado por medidas e projetos que agreguem algo em troca da natureza de forma que as gerações próximas encontrem um estoque de recursos pelo menos equivalente ao encontrado pelos atuais habitantes da Terra

A equidade intergeracional baseia-se, ainda, num modelo de confiança ou fideduciação, Como parceiras da Terra, cada geração tem a responsabilidade de preservar os recursos naturais e a herança humana pelo menos no patamar que recebeu de seus antepassados.

5.2 A SUSTENTABILIDADE E SUAS DIMENSÕES

As dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento são segundo Sachs (*apud* Lima, 2001, pp. 131-132: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Por sustentabilidade social entende-se um processo de desenvolvimento orientado pelo objetivo de construir outro tipo de sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e abrangendo as necessidades materiais e não materiais.

A sustentabilidade econômica é viabilizada por uma alocação e uma gestão mais eficiente dos recursos e está condicionada à superação de situações negativas hoje existentes, como a desigualdade nas relações econômicas entre o norte e o sul, afetadas pelo serviço da dívida, relações de troca adversas, protecionismo e barreiras tecnológicas.

Para alcançar a sustentabilidade ecológica, deve-se buscar:

- a) intensificação do uso de recursos potenciais dos vários ecossistemas para propósitos socialmente válidos;
- b) limitação do uso de combustíveis fósseis e de outros facilmente esgotáveis ou prejudiciais ao meio ambiente, e sua substituição por recursos renováveis ou abundantes e inofensivos ambientalmente;
- c) redução do volume de resíduos e de poluição, por meio de políticas de conservação e reciclagem;
- d) autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo;
- e) intensificação da pesquisa de tecnologias limpas;
- f) definição das regras para uma adequada proteção ambiental, con-

cepção dos aparelhos institucionais e escolha de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para seu cumprimento.

A sustentabilidade espacial está associada ao equilíbrio na distribuição de atividades econômicas e assentamentos humanos no âmbito rural e urbano, de forma a evitar concentração nas áreas metropolitanas, descentralizando a industrialização com ênfase em novas tecnologias e impedindo a destruição dos ecossistemas frágeis, com promoção de projetos de agricultura regenerativa operados por pequenos produtores e estabelecimento de uma rede de reservas naturais e da biosfera, para proteger a biodiversidade.

A sustentabilidade cultural envolve o respeito às especificidades de cada ecossistema, cultural, local. Assim, os processos de mudança ocorrem no contexto de uma continuidade cultural e se traduzem numa pluralidade de soluções particulares.

6 PRINCÍPIOS DA VIDA SUSTENTÁVEL

Viver de forma sustentável, conforme enuncia Édis Milaré (2001, p. 45-48), implica aceitação do dever da busca de harmonia com as outras pessoas e com a natureza.

A construção de uma sociedade sustentável deve assentar-se numa clara estratégia mundial, que pode, resumidamente, ser exposta através dos seguintes princípios:

- a) respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos
- b) melhorar a qualidade de vida humana, permitindo que as pessoas utilizem seu potencial e vivam com dignidade
- c) conservar a vitalidade e a diversidade do planeta terra
- d) minimizar o esgotamento dos recursos não-renováveis
- e) permanecer nos limites de suporte do Planeta Terra, por meio de políticas que equilibrem os números e os modos de vida humanos com a capacidade de suporte da Terra
- f) modificar atitudes e práticas pessoais, promovendo valores que apoiem a ética e desencorajando aqueles incompatíveis com um modo de vida sustentável
- g) estimular que as comunidades cuidem de seu próprio meioambiente
- h) gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação

i) constituir uma aliança global.

Esses princípios são inter-relacionados e se apoiam mutuamente. Refletem, em última análise, declarações a respeito de uma equidade mundial de desenvolvimento sustentável e de conservação da natureza, como um direito dela própria e como fator essencial para a conservação da vida humana.

7 CONCLUSÃO

As temáticas do desenvolvimento e do meio ambiente revelam-se, no contexto atual, indissociáveis, guardando inúmeras afinidades e pontos de intercessão no seu processo evolutivo. Não há, portanto, falar em conflito de direitos. Os avanços nos dois domínios, em verdade, vêm a fortalecer a proteção do ser humano e da humanidade, como um todo, contra seus próprios impulsos destrutivos, manifestados na violência em suas múltiplas formas, sendo positiva a tomada de consciência mundial quanto à necessidade de discernir e compreender o tema – verdadeiramente primordial – e buscar soluções efetivas, que requerem reflexão e ação, com seriedade.

O foco de atenção deverá, neste intento, transcender os recursos naturais e sua exploração – alcançando, a fim de proporcionar reais condições à vida – e no conceito se insere a dignidade da pessoa humana – a harmonia entre o bem-estar da população e a necessária premissa da conservação do ambiente saudável.

Imbuída dos riscos atuais e iminentes de desastres ecológicos e esgotamento de recursos em todos os níveis à humanidade só resta abarcar, em dimensão temporal, não só os vivos, como também as gerações futuras – originando-se nova categoria de direitos, cuja fruição traz o dever de cuidado, imposto *erga omnes* e relativo, a um só tempo, ao indivíduos e à coletividade que o abriga. Afinal, a existência não tem lugar sem o pressuposto da existência e não se pode encontrar uma saída retórica para a realidade.

O direito, portanto, ao assimilar a conformação social e existencial para a qual se volta, acrescentando exigências novas aos velhos e conhecidos conceitos, nitidamente insuficientes, desempenha papel conciliador, não havendo falar em colisão, conflito ou oposição entre a garantia do meio ambiente e do desenvolvimento humano – direitos que não se restringem, mas se ampliam, aprimoram e fortalecem reciprocamente, revelando novos

caminhos para sua implementação. Esta, um desafio inatingível no interior do corroído e corrompido paradigma da modernidade, aponta para a necessidade de expandir o universo científico conceitual, repensado, em sua totalidade, diante da complexidade das novas e múltiplas exigências: como utilizar, para a realização da vocação humana de crescimento, os elementos que constituem o meio ambiente, sem causar-lhes dano? Numa única palavra – sustentabilidade – chave da existência humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 7ª ed., revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BENJAMIN, Antônio Herman (org). 10 anos da ECO-92: O Direito e o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Instituto “O Direito para um Planeta Verde”, 2002.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: UnB, 1989.

_____. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 2ª Ed. São Paulo, Max Limonad, 2001.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: Doutrina, Prática, Jurisprudência, Glossário. 2ª. Ed, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir. São Paulo, Vértice, 1986.

_____. Estratégias de transição par o século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, Estúdio Nobel, 1993.

_____. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice – O Social e o político na pós-modernidade*. 9ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. *Conhecimento prudente para uma vida decente – Um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo, Cortez, 2004.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. 3ª ED, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

A QUESTÃO DA OCUPAÇÃO HABITACIONAL EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS

The Matter of Human Settlements in Environmentally Protected Areas

Gisela Provasi¹²⁰

Lucas Sanchez¹²¹

Ana Tereza Viana¹²²

RESUMO: Sendo de especial interesse ambiental e determinantes na preservação de recursos hídricos, da fauna e da flora, na estabilidade geológica e pedológica, as áreas de preservação permanente (APPs) foram definidas no Código Florestal de 1965, recebendo proteção legal desde então. No contexto brasileiro de crescimento irregular e desordenado dos centros urbanos, contudo, observa-se a ocupação antrópica em tais áreas. Esta ocupação se dá, por exemplo, pela construção de moradias em regiões de encostas e pela instalação de rodovias às margens de cursos d'água. Esta situação é muitas vezes apontada como antagonica, no caso da relação entre o movimento social e o ambiental, como duas frentes separadas e conflitantes, de maneira que se torna necessária uma análise mais aprofundada da questão, a fim de verificar-se a compatibilidade das demandas e a aplicação harmoniosa da socioambientalidade. O objetivo do artigo proposto será o de analisar a situação jurídica atual e o conflito aparente entre inclusão social e proteção ambiental, identificando tendências para a solução de tais conflitos no âmbito do direito.

PALAVRAS-CHAVE: movimento social, ambientalismo, APP, moradias, meio ambiente.

¹²⁰Graduanda em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Membro da Clínica de Direito Ambiental Paulo Nogueira Neto (CPaNN), atividade de Cultura e Extensão vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: gisela.provasi@icloud.com

¹²¹Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Membro da Clínica de Direito Ambiental Paulo Nogueira Neto (CPaNN), atividade de Cultura e Extensão vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: lucschz@gmail.com

¹²²Graduanda em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Membro da Clínica de Direito Ambiental Paulo Nogueira Neto (CPaNN), atividade de Cultura e Extensão vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: ana.tcviana@gmail.com

ABSTRACT: The Brazilian Forest Code of 1965 established the parameters for areas of permanent preservation (APPs, in portuguese), which received legal protection ever since, once they were considered to be of primordial importance for the environmental well-being, and as they were since viewed as determinant for the preservation of hydric resources, as well as flora and fauna. From Brazil's history of irregular and disorganized growth in urban centres, however, these spaces have been occupied by human settlements through the construction of housing projects and highways nearby river valleys and hills, for instance. The interaction between the social and the environmental movements is commonly view as antagonic, as in the scenario put above, as if they were two movements with non compatible and unrelated demands. This makes it mandatory to analyse the matter more carefully, studying the compatibility of the demands involved and the possibility of applying socioenvironmental principles harmoniously. The main goal of this article is the analysis of today's legal and normative situation, investigating the incompatibilities concerning both movements and identifying strategies for the solution of those alluded conflicts of interests.

KEY-WORDS: environment, social movements, housing, APP.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das cidades, aliado à insuficiência das políticas públicas voltadas ao planejamento urbano, proporcionaram um cenário de inchaço e falta de infraestrutura nesses ambientes. Essa situação leva a uma carência de espaços adequados livres e acessíveis a toda uma parcela da população, obrigando a busca, pelos próprios particulares, de espaços alternativos, os quais frequentemente incluem as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs). A ocupação dessas áreas é um problema recorrente para os desenvolvedores de políticas públicas. Sua fragilidade e aquela das populações que nelas se assentam criam riscos, assim como desafios para as autoridades - nomeadamente no aparente embate entre princípios contemplados na Constituição Federal. Este artigo se presta a analisar esta situação e apresentar possíveis caminhos para sua discussão aprofundada.

2 REGIME CONSTITUCIONAL

O direito à moradia e o direito ao meio ambiente sustentável são contemplados no regime constitucional brasileiro como estabelecido em 1988. O direito ao meio ambiente ecologicamente sustentável é abarcado no artigo 225 da Magna Carta, enquanto o direito à moradia, junto com outros direitos sociais, está explícito no artigo 6º.

O jurista Edis Milaré (2003, p.165) afirma que o “meio ambiente pertence a uma daquelas categorias cujo conteúdo é mais facilmente intuível do que definível, em virtude da riqueza e complexidade do que encerra”, enquanto José Afonso da Silva (2004, p. 20) assinala que o conceito de meio ambiente deve ser globalizante, “abrangente de toda a natureza, o artificial e original, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico”. Finalmente, o artigo 3º, I, da Lei 6.938/81 define o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Observa-se, portanto, uma ampla definição de meio ambiente provida pelo legislador, de conteúdo variado e mutável. O reconhecimento deste direito configura-se, na verdade, como extensão do direito à vida, quer sob o enfoque da própria existência física e saúde dos seres humanos, quer quanto ao aspecto da dignidade desta existência. Para Antunes (2002, p.11): “[o direito ambiental é] um direito humano fundamental que cumpre a função de integrar os direitos à saudável qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico e à proteção dos recursos naturais”.

Na Constituição Federal, é deixado claro não apenas o dever estatal de preservar, mas também de restaurar os processos ecológicos e a biodiversidade, além de promover educação ambiental e regulamentar, em geral, a utilização e a conservação do meio ambiente nacional. Silva (2004, p. 80) constata assim dois objetos de tutela: um que seria imediato, que é a qualidade do meio ambiente; e outro, mediato, que é a saúde, o bem-estar e a segurança da população, em suma, aquilo que assegura qualidade de vida.

Quanto ao direito à moradia, é definido como um direito social básico e *erga omnes*, e entendido como requisito para se desfrutar de uma vida completa, conforme retrata o artigo XXV, item I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O artigo 6º da Constituição Federal

prevê especificamente a moradia como um direito, baseando-se nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, solidariedade social, da igualdade e da função social da propriedade. Ademais, o artigo 23 da Magna Carta aponta que é de competência comum da União, dos estados e dos municípios promover programas de construção, regulamentação e melhora de moradia.

Seu reconhecimento e sua proteção constitucional, contudo, têm se mostrado insuficientes na efetivação desse direito:

“Se em seu estado natural o homem, na imensidão do orbe, encontrava um ponto para estabelecer-se e a abundância de material para a sua edificação, o incremento da população e a carência de espaços livres foram comprimindo a potencialidade de exercício de moradia, até a sua gradual e drástica redução, senão extinção para os mais desfavorecidos (os moradores debaixo das pontes, das ruas, das praças e das calçadas), como ocorre diariamente nos grandes aglomerados humanos.” (NOLASCO, 2008, p. 88).

3 PROTEÇÃO DE APPs

Área de Preservação Permanente (APP), conforme o inciso II do artigo 3º do atual Código Florestal (lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012) é a porção do território, protegida nos termos da legislação federal específica, revestida ou não de cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a permeabilidade do solo, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas.

Fica determinado, pelo artigo 7º do referido Código, que tal proteção é de responsabilidade do titular do imóvel, seja ele pessoa física ou jurídica, sendo obrigado a recompor a vegetação que tenha sido suprimida. O artigo 8º, contudo, abre a possibilidade de exploração dessas áreas, em caso de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental.

Não é deixada margem à discricionariedade do administrador público, pois tais conceitos são definidos no artigo 3º da legislação em questão, nos incisos VIII, IX e X. São de especial interesse para o presente artigo o item “d” do inciso IX, o qual inclui no conceito de interesse social “a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predomi-

nantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas (...)” e o item “e” do inciso X, que define como de baixo impacto ambiental “construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores”

Para os fins propostos nesse artigo, consideraremos mais o contexto urbano do que o rural. Indubitável que as APPs tenham importância talvez até mais relevante no meio rural, pelo nível de vegetação primária que devem conservar. No entanto, o foco será mantido às APPs nas cidades, por configurarem maior relevância no balanceamento com o direito à moradia.

4. CIDADE FORMAL E CIDADE INFORMAL

No estudo e análise do então chamado direito constitucional à habitação, devemos pensar em garantias e formas de implementá-las nas cidades. Certo que a realidade em muito falha no seguir o dever-ser disposto pelas normas; ou estas falham em não propor mecanismos garantidores viáveis. Seja como for, é essencial para a análise da questão aqui posta o reconhecimento da complexidade fática das cidades e de como ou se os direitos em questão são garantidos.

Neste cenário encontraremos então uma realidade na qual a Administração, apesar de desenvolver suas políticas urbanas de ocupação, infraestrutura e desenvolvimento urbano, nas formas do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2010, estudado em detalhes mais a frente), não logra êxito em atender toda a complexidade e espontaneidade do cenário urbano. Desta forma é que vemos a ocupação desordenada que chamaremos de cidade informal, face àquela cidade formal desenhada conforme as políticas públicas. Essa dicotomia também é referida como cidade legal e ilegal. Edis Milaré (2004, p. 628) utiliza a expressão cidade irregular ao referir-se aos assentamentos nascidos e desenvolvidos quase como oposição à cidade legal.

O histórico do surgimento dessa diferenciação tanto regulatória como social e espacial foi extensamente abordado pela urbanista Raquel Rolnik (1999), em sua obra *A Cidade e a Lei*. Ela relembra as formas de ocupação do espaço público tais quais os cortiços e vilas ou outras formas não previstas para o espaço urbano, as quais em conjunto compunham o

que chamou “o vasto campo da ilegalidade ou informalidade urbanística” (1999, p.60).

Essa segmentação conceitual é também territorial, além de social. Primeiramente, porque a cidade informal é justamente aquela que se aloca às regiões onde não há loteamento oficial do solo, e também porque essa solução é buscada pelas pessoas que foram excluídas da cidade formal por não poderem arcar com os custos de um imóvel ou pois, por outras razões, não têm assegurados seus direitos neste mercado. Em seguida, vemos com nitidez que tais pessoas são aquelas pertencentes aos grupos menos favorecidos da sociedade, e por isso o recorte formal/informal é também um recorte que afirma a desigualdade social. A segmentação espacial ou territorial é a reafirmação da segmentação social.

Sobre interseção social-espacial do problema, diz Rolnik:

“Esta vasta área de obscuridade social correspondeu em primeiro lugar, na história da legislação urbanística de São Paulo, ao lugar dos negros na cidade. Mais tarde incorporou os bairros populares de imigrantes até ser completamente identificada como território estrangeiro por volta dos anos 30. Fazia parte deste território fora da lei, além das regiões que concentravam negros e imigrantes, a “zona”, que, com os outros territórios ilegais da cidade, assumiu características distintas ao longo do século.” (ROLNIK, 1999, p. 60)

O problema é agravado uma vez que aquelas ocupações informais, ao fugir dos loteamentos ditos então formais, acabam em regiões onde não há ocupação por questões de preservação ambiental, as áreas ambientalmente protegidas como o são as APPs referidas, ou de risco de desastres ambientais. Essa ocupação é via de regra feita de forma desordenada, o que acarreta em maiores riscos e danos não só ao meio ambiente como à própria população que ali constrói moradia¹²³, conforme discutiremos mais a frente.

¹²³ Vale apontar que os fatos - e consequências destes - que levam tal parcela da sociedade à cidade informal é o que dá origem ao estudo da justiça ambiental.

5 CONCILIANDO INTERESSES SOCIAIS E AMBIENTAIS

5.1 A FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE

A função social e ambiental da propriedade aparecem para balizar a questão fundiária com o interesse difuso coletivo, e assim vêm previstas na Constituição Federal, a qual traduz também atenção especial direcionada à propriedade urbana. O artigo 5º, inciso XXIII, diz que a propriedade atenderá sua função social, complementado pelo artigo 170, do capítulo da Ordem Econômica, em seus incisos II e III, firmando a função social da propriedade privada. Adicionalmente, temos em seguida o artigo 182, sobre a política de desenvolvimento urbano, que traz em seu caput a essência do mesmo, qual seja, a garantia do desenvolvimento das funções sociais da cidade juntamente com o bem-estar de seus habitantes. Em seu parágrafo segundo, temos disposto que a propriedade urbana deverá cumprir sua função social conforme expresso no plano diretor. Este, por sua vez, é o responsável pelo ordenamento urbano, estando previsto pelo inciso III do artigo 4º da lei do Estatuto da Cidade. Sua execução é de competência municipal.

Historicamente, decerto que a função social da propriedade antecede o reconhecimento da função ambiental da mesma. O uso adequado da propriedade urbana passa a ser questão relevante com o êxodo rural e o crescimento populacional das cidades, quando emerge a função social da propriedade como uma necessidade de que o gozo desse direito real atenda também a interesses coletivos protegidos em lei. A atenção ao meio ambiente no Brasil foi garantida pela Constituição de 1988 apenas, elevando o interesse à sua proteção a direito fundamental, e assim pôde ser inserida naquele rol de interesses difusos protegidos por lei.

Segundo José Afonso da Silva (2012), a função social da propriedade não significa limitação de exercício da mesma. Ou seja, a obrigação de observação à função social da propriedade privada não significa uma mera limitação ao exercício das faculdades do proprietário sobre a coisa, mas um princípio que relaciona-se com a estrutura desse direito em si:

“O princípio da função social traduz um novo regime jurídico à propriedade, pois incide no próprio conteúdo deste direito como elemento que determina a aquisição, o gozo e utilização; logo, ela

só é considerada legítima enquanto considerada propriedade função.” (SILVA, 1999, p. 249)

Vemos que a Constituição tentou, portanto, harmonizar o cumprimento da função social do imóvel urbano às atividades urbanas. Nesse sentido constatou Guimarães Junior (2003, p. 115), que “o direito de propriedade deixou de ser medido exclusivamente a partir do ponto de vista do proprietário, para ser delineado conforme interesses da coletividade”. Houve a inserção de valores sociais e ambientais ao direito à propriedade tão valora-do no nosso sistema, passando a ser um elemento essencial da mesma.

Nesta seara vem o Estatuto da Cidade contribuir para a caracterização e efetivação da função social e ambiental da propriedade urbana, uma vez que regula o uso da propriedade urbana em prol do equilíbrio ambiental e da garantia às cidades sustentáveis. O proprietário, ao usar, gozar e dispor da propriedade tem o dever de respeitar os interesses coletivos que, por sua relevância social, sobrepõe-se sobre os individuais. Os direitos do proprietário serão certamente observados e respeitados, no entanto isso será feito na medida em que sejam condizentes aos interesses coletivos consagrados. O que antes era entendido como um direito absoluto, foi no decorrer da história evoluindo para um poder-dever, pois o proprietário terá obrigações negativas tanto quanto positivas no exercício dessa função social e ambiental.

Essas obrigações, após o advento da lei do Estatuto da Cidade, vêm expressas no plano diretor municipal, contendo exigências sobre a ordenação da cidade e a responsável utilização dos recursos naturais disponíveis, a título de exemplos.

5.2 DANOS AMBIENTAIS E RISCOS SOCIAIS

O risco, como a percepção de um perigo possível, é inerente às APPs. Geralmente tratam-se não apenas de áreas *de risco* como também se tratam de áreas *em risco* (MARANDOLA JÚNIOR; HOGAN, 2004). Comumente, são áreas frágeis, de importante ou necessária proteção especial, de maneira que o próprio ordenamento jurídico oferece a elas maior tutela. Ao mesmo tempo, costumeiramente são áreas que também oferecem maior risco a populações, como encostas, margens de corpos d’água, restingas, bordas de chapadas e manguezais.

Araújo Júnior(2014) nota, por exemplo, que, nas Sub-Bacias Hidrográficas de Quintino, em Belém, o risco de inundação é inerente ao sistema. O autor assinala que as ocupações aumentam tais riscos, sendo a sociedade importante agente de mudança a qual, dentro de áreas já frágeis, pode potencializar os riscos tanto para a população quanto para o meio ambiente.

Araújo Júnior nota também a importância das regulamentações de ocupações para a mitigação dos riscos às pessoas e ao ambiente, mas aponta que geralmente as intervenções governamentais são meramente paliativas, não atendendo a problemas estruturais e ainda deixando para o futuro a definição de riscos ainda não evidenciados. A própria ocupação destas áreas, que geralmente não possuem atratividade inerente para habitação, sendo de difícil estabelecimento, é muitas vezes causada pela inação governamental e falta de planejamento na consecução do direito de habitação¹²⁴. A localização de pessoas com as mais precárias das condições em áreas altamente suscetíveis a riscos faz com que desastres naturais tenham altíssimo impacto sobre elas, muitas vezes fazendo-as perder tudo. Como afirmado por Zamparoni e Rosseto:

“As condições precárias da ocupação irregular das APP’s podem contribuir com os eventos dos desastres naturais, como os episódios de alagamentos e enchentes e encontram-se diretamente relacionados ao processo de exclusão social produzido na construção histórica dos espaços urbanos [...]. Grande parte da população de baixa renda vive nestas localidades onde estão as Áreas de Proteção Permanente (APP’s).” (ZAMPARONI; ROSSETTO, 2012).

Os impactos ambientais não são menos graves. Ocupações irregulares, como já mencionado, têm um impacto potencializado no meio ambiente que as circunda. Alguns exemplos de impacto são despejo de esgoto sem tratamento, a interrupção de corredores biológicos em áreas de floresta, desmatamento, etc. Santana (2011) nota que, além disto, ou-

¹²⁴“Pode-se dizer ainda que a ocupação residencial irregular, em APP, ocorre pela ausência de programas habitacionais, além da ineficiência de controle do uso do solo, com sérios impactos ambientais e sociais resultantes”. Cf. CONCEIÇÃO, Rodrigo Silva da; DORNELLES, Liane Maria Azevedo. Reflexões sobre a função ambiental das APPs frente à expansão urbana nos municípios de Duque de Caxias e Magé, Baixada Fluminense - RJ.. In: II Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano, 2012, Natal. II Seminário Nacional sobre áreas de preservação permanente em meio urbano: abordagens, conflitos e perspectivas nas cidades brasileiras - Anais e Textos Completos (CD-ROM).. Natal: RN/BSE-CCHLA, 2012. p. 1-17.

tros problemas menos óbvios emergem da ocupação irregular, uma vez que a povoação humana inevitavelmente causa a aceleração da degradação ambiental. Exemplos de comportamentos lesivos são o uso de agrotóxicos, a contaminação de corpos d'água, a impermeabilização do solo e afins - comportamentos que, mais do que causar danos ambientais, maximizam riscos de tragédias humanas, como contração de doenças devido a esgotos a céu aberto, além de maiores riscos de inundação.

6 REGULAMENTAÇÃO

6.1 ESTATUTO DA CIDADE

Pode-se dizer que, de maneira geral, enquanto aglomeração humana e ambiente de desenvolvimento de atividades sociais, a cidade foi sempre objeto de algum regime de organização. Assim, um plano urbanístico, mais ou menos difuso, existiu sempre. As condições modernas da vida urbana, contudo, fizeram surgir a necessidade pela política urbana como uma técnica específica, com instrumentos e métodos próprios. Assim estabelece-se uma efetiva direção pública da atividade urbanística fundamentada no planejamento.

No Brasil, surgiu como projeto de lei em 1998 e foi aprovada em 2001 a lei denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta o capítulo “Política Urbana” da nossa Constituição. Buscava-se dar um novo direcionamento ao regime de propriedade urbana, já que a Constituição Federal de 1967 exigia que a propriedade atendessem à sua função social.

De acordo com o artigo 2º do Estatuto, seu objetivo é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, distribuindo espacialmente a população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (inciso IV) e garantindo o direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (inciso I), reconhecendo claramente uma interdependência entre os direitos à moradia e à sanidade ambiental.

Conforme o artigo 4º, para os fins do Estatuto da Cidade, serão utilizados, entre outros instrumentos (já que a lei deixa aberta a possibilidade de que a Administração Pública utilize qualquer outro instrumento nela não previsto expressamente), institutos tributários e financeiros, institutos jurídicos e políticos e estudos prévios de impacto ambiental (EIA) e de vizinhança (EIV), muitos dos quais vinculados à ideia de função social da propriedade.

Embora tenha surgido “em meio a grande polêmica, própria dos textos que introduzem limitações ao exercício de Direitos individuais, ensejando questionamentos acerca da constitucionalidade de vários de seus dispositivos” (COSTA, 2001, p.81), o Estatuto surge em um contexto de superlotação e inchaço urbanos, constituindo um instrumento do direito urbanístico para construir a garantia ao direito constitucional à moradia e estabelecendo diretrizes para a regularização da formação das cidades e mesmo para o enfrentamento das práticas sociais consolidadas nas cidades informais. A escassez de moradia e a ocupação irregular, que muitas vezes se dá em APPs, constituem alguns dos maiores problemas enfrentados, refletindo diretamente as mazelas da miséria, agravada com o êxodo rural desordenado, sobretudo na década de 1970 (MEIRELLES, 2001, p. 483).

6.2 PROPORCIONALIDADE NA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS

Parece relevante, visto a aparente incompatibilidade constatada entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente sustentável e saudável, analisar os conflitos relacionados às ocupações irregulares em APPs a partir da regra de proporcionalidade de Alexy. O raciocínio em questão foi adotado em diversos julgados, um dos quais analisaremos mais à frente, mas resta necessário analisar se tal incompatibilidade é real ou, ainda, se o paradoxo é tão profundo quanto aparenta.

A regra de proporcionalidade é constituída por três passos utilizados para julgar se a ação pública em direção X ou Y irá servir aos direitos em jogo, de maneira a otimizar os direitos o máximo possível restringindo suas contrapartidas o mínimo possível, seja qual for a ação a ser analisada. O primeiro passo é o teste de adequação, seguido pelo teste de necessidade, finalmente chegando ao teste de proporcionalidade *stricto sensu*. Proceder-

remos a analisar as costumeiras deliberações levadas pelo Poder Judiciário a partir deste escopo analítico.

O teste de adequação, que investiga se determinada ação governamental realmente reflete positivamente na promoção do direito visado - no caso, o direito à moradia digna e ao meio ambiente - , nos parece suprido em todas as decisões analisadas, uma vez que cada uma claramente tinha uma *raison d'être* específica. Ora, se o direito ao meio ambiente for considerado como um interesse público mais relevante do que o direito à moradia, a retirada das populações ocupantes e o acondicionamento da área ao *status quo ante* devidamente cooperam para a persecução do direito garantido pelo artigo 225 da Constituição Federal. Por outro lado, se o direito à moradia é priorizado, tanto o remanejamento da população quanto a mera manutenção do *status quo* serviriam devidamente – *a priori* – ao propósito visado.

É interessante notar que as decisões judiciais buscam, geralmente, a predominância absoluta de um direito sobre o outro, dificultando tanto o trabalho da jurisprudência quanto a segurança jurídica, ora preterindo um, ora preterindo outro. Os inconvenientes para a investigação jurídica no tema aparecem, especialmente, no momento do teste da necessidade – isto é, quando analisa-se se determinada medida é a única que pode realizar o objetivo perseguido com a intensidade máxima e com a intervenção mínima em outro direito fundamental.

A medida necessária é aquela que, dentre as medidas possíveis para potencializar um direito, é a que menos restringe outro. Parece claro que qualquer medida que vise a proteção exclusiva de um direito em detrimento total do outro não possa se qualificar como necessária, mas passaremos à análise da proporcionalidade em sentido estrito para que possamos melhor diagnosticar a situação, uma vez que há alternativas que ultrapassam o mero descarte de um direito em benefício de outro.

Ora, a proporcionalidade em sentido estrito é, justamente, a verificação quanto a se um direito está sendo potencializado o máximo possível com a mínima restrição de outro direito como consequência - é uma questão de “justa medida”, de adequação dos meios com os fins e de custo-benefício. Aqui, retomando as medidas que seriam retidas já no teste de necessidade, aquelas decisões que resolvessem pela total supressão de um direito não poder-se-iam dizer proporcionais. Outras decisões judiciais, no entanto, observam o zelo pela manutenção de um certo equilíbrio entre

a proteção de direitos. Um exemplo claro é a condição imposta ao poder público para que ache local de moradia para os ocupantes, antes que seu despejo seja realizado. Outro é a regularização das áreas ocupadas (especialmente aquelas já estabelecidas há muito tempo), para que o impacto ambiental seja o menor possível. É claro que o prejuízo a algum direito invariavelmente será notado, mas este deverá ser o mais brando possível.

É necessário notar, no entanto, que a mera manutenção de moradias precárias em áreas de proteção ambiental nem sequer ultrapassam a barreira da adequação. O direito à moradia não implica apenas o direito a ter um local onde deitar-se, mas o direito à moradia *adequada*, de qualidade, onde possa-se viver com dignidade e segurança (MONTEIRO, 2015, p. 82-85). A mera constatação de que a consolidação de habitação impede a restituição do *status quo ante*, por exemplo, não deve ser usada como desculpa para o abandono das obrigações estatais para com seus cidadãos.

6.3 REGULARIZAÇÃO E POSSIBILIDADES

O conjunto de habitações instaladas desordenadamente sem o apoio da estrutura administrativa formal apresenta então também, além de uma vivência precária e indigna, um risco à segurança de seus habitantes, como a maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos nas chamadas áreas de risco. Somam-se a tais dificuldades aqueles riscos ambientais decorrentes de uma tal ocupação, como a destinação inadequada de resíduos sólidos e orgânicos domiciliares que poderá levar à contaminação das águas que abasteçam mesma comunidade, potencializando o risco enfrentado.

Atualmente, a Prefeitura de São Paulo apresenta um programa de formalização de áreas informais chamado Programa “Cidade Legal”. De acordo com a Prefeitura, ele foi criado em agosto de 2007 com o objetivo de “implementar, agilizar e desburocratizar as ações e os processos de regularizações fundiárias de núcleos habitacionais”¹²⁵. Esta regularização pode significar a consolidação da ocupação e a inserção dela na rede de serviços do município, e, outras vezes, principalmente se ela encontra-se em área de risco, na tentativa de deslocamento e realocação. A garantia de realocação

¹²⁵Informações disponíveis em <http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/graprohab/cidade_legal.aspx>, acesso em 21/10/2015.

das famílias atingidas representa todavia um enorme entrave para aplicação desta política impossibilitando tal opção.

A francesa Céline Sachs fez um trabalho sobre tal questão na realidade de São Paulo e chegou à seguinte conclusão:

“Os contornos da “cidade legal” e da “cidade ilegal” não são imutáveis; eles se transformam em função das decisões políticas e ao sabor da evolução dos diversos bairros. Existem diferentes formas e graus de legalidade e ilegalidade.” (SACHS, 1999, p. 103)

A nível nacional, temos a Lei 11.977/2009 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que dispõe sobre regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. O programa coloca como critério para regularização fundiária o interesse social, e reconhece também a existência de áreas urbanas consolidadas quando a ocupação já dispõe de pelo menos dois serviços de infraestrutura. Todavia, contrariando o movimento ambientalista, a lei prevê que no processo de regularização será dada preferência à permanência da população nas terras que já ocupam.

Conforme visto acima, sobre a possibilidade de reconhecimento de ocupação ou intervenções em APP, dispõe a lei federal (artigo 8º da Lei. 12.651/2012) - assim como a municipal na forma do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, Lei 16.050/2014 - que somente será admitida nos casos de *interesse social*, *utilidade pública* ou *baixo impacto*. O interesse social pode muitas vezes ser interpretado como a necessidade de regularização fundiária de assentamentos urbanos de população de baixa renda ainda que em áreas urbanas consolidadas, e este é o argumento mais frequentemente utilizado.

A ponderação principal a ser feita, no entanto, é no sentido de averiguar se tal ocupação está localizada em áreas de risco, pois, em caso positivo, não haveria nem mesmo o interesse social na manutenção de uma ocupação que configure risco aos seus habitantes. A segurança dos mesmos, adicionada ao interesse ambiental, mostra-se prevalecente a argumento pelo direito à moradia.

Portanto, temos que o respeito às APPs nos lotes urbanos não só visa à preservação e proteção do meio ambiente, como também à prevenção ao risco de desastres, como é o caso dos deslizamentos e das enchentes ou inundações.

Vale destacar que a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, consideradas a situação socioeconômica da população e também as normas ambientais, é um dos objetivos do Estatuto da Cidade e encontra-se elencado no artigo 2º da lei que o regulamenta.

O complexo problema que enfrentamos aqui advém, ainda, do fato de que o Código Florestal não menciona as demarcações específicas para APPs urbanas. Deste forma, cresce o debate e a insegurança jurídica em âmbito municipal visto que se utilizadas demarcações estabelecidas em plano diretor municipal, menos protetivas, estas poderão rapidamente ser questionadas por órgãos interessados, tal qual o Ministério Público, em benefício das delimitações da lei federal. Em seguida passaremos à análise de algumas linhas argumentativas encontradas na jurisprudência quando a Administração se vê face a um tal conflito.

7 CASOS E JURISPRUDÊNCIA

7.1 EXPULSÃO DE OCUPANTES E A RESTAURAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Tendo sido explicitado que a habitação irregular de APPs é objeto de diversas controvérsias, cabe agora a análise jurisprudencial das questões até agora analisadas em abstrato. Primeiramente, haveremos de verificar os argumentos que substanciaram decisões onde verificou-se, quase que por completo, a primazia do direito ao meio ambiente saudável sobre o direito à moradia. Veremos, a fundo, as decisões no Recurso Especial nº 403.190 (2006), do STJ, e a AC 20586 SC 2005.04.01.020586-8 (2009), do TRF da Quarta Região.

No RE, concernente à ocupação irregular de áreas nos entornos da Represa Billings, a primeira instância havia decidido que o fato da ocupação estar consolidada impossibilitaria um devido retorno ao *status quo ante*, de maneira que a ação civil pública se viu improvida. No entanto, o TJ-SP reverteu a decisão, em recurso do Ministério Público, decidindo pela retirada dos ocupantes e pela restauração total do local, além de indenizações do Poder Público, das empresas envolvidas e outrem. Mais uma vez contestada, a decisão restou ao STJ, que manteve a decisão da segunda instância.

A decisão do STJ, claramente, teve uma base amplamente fática que transcendeu a lei. O primeiro fundamento dado na ementa é de que a ocupação é de um local importante para o abastecimento de água da região, e pode ser prejudicial a este. Assim, as preocupações com o fornecimento hídrico na capital – que se mostraram bem fundadas nos últimos anos – foram importantes para a manutenção da decisão do TJSP, nomeadamente a de decretar a demolição das construções em área proibida.

A visão que o tribunal teve foi a de que o direito à moradia, no caso, era um direito privado, concebido como o direito individual à moradia digna. Apesar de reconhecer que os próprios moradores não tinham culpa de sua irregularidade no caso – havendo eles mesmos sido feitos vítima por terceiros – o STJ sustentou que a preservação de reservatório de abastecimento humano deveria ser priorizada, uma vez que sua conservação beneficiaria um número maior de pessoas do que aquelas presentes na área ocupada, de maneira que aqui se aplicaria a predominância do interesse público sobre o interesse privado, mesmo que se reconhecesse que aquelas pessoas cujas casas seriam destruídas eram de “famílias de carentes recursos financeiros”.

Aqui, portanto, verifica-se uma predominância praticamente total do direito ao meio ambiente, principalmente a partir da sua visualização como um interesse público e coletivo, enquanto entendeu-se o direito à moradia digna como um interesse privado. Parece-nos claro que a decisão sofreu grande influência da questão fática específica, qual seja, o caso de as ocupações se darem perto de área importante para o abastecimento de água não apenas na cidade de São Paulo mas também na região metropolitana.

Na Apelação Cível especificada acima a decisão primeiramente sustentou que apenas seria adequada a retirada dos ocupantes de uma APP se houvesse planos de realocá-los, baseando-se no princípio da dignidade da pessoa humana. Houve, porém, posterior contestação por meio de Embargos Infringentes, que acabou por reformar a decisão de modo que consonasse com o entendimento que a realocação motivada por uma ocupação ilegítima apenas serviria para incentivar futuras ocupações de APPs. A preocupação aqui, portanto, não foi tanto ambiental quanto foi eminentemente financeira, pensando no perigo para os cofres públicos que representaria a obrigação de remanejar populações como condicionante para evacuação de APPs.

7.2 RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Sendo, portanto, o direito à moradia digna e o direito ao meio ambiente saudável ambos garantidos constitucionalmente, verifica-se então o dever do estado tanto de prover a população com infraestrutura urbana, que permita o estabelecimento de moradia digna, quanto o de proteger o meio ambiente e evitar sua degradação em áreas críticas. Assim, observa-se também uma tendência de responsabilização do Estado pelo não provimento de infraestrutura adequada e pela consequente ocupação de Áreas de Preservação Permanente. Esse é o caso do julgamento da Apelação nº 9183364-17.2003.8.26.0000, segunda jurisprudência a ser analisada no presente artigo.

A apelação diz respeito à sentença que julgou procedente a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público, para o fim de condenar o Município de Sumaré na recuperação das áreas de preservação permanente indevidamente ocupadas e na realocação dos moradores, e condenar todos os réus, solidariamente, no pagamento de indenizações para reparação dos danos causados ao meio ambiente e aos adquirentes dos lotes.

Primeiramente, embora aleguem os corréus a ilegitimidade do Ministério Público para defesa dos interesses tutelados na decisão, ressalta-se, na decisão que julga improcedente a apelação, tratar-se de interesses transindividuais ligados aos moradores, quando na condição de adquirentes dos terrenos, e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ademais, o Ministério Público, nos termos da Lei 7.347/1985, possui legitimidade para ajuizar ação civil pública na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

Além disso, há a alegação de que é necessária a formação de litisconsórcio com todos os adquirentes dos terrenos, o que é também negado tendo em vista que tais adquirentes seriam vítimas e não réus. Existe, no caso em questão, a responsabilidade dos particulares que lotearam o terreno e do próprio município. Este, embora negue sua responsabilidade, foi omissor no controle da regularização do terreno, sendo certo que os danos causados se prolongam no tempo, sem que qualquer providência para regularização fosse tomada.

Nesse sentido, Nelson de Freitas Porfírio Júnior (2002, p. 88) afirma que “a responsabilidade do Estado em relação à tutela do meio ambiente exige que ele assuma uma postura mais ativa e de atuação preventiva, no sentido de evitar a ocorrência do dano ambiental”.

7.3 CASO DE REGULARIZAÇÃO: PARQUE DOS BÚFALOS

Por último, analisaremos aqui um caso de regularização de ocupação informal, no qual não apenas a ocupação irregular mas também a realocação proposta incidem sobre área de proteção ambiental. É o caso do loteamento do Parque dos Búfalos, região do extremo sul de São Paulo capital, localizado em área de proteção permanente do entorno da Represa Billings. O interesse ambiental na área, além de ser de entorno de curso d'água (a represa) em região de mananciais, é principalmente pela presença no território de mais de 10 nascentes fluviais fazendo-a essencial ao abastecimento hídrico da capital. Além disso, está localizada em um dos bairros de menores taxas de área verde por habitante da capital ($0.62m^2$)¹²⁶.

Tal caso é controverso e tem sua singularidade presente no fato de que o loteamento é proposta do governo federal, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, conjuntamente com o governo estadual e municipal, como tentativa de formalizar ocupação irregular já iniciada nesta APP. O projeto, portanto, visa construir moradia popular nesta região de mais de 800 mil metros quadrados de preservação, onde já existem moradias irregulares. A população do bairro se organizou contra esta ocupação, em um movimento pela manutenção da região como um parque de lazer e preservação.

Um dos argumentos no sentido de fazê-lo seria no sentido de que a ocupação já é incipiente e, em não havendo acompanhamento formal dos governos, ela aconteceria da mesma forma, apenas de modo irregular - sem a infraestrutura necessária - trazendo mais riscos ao meio ambiente.

Este é o entrave típico no embate proposto neste artigo. Adotar-se o posicionamento extremo ambientalista mostra-se muitas vezes ineficiente, visto que a não formalização de uma ocupação não faz com que o irregular deixe de existir.

Após a suspensão da obra em fevereiro deste ano, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reformou a decisão, em agosto deste ano, permitindo sua continuação¹²⁷. O convencimento do relator, acompanhado por unanimidade na 2ª Câmara Pública Reservada ao Meio Ambiente

¹²⁶ Dado extraído do estudo da Rede Nossa São Paulo, considerada a região da subprefeitura de Cidade Ademar, disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/analises.php?tema=8&indicador=56&ano=2011#info>>

¹²⁷ Decisão disponível em <<http://s.conjur.com.br/dl/tj-sp-libera-empredimento-minha-casa.pdf>>, acesso em 01/11/2015.

do TJSP, mostrou-se no sentido de que a invasão da área seria inevitável em algum momento, e que o projeto, de cunho social, além de mostrar consciência ecológica ao utilizar apenas 20% da área para construção, teve suas licenças regularmente concedidas até então.

Outros são os argumentos levantados pelas partes envolvidas, como propostas de proteção mais efetiva das nascentes, a relevância social do projeto, ou então a existência de outras áreas para construção onde o impacto ambiental seria menor e outros interesses, como o econômico, seriam também atendidos. No entanto, o fato é que estamos face a um caso essencialmente de regularização de ocupação em área de manancial que, se não alcançada pela infraestrutura pública, não cessará de existir e de causar impactos ao meio ambiente. Ademais, o projeto é solução proposta para a realocação de famílias que foram removidas das ocupações em áreas de risco na região. Esta é a questão que resta ao fim, e pela qual a Justiça decidiu pelo prosseguimento do projeto.

CONCLUSÃO

A análise de jurisprudência nos permite observar uma clara inconsistência nos critérios observados e estratégias adotadas pelos juízes e desembargadores no sistema judicial brasileiro. As abordagens variam de maneira que é impossível construir segurança jurídica sobre entendimento a se adotar quanto aos princípios discutidos meramente a partir da jurisprudência.

Podemos ressaltar, no entanto, que alguns caminhos argumentativos falham em atender a regra de proporcionalidade em suas disposições. O preterimento total de um direito fundamental em favor de outro, no teste de Alexy, claramente não se qualifica como proporcional. Vendo os direitos fundamentais como mandados de otimização, é impossível aceitar que o direito a moradia seja sacrificado em prol do direito ao meio ambiente e vice-versa, especialmente quando há alternativas para efetivação de ambos direitos, simultaneamente, causando menos supressão de outro direito.

Resta claro, no entanto, que a opção será seja pela regularização de habitações, seja pela realocação dos moradores como condicionante para promover a restauração ao *status quo ante*. O essencial será evitar a omissão do poder público ou a sua ação desproporcionalmente repressora a algum direito consagrado na Magna Carta.

Afinal, os princípios constitucionais impedem o Estado de meramente ausentar-se diante dessas moradias inadequadas vez que permitir que famílias fiquem em condições indignas sem prover qualquer apoio é, conforme demonstramos, lesivo ao direito à moradia digna assim como ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 6ª ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002

ARAÚJO JUNIOR, Antônio Carlos Ribeiro. **Áreas de proteção permanente ou áreas de ocupação permanente: sub-bacias hidrográficas Quintino e Três de Maio, Belém (PA)**. In POSTÊRES - GT4 - Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, UFPA – Belém, 2014.

CONCEIÇÃO, Rodrigo Silva da; DORNELLES, Liane Maria Azevedo. **Reflexões sobre a função ambiental das APPs frente à expansão urbana nos municípios de Duque de Caxias e Magé, Baixada Fluminense - RJ**. In: II Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano, 2012, Natal. II Seminário Nacional sobre áreas de preservação permanente em meio urbano: abordagens, conflitos e perspectivas nas cidades brasileiras - Anais e Textos Completos (CD-ROM).. Natal: RN/BSE-CCHLA, 2012.

COSTA, Regina Helena. **O Estatuto da Cidade e os novos instrumentos da política urbana**. Revista de Direito Imobiliário. São Paulo, v. 24, n. 51, jul./dez. 2001

FELICIO, Bruna da Cunha; FOSCHINI, Regina Célia; SALVADOR, Nemésio Neves Batista. **O Estatuto da Cidade e as funções social e ambiental da propriedade urbana**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8601>. Acesso em out 2015.

GOMES, Luís Roberto. **O princípio da função social da propriedade e a exigência constitucional de proteção ambiental.** Revista de Direito Ambiental. São Paulo. N 17, p. 160–178. Janeiro a março 2000.

GUIMARÃES JÚNIOR, João Lopes. **Função social da propriedade.** Revista de Direito Ambiental. São Paulo, Revista dos Tribunais, Ano 8, n. 29, p. 115-126, jan./mar. de 2003.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo José; HOGAN, Daniel Joseph. **Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos.** Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**, 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2001

MILARÉ, Édís. **Direito Ambiental: doutrina, jurisprudência e glossário.** 3ª ed. rev. , atual e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário.** 5ª ed. ref., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007

MONTEIRO, Vitor de Andrade. **Direito à Moradia Adequada – Perspectivas de Efetivação como Direito Humano Fundamental.** Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2015.

JÚNIOR, Nelson de Freitas Porfírio. **Responsabilidade do Estado em face do dano ambiental.** 1ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito Fundamental à Moradia.** São Paulo: Editora Pillares, 2008.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei.** São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1999.

SACHS, Céline. **São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular;** tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. **Direito Ambiental Constitucional**. 5. ed. – São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012, 7 ed.

SANTANA, Márcia Nayane Rocha. **Identificação dos impactos ambientais da ocupação irregular na área de preservação permanente (app) do córrego Tamanduá em Aparecida de Goiânia**. In: II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, IBEA, 2011.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004

VARELLA, Marcelo Dias e BORGES, Roxana Cardoso B. **O Novo em Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1998

ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Áreas de Risco (APP's), Desapropriações e a Copa de 2014 em Cuiabá/MT: Impactos Socioambientais e Legislação**. In: Revista Geonorte, Edição Especial 2, V.2, N.5, p. 162– 172, 2012.

A NECESSÁRIA SUSTENTABILIDADE E SUA INADEQUAÇÃO DIANTE DOS MECANISMOS DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

La Necesária Sustentabilidad y su Inadecuación Frente a los Mecanismos de Pagos por Servicios Ambientales

Daniele de Oliveira Lazzeres¹²⁸

Danielle de Ouro Mamed¹²⁹

RESUMO: Em tantos períodos da história vividos pela humanidade nunca se conjecturou tanto em torno da esgotabilidade das condições necessárias à vida no planeta. A crise socioambiental que se apresenta globalmente é ocasionada, segundo posicionamento majoritário da comunidade científica, pela inadequação do modo de produção e consumo das sociedades frente a uma quantidade limitada de recursos naturais para atender às suas demandas. Visando criar soluções para este problema, foi pensado o paradigma da sustentabilidade, numa tentativa de adequar o atendimento das necessidades econômicas à igual necessidade de manutenção dos ecossistemas para as próximas gerações. A partir desta construção no campo teórico, muitos mecanismos concretos foram criados com a finalidade de tornar possível uma equação equilibrada envolvendo economia e ecologia. Um desses instrumentos foram denominados como Pagamentos de Serviços Ambientais, cujo objetivo consiste em remunerar agentes que promovam a preservação ou recuperação dos recursos naturais. Em contrapartida, envolvem-se outros mecanismos econômicos de preservação ambiental mais amplos, como por exemplo, os mercados de carbono. Tais mecanismos, por vezes, acabam gerando resultados diversos ao esperado em termos de mitigação dos problemas ambientais tendo em vista que representam a possibilidade de comercialização de permissões para poluir, no caso dos créditos de carbono, ou, ainda, a total desconsideração dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais even-

¹²⁸Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: danilazzeres@hotmail.com.

¹²⁹Doutoranda em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: mamed.danielle@gmail.com

tualmente beneficiadas, já que tais mecanismos podem impor uma série de restrições de acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física e cultural. Deste modo, pretende-se abordar o tema visando-se responder ao questionamento em torno da adequação ou inadequação deste mecanismo à própria noção de sustentabilidade que o legitima no discurso oficial. Para tanto, primeiramente, buscaremos definir sobre qual ideia de sustentabilidade se pretende considerar e qual sua proposta para a crise socioambiental. A seguir, será demonstrado como estão sendo pensados os sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais para, finalmente, ser possível avaliar se tal mecanismo pode ou não ser considerado sustentável diante dos problemas observados na sua instituição e gestão.

PALAVRAS-CHAVE: direito socioambiental; sustentabilidade; Pagamentos por Serviços Ambientais.

RESUMEN: *En tantos períodos de la historia vividos por la humanidad nunca se ha pensado tanto sobre el agotamiento de las condiciones necesarias a la vida en el planeta. La crisis socioambiental que se presenta globalmente es ocasionado, de acuerdo a la posición mayoritaria de la comunidad científica, por la inadecuación entre el modo de producción y consumo de las sociedades frente a una cantidad limitada de recursos naturales para atender a sus demandas. Visando crear soluciones para este problema, fue pensado el paradigma de la sustentabilidad, como una tentativa de adecuar la atención a las necesidades económicas a la igual necesidad de manutención de los ecosistemas para las próximas generaciones. A partir de esta construcción en el campo teórico, muchos mecanismos concretos fueron creados con la finalidad de hacer posible una ecuación equilibrada involucrando economía y ecología. Uno de dichos instrumentos fueron nombrados como Pagos de Servicios Ambientales, cuyo objetivo consiste en remunerar a los agentes que promueven la preservación o recuperación de los recursos naturales. En contrapartida, son relacionados a otros mecanismos económicos de preservación ambiental más amplios, como por ejemplo, los mercados de carbono. Tales mecanismos, sin embargo, generan resultados diferentes a los esperados en términos de mitigación de los problemas socioambientales teniéndose en cuenta que representan la posibilidad de comercialización de permisos para contaminar, como en el caso de los créditos de carbono, o, aún, la total desconsideración de los derechos de los pueblos indígenas y comunidades tradicionales que son beneficiadas, ya*

que tales mecanismos pueden imponer una serie de restricciones de acceso a los recursos naturales necesarios a su reproducción física y cultural. De este modo, pretendemos abordar el tema de modo a responder el cuestionamiento acerca de la adecuación o inadecuación de este mecanismo a la propia idea de sustentabilidad que le legitima en el discurso oficial. Para ello, primeramente, buscaremos definir sobre cual idea de sustentabilidad se pretende considerar y cual su propuesta para la crisis socioambiental. Enseguida, se demuestra como son pensados los sistemas de Pagos por Servicios Ambientales para, finalmente, ser posible evaluar si dicho mecanismo puede o no ser considerado sustentable frente a los problemas observados en su institución y gestión.

PALABRAS-CLAVE: *derecho socioambiental; sustentabilidad; Pagos por Servicios Ambientales.*

INTRODUÇÃO

O Planeta Terra vem passando por alterações no ciclo de seus ecossistemas desde que o ser humano passou a dominar os modos massivos de modificar a natureza, contribuindo para uma latente crise ambiental. Nesse sentido, muito se tem empreendido para contornar ou mitigar esta crise, especialmente tendo-se em consideração que são os seres humanos os maiores responsáveis pelas degradações da qualidade do meio ambiente.

Durante o Século XX, as preocupações com a questão ambiental tomaram uma proporção jamais vista, sendo expressas numa série de discussões e acordos internacionais no intuito de desenvolver formas de enfrentar o problema. As primeiras propostas expressivas apresentadas apontavam para a necessidade de proporcionar um crescimento econômico que observasse os limites que a disponibilidade dos recursos naturais passou a impor.

Neste meio, surge o discurso em favor de um desenvolvimento sustentável, onde persiste a ideia de conexão entre os eixos econômicos, ambientais e sociais defendendo-se que somente com esta interligação seria possível a apreciação de políticas eficazes no âmbito do meio ambiente.

Todavia, percorre-se a linha de economia ambiental sustentada pela premissa econômica, a qual considera o problema do meio ambiente como uma simples falha do mercado, que deve ser resolvida por meio da “precificação” dos elementos naturais. Com base nestas linhas, surgem os me-

canismos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), os quais servem de instrumentos para esta conexão das questões ambientais às econômicas, que devem, ainda, ser condizentes com as questões sociais.

1 A SUSTENTABILIDADE COMO DESAFIO DIANTE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL

A Revolução Industrial trouxe um legado de inovações à população mundial, como uma nova percepção de economia (sistema capitalista), a qual introduziu novos padrões de vida a serem implementados na época. Apesar dos avanços observados neste campo, o aprofundamento do consumismo proporcionado pelo desenvolvimento industrial induz as pessoas ao consumo de bens e serviços de forma crescente, com o fundamento que o consumo dos bens materiais e a dominação da natureza melhorarão sua qualidade de vida.

No entanto, estes parâmetros foram adotados sem que fossem observadas as questões ambientais, as quais não estavam sobre a mesma égide das questões econômicas, ao contrário, o meio ambiente foi intensamente explorado, servindo de escudo para o desenvolvimento econômico. De tal modo, o resultado era evidente. Estas modificações inseridas na sociedade levariam à atual crise que acomete os recursos naturais e as sociedades.

A crise socioambiental decorrente da relação dos seres humanos com o meio ambiente, foi produzida “pela inadequação do modo de produção e consumo das sociedades frente a uma quantidade limitada de recursos naturais para atender às suas demandas” (FERNANDES E SAMPAIO. 2008, p. 89), nesse tocante, afirmam Fernandes e Sampaio (2008, p. 89) que a problemática ambiental tem uma “definição diretamente ligada às atividades sociais que incidem sobre a natureza (...) cujo cerne está na sociedade e no modo de vida essencialmente voltado para fins econômicos” (FERNANDES e SAMPAIO, 2008, p. 90).

Em meio a isso, a fim de criar formas alternativas para superação da presente crise ambiental, surge um discurso defendendo uma nova forma de desenvolvimento, o que seria chamado de “desenvolvimento sustentável”.

Este modelo tomou forças no Século XX, onde ambientalistas começam a lançar impetuosas críticas sobre as avalanches do progresso, pondo em contraposição o desenvolvimento econômico e o meio ambiente.

A Primeira Ministra Norueguesa Gro Harlem Brundtland, em 1984, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, “propôs uma agenda global para a mudança” (NASCIMENTO. 2012, p. 54) e conceituou genericamente o que seria desenvolvimento sustentável, propondo a interligação entre o desenvolvimento econômico às questões ambientais. Sobre esta Comissão, Boff (2013, p. 34) esclarece que: “Aí aparece claramente a expressão “desenvolvimento sustentável”, definido como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações”. No entanto, somente em 1987 que os trabalhos foram concluídos, apresentando-se um diagnóstico dos problemas globais ambientais, conhecido como *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), ou simplesmente “Relatório Brundtland”.

Este documento plasmou a definição discutida, estabelecendo como desenvolvimento sustentável a ideia de equidade intergeracional, já que deverá ser observado o suprimento das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (BRÜSEKE, 1994, p. 17).

De tal forma, o Relatório atrelou a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico e equidade social, expõe Barbosa (2008, p.02-03)

(...) o relatório de Brundtland chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente. Além disso, definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social.

No entanto, defende Brüseke (1994, p. 18) que este documento descreveu o nível mínimo do consumo partindo das necessidades básicas, todavia não estipulou o nível máximo. Para o autor, este documento superou a ideia que o subdesenvolvimento no hemisfério depende do crescimento contínuo nos países industrializados, pois o relatório defende o crescimento de países não industrializados e de países industrializados, porém, observando as necessidades econômicas dos países mais pobres. No entanto, ainda que haja preocupação com o meio ambiente, há que se notar a centralidade da questão econômica neste processo, já que a proteção ambiental pressupõe uma menor ingerência nos ecossistemas para atender aos mercados.

Mais tarde, essa política de desenvolvimento foi apreciada na Rio 92, onde se destacou a necessidade de todos serem responsáveis e cooperarem para o desenvolvimento sustentável. Tal posicionamento foi firmado na Agenda 21, com o fim de estabelecer o desenvolvimento sustentável.

O discurso do desenvolvimento sustentável surge com a finalidade de expor as necessidades de mudanças nas ações humanas com proposta de limitar as atividades que ocasionam danos e riscos irreversíveis aos ecossistemas, visando garantir um meio ambiente equilibrado, de forma que o “conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integralidade da Mãe Terra atendam às necessidades das presentes e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões” (BOFF, 2013, p.14).

O conceito de sustentabilidade parte, portanto, da ideia de que são necessárias ações que permitam a continuidade dos recursos naturais diante das necessidades humanas. Logo, está embasado na relação de três eixos, o econômico, o social e ambiental. Assim, imbuídos desta preocupação, os países têm contornado seus discursos nas questões ambientais, com a finalidade de diminuir os impactos ocasionados pelo sistema capitalista, porém, fornecendo instrumentos para fomentar a economia e inserir cada vez mais os recursos naturais no âmbito econômico.

Num primeiro momento seria necessário rever a economia pelo ponto de vista ambiental, agora se optou por inserir o meio ambiente nos mercados como forma de incrementá-lo e gerar um pretenso resultado positivo para o meio ambiente. O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, portanto, não se referem a uma ruptura com os aspectos negativos do sistema de produção e consumo, mas sim constituem um meio de adaptar o meio ambiente a máquina econômica capitalista e aos desafios gerados pela crise ambiental. Diante disto, há que se questionar se esta ideia é capaz de enfrentar os problemas ambientais, já que não propõe mudanças drásticas em suas causas.

Por outro lado, as políticas econômicas para preservação ambiental, também partem da ideia de que as questões ambientais sofrem influência das questões sociais, nas quais “está contida a ideia de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas” (NASCIMENTO, 2012, p. 52), de modo, que ao atenuar as questões sociais, consequentemente, seriam gerados resultados positivos

aos problemas ambientais. Sob esta lógica, a formulação de instrumentos econômicos de proteção do meio ambiente defende que somente através de um incremento econômico é possível frear a degradação ambiental. No entanto, disto decorre uma contradição: se a crise ambiental é decorrente dos padrões de produção e consumo (questões relacionadas ao desenvolvimento econômico), como poderia ser possível a solução desses problemas pelo simples incremento da economia?

A Organização das Nações Unidas ressaltou que os “países desenvolvidos podem se focar mais nos problemas ambientais, enquanto os países em desenvolvimento precisam melhorar as condições de vida da população” (UNICRIO, 2011). Meio a isso, reforça-se o fato de que as questões ambientais são apreciadas como resultantes das desigualdades sociais da população mundial, onde se produzem discursos direcionados à pobreza dos seres humanos como fator chave para as causas das catástrofes ambientais.

Assim, a sustentabilidade, amparada por esses três eixos, deve atender às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas (MENDES, 2011, p. 01), razão pela qual os dois conceitos estão profundamente relacionados. Com o desenvolvimento sustentável deve-se assegurar o uso moderado e equilibrado do meio ambiente, de forma a estabelecer limites, uma vez que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos.

A política de desenvolvimento sustentável visa orientar “as ações políticas motivadas pelo reconhecimento da limitação ecológica fundamental dos recursos (matéria e energia)” (CAVALCANTI, 1999, p. 06), de forma que a utilização dos serviços ecossistêmicos seja limitada às necessidades sociais e econômicas dos cidadãos de forma sustentável. Sobre o tema, justifica Barbosa que a “sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável (BARBOSA, 2008, p.10).

Ademais, não são apenas questões econômicas que devem ser observadas:

Um princípio importante de formulação de política para a sustentabilidade é se dispor de um sistema consistente de informação para medir-se o desempenho econômico de um país ou região. Numa sociedade sustentável, o progresso deve ser apreendido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, um meio ambiente limpo, espírito de comunidade, lazer

gozado de modo inteligente, e assim por diante), e não pelo puro consumo material. (CAVALCANTI, 1999, p.11)

Logo, as propostas atuais estão distantes de atender as reais necessidades ambientais e conter a crise vivida atualmente, já que, ao se rever a necessidade de desenvolvimento, tem-se optado por analisar primeiramente as políticas econômicas, nas quais os países simplesmente anuem ao sistema capitalista sem limitar de forma eficiente seus abusos.

Enfim, a proposta de desenvolvimento sustentável é uma solução apresentada pelo sistema econômico para solucionar sua própria crise (BOFF, 2013, p. 19). Diante disso, a tendência é que o cenário continue o mesmo e que as soluções propostas não cheguem a se concretizar. Logo, a crise ambiental dificilmente encontrará limites com a adequação dos padrões ambientais sobre a égide da sustentabilidade.

1 OS SISTEMAS DE PSA

Em meio ao caos do meio ambiente, busca-se por políticas ambientais, que ensajem métodos de preservação e recuperação ambiental, a fim de conscientizar a população sobre as necessidades de práticas mais sustentáveis e de tornar economicamente viável a preservação dos ecossistemas.

Nessa linha, surgem as políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), as quais consistem em incentivos financeiros/econômicos a uma pessoa ou grupo - beneficiário (s) - que se disponham a realizar atividades que acarretem preservação ambiental e permitam que os ecossistemas continuem gerando benefícios para os seres vivos.

Para análise do tema proposto, há que se esclarecer o que seriam pagamentos por serviços ambientais que, a grosso modo, são processos ecológicos e biológicos do meio ambiente que mantêm a biodiversidade. São os serviços oferecidos pela própria natureza, dos quais os seres humanos se beneficiam.

Nusdeo (2012, p.12) os descreve, como “processos ecológicos que dão sustentação à vida, por meio da manutenção dos ciclos vitais da natureza, que mantêm a base natural para a sobrevivência das diferentes espécies”. Segundo a autora, os serviços ambientais são “aqueles relacionados aos processos ecológicos, por meio dos quais a natureza se reproduz e man-

tém as condições ambientais que são base de sustentação da vida no planeta e do bem-estar das espécies nele existente” (NUSDEO. 2012, p. 16-17). Doutra parte, Furlan (2008, p. 205), aduz que os serviços ambientais são essenciais para o regular funcionamento dos ecossistemas. No âmbito legislativo brasileiro, o Projeto-Lei 792/2007, que trata dos mecanismos de PSA, conceitua os serviços ambientais como aqueles “serviços desempenhados pelo meio ambiente que resultam em condições adequadas à sadia qualidade de vida”.

Os serviços ambientais são concebidos em três modalidades, conforme elencado pelo PL 792/2007, sendo eles:

- a) serviços de provisionamento: serviços que resultam em bens ou produtos ambientais com valor econômico, obtidos diretamente pelo uso e manejo sustentável dos ecossistemas;
- b) serviços de suporte e regulação: serviços que mantêm os processos ecossistêmicos e as condições dos recursos ambientais naturais, de modo a garantir a integridade dos seus atributos para as presentes e futuras gerações;
- c) serviços culturais: serviços associados aos valores e manifestações da cultura humana, derivados da preservação ou conservação dos recursos naturais

De forma que sobre qualquer dessas modalidades podem ser atribuídos valores monetários, uma vez que o ser humano pode intervir em qualquer modalidade, a fim de garantir a preservação e continuidade de tais serviços.

Assim, a Política de Pagamentos por Serviços ambientais vem a propor alterações na forma de comportamento dos seres humanos frente a continuidade dos serviços ambientais, onde busca dar incentivos aos beneficiários para que alterem seus padrões de vida e se conscientizem sobre a necessidade de preservação ambiental.

Na concepção do PL 792/07, os pagamentos por serviços ambientais são conceituados como “retribuição, monetária ou não, às atividades humanas de restabelecimento, recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais e que estejam amparadas por planos e programas específicos” (Art. 2º, II). Ou seja, as políticas de PSA consistem em retribuir financeiramente o beneficiário por sua ação ou omissão contra a degradação ambiental, concedendo ao beneficiário algum

tipo de vantagem de cunho econômico. Há vários autores que conceituam estes mecanismos das formas mais diversas possíveis.

Nusdeo (2012, p. 18) os compreende como:

Transações entre duas ou mais partes envolvendo a remuneração àqueles que promovem a conservação, recomposição, incremento ou manejo de áreas de vegetação/ecossistema considerada apta a fornecer certos serviços ambientais, e ou que se abstém de práticas tendentes à sua degradação. Tende-se a remunerar os provedores dos serviços ambientais (proprietários, posseiros ou ocupantes legítimos de certas áreas) por práticas de conservação, recuperação, regeneração, manejo do uso dos recursos naturais e abstenção de uso de técnicas impactantes tais como o emprego do fogo ou agrotóxicos.

O conceito utilizado pela autora leva em consideração o PSA como um contrato, que estabelece direitos e deveres entre as partes, considerando que os beneficiários (provedores de serviços ambientais) deverão ter uma conduta em prol do baixo impacto ambiental, de acordo com as exigências propostas em cada programa de PSA. De tal forma, a remuneração recai sobre os serviços humanos que beneficiam os serviços ecossistêmicos e não bens e funções ambientais (PACKER. 2015, p.141). Em suma, tais mecanismos servem a beneficiar os seres humanos ao lhe conceder a vantagem financeira e lhe garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para a presente geração que o usufrui, bem como as gerações futuras que irão o usufruir.

Por ora, ressalta Packer (2015, p. 141) a necessidade de diferenciar os serviços ambientais de serviços ecossistêmicos, assegura a autora que os serviços ecossistêmicos são “os benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas para a manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais”, ou seja, as “próprias qualidades ou funções ambientais realizadas pela natureza e não pelo ser humano” (PACKER. 2015, p. 119). Por outro lado os serviços ambientais compreendem as “ações humanas individuais ou coletivas que possam favorecer a manutenção, recuperação ou melhoramento dos serviços ecossistêmicos” (PACKER. 2015, p. 141).

Logo, de suma importância a necessidade dessa diferenciação de serviços ecossistêmicos de serviços ambientais para a celebração de contratos de PSA, pois ao realizar o instrumento contratual sobre o PSA, tem-se como objeto deste os serviços ambientais, ou seja, as ações ou omis-

sões humanas que promovam os componentes da natureza e suas funções (PACKER, 2015, p. 202). Todavia, é improvável a existência de qualquer serviço prestado pela natureza que ainda não passou por alguma forma de intervenção humana, que ainda se encontre intacto. Enfim, os mecanismos de PSA visam a manutenção desses “serviços” dependa de uma postura humana que os favoreça, não colaborando para a degradação da qualidade ambiental (FURLAN. 2008, p. 208).

Por sua vez, para justificar as políticas de pagamentos por serviços ambientais, elaborou-se o princípio do protetor-recebedor, que defende aqueles que tornam possível a manutenção dos ecossistemas, devem ser beneficiados pela realização de suas atividades ecologicamente sustentáveis ou abstenção de atividades que gerem dano ambiental (MAMED, 2010, p. 275).

De tal modo que estes mecanismos de política ambiental versam conciliar o modo de vida do protetor-recebedor como a preservação ambiental, logo o beneficiário se comprometerá em preservar o meio ambiente através da manutenção e/ou recuperação dos serviços ambientais, sendo compensado de forma financeira.

Atenta-se que ao se referir à preservação e à recuperação ambiental, se está assinalando que são as condutas humanas as responsáveis pela continuidade dos serviços ambientais. Assim, entram na análise dos Pagamentos por Serviços Ambientais a abstenção da ação, quando esta conduta for lesiva ao equilíbrio ambiental, ou ainda agindo positivamente, desde que resulte em favorecimento a continuidades dos serviços ambientais (MAMED. 2012, p. 33).

O princípio do protetor-recebedor é o inverso do princípio poluidor-pagador. Enquanto o poluidor-pagador recai sobre quem degrada os recursos naturais e arca com os custos necessários para a recuperação, prevenção e reparação desses serviços ambientais, o protetor-recebedor age preventivamente, beneficiando quem se dispuser a uma conduta benéfica aos serviços ambientais (MAMED. 2012, p. 70).

Nota-se ainda, que as políticas de PSA podem não ser tão lucrativas quanto os lucros auferidos com atividades econômicas que acarretam degradação e poluição ambiental. No entanto, a política de PSA visa dar apoio aos sujeitos que veem a se privar do uso livre dos recursos ambientais. Trata-se de uma maneira de não deixar completamente inviável a economia relacionada a um determinado ecossistema. Em alguns tipos

de PSA é possível o manejo sustentável dos recursos naturais. Deste modo, cabe ressaltar que não entram somente nessa categoria aqueles sujeitos que mantêm os ecossistemas em sua forma natural, mas também, aqueles que realizem seu uso de forma sustentável.

Frente às necessidades urgentes de políticas ambientais, a fim de garantir a continuidade de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o princípio do protetor–recebedor é uma forma de contrapor as atividades econômicas que degradam os serviços ambientais. Logo, ao conceder incentivo financeiro, traz a ideia de atribuir lucro aos beneficiários que disponham desenvolver atividades que “melhorem, mantenham ou recuperem o estoque de capital natural necessário à produção de serviços ecossistêmicos (STANTON, 2013, p. 53), utilizando-se “majoritariamente de um benefício, ao invés de uma punição, para obter comportamentos socialmente desejáveis” (ALTMANN et. al. 2013, p. 53).

Para Packer (2011, p. 02) esta nova intensão ambiental não passa de “um mecanismo criado para fomentar a criação de um novo mercado, que tem como mercadoria os processos e produtos fornecidos pela natureza, de forma que esta política nada mais é que “um dos instrumentos elaborados para tentar solucionar os problemas ambientais dentro da lógica do mercado, sem questionar as estruturas do capitalismo”, justifica a autora.

Enfim, os programas de PSA estão aliados a uma esfera ambiental e social, mas seu foco principal persiste na questão econômica, onde se utiliza do princípio do protetor-recebedor para a sua justificativa de instrumentalização, almejando atender aos ideais de uma economia verde, assim a sua intensão é pertinente sobre a atribuição de valores ao capital natural, visando à obtenção de lucros nas relações mercantis. Nesse tocante, Nusdeo (2012, p. 136) endossa que a proposta de pagamento ao protetor, trata de retirar da esfera daquele que preserva, total ou parcialmente, os custos da preservação, podendo chegar mesmo a permitir que aufera algum ganho com a proteção. Deste modo, segundo o discurso oficial, pugna-se que o mecanismo seria eficiente para resolver os problemas ambientais e para promover, ao mesmo tempo, a luta contra a pobreza.

1 PROBLEMAS QUE TORNAM O INSTRUMENTO DE PSA CONTRÁRIO À SUSTENTABILIDADE

Os instrumentos de PSA são ferramentas interessantes para a efetividade de políticas ambientais, desde que estruturadas adequadamente, pois contribuem para a implantação de um desenvolvimento sustentável. Todavia, não é bem essa a realidade desses mecanismos de PSA, afirma Faria (2012) que esta política ambiental possui além de seu objetivo principal, outros objetivos secundários como a diminuição da pobreza e desenvolvimento regional.

Conforme o discurso legitimador dos mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais, este seria um instrumento de forte valor para a promoção da sustentabilidade social, ambiental e econômica, pois acresce valor aos serviços ambientais, de forma que influenciam a sociedade a cooperar com a preservação ambiental, pois já estabelecem formas de reduzir os impactos ambientais das atividades econômicas sobre os estoques de recursos naturais, pois declaram a importância dos recursos naturais para a sobrevivência das gerações presentes e futuras.

Nessa linha, defende Faria (2012)

Apesar desses argumentos, acredita-se que deve ser adotada uma visão holística, socioambiental, que leva em consideração não só a proteção ambiental, mas também o respeito à sociodiversidade, incentivando as práticas e conhecimentos tradicionais das populações tradicionais e das comunidades indígenas, mas também possibilitando que cidadãos menos favorecidos possam ser beneficiados socialmente pelo PSA, tanto quanto o meio ambiente será beneficiado por ele. Em especial, no contexto da América Latina e do Brasil, no qual há tanta desigualdade social, acredita-se ser essencial cuidar do meio ambiente sem descuidar dos problemas sociais que ainda persistem, como a pobreza e a fome. Logo, é essencial que o programa de PSA tenha como um de seus objetivos a redução da pobreza para que sejam entabulados efetivamente esforços nesse sentido e para que possam ser feitas pesquisas acerca do impacto social do PSA nesses grupos.

De forma, que sobre a perspectiva econômica, denota-se a suma importância de políticas ambientais através de mecanismo de PSA, pois virá a ser forte incentivador nas questões de preservação ambiental e questões so-

ciais. Logo, através desses meios se obterá eficácia nas políticas ambientais preservacionista, ao invés de se utilizar ferramentas de comando e controle.

Cabe destacar, que sobre o ponto de vista econômico, essas formas de políticas de PSA também funcionam como incremento ao mercado, pois os recursos naturais circulam e há uma melhoria na renda dos beneficiários, no qual o Grupo Carta de Belém (2013) discorre que “apresenta-se como a grande solução para a crise ambiental e também uma excelente oportunidade de criação de “novos negócios” para as empresas e um novo fluxo de recursos financeiros”. Assim, esta política de PSA constitui um meio de inserir os recursos naturais nas negociações mercantis, onde até então aqueles bens denominados de comuns destituídos de valor econômico, assumem forma de mercadorias, podendo ser transacionáveis.

No entanto, para apreciar se este mecanismo é satisfatório sobre a análise do ideal de sustentabilidade, deve-se denotar a interferência de tais mecanismos nas esferas ambientais e sociais, o que de fato, não condiz como ideal do desenvolvimento sustentável.

Pontua-se que conforme dispõem o discurso de PSA, é forma de atenuar a crise socioambiental, todavia as ações humanas de degradação ambiental são contínuas e crescentes, no qual os resultados são cada vez mais notórios e drásticos. Exemplifica-se com os elevados níveis de emissões de gases do efeito estufa, no qual descrevem os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2015), as emissões causadoras do efeito estufa e das mudanças climáticas não têm diminuídos, mesmo diante da criação desses instrumentos econômicos. Segundo a Fundação Heinrich Böll (2012, p. 8), a Economia Verde e os mecanismos de PSA negam o fato de que as crises climáticas e ambientais são decorrentes de um modelo de desenvolvimento predatório.

Ainda, ressalta-se que os mecanismos de PSA podem ser desvinculados da real situação ambiental pelo qual foi criado, pois esta política percorre as alíneas econômicas, onde virá a trazer lucros aqueles que a utilizaram como moeda de negociação, Packer (2013, p. 34) discorre nesse sentido

Este formato, portanto, autoriza a compra do direito de poluir, os direitos de propriedade dos grandes poluidores sobre títulos de crédito emitidos sobre os bens comuns, o direito ao livre acesso a área vinculada ao título, assim como o direito ao usufruto dos “serviços”

contratados. Trata-se de uma forma de controle sobre os recursos e territórios, assim como de um mecanismo para salvar o sistema financeiro em colapso.

Assim, aquelas entidades privadas que realizam atividades poluentes e estão sobre a tutela do Protocolo de Quioto, irão utilizar-se deste mecanismo para “adquirem esses ativos ambientais através de contratos de compra e venda de “serviços ambientais”, firmados com fornecedores destes serviços (agricultores, povos e comunidades tradicionais, etc.), em troca da emissão do título em seu nome” (PACKER, 2012, p. 129-130).

De modo que a emissão desses títulos representativos de compensações são meios de legalizarem e autorizarem a permanência das atividades industriais e agroindustriais degradantes e poluentes, ainda por serem títulos transacionáveis autônomos, podem constituir ativos e derivados ambientais injetados no mercado financeiro (PACKER. 2015. p. 206).

Retira-se que aqueles países com menor desenvolvimento, consequentemente menos poluem, que aderem a estas políticas ambientais, e no lado oposto aqueles países que são desenvolvidos, que contribuem em grande quantidade com a poluição e degradação ambiental, contribuem minimamente nas políticas ambientais, assim se permite que alguns países continuem poluindo em alguma parte do planeta, enquanto outros tentam limpar ou recuperar o que já foi ou está sendo degradado. Logo, os mecanismos de PSA são controversos a real situação crítica ambiental, no qual não se correlaciona o eixo da sustentabilidade.

Sobre uma perspectiva social, este mecanismo de PSA traz problemas nas relações entre aderentes ao programa e o objeto da relação contratual, quando estes aderentes constituírem em povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outros.

Os mecanismos de PSA são instrumentalizados via contrato de prestação de serviços, o qual as partes contratantes assumem direitos e obrigações, dentre as quais podem “representar imposição de obrigações desproporcionais à agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais (PACKER. 2011, p. 09 -10).

Ainda, aquele que realiza o pagamento (comprador) terá livre acesso à área contratada, uma vez que estes precisam garantir o monitoramento e a fiscalização da prestação dos serviços ambientais, bem como conferir a efetividade das ações de manutenção, recuperação e melhoramento dos

serviços ambientais assumidos pelo protetor-recebedor (PACKER. 2011, p.13). Neste tocante, aponta Packer (2013, p. 34)

O comprador passa a ter o direito de propriedade sobre o recurso por 15 ou 30 anos. Chega-se ao extremo em que o agricultor não pode fazer nada no seu território, pois a empresa tem o usufruto. Além do acesso irrestrito ao recurso e ao território contratados, o usuário-pagador ainda pode ter um título financeiro - seja a CRE-DD+ ou a CRA - emitido em seu nome para negociar o ativo nas bolsas de valores, mercadorias e futuros.

Assim, frisa-se que as políticas de PSA podem trazer uma profunda injustiça em relação aos beneficiários, especialmente quando se trata de povos indígenas e populações tradicionais, atenta-se aos estudos do Manual de apoio à atuação do Ministério Público: Pagamento por Serviços Ambientais (2015, p.72), que explicitam

A mercantilização destes ativos ainda prejudica comunidades indígenas e tradicionais que habitam o local do projeto e que dependem destes recursos para a sua sobrevivência, violando seus direitos à autodeterminação, à manutenção de seus estilos de vida tradicionais e ao controle do território que ocupam.

De modo que estas áreas, objeto dessa relação contratual, passam a ser “intocadas” e “protegidas” até mesmo para aqueles que sempre contribuíram para a sua manutenção e sempre tiveram uma relação harmoniosa com a terra, pois o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar e camponesa já está associado ao uso sustentável da biodiversidade e da agrobiodiversidade (PACKER, 2013, p. 35-36).

Afinal, “a política de PSA pode representar um verdadeiro retrocesso social frente à conquista de um regime internacional e administrativo sobre a biodiversidade, podendo representar grave enfraquecimento da soberania nacional sobre terras e recursos biológicos” (PACKER. 2015. p. 72), já que ao mercantilizar a natureza, esses mecanismos contribuem para a desagregação desses povos e a perda de sua soberania sobre o território, uma vez que ao realizarem contratos sobre bens até então comuns, abrem-se portas ao livre acesso do contratante sobre o território objeto do contrato. O que vem sendo observado é mudança brusca no modo de vida dos beneficiários, já que terão que se adequar às exigências propostas nesses instrumentos contratuais.

Enfim, os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais, estão se tornando insustentáveis para a construção de um desenvolvimento sustentável, pois Pagamentos por Serviços Ambientais estão num contexto de privatização de bens comuns, deslocando as preocupações para um viés econômico, de forma que o meio ambiente se tornou seu instrumento de negociação no mercado financeiro, sem trazer os resultados esperados em termos de preservação ambiental. Logo os mecanismos de PSA não são solução para crise ambiental, pois só constituem “um mecanismo que visa corrigir a falha do mercado que não reconhece o valor intrínseco que a natureza tem e os benefícios que ela traz ao bem-estar da sociedade” (FARIA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental que o mundo vive nos dias atuais, põe em risco a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim as lideranças políticas vêm se pronunciando em nível internacional frente a esse fato, estipulando políticas que ataquem as degradações ambientais, tal como ocorreu na construção da noção de sustentabilidade.

Nessa linha, o que se denota é que mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais não estão se tornando sustentáveis para a construção de um desenvolvimento sustentável, pois Pagamentos por Serviços Ambientais estão num contexto de privatização de bens comuns, que servem de instrumento da economia verde, que por sua vez desloca suas preocupações para um viés econômico, de forma que o meio ambiente se tornou seu instrumento de negociação no mercado financeiro, sem trazer os resultados esperados em termos de preservação ambiental.

Postula que políticas ambientais como a de PSA não são soluções a crise ambiental, mesmo trazendo benéficos para a proteção do meio ambiente, redução da pobreza e das desigualdades sociais, pois ainda estes benefícios são insuficientes para os atuais problemas ambientais relatados nos dias atuais. Ainda, observa-se que o PSA, está fortemente influenciado pela questão econômica, onde PSA é instrumento que visa solucionar os problemas ambientais dentro da lógica do mercado, sem questionar as estruturas do capitalismo.

Assim, para construir instrumentos efetivamente sustentáveis, ainda são necessárias muitas adequações e reflexões, especialmente no que se refere à recorrente tentativa de resolver problemas causados pelo sistema econômico através de instrumentos que apenas reforçam a sua lógica, sem combatê-la.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, A.; SOUZA, L. F.; STANTON, M. S. **Manual de apoio à atuação do Ministério Público:** pagamento por serviços ambientais. Disponível em <http://conservacao.mpambiental.org/wpcontent/uploads/2015/05/Manual_Pagamentos_por_Servicos_Ambientais.pdf>. Acesso em 09/09/2015.

BARBOSA, Gisele Silva. **O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/jun. 2008.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 792.** Institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, estabelece formas de controle e financiamento desse Programa, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2007.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** O que é: O que não é. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, 1994. Disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em 30/06/2015.

CAVALCANTI, Clóvis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999. Disponível em http://www.institutoembratel.org.br/cursos/curso_instituto/site/pdf/meio_ambiente.pdf. Acesso em 02/02/2015.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS RIO DE JANEIRO (UNICRIO). **O QUE É ECONOMIA VERDE.** Disponível em <http://unicrio.org.br/desafio-aliar-erradicacao-da-pobreza-e-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 30/06/2015.

FARIA, Daniela Lopes. Quanto vale a natureza? O sistema de Pagamentos por serviços ambientais. In: **Revista de Direito Internacional.** Brasília, v. 9, n. 3, 2012, p. 181-192. 2012.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. **Problemática ambiental ou problemática socioambiental?** A natureza da relação sociedade/meio ambiente. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008.

FUNDAÇÃO HEIRICH BOLL. **O lado B da economia verde**. Rio de Janeiro: Fundação HeirichBoll, 2012.

FURLAN, Melissa. **A função promocional do Direito no panorama das mudanças climáticas:** a ideia de pagamentos por serviços ambientais e o princípio do protetor-recebedor. 2008. 296 f. Tese (Doutorado em Direito) - São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

GRUPO CARTA DE BELÉM. **O que está em jogo no PL PSA?** Disponível em <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/11/doc_PSA.pdf>. Acesso em 09/09/2015.

MAMED, Danielle de Ouro. **O princípio do protetor-recebedor na proteção de águas e florestas:** uma discussão em torno dos sistemas de pagamento por serviços ambientais. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Estado do Amazonas, Amazonas. 2012.

MAMED, Danielle de Ouro. SILVA, Solange Teles da. **O princípio do protetor-recebedor no direito brasileiro:** a experiência do Programa Produtores de Água. In: BENJAMIM, A. H.; IRIGARAY, C. T.; LECEY, E. e CAPPELLI, S. *Florestas, mudanças climáticas e serviços ecológicos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MENDES, Tereza. **Desenvolvimento Sustentável**. 2011. Disponível em <http://www.educacional.com.br>. Acesso em 01/07/2015.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Trajetória da sustentabilidade:** do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, vol.26 no.74 São Paulo, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000100005&script=sci_arttext. Acesso em 05/02/2015.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Pagamentos por serviços ambientais:** sustentabilidade e disciplina jurídica. - São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

PACKER, LarissaAmbrosano. **Capitalismo “Verde”**: Como os Novos Mecanismos Jurídicos e Financeiros Preparam o Mercado para a Economia. Disponível em < <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt/>>. Acesso em 01/08/2015.

_____. **Não ao PSA, sim aos Direitos dos Agricultores**. Disponível em <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/06/FASE_visoessalternativasaosPSA.pdf>. Acesso em 01/08/2015.

_____. **Novo Código Florestal e Pagamentos por Serviços Ambientais**: regime proprietário sobre os bens comuns. – Curitiba: Juruá, 2015.

_____. **Pagamento por “Serviços Ambientais” e flexibilização do Código Florestal para um capitalismo verde**. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Analise-PSA-CODIGO-Florestal-e-TEEB-_Terra-de-direitos.pdf>. Acesso em 20/07/2014.

TEJEIRO, G.; STANTON, M. **Sistemas Estaduais de Pagamento por Serviços Ambientais**: Diagnóstico, lições aprendidas e desafios para a futura legislação. - São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2014.

WUNDER, Sven (Coord.). **Pagamentos por serviços ambientais**: perspectivas para a Amazônia Legal. 2ª ed. Brasília: MMA, 2009.

ECONOMIA VERDE: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Économie Verte: une nouvelle perspective pour le développement durable

Renata Medeiros da Cruz ¹³⁰

Tamiris Melo Pereira ¹³¹

RESUMO: Em face de tudo que envolve a natureza, principalmente o perigo de destruição eminente, fica evidente que nunca o mundo pensou/falou tanto em meio ambiente e em metas para atingir a plena preservação. Desse modo, diante o patente desgaste ambiental, tornou-se necessário que novas medidas, ideias e decisões tornassem prioridade com relação aos assuntos contemporâneos, oportunizando ao homem a reconstrução de sua relação com a natureza. Frente à crise ambiental e diante da necessidade de otimizar a relação meio ambiente e economia, surgiram movimentos ideológicos pró meio ambiente que vêm sobressaindo no século XXI, dentre eles estão a Economia Verde e o Desenvolvimento Sustentável. Consoante tal situação, propõe-se o estudo da Economia Verde transpassando pelo Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de demonstrar sua inter-relação, bem como expor os desafios e perspectivas da aplicabilidade da primeira, enfatizando as questões provenientes do setor agrícola. Para consubstanciar o estudo serão usados os procedimentos metodológicos bibliográfico e comparativo.

Palavras-Chaves: economia verde; desenvolvimento sustentável; meio ambiente; modo de produção; apropriação da natureza.

RESUMÉ: Dans le visage de tout ce qui concerne la nature, en particulier le danger d'une destruction imminente, il est clair que le monde n'a jamais pensé/dit à la fois l'environnement et les objectifs pour atteindre

¹³⁰ Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e mestranda em Direito Agrário pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás. E-mail: renatamedeiros48@gmail.com.

¹³¹ Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e mestranda em Direito Agrário pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás. E-mail: tmp.dir@hotmail.com.

le maintien intégral. Ainsi, avant l'usure de l'environnement de brevet, il est devenu nécessaire que de nouvelles mesures, les idées et les décisions deviennent la priorité par rapport aux enjeux contemporains, offrant des possibilités à l'homme reconstruire sa relation avec la nature. Face à la crise environnementale et face à la nécessité d'optimiser l'environnement de la relation et de l'économie, a émergé des mouvements idéologiques de l'environnement pro qui viennent excellent dans le XXI e siècle, parmi eux sont l'économie verte et le développement durable. Selon une telle situation, il est proposé d'étudier l'intrusion de l'économie verte pour le développement durable, afin de démontrer leur interrelation et d'exposer les défis et les perspectives de l'applicabilité de la première, mettant l'accent sur les questions du secteur agricole. Pour étayer l'étude sera utilisé les procédures méthodologiques et la littérature comparée.

Mots-clés: L'Économie Verte; L'Écosocialisme; Environnement; Le mode de production; Appropriation de la nature.

INTRODUÇÃO

Após a sociedade ser sujeita a momentos extremos de caos e de desordem é usual que sejam repensados novos valores e novos parâmetros, de forma a possibilitar o enfrentamento dos obstáculos presentes. Dessa forma, ante a crise de alimentos, climática, econômica e entre outras intempéries, é buscada uma alternativa para a restauração, reconstrução e preservação do meio ambiente e de uma melhor qualidade de vida.

Salientamos que não é nossa aspiração fazer das argumentações constantes nesse artigo verdades inabaláveis, mas sim instigar os antagonismos e as inconformidades da conflituosa realidade ambiental que vivenciamos. Para isso, foi tomado como esteio o estudo de duas vertentes pró-meio ambiente - Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde-, compreensões essas, ora conflitantes e ora coesas, mas primordiais ao debate, tendo em vista o iluminar de estruturas preterias almejando um vin-douro afortunado.

À medida que a ideia predominante na atualidade, qual seja, o Desenvolvimento Sustentável, passou a não cumprir suas finalidades e por isso é alvo de inúmeras críticas, sendo, inclusive, chamado perjorativamen-

te de “maquiagem verde”, houve a necessidade de buscar novas releções a fim de sanar antigos problemas, adveio, assim, uma nova corrente de idéias, denominada Economia Verde, a qual, sem romper com o desenvolvimento sustentável, mas sim incluindo-o como elemento desta, busca associar o crescimento econômico e o desenvolvimento com a redução da utilização dos recursos naturais por meio da reestruturação do atual modelo econômico.

Longe de ser um termo e uma prática consensual entre os pensadores, inclusive, sendo uma concepção ainda em construção, a Economia Verde pretende associar o poder da economia às propostas de sustentabilidade, integrando conjuntamente aspectos de justiça, questões sociais e ambientais. Parte, portanto, da necessidade do desenvolvimento incluindo os aportes econômicos, sem, contudo, esquecer das ferramentas de promoção da igualdade social e da erradicação da pobreza, bem como do uso consciente, adequado e eficaz dos recursos naturais.

O presente trabalho busca, *ab initio*, apresentar, caracterizar e distinguir termos tão amplamente utilizados nas discussões ambientais, quais sejam, **sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e economia verde**, de modo que seja possível vislumbrar os pontos tangentes, bem como as suas distinções (grifo nosso).

Ultrapassadas tais questões, passa-se à análise específica e detida acerca da Economia Verde, suas metas, finalidades e objetivos, ressaltando, na oportunidade, que tal conceituação não está adstrita somente ao campo econômico, estando inserida na perspectiva de concretização de medidas verdes em setores culturais, sociais e científicos.

In casu, no segundo tópico, são abordados os pontos relevantes para a efetivação da Economia Verde, bem como as principais estratégias apresentadas pelo Relatório “Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” do PNUMA, a fim de esclarecer como será feita a transição para a Economia Verde. Ademais, apresenta-se o conceito de capital natural, ao passo que se faz a inter-relação deste com o objetivo central da Economia Verde, qual seja, promover a reestruturação do modelo econômico vigente nos moldes de medidas ambientais e sociais melhores.

E ainda, serão abordadas as perspectivas para a política da Economia Verde na agricultura, ressaltando, na ocasião, a necessidade de inovações tecnológicas e científicas aptas ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis.

Por fim, com o intuito de contrapor algumas e ideias otimistas/favoráveis expostas no Relatório do PNUMA, a partir de uma análise crítica, visando visibilizar também outras linhas de pensamentos e perspectivas sobre a transição para a Economia Verde será colocado, no ultimo tópico, alguns questionamentos a essa transição, sob a perspectiva do Professor Donald Sawyer¹³².

1 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A ECONOMIA VERDE: CONCEPÇÕES QUE SE ENTREMEIAM

Para a melhor compreensão das atuais conjecturas que envolvem algumas das novas vertentes de reflexões ambientais, inicialmente, precisa-se buscar a concepção do termo Sustentabilidade, que posteriormente, transmuta-se para a ideia de Desenvolvimento Sustentável, no qual, atualmente, ainda se acrescenta a ela, a noção de Economia Verde. Salienta-se que a Economia Verde - a ser analisada no próximo tópico- surgiu recentemente como um instrumento de alicerce a aplicabilidade do Desenvolvimento Sustentável, portanto não visa substituí-lo, mas sim aperfeiçoá-lo. Desse modo, ambos os termos, apesar de distintos, se correlacionam e se completam em prol da viabilização da relação meio ambiente e progresso econômico.

Apesar do conceito de Sustentabilidade ser mundialmente conhecido e cada vez mais utilizado, não existe um real consenso quanto ao seu significado, uma vez que Sustentabilidade tem diferentes significados para diferentes pessoas (KEENEY *apud* MARCATTO, 2002, p. 4), apesar do termo ser muitas vezes utilizado como se o consenso em relação ao seu significado de fato existisse (REDCLIFT *apud* MARCATTO, 2002, p. 4).

A palavra sustentabilidade tem sua origem do Latim *sus-tenere* (EHLERS *apud* MARCATTO, 2002, p. 4), que significa suportar ou manter.

O conceito de Sustentabilidade, relacionado com o futuro da humanidade, foi usado pela primeira vez em 1972, no livro *Blueprint for Survival* (KIDD, *apud* MARCATTO, 2002, p. 4). No final dos anos 70, o termo incorporou dimensões econômicas e sociais, passando a ser globalmente utilizado (EHLERS, *apud* MARCATTO, 2002, p. 4).

¹³² Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/ UnB) e pesquisador associado ao Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

Em realidade, os distintos significados para o conceito de sustentabilidade revelam diferentes, muitas vezes conflitantes, valores, percepções e visões políticas a respeito de como a agricultura, a indústria, o comércio, deveriam desenvolver-se, e de como os recursos naturais deveriam ser utilizados. Dessa maneira, Sustentabilidade é um conceito em disputa, no qual abriga diferentes e até opostas concepções políticas e propostas de desenvolvimento, partindo desde aquelas que propõem simples ajustes no presente modelo de desenvolvimento, até aquelas que demandam mudanças mais radicais/estruturais nos padrões de produção e de consumo da sociedade como um todo (EHLERS *apud* MARCATTO, 2002, p. 4).

Um outro conceito, relativamente novo, relacionado com sustentabilidade é o de Desenvolvimento Sustentável. O conceito foi utilizado pela primeira vez no documento Estratégia de Conservação Global (*World Conservation Strategy*), publicado pela *World Conservation Union*, em 1980. Foi, porém a partir da publicação do “Relatório *Bruntland*: Desenvolvimento Sustentável”, em 1987, que o termo passou a ser mundialmente conhecido e utilizado (MARCATTO, 2002, p. 5).

De acordo com o Relatório *Bruntland*: o Desenvolvimento Sustentável é aquele que “garante às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atenderem às suas” (*World Commission on Environment and Development*, *apud* MARCATTO, 2002, p. 5).

Muitas vezes, sustentabilidade torna-se sinônimo de desenvolvimento sustentável, sendo um substantivo para representar os mesmos fundamentos e objetivos do último. Porém, **a sustentabilidade tem um tripé que é econômico, social e ambiental, significando uma busca pelo equilíbrio entre a melhora da qualidade de vida dos homens e o limite ambiental do planeta, portanto, trata-se de um termo mais amplo. Já o desenvolvimento sustentável, remete ao convívio harmônico entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, então, tal concepção se concentra especificamente na seara econômica (grifo nosso).**

Logo, a ideia de Economia Verde surgiu recentemente e ganha projeção cada vez mais acentuada por meio ao Relatório “Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza”, lançado em fevereiro de 2011 pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Observa-se que a Economia Verde nasce de um período de questionamentos frente às dificuldades irrompidas e asseveradas na última década:

crises climáticas, de biodiversidade, combustível, alimentos, água e no sistema financeiro e econômico como um todo, substancialmente a partir da crise financeira e econômica de 2008.

Este recente impulso para um conceito de economia verde, sem dúvida, foi ajudado pela grande desilusão em relação ao nosso paradigma econômico predominante; uma sensação de fadiga emanando das várias crises simultâneas e falhas de mercado vividas durante a primeira década do novo milênio, incluindo, principalmente, a crise financeira e econômica de 2008. Mas ao mesmo tempo, tivemos várias evidências do caminho a ser seguido, um novo paradigma econômico, no qual a riqueza material não é alcançada necessariamente à custa de um crescente risco ao meio ambiente, escassez ecológica e disparidades sociais (PUNUMA, p.8).

O Relatório (PNUMA, p.8) aponta, apesar das diversas motivações das crises surgidas nos últimos tempos, que todas elas compartilham de uma característica comum: o uso inadequado do capital.

Durante as duas últimas décadas, muito capital foi empregado em pobreza, combustíveis fósseis e bens financeiros estruturados com derivativos incorporados, mas, em comparação, relativamente pouco foi investido em energias renováveis, eficiência energética, transporte público, agricultura sustentável, proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, e conservação da terra e das águas. De fato, a maioria das estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico incentivou um rápido acúmulo de capital físico, financeiro e humano, mas à custa do esgotamento excessivo e degradação do capital natural, que inclui nossas reservas de recursos naturais e ecossistemas. Ao esgotar as reservas de riqueza natural do mundo (em muitos casos, irreversivelmente), este padrão de desenvolvimento tem tido impacto prejudicial no bem-estar das gerações atuais e apresenta grandes riscos e desafios às futuras gerações. As múltiplas crises recentes são indicativas deste padrão.

A Economia Verde é definida segundo a *United Nations* (2011, p.16 *apud* DINIZ e BERMANN, 2012, p.324) como aquela que “resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”.

O PNUMA (2011, p.9) conceitua economia verde como:

Uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento de renda e de emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que ¹³³**reduzem as emissões de carbono e poluição e aumentam a eficiência energética e o uso de recursos, e previnem perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos**¹³⁴. Esses investimentos precisam ser gerados e apoiados por gastos públicos específicos, reformas políticas e mudanças na regulamentação. O caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando possível, reconstruir capital natural como um bem econômico crítico e como uma fonte de benefícios públicos, principalmente para a população carente cujo sustento e segurança dependem da natureza (grifo meu).

No plano teórico, argumenta-se que Economia Verde não é propriamente um novo conceito, mas sim a proposta de um conjunto de instrumentos para o alcance do desenvolvimento sustentável (SEROA DA MOTTA e DUBEUX, 2011 apud ALMEIDA, 2011, p.94). Nesse sentido, o meio ambiente não é mais visto como detentor de restrições a uma economia, em vez disso, ele é considerado como uma força que gera novas oportunidades econômicas, a partir de um novo mecanismo de crescimento.

O conceito de uma “economia verde” não *substitui* desenvolvimento sustentável, mas hoje em dia existe um crescente reconhecimento de que a realização da sustentabilidade se baseia quase que inteiramente na obtenção do modelo certo de economia. Décadas de criação de uma nova riqueza através de um modelo de “economia marrom” não lidaram de modo substancial com a marginalização social e o esgotamento de recursos, e ainda estamos longe de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A sustentabilidade continua sendo um objetivo vital a longo prazo, mas é preciso tornar a economia mais verde para chegarmos lá (PNUMA, p.9).

¹³³ Em negrito constam as três principais estratégias da Economia Verde presentes no Relatório do PNUMA.

¹³⁴ De acordo com o Relatório de Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA- *Millenium Ecosystem Assessment*), serviços ambientais (ou ecossistêmicos) são definidos como “os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas”. Eles podem ser divididos em quatro categorias: (i) serviços de provisão, como comida, água, madeira etc.; (ii) serviços de regulação, tais como aqueles que afetam o clima, as enchentes, as doenças, a qualidade da água, entre outros; (iii) serviços culturais, ligados a benefícios recreacionais, estéticos e espirituais; e (iv) serviços de suporte, que incluem formação de solo, fotossíntese e reciclagem de nutrientes (PAVESE, 2011, p.15)

A vinculação entre Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável é bem explicada na citação: “A sustentabilidade continua sendo um objetivo vital a longo prazo, mas é preciso tornar a economia mais verde para chegarmos lá” (PNUMA, p. 2).

Desse modo, pondera-se que a Economia Verde não sucede o desenvolvimento sustentável, mas o complementa, à medida que trás alternativas econômicas e políticas, nos setores público e privado, que possibilitarão a implantação do Desenvolvimento Sustentável de forma eficaz e integral.

2 ECONOMIA VERDE: PONTOS RELEVANTES PARA A EFETIVAÇÃO DA TRANSIÇÃO

Observa-se que nos últimos anos a Economia Verde saiu de uma temática voltada para a economia de meio ambiente e tornou-se discurso de políticas cotidianas, portanto, emerge uma nova perspectiva de concretização das medidas verdes em amplos setores, sejam eles econômicos, culturais, sociais, científicos e outros (PNUMA, p. 8).

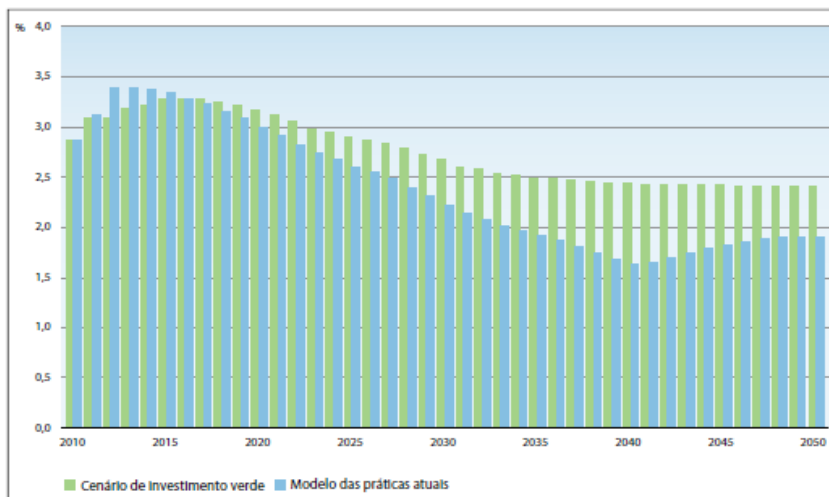
O relatório “Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” pretende desmistificar a ideia de não coexistência simultânea de crescimento econômico e sustentabilidade ambiental - expondo que o esverdeamento das economias não é um empecilho ao crescimento, mas sim um novo mecanismo de crescimento-, e desfazer a concepção equivocada de que economia verde é um luxo com cujos custos apenas os países desenvolvidos podem arcar, e isso, representaria uma forma de os países ricos perpetuarem a pobreza dos países em desenvolvimento.

Para derrubar o primeiro mito, os autores do documento utilizaram o modelo de projeção T-21 (*Threshold 21*) e simularam o comportamento de algumas variáveis, gerando cenários para uma economia verde - representados em diversos gráficos. Além disso, compararam esses resultados com os resultados de um modelo tendencial (BAU – *business as usual*) e concluíram que existem inúmeras vantagens em se investir em capital natural.

Usando-se as mudanças nas variáveis propostas pelo Relatório e aplicando- as ao modelo T-21, os cenários de economia verde apontam para um crescimento mais rápido que aquele tendencial, mantendo e restaurando o capital natural, além de promover a redução da pobreza (UNEP, 2011 *apud* D’ AVIGNION; CARUSO, 2011, p. 32).

Perante tais evidências e dados, o Relatório do PNUMA demonstra que o esverdeamento das economias não é um empecilho ao crescimento, mas sim um novo mecanismo de crescimento (PNUMA, p. 2).

Figura 1- Tendências previstas na taxa de crescimento anual do PIB



Fonte: Relatório Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, 2011, PNUMA, p. 24.

Quanto ao segundo mito discutido no documento, qual seja, de que a transição representaria uma forma de os países ricos perpetuarem a pobreza dos países em desenvolvimento, o documento trás uma perspectiva positiva afirmando haver uma plenitude de exemplos de transições verdes acontecendo em vario setores do mundo em desenvolvimento, (Bangladesh, Quênia, Brasil e outros).

No transcorrer do Relatório existem demonstrações suficientes a fim de desarranjar as inquietações acima postuladas, e isso se determinou por meio de três estratégias basilares de transição para Economia Verde (PNUMA, p.10):

a) Promover o deslocamento de investimentos, tanto públicos quanto privados, para transformar setores chave que são críticos objetivando esverdear a economia global;

b) Demonstrar como uma economia verde pode reduzir a pobreza contínua através de uma série de setores importantes e

c) fornecer orientação sobre políticas para atingir essa mudança: através da redução e eliminação de subsídios prejudiciais e contrários ao meio ambiente, lidando com falhas de mercado criadas por externalidades ou informações incorretas; através de incentivos de mercado; através de um quadro adequado de regulamentos e tornando mais verdes os contratos públicos; e pelo estímulo de investimentos.

Um dos pilares que sustentam a transição para uma Economia Verde é a valoração econômica da biodiversidade de forma correta, assim como dos serviços ambientais, uma vez que ponderar adequadamente o valor econômico dos serviços ambientais é fundamental para a identificação do capital natural. Assim, o Relatório propõe a mudança dos antigos indicadores econômicos, como por exemplo o PIB (Produto Interno Bruto), bem como visa instituir com amplo apelo o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) (D' AVIGNION; CARUSO, 2011, p. 26).

Assim, uma transição para economia verde não apenas reconhece e demonstra o valor do capital natural – como provedor de bem-estar para a humanidade, como provedor de sustento para famílias carentes, e como fonte de empregos novos e decentes – mas também investe neste capital natural e o desenvolve para um progresso econômico sustentável. Em nosso modelo de um cenário de investimento verde, canalizando capital correspondente a 2% do PIB mundial (US\$1.300 bilhão) para embarcar em uma transformação econômica verde; um quarto dessa quantia – 0,5% do PIB (US\$325 bilhões) – é destinada a setores de capital natural: silvicultura, agricultura, água doce, indústria pesqueira (PNUMA, p. 14).

Os indicadores econômicos convencionais, tais como o PIB, proporcionam uma imagem distorcida para o desempenho econômico, especialmente uma vez que tais medidas não refletem a extensão com a qual as atividades de produção e o consumo podem estar drenando o capital natural. Como a atividade econômica normalmente se baseia na desvalorização do capital natural em termos de abastecimento, regulamentação ou serviços culturais, isso está causando o esgotamento dos recursos naturais e acabando com a habilidade dos ecossistemas de fornecerem benefícios econômicos (PNUMA, p.12)

Com o incentivo a valoração econômica dos bens ambientais e do (Pagamento por Serviços Ambientais) percebe-se que a Economia Verde investe no que denomina de capital natural.

O documento do PNUMA reconhece e demonstra o valor do capital natural- como provedor de bem-estar para a humanidade, como provedor de sustento para famílias carentes, e como fonte de empregos novos e decentes- mas também investe nesse capital natural e o desenvolvimento para um progresso econômico sustentável (PNUMA, p. 6).

Mas o que seria esse capital natural? O conceito de capital não se difere entre alguns autores consultados. El Serafy (1991 *apud* DE GROOT *et al.*, 2003) o conceitua como sendo o estoque real de bens que possui o poder de produzir mais bens (ou utilidade) no futuro. Costanza e Daly (1992 *apud* HARTE, 1995) o definem como sendo o estoque que produz um fluxo de bens e serviços valoráveis no futuro e, por fim, Hintenberger *et al.* (1997) afirma que o capital capacita a sociedade para produzir bens e serviços, provendo riqueza e bem-estar. Tal conceito encontra-se relacionado com a produção de bens e serviços, os quais são úteis para sociedade (DENARDIN; SULZBACH, p.1).

Existem quatro tipos de capital: o capital natural (florestas, minerais, água etc), o capital manufaturado (máquinas, estradas, fabricas etc), o capital cultural (visão de mundo, ética etc) e o capital cultivado (reflorestamentos, plantações etc).

Especificamente, quanto ao capital natural, uma das primeiras definições desse foi apresentada por Daly (1991) como sendo “o estoque que permite o fluxo de recursos naturais”. Como exemplos de capital natural o autor cita as populações de peixes que permitem o fluxo de pescado, a floresta que permite o fluxo de madeira e o estoque de petróleo que permite o fluxo de óleo cru que é extraído (DENARDIN; SULZBACH, p.3).

E ainda, o relatório sugere algumas ideias convincentes que surgiram de uma revisão das políticas e ações bem-sucedidas na promoção da transição para uma economia verde, nessas incluem como substanciais:

- a) o estabelecimento de normas rígidas de regulamentação;
- b) a priorização de investimentos e gastos públicos em áreas que estimulem o esverdeamento de setores econômicos;
- c) a limitação de gastos em áreas que esgotem o capital natural;

- d) o uso de impostos e instrumentos que se baseiam no mercado para mudar a preferência do consumidor e promover o investimento verde e a inovação;
- e) o investimento em capacitação e treinamento e
- f) o fortalecimento da governança internacional.

Dentre essas, destaca-se o uso de impostos como instrumentos de promoção da Economia Verde, que já veem se aplicando em políticas de Desenvolvimento Sustentável atual, mesmo que pontuais.

Muitas vezes os impostos oferecem incentivos claros para reduzir emissões, usar recursos naturais mais eficientemente e estimular a inovação. Os impostos ambientais, de uma forma geral, podem ser divididos em duas categorias: “quem polui paga”, dando enfoque à taxação dos produtores ou consumidores no momento em que se tornam um causador de um poluente; e o “usuário paga”, dando enfoque à taxação da extração ou do uso de recursos naturais¹³⁵ (PNUMA, p. 31).

3 PERSPECTIVAS PARA UMA AGRICULTURA VERDE

O Relatório também apresenta resultados e recomendações por setores específicos, apontando as oportunidades setoriais geradas pela transição para a economia verde, incluindo a redução da pobreza, criação de empregos e fortalecimento da equidade social e manutenção e restauração do capital natural. Dentre eles, cabe-se destacar a agricultura, tendo em vista seu grau de interferência na natureza.

A agricultura verde é caracterizada por mover ambos os cultivos industrial e de subsistência em direção às práticas de cultivo ecologicamente corretas, tais como o uso eficiente de água, o uso extensivo de nutrientes naturais e orgânicos do solo, cultura ideal do solo, e controle integrado de pragas. Para tornar verde a agricultura, são necessários bens de capital físico, investimentos financeiros, pesquisa e investimento em capacitação, treinamento e educação em cinco áreas fundamentais: gerenciamento de fertilidade do solo, uso mais eficiente e sustentável da água, diversificação de culturas

¹³⁵ Os impostos citados são denominados de poluidor-pagador e poluidor-provedor.

e animais, gerenciamento da saúde animal e vegetais biológicos, e um nível adequado de mecanização agrícola (PNUMA, p. 7).

Em decorrência do interesse na transição para uma Economia Verde é essencial a pesquisa científica/tecnológica em agroecossistemas sustentáveis, devendo essa ser parte prevaiente de uma política agroambiental para a agricultura.

Atualmente os órgãos de pesquisa no Brasil vêm ampliando o esforço de pesquisa em agroecossistemas sustentáveis. Por exemplo, a EMBRAPA já há alguns anos criou um centro de pesquisa em agrobiologia, além de manter outro centro de pesquisa em agricultura e meio ambiente¹³⁶. São centros de referência, mas todos os demais centros de pesquisa da EMBRAPA também têm essa preocupação com a sustentabilidade das práticas agrícolas. Recentemente foi lançado um “pacote” tecnológico de integração pecuária-agricultura. São duas atividades que possuem fortes complementaridades ecológicas, de modo que sua integração aumenta a produção por hectare de modo sustentável (ROMEIRO, p.129).

São exemplos de práticas agroecológicas¹³⁶: combinação e rotação de culturas, adubação verde, cobertura morta, calagem, manipueira, diversificação de sementes, gerenciamento da saúde animal e vegetal, nível apropriado de mecanização, gerenciamento integrado de pesticidas, gerenciamento integrado de nutrientes.

Segundo o Relatório do PNUMA (p.7), o plano agrícola que visa à transição para a Economia Verde sugere que as práticas de cultivo verde podem aumentar substancialmente o rendimento, especialmente em fazendas pequenas. Investimentos em agricultura verde, de acordo com o modelo do Relatório, variam de US\$100-300 bilhões por ano no período de 2010- 2050 e, com o tempo, levariam a um aumento da qualidade do solo e da produção mundial para maiores culturas, o que representaria um aumento de 10% acima do que é possível com as atuais estratégias de investimento. Embora insuficiente para assegurar acesso equitativo aos famintos, este crescimento será necessário para lidar com o desafio de alimentar uma população em crescimento.

¹³⁶ Agroecologia é a manifestação real de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores. Para isso, repete os processos naturais respeitando os ciclos dos componentes da natureza como a água e os nutrientes. Também retoma os saberes tradicionais, especialmente quanto aos métodos de manejo do solo e de produção que são alternativas de sustentabilidade social, ambiental e econômica (Cartilha Práticas Agroecológicas, p.7).

4 ANÁLISE CRÍTICA DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA VERDE

O Professor Sawyer (2011, p.37) acautela para os riscos de a Economia Verde adquirir contornos tipicamente econômicos (ou economicistas), em que os instrumentos de mercado e precificação dos recursos naturais sobressaíam em contrapartida às medidas relacionadas à natureza e a melhoria social. Tal risco se torna perceptível quando o Relatório do PNUMA incentiva como condição possibilitadora da transição a valoração econômica da biodiversidade, assim como dos serviços ambientais, uma vez que projeta a identificação adequada do capital natural como ponto basilar da Economia Verde.

Economia verde, por meio de valoração monetária e instrumentos econômicos, tende a reduzir tudo a dinheiro, a valores monetários, prevendo pagamentos feitos por poluidores e recebidos por prestadores de serviços ambientais (World Bank, 2010). Não se trata necessariamente de “ambientalismo de mercado” (FASE, 2011), mas não é verdade que tudo é ou deve ser mercadoria. Não há como evitar o cálculo de custos e benefícios e a realidade do mundo financeiro, mas também nem tudo na sociedade, na população e na natureza são bens ou serviços. Não há mercado de seres humanos, culturas, direitos, saúde, flora, fauna ou funções ecológicas (SAWYER, 2011, p.37).

Especificamente quanto ao PSA (pagamento por serviços ambientais), Sawyer (2011, p. 37) aponta a dificuldade de haver dinheiro suficiente no Brasil ou no mundo para pagar por todos os serviços ambientais existentes. O autor explica tal afirmativa por meio do seguinte exemplo:

[...] Por exemplo, para fins de raciocínio, se as Reservas Legais e APPs previstas no Código Florestal brasileiro tiverem uma área total de 100 milhões de hectares e os donos receberem apenas R\$ 200 por hectare por ano para não desmatar essas áreas, valores conservadores, o total anual seria R\$ 20 bilhões. O Programa Bolsa Família custa R\$ 15 bilhões por ano. Seria possível o governo gastar mais com pagamentos por serviços ambientais do que com Bolsa Família? [...]

No segundo tópico desse artigo, buscou-se desmistificar o segundo mito proveniente da transição para a Economia Verde - contudo, tal desmistificação foi conduzida pela argumentação constante no Relatório do PNUMA-, qual seja esse mito: desfazer a concepção equivocada de que economia verde

é um luxo cujos custos apenas os países desenvolvidos podem arcar. Todavia, diferentemente do argumentado no Relatório, Luiz Antônio Caruso e Alexandre D'Avignon (2011, p. 33) trazem uma outra perspectiva sobre o assunto:

No longo prazo, muitas atividades econômicas verdes serão decorrentes da convergência de tecnologias como a nanotecnologia, biotecnologia e tecnologias de informação e de comunicação. O documento do PNUMA chama atenção para o fato de que o modelo de transição da atual economia para a economia verde necessita de um marco regulatório bem planejado que gere incentivos para direcionar atividades econômicas verdes, assim como remover barreiras a investimentos verdes. **No entanto, a transição depende não só de inovações institucionais, mas de inovações tecnológicas.** Algumas dessas inovações são complexas, de natureza multidisciplinar, requerem complementaridades entre empresas e institutos de pesquisa. Miles e Leite (2010), **ao citarem Roco (2007), identificam quatro gerações no processo de desenvolvimento de nanotecnologias: nanoestruturas passivas; nanoestruturas ativas; sistemas de nanossistemas tridimensionais e nanossistemas moleculares heterogêneos. Apenas na primeira geração encontramos algumas evidências de esforços de pesquisa e geração de inovações em países em desenvolvimento (grifo nosso).**

E ainda, abordando as denominações dadas as novas propostas e instrumentos ambientais que surgem, atualmente, como novas perspectivas a crise ambiental, tendo em vista principalmente a Economia Verde, Sawyer pondera quanto a utilização de palavras que transmitem sentidos puramente econômicos mas que se congregam ao adjetivo verde, prometendo assim, transmutar o que era negativo ao meio ambiente em algo positivo, e ainda acrescentando, ao verde, uma incumbência semântica que não é sua, já que o estende para as searas sociais, tecnológicas e outras.

O apelo do adjetivo “verde” parece ter sido apropriado indevidamente de movimentos políticos, como os partidos verdes e também de movimentos ambientalistas como Greenpeace (“Paz Verde”), os quais pouco ou nada compartilham dos princípios em que se baseia a economia verde. À primeira vista, “verde” teria mais a ver com meio ambiente que sustentabilidade, mas na realidade fecha o leque em diversos sentidos. Sustentabilidade não é apenas verde, mas abrange todas as cores, situando-se além do arco-íris (SAWYER, 2011, p.39).

Por fim, cumpre ressaltar que tanto a Economia Verde como o Desenvolvimento Sustentável não são as únicas propostas de renovação e ampliação dos direitos da natureza, uma vez que diversas outras visões de futuro são possíveis, como a proposta latino-americana da Pacha-Mama e a Teoria de Gaya na Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas aspirações ambientalistas, um tanto impostas pela alarmante mudança do equilíbrio ambiental, propiciou o surgimento de novos questionamentos e suposições, bem como favoreceu a reflexão da relação homem, natureza e sistema econômico.

Diante de todo o exposto, chega-se à ilação de que os termos Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde têm como pressuposto análogo à idealização do progresso econômico, porém, é certo que cada um desses traz diferentes vertentes e processos para propiciar tal desenvolvimento. Nesse espeque, a Economia Verde apresenta-se como um elemento para o Desenvolvimento Sustentável, de forma que, esse somente se tornará verdadeiramente aplicável quando for possibilitado o gerenciamento econômico por meio da Economia Verde, sob a perspectiva de essa não se tornar mais um meio de *marketing* verde para a promoção e melhoria da imagem dos governos e das empresas.

A Economia Verde não representa, sob a perspectiva do Relatório do PNUMA, mais uma das muitas denominações surgidas para discutir a questão ambiental, mas sim uma prática apta a promover conjuntamente: a produtividade econômica, a redução da pobreza e ainda prezar por um meio ambiente saudável.

Apesar dos diversos argumentos favoráveis, inclusive representados via dados numéricos, gráficos e tabelas consistentes, o que obstaculiza em parte o questionamento da Economia Verde, convém, nesse momento, demonstrar nossa filiação as ponderações críticas do Professor Donald Sawyer, tendo em vista serem reflexões necessárias ao amadurecer dessa.

BIBLIOGRAFIA

PAVESE, Hellena Boniatti. **Delineamentos de uma economia verde.** *In: Economia verde: desafios e oportunidades.* Coordenação: Camila L. Gramkow; Paulo Gustavo Prado. n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

CARUSO, Luiz Antônio; D'AVIGNION, Alexandre. **O caráter necessariamente sistêmico da transição rumo à economia verde.** *In: Economia verde: desafios e oportunidades.* Coordenação: Camila L. Gramkow; Paulo Gustavo Prado. n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

SAWYER, Donald. **Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável?** *In: Economia verde: desafios e oportunidades.* Coordenação: Camila L. Gramkow; Paulo Gustavo Prado. n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Agricultura para uma economia verde.** *In: Economia verde: desafios e oportunidades.* Coordenação: Camila L. Gramkow; Paulo Gustavo Prado. n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

Denardin, Valdir F; Sulzbach, Mayra T. **Capital Natural Crítico: A Operacionalização de um conceito.** Disponível em <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/artigos/mesa4/capital_natural_critico.pdf>. Data de acesso 12/10/2015

Cartilha Práticas Agroecológicas. **Projeto Brotar Nascentes.** Coordenação: Djalma Villa Gois; João Apóstolo Barreto. Disponível em <<http://www.gana.org.br/brotarnascentes/cartilhapraticasagroecologicas/>>. Data de acesso 12/10/2015.

ALMEIDA, Luciana Togeiro. **Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações.** Estudos Avançados, São Paulo, vol.26, n.74, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100007. Data de acesso 03/06/2015.

CECHIN, Andrei; PACINI, Henrique. **Economia verde: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão.** Estudos Avançados, São Paulo, vol.26, n.74, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142012000100009&script=sci_arttext. Data de acesso 03/06/2015

DINIZ, Eliezer M.; BERMANN, Celio. **Economia Verde e sustentabilidade.** Estudos Avançados, São Paulo, vol.26, n.74, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142012000100024. Data de acesso 22/10/2015

MARCATTO, C. **Agricultura Sustentável: Conceitos e Princípios.** Disponível em http://www.redeambiente.org.br/Artigos.asp?id_dir=6 . Data de acesso 03/06/2015

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente:** doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2007.

PNUMA. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza** – Síntese para Tomadores de Decisão, 2011. Disponível em < www.unep.org/greeneconomy >. Data de acesso 03/06/2015

O PAPEL DO ESTADO NA DEFESA ECONÔMICA DO MEIO AMBIENTE

The State's Role in Defense Economic Environment

Ana Maria Jara Botton Faria¹³⁷

Alexia Brotto Cessetti¹³⁸

RESUMO: Têm sido constantes as discussões acerca do conflito entre a necessidade de crescimento econômico e a exigência de preservação dos recursos ambientais. O tema tem integrado a pauta dos dirigentes dos mais diversos Estados Nações, porém, para atingir tal objetivo a administração pública deve adotar diversos procedimentos administrativos tais como investimentos no aparelhamento dos órgãos estatais e capacitação técnica dos agentes que detêm a competência para a proteção e aplicação das normas pertinentes. Nesta seara o presente artigo trata da evolução da regulamentação ambiental no Brasil, ressaltando o papel do Estado na condição de agente normatizador, regulador e fiscalizador, como importante instrumento indutor para a proteção ambiental aliada a um aprimoramento econômico e social de toda a coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: estado; tributo ambiental; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: Have been constant discussions about the conflict between the need for economic growth and the need to preserve the environmental resources. The theme has integrated the agenda of the heads of various United Nations, however, to achieve this goal the government should adopt various administrative procedures such as investments in equipment of state agencies and technical training of agents who hold the

¹³⁷ Pos-Doutoramento - FCU- Orlando-EUA (em andamento); Doutora em Business Administration - FCU - EUA (PHD-Doctor of Philosophy in Business Administration - FCU- Orlando. EUA.; Mestre em Direito Econômico e sócio ambiental pela PUC/PR; Procuradora Municipal de Pinhais/PR. Professora ensino superior na FESPPR. E-mail: anamjbf@gmail.com

¹³⁸ Doutora em Business Administration – FCU-EUA; Mestre e Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-PR; Professora da Graduação e Pós-Graduação em Direito da FESP-PR, CESUL-Faculdade de Francisco Beltrão; Cursos Preparatórios para OAB e Concursos; Advogada. E-mail: alexiabrotto@hotmail.com

responsibility for the protection and enforcement the relevant standards . In this area the present article deals with the evolution of environmental regulation in Brazil , highlighting the role of the state on condition of normalizing agent , regulator and watchdog as an important inducer instrument for environmental protection combined with an economic and social improvement of the whole community.

Keywords: State; ECOTAX; Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

No início da década de 70 ocorreram os primeiros encontros mundiais como meio de obtenção de um acordo internacional para a minimização dos problemas ambientais. Mesmo sem grandes resultados práticos, verifica-se hoje uma maior conscientização acerca da necessidade de políticas públicas dirigidas para a sustentabilidade, das vantagens de fazer uso de novas técnicas para o uso sustentável dos recursos ambientais.

No momento preservar o meio ambiente não é mais um simples discurso de ativistas, mas uma necessidade universal, como condição essencial para a preservação da vida em nosso Planeta.

Considerando as funções de regulamentador e normatizador que a Constituição Federal determinou ao Estado, a forma como o mesmo intervém na economia é de grande relevância para o desenvolvimento sustentável do Brasil. A legislação brasileira acerca das questões ambientais, é vasta recebendo elogios até no exterior, mas a aplicação do conteúdo das mesmas ainda é insuficiente.

A Constituição Federal, atual selou um novo processo democrático estabelecendo princípios fundamentais, direitos e garantias, cuidando de temas como a organização do Estado e seus poderes, princípios da ordem econômica, financeira e social e ambientais.

Nela ficou determinado que o Estado na condição de agente normativo e regulador da atividade econômica exercerá as funções de fiscalização de incentivo e também efetuará um prévio planejamento que pode ser normativo ou institucional. Tal orientação decorre da redação do artigo 174, *caput* da Carta Magna. Tais atividades devem obrigatoriamente atender aos princípios constitucionais da ordem econômica, descritas no artigo 170 do texto em comento.

Considerando a urgência, a importância da proteção do meio ambiente, tem-se como fundamental a participação do Estado, com a conjugação dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário.

Para este trabalho, as expressões intervenção e atuação possuem mesma significação, qual seja, o Estado agindo na relação da atividade econômica. A intervenção estatal já foi defendida com bastante ardor, passando depois a ser questionada com a mesma intensidade, porém, sempre suscitou interesse e controvérsias. O que não se pode omitir é a importância que tal tema possui, visto ter inspirado por exemplo, as teorias de Adam Smith, John Keynes, Pigou, Coase .

Da mesma forma para fins de estudo será utilizada a expressão recurso ambiental e não recurso natural, fazendo uso dos seguintes conceitos: Recurso Natural: Toda matéria e energia que ainda não tenha sofrido um processo de transformação e que é usada diretamente pelos seres humanos para assegurar as necessidades fisiológicas, sócio-econômicas e culturais, tanto individuais quanto coletivas. Recurso Ambiental: recurso natural constituído pela atmosfera, águas interiores, superficiais e subterrâneas, estuários, mar territorial, solo, subsolo, elementos da biosfera, como fauna e flora. A Constituição Federal também será indicada pela expressão CF/88.

Para permitir uma melhor viabilização do tema, o artigo inicia com algumas informações acerca da evolução histórica do papel intervencionista do Estado. Na sequência breves considerações acerca da proteção ambiental e da regulamentação do tema no direito brasileiro, após uma análise dos princípios econômicos, do papel do tributo na defesa ambiental, além da relação do Estado com a economia.

2 O PAPEL INTERVENCIONISTA DO ESTADO

O papel do Estado é de vital importância para a obtenção de qualquer forma de desenvolvimento, seja social, econômico e ou ambiental. Segundo a determinação constitucional, o Estado deve viabilizar a aplicação do princípio da igualdade visando à justiça social, e deve adotar uma postura mais firme, em certas situações, intervir no mercado que a princípio deveria autorregular-se.

A palavra intervenção, via de regra, reproduz um sentido de intromissão, possui um aspecto negativo. Etimologicamente, o vocábulo inter-

venção significa ação ou efeito de meter-se de permeio, intrometer-se, em matéria à qual não pertence. A expressão apresenta-se como portadora de um preconceito liberal, de um tempo quando era vedado ao Estado interferir em qualquer atividade econômica (SOUZA, 1999, p. 398).

A evolução histórica da intervenção estatal segue em paralelo com as diversas formas estatais verificadas ao longo da história. Pode-se ter como marco inicial o papel do Estado mercantilista, passando ao Estado liberal, depois para o Estado social e então o Estado Democrático de Direito.

No início, em razão do fortalecimento do mercantilismo, também denominado de capitalismo comercial, verificou-se uma grande intervenção estatal; o objetivo era a acumulação de riquezas, o fortalecimento econômico do Estado, o que produzia uma garantia de poder absoluto.

O mercantilismo é superado quando surgem os ideais do liberalismo econômico também denominado de capitalismo industrial, partidário da livre iniciativa e da livre concorrência; neste sistema econômico, o entendimento é que a interferência estatal ocorra somente para manter a ordem, a propriedade e a liberdade. Nesta ocasião, a livre iniciativa adquire *status* de princípio fundamental (OLIVEIRA, 2007).

Adam Smith prega a aplicação das leis naturais de mercado, a liberdade econômica, sem qualquer intervenção estatal. De acordo com a sua teoria, o próprio mercado exerce papel regulador, favorecendo uma situação de equilíbrio entre aqueles que atuam em tal campo; os benefícios seriam obtidos por toda a sociedade e não somente por alguns. Neste conceito, a economia somente funcionaria se o Estado não interviesse na economia (SMITH, 2006, p.55-63).

Vários fatores econômicos e sociais ocorridos no mundo, como por exemplo, a primeira e a Segunda Guerra Mundial, as crises ocorridas nos modos de produção, as péssimas condições de trabalho dos empregados, forçaram mudanças da atuação do Estado no domínio econômico. Surge a exigência de uma maior centralização das decisões econômicas pelos entes públicos. Com a queda da bolsa de Nova Iorque em 1929 a não-intervenção estatal novamente é questionada; ressurge a noção intervencionista de forma mais forte: o seu maior representante é o economista John Maynard Keynes (KEYNES, 1992, p.113-123).

No Brasil, o Estado passa a participar de forma mais direta através da criação de empresas controladas pelo Estado. A intervenção estatal deixa de ser coibida, passando a ser um elemento fundamental e imprescindível.

vel para o desenvolvimento econômico. Porém, tal paternalismo estatal não contemplou os direitos fundamentais, tampouco a divisão e repartição de riquezas, falta o envolvimento popular; o Estado é quem decide o que é bom para a coletividade sem solicitar qualquer participação de seus membros.

Surge uma nova teoria, a do Estado não-interventor, porém fiscalizador, é a teoria do Estado Mínimo, que pressupõe o afastamento do Estado em prol da liberdade individual, da livre concorrência. Somente é aceita a regulação econômica quando realizada pelas forças do próprio mercado. Cabe ao Estado Mínimo garantir a ordem, a legalidade e oferecer os serviços mínimos necessário para cumprir tal papel. Não se admite a atuação econômica direta. Tal forma de Estado surgiu como reação ao Estado Regulador, onde o Estado financiava a acumulação do capital e também a reprodução da força de trabalho por intermédio de políticas sociais.

O modelo de Estado Mínimo tem suas raízes nas idéias de Adam Smith, presentes em sua obra *Riqueza das Nações*, com o liberalismo econômico, onde a iniciativa privada e o individualismo na busca do lucro seriam suficientes para mover a economia e promover o bem-estar de todos. O mecanismo de mercado funciona como uma “mão invisível” que conduz os agentes econômicos para uma situação ótima do ponto de vista da eficiência.

Smith prega que a intervenção do Estado deve ser mínima, defendendo a não interferência do Estado em questões econômicas, entendendo que qualquer atividade desta espécie gera ineficiências. Em contraposição entra a visão de John Maynard Keynes, onde a demanda é que dita a oferta, para tanto, o Estado deve intervir diretamente na economia.

Porém, o princípio defendido por Adam Smith consegue ser aplicado de forma completa nas situações onde inexistem quaisquer falhas de mercado, ou seja, na concorrência perfeita. Nas situações de falhas de mercado, como nos casos de concorrência imperfeita, na ocorrência de externalidades negativas consideráveis, para tentar conter ou reduzir distribuições injustas de rendimentos, torna-se necessária à intervenção do Estado exatamente para tentar corrigir ou minimizar tais falhas.

Com a Revolução Francesa, o Estado rompe com o denominado Estado-polícia e passa para o Estado-mínimo. Com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, com o fortalecimento das noções de liberdade a idéia no Estado-liberal ou Estado mínimo consolidou-se. Nesta fase buscou-se um padrão de igualdade entre os homens, os indivíduos passaram a ser “iguais perante a lei”, mas nem sempre o texto legal era ob-

servado. A industrialização crescente iniciada com a Revolução Industrial, aumentou os problemas sociais decorrentes da ausência de um poder que impedisse a acumulação da riqueza nas mãos de uma pequena minoria.

Surge assim o denominado Estado do Bem-Estar Social - Welfare State, onde o Estado é o agente regulamentador de toda a saúde, da política da economia do país. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população (SCHUMPETER, 1908-9, p. 213-232). O Estado passa a assumir responsabilidades sociais tais como previdência, saúde, educação, saneamento básico, atuando como prestador de serviços públicos essenciais.

A questão é que a intervenção independentemente da forma que ocorra tem grandes repercussões tanto na vida social, como na econômica afetando de forma direta o meio ambiente o que reflete de forma direta na sociedade e por vezes em toda uma civilização.

Grau (2006, p.44-45) afirma que o Estado na passagem do século XIX para o século XX tinha como principal atribuição a função de produção do direito e segurança, ou seja, apesar de ter a incumbência de defender a propriedade, não detinha o direito de intervir na denominada ordem natural da economia; já o Estado moderno nasce com a vocação para atuar no campo econômico, no início mais direcionado à constituição e à preservação da produção passando na seqüência à substituição e compensação do mercado.

Com o aumento do fenômeno da globalização¹³⁹ o papel do Estado, as suas formas de intervenção passam por modificações. Cada vez mais o Estado é requisitado para atuar em temas que envolvem o domínio econômico. O denominado “Consenso de Washington”¹⁴⁰ considerado como uma das bases de sustentação do processo de globalização foi elaborado em meados da década de oitenta pelos Estados integrantes do sistema mundial, incluía em sua análise o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento, mais especificamente, o papel do Estado na economia.

¹³⁹ Economicamente, globalização significa um processo típico da segunda metade do séc. XX que conduz à crescente integração das economias e das sociedades dos vários países, especialmente, no que toca à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio. 3. ed. 2006. Disponível em: <<http://aurelio.ig.com.br/dicau reliopos/login.asp>>. Acesso em: 18 dezembro 2010.

¹⁴⁰ Em 1989, reuniram-se em Washington, vários neoliberais, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin America Adjustment: How Much has Happened?*, que visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. Do livro Para conhecer o Neoliberalismo, João José Negrão, Publisher Brasil, 1998. p. 41-43.

Esta nova visão tendo como característica uma economia dominada por investimentos em escala global, faz com que a política econômica e os preços nacionais tenham que adequar-se ao mercado internacional, pregando-se a redução da regulação estatal ao mínimo necessário; o Estado-Nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política (SANTOS, 2002, p. 29-55).

Giddens (2004, p.50-52) afirma que as mudanças geradas pela globalização têm levado à fragmentação dos nacionalismos locais, afetando a posição, o poder e até mesmo a soberania dos Estados em todo o planeta. Durante o período democrático brasileiro pode-se verificar que a intervenção estatal, a ordem econômica e até o modelo estatal foram sofrendo alterações ao longo dos tempos, as modificações ocorridas levaram à construção do modelo atual.

Para Grau (2006, p.44-45), essas modificações, que em um primeiro momento podem caracterizar o abandono do modelo capitalista, têm por objetivo exatamente o contrário, pois, na realidade, é uma condição para a sua perpetuação. Para impedir a substituição do capitalismo pelo socialismo é que o Estado é chamado a atuar sobre o domínio econômico.

O artigo 177 da CF determina que o Estado brasileiro deverá intervir de forma direta no domínio econômico pelo regime de monopólio, em casos bem específicos e previamente determinados em lei. Já o artigo 173 da Constituição Federal afirma que somente nos casos de segurança nacional ou pela relevância do interesse coletivo é que será permitida a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, passando nestes casos à condição de Estado concorrente.

Aponta, o mesmo artigo, as hipóteses em que é permitida a exploração direta da atividade econômica pelo Estado indicando também o regime jurídico a que devem se sujeitar as empresas públicas, as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. E no artigo 175 encontra-se a definição da incumbência do poder público para a prestação de serviços públicos.

O Brasil adota uma economia de mercado, em que a prevalência é a livre concorrência. A predominância é do regime capitalista, assim sendo, as atividades desenvolvidas por particulares, mesmo que por intermédio da concessão de serviço público, buscam o lucro, configurando, portanto, atividades econômicas. Usa-se neste caso um conceito *lato sensu*, ou seja, aquele que abarca além das atividades privadas, também os serviços públicos.

Na Constituição Federal encontram-se diversos princípios, valores que estão relacionados com as questões econômicas, tais como: soberania nacional, propriedade privada, livre concorrência. Existem princípios que se confundem com intenções: reduções das desigualdades regionais, busca do pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte, função social da propriedade. Há princípios de ações políticas como: defesa do consumidor, defesa do meio ambiente (HORTA, 1995, p.296).

Assim, o mercado livre é considerado como a origem da desigualdade, de modo que é defendida não apenas a intervenção do Estado sobre a economia, como também o comando, pelo Estado, de toda a atividade econômica (TAVARES, 2003, p. 62).

E para que o Estado possa efetivamente atuar como agente normativo e regulador, além da edição de leis específicas, deve também estar atento as modificações que constantemente ocorrem, agindo nas questões fáticas para que a lei, que é abstrata e genérica, possa efetivamente atingir seu objetivo.

O problema é que a intervenção estatal deve proteger, mas não pode inviabilizar a atuação e o crescimento econômico dos particulares. Intervenção pode ser entendida como “interferência na área própria de outrem” (TAVARES, 2003, p. 56) em síntese é o Estado atuando na atividade econômica. Para desempenhar tais funções, o Estado por intermédio de seus representantes deve observar e atender os fundamentos da República e os princípios constitucionais, sempre buscando garantir a dignidade humana.

A indução pode decorrer da execução, da realização pelo Estado de obras e serviços públicos de infra-estrutura, ocorre de forma diversa da intervenção por indução na forma normativa (GRAU, 2006, p. 151). Para Silva (1996, p. 807), “a intervenção por via de regulamentação da atividade econômica surgiu como pressão do Estado sobre a economia para devolvê-la à normalidade, que consiste em manter um regime de livre concorrência.”

Schoueri (2005, p. 44), afirma que a intervenção por indução, longe de afastar o mercado, pressupõe uma ocorrência. Quando se cogita do instrumento tributário como meio de internalizar as chamadas “externalidades”, o que se faz é transferir ao mercado, por meio do mecanismo de preço, aqueles custos, cabendo aos produtores e consumidores decidir, em última instância, sobre o sucesso ou fracasso de um produto. Para Costa (2005), “não há indução se a norma proíbe ou ordena, pode haver quando ela apenas permite. A norma pode ordenar certo tipo de comportamento mas, se ordena, não está mais induzindo no sentido comum da palavra.”

Sintetizando, poder-se-ia dizer que a normatização decorre da busca da modificação da economia, via elaboração de normas, atendendo ao princípio da legalidade, buscando dotar de instrumentos eficientes as políticas públicas econômicas, cujo objetivo final seja a obtenção do desenvolvimento sustentável.

O Princípio “8” da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento determina: “Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas”.

Ressalte-se que tal princípio usa a expressão “devem” colocando a atuação estatal como uma obrigação e não como uma discricionariedade. Na condição de dever, o Estado tem a obrigação de fazer uso dos instrumentos colocados à sua disposição; para este estudo sugere-se a aplicação do tributo ambientalmente orientado.

A regulação pode ocorrer tanto por intermédio da fiscalização do incentivo quanto pelo planejamento. Grau (2006, p. 151), não inclui o planejamento nas modalidades de intervenção, sob o argumento de que o planejamento apenas qualifica a intervenção do Estado sobre e no domínio econômico; seria dessa forma, somente um método para qualificar e sistematizar as modalidades de intervenção.

Para Silva (1996, p. 809), o entendimento é diverso; ele afirma que o planejamento econômico consiste num processo de intervenção estatal no domínio econômico com o fim de organizar atividades econômicas para obter resultados previamente colimados. O artigo 174 da CF/88 coloca o planejamento como uma função do Estado nas atividades econômicas; discorda-se neste tópico do posicionamento de Eros Grau, havendo mais afinidade com o pensamento de José Afonso da Silva.

A intervenção estatal, em especial a indireta tem sido cada vez mais defendida pelos economistas. Os três economistas Leonid Hurwicz, Eric Maskin e Roger Myerson admitem que em certas situações a “mão invisível” do mercado, para a sua manutenção e permanência, precisa de uma “mão visível” do Estado.

Em resumo, para que seja garantida a igualdade, a livre concorrência, algumas situações exigem a intervenção estatal, exatamente para permitir e garantir tal equilíbrio, liberdade e igualdade.

3 PROTEÇÃO AMBIENTAL

Desde o seu aparecimento em nosso planeta há cerca de 3,4 bilhões de anos, os organismos vivos vem determinando grandes transformações nas condições da Terra. O desenvolvimento tecnológico foi avançando aos poucos, levando centenas de anos para ser disseminada pela população. Nos últimos 100 anos porém, tudo aconteceu de forma explosiva e extremamente rápida.

Com o passar dos anos houve uma mudança na noção de consumo; surgiu a valorização dos produtos descartáveis, foram sendo cada vez mais ignorados os danos causados ao meio ambiente. O comportamento atual do mercado, tanto no modo de produção, como na forma do consumo, pode inviabilizar a própria sobrevivência da vida em nosso Planeta.

A natureza consegue efetuar sua recuperação, desde que seja a ela concedido o tempo necessário para tal tarefa. O cientista Carl Sagan afirma que “nossa tecnologia tem-se tornado tão poderosa que não só consciente, mas também inadvertidamente estamos nos tornando um perigo para nós mesmos” (DAVIDSON, 1979).

Hoje quando fala-se em de conservação do meio ambiente deve-se entender que está a se tratar da natureza com um todo, não só do ser humano. Surge assim a noção de sustentabilidade considerando o desenvolvimento sustentável no âmbito ambiental, social e também econômico, incluindo aí, a produção e o consumo sustentável. O consumo realizado de forma insustentável, prejudica de forma direta o meio ambiente, causando outros problemas sociais, como o aumento da pobreza, das doenças, reduzindo assim, a qualidade de vida.

Lester Brown (DAVIDSON, 1979), fundador do Instituto World-watch afirma que:

o que deve ser verificado no caso do controle ambiental com relação ao crescimento econômico é a constatação de que a devastação custa tão caro que levará ao declínio da economia. Infelizmente quem destrói a natureza só entende uma linguagem da punição econômica

A atual tecnologia fornece facilidades e comodidades para a vida humana, porém, tem alterado de forma inadequada e irreversível o ambiente natural. O aumento populacional, o consumo desenfreado, somado a ou-

tros diversos fatores, vem sistematicamente esgotando os recursos ambientais. Caso a humanidade não aprenda a respeitar a natureza, as próximas gerações não poderão usufruir de um planeta habitável.

Diversos desastres ecológicos ocorridos ao longo do tempo alteraram de forma profunda algumas civilizações. Começando, a exemplo da população da Ilha de Páscoa por ter sido dizimada em razão pelo uso indevido dos recursos ambientais, mais recentemente temos os problemas e o drama dos denominados “refugiados ambientais” populações que perderam seus lares em decorrência de desastres naturais e as perspectivas futuras não são animadoras.

Infelizmente o aspecto econômico sempre foi priorizado, sendo relegado a um segundo plano a proteção do meio ambiente, da mesma forma, diversos recursos naturais ainda são utilizados de forma indiscriminada com o argumento de que os mesmos por serem renováveis dispensam maiores cuidados.

Conforme mencionado, no início da década de 70, os impactos causados pelo uso irresponsável e inadequado, começaram a despertar a humanidade para os problemas ambientais. Os resultados ainda são incipientes, mas ao menos o tema está sendo colocado em discussão.

A sustentabilidade dos recursos naturais não significa necessariamente o não uso, mas sim a utilização de forma econômica e racional. A proposta é dar o tempo que a natureza necessita, permitindo que os recursos ambientais possam ser renovados e os não renováveis tenham uma duração mais dilatada. Da mesma forma, o cuidado para com a biodiversidade é imprescindível para a continuidade da vida em nosso planeta. O crescimento econômico pode e deve acontecer de forma harmoniosa com a preservação dos recursos naturais.

A controvérsia acerca da possibilidade de crescimento e de preservação dos recursos naturais, decorre em alguns aspectos da dificuldade de mensurar os custos ambientais. A internalização dos custos ambientais ainda não é uma realidade em nossa economia. Existem instrumentos que podem auxiliar em tal tarefa, ressaltando que hoje a contabilidade já deve começar a incorporar os custos dos recursos naturais em seus cálculos. O “custo de uso” é um dos instrumentos que podem ser utilizados para a internalização dos custos ambientais, tomando como base o efeito das externalidades negativas que cada atividade produz.

Para Keynes (1982, p.69) o custo de uso seria a redução sofrida pelo equipamento em virtude de sua utilização, incluindo os bens de capital

e os estoques de matérias-primas, assim considerados tanto os bens não acabados como os acabados, mensurando a redução sofrida se não tivesse havido tal utilização, levando em conta o custo de manutenção e das melhorias que conviesse realizar, além das compras a outros empresários.

Em síntese o custo de uso mede a depreciação antecipada que ocorreria no equipamento de capital quando de sua utilização na produção. O nível de produção atual deve ser fixado não somente com base nas expectativas de mercado e nos custos correntes, deve também incluir as expectativas de mudanças que podem vir a ocorrer no mercado e que vão repercutir nos custos futuros, afetando, portanto, a lucratividade de produções futuras, deve pois estar embutido no custo total (CHICK, 1993, p.53).

Ao adotar o custo de uso associado a um responsável gerenciamento do estoque de recursos ambientais, certamente haverá um melhor gerenciamento dos mesmos. A importância do instrumento de gerenciamento do custo de uso decorre do fato de permitir a união do presente ao futuro, informando como a escolha da forma de uso de hoje terá reflexo direto no custo do recurso ambiental no futuro.

Quando bem aplicados, os recursos ambientais permitem uma exploração mais longa e conseqüentemente geram e mantém o lucro. Para a correta aplicação do custo de uso, os recursos ambientais não devem ser tratados como um fator de produção e sim como estoque de capital. Tal procedimento pode determinar com maior eficiência e eficácia a forma, quantidade e velocidade de exploração.

Com uma preocupação e maior expectativa de garantia de rendimentos futuros, conseqüentemente haverá uma maior preocupação com os recursos ambientais, exatamente para garantir um uso futuro. Decorre daí a afirmação de que o uso de tal instrumento pode colaborar com a redução dos danos ambientais.

No Brasil, o traço principal da legislação ambiental, instituída na década de 30, é a ênfase na proteção da flora, da fauna e dos recursos ambientais, não admitindo e tampouco reconhecendo a ligação entre os problemas ambientais e o processo de desenvolvimento econômico (SOUZA, 2000).

A legislação ambiental brasileira nacional busca indicar instrumentos para proibir ou no mínimo reduzir a poluição ambiental. As empresas estão tendo que efetuar mudanças para a devida adequação às novas exigências do mercado nacional e também internacional. Não se aceitam mais

as regras tradicionais, ou seja, na verificação do desenvolvimento econômico acima de tudo se faz necessário analisar todas as variáveis envolvidas, devendo haver a conscientização de quanto vale a natureza.

As externalidades, em especial as negativas, exatamente por alterarem os recursos ambientais devem ser consideradas, via internalização, obtendo assim a devida adequação com a realidade e com as atuais necessidades.

O Estado e as autoridades governamentais buscam fazer sua parte através da adoção de leis que possibilitem uma mudança no comportamento ambiental das pessoas e empresas. Essa alteração de comportamento é fundamental na utilização de políticas de desenvolvimento sustentável para as empresas.

A forma e a busca do desenvolvimento sustentável têm sido destaque nas principais conferências sobre o meio ambiente, em especial na Conferência das Nações Unidas que ocorreu em Estocolmo em 1972; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu no Rio de Janeiro no ano de 92; a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em Joahnnesburg em 2002.

A expressão desenvolvimento sustentável designa uma forma de desenvolvimento capaz de responder às necessidades do presente sem prejuízo das gerações vindouras. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável tem como objetivo a melhoria das condições de vida dos indivíduos mais preservando, simultaneamente, o meio envolvente a curto, médio e, sobretudo, em longo prazo. Tal pode ser conseguido através de um tipo de desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. (União Européia).¹⁴¹

Considerando o significado do desenvolvimento sustentável “Atender às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas”, necessário entender, aceitar que os recursos ambientais são finitos. A partir de tal afirmativa para fazer uso dos bens naturais obrigatoriamente deve haver critério e planejamento. O desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado à qualidade, e não a quantidade, isso importa em mudanças nos padrões de consumo e do nível de conscientização.

O uso sustentável e a proteção do meio ambiente é atualmente o alvo de maior atenção da grande maioria das nações desenvolvidas e de algumas nações em desenvolvimento. O dever de preservação é de todos, na forma prevista no artigo 225 da Constituição Federal.

¹⁴¹ Disponível: http://europa.eu/pol/env/index_pt.htm. Acesso 16/01/2015

4 INTERVENÇÃO E LIMITAÇÃO ESTATAL

Dentre outros princípios o Estado deve observar a defesa do meio ambiente inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. Uma leitura menos atenta pode induzir ao entendimento errôneo de que o inciso VI do artigo 170 fere a igualdade e a livre iniciativa, mas ao contrário, exatamente para garantir os demais princípios econômicos é necessário haver um tratamento tributário diferenciado.

Quando o custo ambiental de cada produto, da produção for incluído no preço final, ou seja, a internalização dos custos ambientais considera a externalidade negativa produzida, por uma questão econômica, as empresas irão buscar as inovações que permitam a redução de tais custos, certamente haverá novos investimentos e um maior incentivo ao uso de práticas que levem a redução do consumo, com novas formas de fabricação, substituição de materiais e outros, todos em busca da sustentabilidade.

O Estado não vem cumprindo seu papel, não atendendo de forma correta as normas previstas na Lei Suprema. Mesmo tendo decorrido tanto tempo até hoje nosso ordenamento não conta com uma tributação diferenciada para a proteção do meio ambiente. Nem na tão propalada e enrolada reforma tributária consta qualquer previsão de tal princípio.

Os princípios econômicos presentes no artigo 170 indicam a direção que o Estado deve dar para ordem econômica, mas que sempre deve ser analisado de acordo com o sistema constitucional, para que atinja a função social. A atuação do Estado na esfera econômica deve proteger tais princípios, deriva daí à justificativa para a intervenção do Poder Público. A atuação do Estado na área econômica apenas se apresenta legítima para proteger esses princípios estabelecidos constitucionalmente. A correção de distúrbios que possam afetar a ordem econômica, como monopólios, cartéis e trustes, determinam a intervenção do Poder Público.

A intervenção do Estado no domínio econômico pode ser conceituada como “todo ato ou medida legal que restringe, condiciona ou suprime a iniciativa privada em dada área econômica, em benefício do desenvolvimento nacional e da justiça social, assegurados os direitos e garantias individuais” (GASPARINI, 2001, p. 6).

A defesa do meio ambiente com a utilização de tratamento diferenciado tendo como base o impacto ambiental que a produção dos produtos

e serviços gera, ou seja, o quantum da externalidade negativa produzida, busca comprovar que o desenvolvimento econômico não é um fim em si, corresponde a um instrumento para o desenvolvimento sustentável.

De fato, a função fiscal do tributo é a arrecadação de recursos financeiros para que o Estado possa cumprir os objetivos determinados pela Constituição Federal. Já a função extrafiscal do tributo permite que os valores arrecadados sejam utilizados com o objetivo de interferir na economia privada estimulando atividades, setores econômicos ou regiões, desestimulando o consumo de certos bens e produzindo, finalmente, os efeitos mais diversos na economia (MACHADO, 2008, p.82).

O tributo nesta função pode ser utilizado pelo Estado como mecanismo de controle normativo de certas atividades econômicas, a arrecadação com tal finalidade, com os valores destinados para o desenvolvimento sustentável, atenderá a coletividade e poderá levar a uma consideração economia aos cofres públicos com redução dos gastos com danos ambientais.

No entanto, para que o objetivo final possa ser alcançado será necessário que os poderes que compõem a República Brasileira somem trabalhos e esforços. O poder Legislativo votando dentro de prazos razoáveis os instrumentos imprescindíveis para a proteção ambiental. O poder Executivo dando continuidade e efetuando a devida fiscalização, criando um eficiente aparelhamento administrativo para exigir o cumprimento e o atendimento das leis, aplicando as sanções administrativas pertinentes e o Judiciário, que deve atuar nos casos onde houver necessidade de maiores punições para o infrator.

O desafio, portanto, passa a ser como o Estado deve intervir na economia, qual a técnica que deve ser utilizada para que tais ações não limitem, dificultem ou mesmo impeçam o crescimento da atividade privada. O potencial produtivo, o desenvolvimento que a esfera privada pode obter não pode ser coibido pela atividade pública, que por sua vez deve buscar o bem-estar coletivo.

O Estado e seus órgãos administrativos que atuam na atividade econômica, por intermédio dos tributos, em especial os com função extrafiscal, com o objetivo de fomentar ou desestimular algumas áreas específicas. Pela redação dos artigos supracitados, se percebe que o termo regulação é bastante amplo. Salomão Filho (2001) afirma que:

Intervenção, conota atuação estatal no campo da “atividade econômica em sentido estrito” sendo que a “atuação estatal”, ação do Estado no campo da “atividade econômica em sentido amplo”. Assim, a expressão “atuação estatal” permite designar a globalidade da ação estatal em relação ao processo econômico, inclusive sua atuação sobre a “esfera do público”

De acordo com Grau (2006, p. 19),

O Estado moderno surge com a vocação de atuar no campo econômico; o que é modificado no tempo seria apenas a forma dessa atuação, dirigida inicialmente à constituição e à preservação do modo de produção social capitalista, e posteriormente à substituição e compensação do mercado.

Em síntese, tem-se que no Estado Mínimo prega-se a maior abstenção possível do Estado com relação às atividades econômicas, atendendo as necessidades mínimas, básicas da coletividade. O Estado interventor detém o domínio e centraliza a via social e econômica, tornando-o o motor da sociedade. O Estado do Bem Estar Social mesmo não mantendo o foco na atuação central do Estado para o desenvolvimento da sociedade determina ao mesmo um papel de considerável ingerência na economia nacional. A concepção da Constituição Federal determina que a regulação deve garantir a liberdade econômica, tanto a individual como a da empresa.

A dificuldade ocorre em saber qual o limite da intervenção estatal na economia de mercado. A concorrência em tese é um fato econômico natural e decorrente de uma economia de mercado, mas não é possível deixar de mencionar que o mercado não redistribui riqueza e tampouco busca um equilíbrio perfeito entre as diversas forças do capital. Deriva daí o papel do Estado, com a função de normatizar e regular, fazendo uso das normas de direito, do poder de polícia, de fiscalização, da tributação dentre outros. Mas a intervenção não deve impedir o desenvolvimento do mercado, a liberdade de comercialização e de produção. A democratização do acesso ao mercado não pode ser cerceado, mas da mesma forma não é possível conceder uma liberdade total, sob pena de inviabilizar a democratização do acesso ao mercado.

O Brasil faz uso de uma atuação indireta do Estado na economia, considerando que deixa de realizar tais atividades diretamente, operando

como agente regulador e normatizador de tais atividades. Cabe salientar que o papel atual do Estado é garantir o direito de escolha e o bem-estar do consumidor. Surgem assim, as agências reguladoras que têm a função de proteger tais direitos. O Estado tem o dever de buscar a dignidade humana, com todos os valores aí embutido.

Tem-se assim, que o papel do Estado para manter a ordem econômica não pode significar um fator de obstrução ao desenvolvimento do país, ao contrário tal atividade deve permitir que o Estado defenda os interesses da nação, garantindo a integração econômica, o crescimento e o desenvolvimento de forma conjunta com o social e o ambiental.

Ao mesmo tempo em que o Estado tem o dever de reduzir as desigualdades sociais, deve permitir que ocorra o desenvolvimento econômico, permitindo a livre iniciativa e que a concorrência não seja desleal. Para Davys Sleman de Negreiros (2015), no papel econômico do Estado moderno:

[...] necessária é a intervenção do Estado na economia como agente normativo e regulador da atividade econômica, pondo um freio nas práticas econômicas desiguais que ao longo dos tempos massacraram a humanidade como um todo”.

A intervenção do Estado na economia não pode servir para desvirtuar o Estado Democrático de Direito. O interesse a ser tutelado deve atender o interesse coletivo e não de uma elite. A atuação do Estado deve ter como meta organizar a vida econômica e social, aplicando normas protetivas dos direitos sociais, econômicos e ambientais. O intervencionismo estatal não poderá ser aplicado de forma que inviabilize a atuação da esfera privada, nem apagar o empreendedorismo.

A intervenção do Estado na atividade econômica quando praticada via tributo, instituídos e aplicados de acordo com as determinações legais, atuam como indutores, estimulando ou desestimulando os segmentos que naquele momento interessam à área econômica. Ou seja, o Estado pode atuar na economia ou sobre a economia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar o meio ambiente não é mais modismo de minorias, é uma necessidade universal para a preservação da espécie humana, porém, para atingir tal objetivo a administração pública deve adotar diversos procedimentos administrativos. Tal atividade exige investimentos no aparelhamento dos órgãos e capacitação técnica dos agentes que detêm a competência para a proteção e aplicação das normas pertinentes. Da mesma forma o Estado deve elaborar e aplicar programas de educação e informação ambiental, permitindo desta forma que possa haver efetivamente a proteção dos recursos ambientais.

Para que seja possível obter o desenvolvimento sustentável deverá ocorrer uma correta adequação das atividades econômicas, produtivas ou não, com o meio ambiente, fazendo um uso racional e sustentável dos recursos naturais ainda disponíveis.

Outro dado importante é que com a sustentabilidade econômica ambiental haverá, como consequência, uma melhor qualidade de vida, ar mais puro, redução da poluição, água potável em maior qualidade e disponibilidade, portanto, uma redução nos gastos com a manutenção ambientais e com os resultados dos danos provocados em razão do não cuidado com a natureza. Considerando o estágio atual da natureza, o aumento considerável das catástrofes ambientais é possível imaginar que a natureza não vai aguentar por muito tempo a atual forma de utilização dos recursos ambientais, o homem deve no menor prazo possível buscar uma harmonização com o meio ambiente.

O artigo 225 da CF é bem específico afirmando que a proteção do meio ambiente é um dever de todos. O desenvolvimento econômico é um direito da sociedade mas que também deve visar à proteção do meio ambiente, até como forma de obter mais lucro. É a visão de um mundo ecológico.

O Estado tem o dever fundamental de efetivamente contribuir com o desenvolvimento sustentável, na condição de agente normatizador, regulador e fiscalizador, com o objetivo final de uma ação harmônica do crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. Uma das mais importantes contribuições de toda a evolução da questão ambiental foi à necessidade de uma maior integração e estreitamento de relações entre desenvolvimento e meio ambiente, que resultou no surgimento do

termo ‘desenvolvimento sustentável’, que tem como principal objetivo a busca conjunta do desenvolvimento econômico e da preservação do meio ambiente.

Algumas mudanças já podem ser sentidas. Antigamente as empresas contabilizavam como despesas a reciclagem do lixo, o uso de novos filtros, equipamentos e similares, não esperavam retorno financeiro, somente atendiam as exigências legais, buscando reduzir problemas legais.

Hoje o custo de tais ações e atividades integram os investimentos, pois além de poderem significar lucro, expansão de mercados, crescimentos dos negócios, na maioria dos casos é tema estratégico para a sobrevivência da própria empresa. Algumas atividades pela primeira vez se deparam com a possibilidade concreta de limitação de crescimento, ou até de ausência de matéria prima impostas pela natureza decorrentes do uso irracional e portanto insustentável nos recursos ambientais.

A sociedade como um todo terá que adotar novos paradigmas, pois se desde a Revolução Industrial houve a prevalência da produção em detrimento da preservação dos recursos ambientais, as atuais condições da natureza exige uma inversão de tais valores, quanto mais tempo demorar para a obtenção do desenvolvimento sustentável mais cara será a conta que deve ser paga por todos, inclusive pelas futuras gerações.

7 REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **O Sistema Totalitário**. Lisboa: Publicações Dom Quixote-Universitária, 1998.

BARROSO, Luiz Roberto. **A Ordem Econômica Constitucional e os Limites à atuação estatal no controle de preços**. Revista Diálogo Jurídico Salvador. CAJ – Centro de Atualização Jurídica 14 – julho/agosto 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1998

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

CHICK, V. **Macroeconomia após Keynes**: um reexame da Teoria Geral. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DAVIDSON, P. Natural Resources. In: EICHNER, A. **A guide to post-keynesian economics**. New York: M. E. Sharpe, 1979.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. **O regime constitucional de serviço postal e os “monopólios” da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 45, n. 177, p.47-56, Janeiro/março – 2008

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. **O direito posto e o direito pressuposto**. São Paulo: Malheiros, 2005.

HORTA, Raul Machado. **Estudos de direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução Mario da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2008.

MARQUES NETO, Floriano Azevedo. A nova regulação estatal e as agências independentes. In **Direito administrativo econômico**. São Paulo: Malheiros, 2002.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2008.

NEGRÃO, João José. **Do livro Para conhecer o Neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NEGREIROS, Dayys Sleman de. **Estado e economia: uma falsa oposição**. Disponível em: <<http://www.revistaautor.com.br/artigos>>. Acesso em dez/2014

OLIVEIRA, Semi Cavalcante. **História econômica geral**: Estação Business School. Ibmec . Curso economia para advogados. Curitiba. Agosto/2007.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SALOMÃO FILHO Calixto. **Regulação da atividade econômica: princípios e fundamentos jurídicos**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SANTOS, Boaventura Souza. A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortes, 2002.

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Normas tributárias indutoras e intervenção econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2006.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Tradução Maria Teresa Lemos de Lima. Curitiba: Juruá. 2006.

SOUZA, Renato S. de. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Direito econômico**. São Paulo: Saraiva, 1999.

SCHOUERI, Luiz Eduardo. **Normas tributárias indutoras e intervenção econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SCHUMPETER, Joseph E. **On the Concept of Social Value**. In Quarterly Journal of Economics, v. 23, 1908-9. p. 213-232.

TAVARES, André Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. São Paulo: Editora Método, 2003.

POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS: A INTERFACE ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E OS AGENTES CATADORES

Socio-Environment Policy: The interface between the national policy of solid waste, the city of Pato Branco and the pickers

Roger Alexandre Rossoni¹⁴²

Adriana do Val Alves Taveira¹⁴³

RESUMO: O socioambientalismo aborda a necessidade de ações visando a sustentabilidade ambiental e as condições sociais dos agentes. A reciclagem de resíduos é uma ferramenta importante para a sustentabilidade. Um dos agentes responsáveis pela coleta dos materiais é o catador, considerado por diversos pesquisadores como uma classe estigmatizada socialmente. A Lei 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos fixando uma série de procedimentos e metas referentes ao gerenciamento de resíduos sólidos. O Município de Pato Branco possui leis municipais que disciplinam a matéria no âmbito local como, por exemplo, a Lei n.º 1.871/1999 que cuida da questão dos catadores de reciclados. Nessa tônica, o presente trabalho tem por objetivo elaborar um estudo paralelo entre a Lei Nacional e a Municipal, perfazendo uma análise sobre as adequações do Município de Pato Branco à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Através de um método dedutivo-sistemático, a partir da análise sobre a doutrina, jurisprudência, legislação municipal, far-se-á uma compilação das diretrizes e objetivos estabelecidas pela Lei Nacional e da atual situação legal e prática do Município de Pato Branco, compreendendo também uma análise de possíveis perspectivas do Poder Público municipal em adequar a situação dos agentes catadores de reciclados à Política Nacional de Resíduos Sólidos, tanto no que se refere às suas ações, como também à situação sócio-econômica desses agentes.

¹⁴²Bolsista do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus de Francisco Beltrão. E-mail: roger.rossoni@gmail.com.

¹⁴³Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Pós-doutora pela Universidade de Coimbra-Portugal em Democracia e Direitos Humanos. Doutora em Direito pela Universidade Estadual Paulista-UNESP. Professora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos - GPDH. E-mail: adriana_val_taveira@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: socioambiental; política nacional de resíduos sólidos; reciclagem; catadores.

ABSTRACT: Socioenvironmentalism addresses the need for action aimed at environmental sustainability and social condition of agents. The waste recycling is an important tool for sustainability. One of the agents responsible for the collection of materials is the collector, considered by many researchers as a socially stigmatized class. The law 12.305/2010 establishing the National Solid Waste Policy setting out a series of procedures and targets related to solid waste management. The Pato Branco municipality has municipal laws that govern the matter at the local level, for example, the Law n.º 1.871 / 1999 that takes care of the issue of recycled pickers. In this emphasis, this study aims to develop a parallel study between the National Law and the City, making an analysis of the adequacy of Pato Branco city to the National Solid Waste Policy. Through a deductive-systematic method, based on the analysis of the doctrine, jurisprudence, municipal legislation, there will be a compilation of guidelines and goals established by the national law and current legal situation and practice of Pato Branco city, comprising also an analysis of possible perspectives of the municipal government to amend the situation of recycled pickers to the National Solid Waste Policy, both with regard to their actions, but also to the socio-economics situation of these agents.

KEYWORDS: social-environmental; national policy on solid waste; recycling; pickers.

1 INTRODUÇÃO

O último século foi marcado por avanços tecnológicos que culminaram em um grande aumento da produção, renda e consumo. Esse processo resultou também no aumento no montante de resíduos gerados, devido à expansão do consumo, e no aumento da gama de resíduos gerados, sendo que alguns necessitam de um cuidado especial em sua destinação final.

Esse processo teve como reflexo o aumento da atenção, em nível global, para a questão ambiental dos resíduos sólidos produzidos pelas atividades humanas. O crescente volume desses materiais aparentemente sem utilidade encontra na reciclagem um meio de reinserção na cadeia pro-

ductiva. Um dos principais agentes da reciclagem é o catador de materiais recicláveis, que realiza a triagem do material reciclado e o encaminha para a reciclagem. O catador é caracterizado como uma classe exposta a risco social, com baixa renda, pouca formação e exposta a condições precárias de trabalho.

O aumento da preocupação com os resíduos sólidos é expressado, no âmbito jurídico, pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, determinando diretrizes, objetivos e o papel da união, dos estados, dos municípios e dos agentes privados na gestão de resíduos. Entre os objetivos e diretrizes da lei nº 12.305, existe o da previsão da integração dos catadores de baixa renda e o incentivo para formação de cooperativas e associações de catadores.

Dentro dessa perspectiva, o município de Pato Branco possui sua política municipal de resíduos sólidos instituída pela Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011. Possui também a Lei nº 1.871, de 29 de outubro de 1999, que regulamenta e estipula normas para a atividade do catador carrinheiro.

O presente estudo tem como objetivo central verificar se a política municipal de resíduos sólidos e demais legislação de resíduos sólidos estão de acordo com a política nacional. Em segundo momento, serão demonstradas as ações tomadas pelo município acerca em relação à situação dos catadores de resíduos recicláveis.

O trabalho é justificado devido à importância de políticas socioambientais, buscando integrar a questão ambiental da reciclagem e a questão social na qual os catadores estão inseridos, por se tratar de uma classe estigmatizada socialmente.

Por meio do método dedutivo-sistemático, a partir da análise da legislação nacional e municipal relativa ao tema e da doutrina ambientalista, far-se-á uma compilação das diretrizes e objetivos estabelecidos pela política nacional de resíduos sólidos e da atual situação legal e prática do Município de Pato Branco buscando estabelecer um paralelo entre a legislação nacional e a municipal, incluindo a perspectiva da situação socio-econômica dos catadores de reciclado.

Além desta presente seção de introdução, o trabalho é composto por uma revisão de literatura, que tem como função introduzir o conceito e noções básicas de socioambientalismo, reciclagem e o papel do catador de resíduos. Após a revisão de literatura, será apresentada a metodologia

aplicada no presente estudo. Em sequência, são apresentados os resultados da análise entre a política municipal e a política nacional bem como a apresentação do caso dos catadores de Pato Branco. Por fim, a exposição das considerações finais do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta algumas contribuições de outros autores sobre o tema pesquisado e está subdividida em dois tópicos. O primeiro tópico apresenta brevemente o histórico brasileiro acerca da questão ambiental, o surgimento e conceito de socioambientalismo no Brasil. O segundo tópico resgata parte do arcabouço jurídico brasileiro acerca de resíduos sólidos além de abordar a atividade do catador de resíduos recicláveis e sua atuação dentro do processo de reciclagem no Brasil.

2.1 SOCIOAMBIENTALISMO NO BRASIL

O Brasil, seguindo a tendência mundial, manifestou um processo de grande expansão da produção, do consumo e, por consequência, maior quantidade de resíduos gerados. Com esse novo cenário ocorreu o aumento da preocupação com o manejo dos resíduos gerados e com a degradação do meio ambiente.

A preocupação com a questão ambiental no Brasil surgiu no século XVIII em contraponto à intensão devastação ambiental advinda da exploração colonial. Com o passar dos anos o movimento ambientalista obteve maior expressão, tendo como resultado a criação de diversos parques ambientais, primeiras leis ambientais em 1934. (SANTILLI, 2005)

Em 1964, com a instauração do regime militar e a forte repressão política, o ambientalismo perdeu força e diversas obras foram realizadas pelo governo sem a devida preocupação com os impactos ambientais (SANTILLI, 2005).

Até a década de 1980, as leis ambientais brasileiras não abordavam aspectos sociais. As leis ambientais até então, em sua maioria, apenas restringiam determinadas ações. A partir da década de 1990 as leis passam a abordar mecanismos de inclusão e manutenção social. Esse movimento que aborda questões ambientais e aspectos sociais é o chamado socioambientalismo. (SANTILLI, 2005).

A abordagem socioambiental tem como objetivo garantir a sustentabilidade ambiental e social, ela reconhece a relevância pública e a complexidade existente acerca de questões sociais e as suas consequências sobre o ambiente:

O socioambientalismo nasceu, portanto, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais. (SANTILLI, 2005, p. 15.).

O movimento socioambiental ganhou notoriedade no Brasil após o fim da ditadura militar, em 1984, pela união de movimentos sociais e ambientais. Os valores propostos pelos socioambientalistas impactaram na forma de como a sociedade aborda o tema. Sua influência também está presente no âmbito jurídico, na Constituição Federal brasileira de 1988, visto que “privilegia e valoriza as dimensões materiais e imateriais dos bens e direitos socioambientais, a transversalidade das políticas públicas socioambientais, e a consolidação de processos democráticos de participação social na gestão ambiental”. (SANTILLI, 2005, p. 5).

A política nacional de resíduos sólidos é regulamentada pelo Decreto n.º 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e determina em diversos pontos, principalmente na concessão de recursos, a prioridade para cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Estes pontos podem ser observados como influência do movimento socioambiental no planejamento público brasileiro. Os catadores são reconhecidos pela legislação brasileira como agentes importantes para o processo de reciclagem, porém apresentam-se em situação de risco social.

2.2 RESÍDUOS SÓLIDOS, RECICLAGEM E O PAPEL DO CATADOR

Segundo a Lei nº 11.445/2007, que estabelece a política nacional de saneamento básico, em seu art. 3º, inciso I, alínea “c”, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos consistem no “conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo,

tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas”. E, acrescenta em seu artigo 5º que, “o lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.”

A reciclagem¹⁴⁴ é a recuperação lucrativa de resíduos, reinserindo-os na cadeia produtiva, reduzindo a extração de matérias primas para a produção. Porém, Leal et al. (2015) sinaliza que “apesar de se beneficiar do discurso da preservação ambiental, não tem nessa ideia o seu objetivo principal, sendo, pois, o objetivo primeiro a reprodução ampliada do capital empregado”. Nem todos os materiais são reciclados, apenas os com maior lucratividade. Materiais com baixa lucratividade ou não rentáveis acabam não sendo reinseridos no sistema produtivo devido à natureza capitalista desta atividade, que não considera o custo ambiental, apenas o custo financeiro desta ação.

A mesma Lei nº 11.445/2007, em seu artigo 52, impõe que a União, sob a coordenação do Ministério das Cidades, deve elaborar o “Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB” que conterà com os “objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional (...)”. O PNSB deve abranger, dentre outras determinações, o manejo de resíduos sólidos.

O Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB), denominado Plansab, foi criado em 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU, 2013) no dia 06/12/2013 e, em matéria de resíduos sólidos, o Plansab prevê a universalização da coleta na área urbana e a ausência de lixões ou vazadouros a céu aberto em todo o País.

A atividade de reciclagem ocorre por meio da interação de diversos agentes. Os catadores, que recolhem e separam o material reciclável, são vendidos para intermediários, que armazenam determinado volume de material reciclável para que se torne financeiramente viável e lucrativa a comercialização para as grandes indústrias de recicladoras (GONÇALVES, 2004).

¹⁴⁴ Para os efeitos da Lei 11.450/2007, art. 7º: “O serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades: I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei; II - de triagem para fins de reúso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei; III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

O catador é um agente fundamental na indústria da reciclagem, porém essa classe é marcada por estar em uma situação de risco social. (GONÇALVES, 2004). A maioria dos catadores reside em habitações precárias, sem serviços básicos como água e saneamento básico. São pessoas com origem rural, com pouca ou nenhuma instrução que buscam na atividade de reciclagem a subsistência.

A atividade do catador é considerada por Medeiros e Macêdo (2006, p. 66) como uma atividade de inclusão e ao mesmo tempo de exclusão:

Contudo, a inclusão desses catadores ocorre de forma perversa. Dessa forma, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde, com a ausência total de garantias trabalhistas

Como resposta a este processo de exclusão social, na década de 1980, aos poucos os catadores iniciaram um movimento de criação de cooperativas e associações para garantir melhores condições de trabalho, uma melhor renda e reverter o processo de exclusão no qual se encontram.

3 METODOLOGIA

Através de um método dedutivo-sistemático, a partir da análise sobre a doutrina, jurisprudência, legislação municipal, far-se-á uma compilação das diretrizes e objetivos estabelecidas pela Lei Nacional e da atual situação legal e prática do Município de Pato Branco, compreendendo também uma análise de possíveis perspectivas do Poder Público municipal em adequar a situação dos agentes catadores de reciclados à Política Nacional de Resíduos Sólidos, tanto no que se refere às suas ações, como também à situação socioeconômica desses agentes.

4 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa estão divididos em duas seções. A primeira seção apresenta uma análise da política municipal de resíduos sólidos, lei municipal nº3.757 de 2011, expondo seu conteúdo e verificando se a mesma está de acordo com o estabelecido na política nacional de resíduos sólidos, instituída pela lei federal nº 12.305 de 2010.

A segunda seção dos resultados discorre sobre os catadores de resíduos recicláveis em Pato Branco. Analisando a legislação municipal e as ações tomadas pelo poder público municipal referente a reciclagem e a atividade do catador de resíduos recicláveis.

4.1 ANÁLISE DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PATO BRANCO

O texto da lei municipal nº3.757 de 2011, que institui a política municipal de resíduos sólidos de Pato Branco, segue a estrutura da lei federal nº 12.305 de 2010, que institui a política Nacional de resíduos sólidos. O título 1 especifica os objetos da lei, o campo de aplicação e apresenta diversas definições de termos apresentados no decorrer da lei. O título 2 aborda a política de resíduos sólidos, contendo disposições gerais, os princípios, objetivos e os instrumentos da política de resíduos sólidos. O título 3 aborda as diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos descrevendo o conteúdo dos planos de resíduos sólidos, de gestão integrada de resíduos sólidos e dos planos de gerenciamento de geradores particulares, as responsabilidades dos geradores e do setor público, normas sobre resíduos perigosos, instrumentos econômicos, das proibições e as multas cabíveis. Por fim as disposições finais são expostas no título 4.

Os princípios abordados pela política nacional de resíduos sólidos são em grande parte incorporados como princípios da política municipal de resíduos sólidos. Ambas consideram como princípios o desenvolvimento sustentável e o reconhecimento do resíduo reciclável como promotor de emprego, renda e inclusão social.

A política municipal de resíduos sólidos determina objetivos que convergem para os objetivos da política nacional de resíduos sólidos. Entre os objetivos, é destacado neste estudo a integração dos catadores está presente como objetivo da política nacional e municipal. Este ponto demonstra a influência dos movimentos socioambientais e o reconhecimento, por

parte do poder público, da situação social dos catadores. A integração dos catadores pode ser considerada um objetivo de cunho socioambiental.

Dentre os instrumentos previstos pela política municipal e nacional de resíduos sólidos, pode-se destacar o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Tanto a política municipal como a nacional por meio deste instrumento utilizam do cooperativismo como mecanismo de beneficiar os catadores de resíduos recicláveis.

As diretrizes apresentadas pela política municipal de resíduos sólidos estão alinhadas com as diretrizes da política nacional de resíduos sólidos. A gestão de resíduos obedece a ordem de prioridade de não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. A classificação dos resíduos é realizada de acordo com a comunidade geradora e quanto à periculosidade.

A lei municipal de resíduos sólidos prevê a criação de um plano Municipal de resíduos sólidos que deverá ser atualizado a cada 4 anos contendo: I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos; II - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada; III - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos; IV - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; V - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas; VI - medidas para incentivar e viabilizar a gestão local dos resíduos sólidos; VII - diretrizes para o planejamento da gestão de resíduos sólidos em áreas de atividades e empreendimentos de exploração turística e de lazer; VIII – normas, diretrizes e orientações para a disposição final de rejeitos, em áreas do meio rural e quando couber, dos resíduos: agrícolas, atividades de lazer e domiciliares;

Além o plano Municipal de resíduos existe o plano de gestão integrada de resíduos descrito na seção 3 do capítulo 2. O plano de gestão integrada determina que os incentivos municipais deverão ser priorizados para estabelecimentos que implementarem a separação e entrega de resíduos recicláveis para cooperativos ou associações de catadores de baixa renda. Os requisitos do plano de gestão integrada municipal estão de acordo com o conteúdo mínimo estipulado pela política nacional de resíduos sólidos.

O capítulo 3 aborda a responsabilidades dos geradores e do poder público. A redação da lei municipal é muito semelhante com a redação da lei nacional. Tanto a seção de disposições gerais como a seção sobre reponsabilidade compartilhada, integrantes do capítulo 3, estão de acordo com a lei nacional.

Os resíduos perigosos são abordados no capítulo 4. A política municipal está em conformidade com a política nacional, determinando a necessidade de licenciamento ambiental, cadastramento e demais responsabilidades dos estabelecimentos que operam com resíduos perigosos.

Entre os instrumentos econômicos previstos pela política nacional de resíduos sólidos apenas a concessão de recursos para desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida não é citado na política municipal de resíduos. Projetos visando prevenção e redução de resíduos assim como a descontaminação de áreas contaminadas ou degradadas podem receber incentivos públicos.

O capítulo 6 descreve as proibições acerca da destinação final dos resíduos e de atividades desempenhadas nas áreas de destinação de resíduos. A lei municipal além das proibições determina as multas a serem pagas pelos agentes que desobedecerem às normas citadas neste capítulo.

De forma geral pode-se notar que a lei nº 3.757 de 2011 do município de Pato Branco incorpora a política nacional de resíduos sólidos e lhe adapta para a realidade de atuação do município. O zelo pela situação dos catadores de resíduos é tratado na lei nacional e na municipal. O município de Pato Branco por sua vez já apresentava legislação abordando o tema desde 1999.

4.2 CASO DOS CATADORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE PATO BRANCO

O município de Pato Branco historicamente demonstra preocupação com o processo de reciclagem e com a situação dos catadores de resíduos recicláveis. Em 1999 foi sancionada a lei municipal nº 1.871 que disciplina a atividade dos catadores que utilizam de carrinho seletor.

Entre os pontos abordados pela lei municipal nº 1.871 de 1999, o artigo 3º prevê o cadastramento dos catadores para que possam exercer a atividade. A idade mínima para exercer atividade de catador é de 14 anos,

sendo que no caso de ser menor de idade é necessário que seja comprovada matrícula e frequência em estabelecimento de ensino. O artigo 4º determina que através da Secretaria de Cidadania e Ação Social será desenvolvido programa de apoio e orientação para a formação de cidadania e para a organização em associação dos catadores carrinheiros e seus familiares. Reconhecendo o risco social que o catador está inserido e fomentando o associativismo que tem como objetivo fortalecimento dos catadores para conseguir maior renda e melhores condições de trabalho.

Em 2007, Pato Branco apresentava um dos mais baixos índices de reciclagem do Brasil. Pode-se ressaltar a importância da prefeitura e da sociedade no processo para que se aumente esse índice. A falta de conscientização e de instrumentos eficientes de coleta podem justificar o baixo índice de reciclagem (RECICLÁVEIS, 2007). Além da ineficiência, o baixo índice de reciclagem implica em menor renda para o catador. Além do movimento de associação dos catadores, previsto na lei municipal nº1.871 de 1999, é necessário a implantação de um sistema de coleta e triagem do material eficiente.

Em busca de soluções para o baixo índice de reciclagem o município de Pato Branco realizou em 2013 visita ao município de Chapecó para conhecer o sistema de coleta automatizada (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2013). No ano seguinte, Pato Branco implanta um novo sistema de coleta.

O sistema de coleta funciona da seguinte forma:

300 contêineres foram adquiridos e 40 mil bags serão distribuídos nas residências da cidade. Na prática, quem morar no Centro depositará os recicláveis nos contêineres, voltando com a sacola ecológica para casa. Nos bairros, os bags poderão ser colocados nas lixeiras, nos dias de coleta, em que os profissionais da Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ambientais de Pato Branco (COTAAPB) recolherão o material, deixando a sacola para a reutilização da família (PREFEITURA DE PATO BRANCO, 2014).

Além do novo sistema de coleta foram distribuídas cartilhas visando a conscientização da população sobre o novo sistema de coleta. Esta ação buscou aliar meios mais eficientes de coleta e triagem com a conscientização da população para a importância da reciclagem. Os catadores foram integrados ao processo por meio da COOTAAPB, cooperativa de catadores, que realiza a coleta e triagem do material para reciclagem.

O novo sistema de coleta juntamente com o programa de conscientização ocasionou resultados positivos. O volume de resíduo reciclável recebido aumentou 80%, passando 70 toneladas para mais de 120 toneladas. O aumento no volume significou maior renda. Por outro lado, a estrutura física não consegue atender eficientemente a demanda. A cooperativa não possui recursos necessários para as manutenções necessárias (DIÁRIO DO SUDOESTE, 2015). Este salto de eficiência, evidenciado pelo aumento de 80% do volume de resíduos recicláveis, aumentou a renda dos catadores, mas também gerou uma externalidade negativa, a cooperativa não havia recursos financeiros disponíveis para se adequar a este novo panorama com quase o dobro do volume de resíduos.

As políticas tomadas pelo município de Pato Branco demonstram atenção com a importância do catador e da reciclagem. Houve melhora na taxa de reciclagem e nas condições dos catadores, porém ainda existem pontos passíveis de aprimoramento. Maccarini e Correio (2007) destacam que existem melhoras a serem feitas nos processos internos para que as cooperativas de catadores consigam maior rentabilidade. O município também pode por meio de repasse de recursos auxiliar no processo de modernização da cooperativa tendo em vista que os serviços realizados pela cooperativa de catadores são prestados para o município, onde toda a sociedade é beneficiada. Apesar de ocorrer ganhos financeiros individuais, entre os catadores, a sociedade também é beneficiada com os serviços prestados pelo catador. É um serviço privado de caráter público.

Pode se considerar que o conjunto de ações realizadas pelo município de Pato Branco como ações socioambientais. Houve preocupação com maior eficiência na reciclagem por meio do novo processo de coleta e também com a situação social do catador, desde a lei municipal nº 1.871 de 1999 que prevê ações de acompanhamento dos catadores e de seus familiares, e da política municipal de resíduos sólidos, que está alinhada junto a política federal de resíduos sólidos. O novo sistema de coleta aumentou o índice de reciclagem por meio da coleta automatizada sem excluir o catador do processo de reciclagem. O catador agora realiza a coleta triagem e processamento desse material para a reciclagem de forma mais eficiente em parceria da prefeitura municipal, garantindo melhores condições de trabalho e maior renda estes agentes.

5 CONCLUSÃO

A política municipal de resíduos sólidos, instituída pela lei municipal nº 3.757 de 2011, está de acordo com a política nacional. Apresenta estrutura e conteúdo similar a política nacional de resíduos sólidos, apresentado na lei nº 12.305 de 2010.

A lei federal e a municipal reconhecem o catador de resíduos como classe de risco social. É fomentada a formação soluções que integrem os catadores ao processo de reciclagem por meio do cooperativismo e associativismo. O município de Pato Branco, em 1999, abordou o tema em legislação municipal, determinando a necessidade de acompanhamento dos catadores pelo serviço social como o fomento ao cooperativismo e associativismo como forma de melhorar a renda e as condições de trabalho.

Apesar da preocupação com os catadores, Pato Branco apresentava em 2007 baixo nível de reciclagem. O processo de modernização da coleta buscou conciliar a eficiência da reciclagem e o aspecto social dos catadores, como resultado houve o aumento de 80% no volume de lixo recolhido, aumentando a renda dos catadores.

Apesar das melhoras observadas pelo novo sistema de coleta de resíduos outro problema foi gerado. A estrutura física da cooperativa de catadores não consegue processar todo o resíduo e nem investir em nova estrutura devido à baixa rentabilidade do setor. A solução para este impasse depende de melhoras do processo de triagem e armazenamento dentro da cooperativa, e de investimentos do setor público.

O caso de Pato Branco mostra que de um conjunto de ações do poder público resultou uma solução socioambiental eficiente. Apesar de ainda existirem aperfeiçoamentos a serem realizados, o modelo implantado serve de base para demais municípios que buscam melhorar a eficiência do processo de reciclagem e da questão social dos catadores de resíduos recicláveis.

Ao término desta pesquisa é sugerida a realização de estudos para melhor compreender o tema de pesquisa. A realização de uma pesquisa de campo para mensurar a melhora na renda e nas condições de serviço dos catadores de Pato Branco. Outro estudo pertinente seria verificar a percepção dos catadores quanto a sua condição de trabalho e de vida após a instalação do novo sistema de coleta seletiva. Estes estudos ajudariam a compreender, além do aspecto jurídico, o impacto socioambiental dos catadores de Pato Branco.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.404**, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei 12.305/2010. Brasília, 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso: 25/09/2015.

BRASIL. **Lei nº 11.445**, de 05 de janeiro de 2007, de Institui a política nacional de saneamento básico. Brasília, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso: 25/09/2015.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a política nacional de resíduos sólidos. Brasília, 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso: 25/09/2015.

DIÁRIO DO SUDOESTE. Cooperativas de recicláveis passam por dificuldades. Pato Branco. 10 de Abril de 2014. Disponível em: <<http://www.diariodosudoeste.com.br/pato-branco/2015/04/cooperativas-de-reciclaveis-passam-por-dificuldades/1378522/>>. Acesso em: 28/09/2015.

GONÇALVES, R. S. **Catadores de Materiais Recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde**. Dissertação (Mestre em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://arca.iciet.fiocruz.br/handle/iciet/5344>>. Acesso em: 18/09/2015.

RECICLÁVEIS. **Coleta de lixo: baixo índice de coleta e falta de conscientização**.

Grupo Diário – PR, 2007. Disponível em: <<http://www.reciclaveis.com.br/noticias/00506/0050630indice.htm>>. Acesso em: 28/09/2015.

LEAL, A. C. ; THOMAZ JR., A. ; ALVES, N. ; GONÇALVES, M. A. ; DIBIESO, E. P. ; CANTÓIA, S. F. ; GOMES, A. M. ; GONÇALVES, S. M. M. P. S. ; ROTTA, V. E. . A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Terra Livre**, São Paulo, v. 19, n.19, p. 177-190, 2002

MACCARINI, A. C. ; CORREIO, R. H. . Melhoria no processo de tria-

gem de materiais recicláveis a partir da implementação de tecnologias simples. **SynergismusScientifica UTFPR**, Pato Branco, v. 2, 2007.

MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. **Psicologia e Sociedade**, v. 18, p. 29-38, 2006.

PATO BRANCO. **Lei nº 1.871**, de 29 de outubro de 1999. Disciplina a coleta seletiva de materiais recicláveis por catador carrinheiro no perímetro urbano da cidade de Pato Branco. Pato Branco, 1999. Disponível em: <<http://www.camarapatobranco.com.br/legislacao/Lei/1871/1999>>. Acesso em: 18/09/2015.

PATO BRANCO. **Lei nº 3.757**, de 21 de dezembro de 2011. Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e dá outras providências. Pato Branco, 2011. Disponível em: <<http://www.camarapatobranco.com.br/uploads/laws/1/2011/3757.pdf>>. Acesso em: 18/09/2015.

PREFEITURA DE CHAPECÓ. **Pato Branco conhece sistema de coleta automatizada implantado em Chapecó**. Chapecó, 01 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.chapeco.sc.gov.br/noticias/3037-pato-branco-conhece-sistema-de-coleta-automatizada-implantado-em-chapeco.html>>. Acesso em: 28/09/2015.

PREFEITURA DE PATO BRANCO. **População conhece as novidades na coleta de lixo em Pato Branco**. Pato Branco, 13 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://patobranco.pr.gov.br/noticias/populacao-conhece-as-novidades-na-coleta-de-lixo-de-pato-branco/>>. Acesso em: 28/09/2015.

SANTILLI, J. F. R. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.